



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL – 9ª REGIÃO FISCAL - SRRF 09

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

MARÇO/2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL – 9ª REGIÃO FISCAL – SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, IN TCU nº 72/2013, DN TCU nº 127/2013, Portaria TCU nº 175/2013 e Portaria CGU nº 133/2013.

Curitiba, março de 2014

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AFRFB – Auditor Fiscal de Receita Federal do Brasil
ARFB – Auditoria da Receita Federal do Brasil
AGU – Advocacia-Geral da União
ATA – Assistente Técnico-Administrativo
ATRFB – Analista Tributário da Receita Federal do Brasil
Audit – Coordenação-Geral de Auditoria Interna
CAC – Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil
CGU – Controladoria-Geral da União
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
COAEF – Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal
COANA – Coordenação-Geral de Administração Aduaneira
COCAD – Coordenação-Geral de Gestão de Cadastro
COCAJ – Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial
CODAC – Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança
COFIS – Coordenação-Geral de Fiscalização
COGEP – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
COGER – Corregedoria da Receita Federal do Brasil
COGET – Coordenação-Geral de Estudos, Previsão e Análise
COMAC – Coordenação Especial de Maiores Contribuintes
COPAV – Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional
COPEI – Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação
COPES – Coordenação-Geral de Programação e Estudos
COPOL – Coordenação-Geral de Programação e Logística
COREC – Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição
COSIT – Coordenação-Geral de Tributação
COTEC – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
DE – Despacho Aduaneiro de Exportação
DI – Despacho Aduaneiro de Importação
DIAAC - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Atendimento e Controle do Crédito
DIAAD - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Aduaneiros
DIAEX - Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo
DIAFI – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Fiscalização
DIATA – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Tecnologia e de Administração
DN – Decisão Normativa
DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil
DRJ – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento
FAPI – Fichas de Auditoria de Importação
FDI – Fichas Despacho Importação
FHAB – Ficha de Habilitação
GDA – Gerencial de Desempenho Aduaneiro
IN – Instrução Normativa

IRFB – Inspeção da Receita Federal do Brasil
PAINT - Plano Anual da Auditoria Interna
PCC – Plano de Cargos e Carreira
PDV – Programa de Demissão Voluntária
PECFAZ – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda
PF – Pessoa Física
PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PJ – Pessoa Jurídica
PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal
PNFA – Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira
RADAR – Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros
RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RFB – Receita Federal do Brasil
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
SAGA – Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento aos Contribuintes
SAGE – Sistema de Apoio à Gestão Estratégica
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISCAD – Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas
SPIUNet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUARA – Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal do Brasil
SUARI – Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil
SUCOR – Subsecretaria de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil
SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal do Brasil
SUTRI – Subsecretaria de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE QUADROS E DECLARAÇÕES (conforme Portaria TCU nº 175/2013)

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 1 – Identificação da UJ	21
Quadro 2 – Ações	132
Quadro 3 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	156
Quadro 4 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	159
Quadro 5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	160
Quadro 6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	161
Quadro 7 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores	164
Quadro 8 – Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por Meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	166
Quadro 9 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	166
Quadro 10 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	168
Quadro 11 – Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12	178
Quadro 12 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ	179
Quadro 13 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ .	181
Quadro 14 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária	182
Quadro 15 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade	183
Quadro 16 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício e nos dois Anteriores	184
Quadro 17 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU	186
Quadro 18 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU	186
Quadro 19 – Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac	187
Quadro 20 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva ...	195
Quadro 21 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	203
Quadro 22 – Composição do Quadro de Estagiários	220
Quadro 23 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	236

Quadro 24 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional	237
Quadro 25 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	243
Quadro 26 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	247
Quadro 27 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	250
Quadro 28 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	253
Quadro 29 – Demonstrativo, por Autoridades e Servidores, da Obrigação de Entregar a DBR	254

Declarações

Declaração de Atualização dos Dados do SIASG e SICONV	256
Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	264

SUMÁRIO

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Introdução	8

Itens do Relatório de Gestão, Parte A, Conteúdo Geral, Anexo II, DN TCU nº 127/2013

1 - Identificação e Atributos das Unidades Cujas Gestões Compõem o Relatório

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada	21
1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada	23
1.3 - Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada	33
1.4 - Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada	37
1.5 - Principais Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade Jurisdicionada	64
1.6 - Principais Parceiros (externos à Unidade Jurisdicionada, da administração pública ou da iniciativa privada) Relacionados à Atividade Fim da Unidade	103

2 - Planejamento e Resultados Alcançados

2.1 - Informações sobre o Planejamento da Unidade Jurisdicionada	107
2.2 - Programação Orçamentária e Resultados Alcançados	132
2.3 - Informações sobre Outros Resultados Gerados pela Gestão	133

3 - Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1 - Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	156

4 - Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

4.1 - Execução das Despesas	159
4.2 - Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	164
4.3 - Suprimento de Fundos	166

5 - Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

5.1 - Estrutura de Pessoal da Unidade 178

5.2 - Terceirização de Mão de Obra e Contratação de Estagiários 195

6 - Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

6.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros 222

6.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade 236

6.3 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros 243

7 - Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

7.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras 247

7.2 - Medidas para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água 250

8 - Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

8.1 - Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício 253

8.2 - Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93 254

8.3 - Alimentação SIASG e SICONV 256

9 - Relacionamento com a Sociedade

9.1 - Descrição dos Canais de Acesso do Cidadão ao Órgão para fins de Solicitações, Reclamações, Denúncias, Sugestões, etc 258

10 - Informações Contábeis

10.1 - Medidas para a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público 261

10.2 - Declaração do Contador atestando Conformidade das Demonstrações Contábeis 264

Anexo I – Plano de Gestão de Logística Sustentável 268

INTRODUÇÃO

ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente Relatório de Gestão consolida as informações referentes às Unidades Gestoras da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal.

As informações apresentadas a seguir estão estruturadas de acordo com os itens e subitens previstos na Parte A, Conteúdo Geral e Parte B, Conteúdo Específico, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, combinados com as orientações e os quadros contidos na Portaria TCU nº 175/2013.

ITENS DO ANEXO II, PARTE A - CONTEÚDO GERAL, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE NÃO SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA OU QUE SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA MAS QUE NÃO HÁ INFORMAÇÕES A SEREM PRESTADAS.

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	
2.2	Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados
Quadro A 2.2.1	Programa Temático
Quadro A 2.2.2	Objetivo
Justificativa: A Unidade Jurisdicionada não possui Programas Temáticos, motivo pelo qual os quadros citados acima não se aplicarem à realidade da UJ.	
Quadro A.2.2.3.2	Ação/Subtítulos – OFSS
Quadro A.2.2.3.3	Ações Não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar – OFSS
Justificativa: A Unidade Jurisdicionada não possui informações sobre os Quadros acima porque não gerenciou nenhuma ação desdobrável em subtítulo e nem ação não prevista na LOA 2013.	
Quadro A 2.2.3.4	Ações do Orçamento de Investimento
Justificativa: A UJ não faz parte do Orçamento de Investimento - OI e sim do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS.	
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	
3.1	Estrutura orgânica de controle da unidade jurisdicionada ou do órgão a que se vincula, tais como unidade de auditoria ou de controle interno, comitê de auditoria, conselhos fiscais, comitês de avaliações, etc. descrevendo de maneira sucinta a base normativa, as atribuições e a forma de atuação de cada instância de controle.

Justificativa: Na RFB não há uma estrutura formal de controle. No entanto, há uma unidade de auditoria interna responsável, dentre outras, pela proposição de políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para a RFB; pela coordenação e execução de atividades de auditorias internas e de gestão nas unidades centrais e descentralizadas e propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB. Não há extensão da unidade de auditoria nas Superintendências Regionais da RFB e a administração, gerência e tomada de decisões relacionadas à auditoria interna cabem ao Órgão Central da RFB, motivo pelo qual o Subitem 3.1 não se aplicar à Unidade Jurisdicionada. As informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.	
3.4	Estrutura e atividades do sistema de correição da unidade, identificando, inclusive, a base normativa que rege a atividade no âmbito da unidade ou do órgão.
Justificativa: A administração da Unidade de correição é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.	
3.5	Demonstração do cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União - CGU, no que tange aos fatos originados em unidade jurisdicionada cuja gestão esteja contemplada no relatório de gestão.
Justificativa: Conforme informado na justificativa do Subitem 3.4 acima, a administração da Unidade de correição da RFB é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.	
3.6	Indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da entidade no que se refere à governança e controles internos.
Justificativa: Conforme informado na justificativa do Subitem 3.1, na RFB não há estrutura formal de controle. Há uma unidade de auditoria interna e as informações referente a este Subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão central da RFB.	
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	
4.1	Execução das Despesas
Quadro A 4.1.1	Programação de Despesas
Quadro A 4.1.2.2	Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa
Quadro A 4.1.3.1	Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Total
Quadro A 4.1.3.2	Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Valores Executados Diretamente pela UJ

Quadro A 4.1.3.3	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Total
Quadro A 4.1.3.4	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Valores Executados Diretamente pela UJ
4.2	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
Quadro A.4.2	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
Justificativa: A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB possui somente uma Unidade Orçamentária - UO (170010 - Órgão Central RFB) e conforme informações da Portaria TCU nº175/2013, somente UJ que for UO deve preencher os quadros citados acima. As informações dos quadros serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central. Também não houve no ano de 2013, reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos na Unidade Jurisdicionada.	
4.4	Transferências de Recursos
Quadro A.4.4.1	Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência
Quadro A.4.4.2	Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios
Quadro A.4.4.3	Resumo da Prestação de Contas Sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse
Quadro A.4.4.4	Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse
Justificativa: Não houve no exercício de 2013 a celebração de instrumentos de transferência de recursos pela Unidade Jurisdicionada.	
4.5	Suprimento de Fundos
Quadro A 4.5.2	Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)
Justificativa: A modalidade de Suprimento de Fundos Conta Tipo “B” não se aplica à Unidade Jurisdicionada.	
4.6	Renúncias de Receitas

Justificativa: Esta UJ não é órgão gestor de nenhuma renúncia tributária, não cabendo, portanto, a prestação de informações relacionadas a este Subitem. Alguns quadros deste Subitem serão apresentados no Relatório de Gestão do Órgão Central.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Justificativa: A RFB não é órgão instituidor de aposentadorias e pensões, cuja gestão está a cargo da área de pessoal do Ministério da Fazenda. Neste sentido, não foi tratado neste Relatório o Subitem 5.1.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas, nem foram preenchidos os correspondentes quadros da Portaria TCU nº 175/2013:

Quadro A 5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos; e

Quadro A 5.1.4.2 - Instituidores de Pensão.

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Quadro A 5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico

Justificativa: Por não se tratar de órgão instituidor de aposentadorias e pensões, não é pertinente o preenchimento deste quadro.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Justificativa: Após análise das ferramentas de extração de dados do Siape e Siapecad, mesmo utilizando a senha de maior amplitude de transações disponibilizada para a RFB, verificamos a incapacidade de extração de tal informação. Não sendo possível correlacionar os dados dos servidores da RFB com os dos demais servidores públicos federais. Não há como verificar via extração sistematizada, a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos no âmbito federal.

Atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional quando da integração com o Siapecad para gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal.

No processo de controle é utilizada a entrega de Termo de Responsabilidade assinado pelo servidor no ato da posse, declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável de acordo com a Constituição Federal.

O servidor também se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.

São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público durante o programa de formação de novos servidores, bem como no programa anual de capacitação.

5.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.5.2.1	Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.2.2	Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados

Justificativa: A RFB não possui terceirizados exercendo atividades típicas da carreira de auditoria fiscal.

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Quadro A.6.2.3	Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Justificativa: a UJ não possui imóveis funcionais.

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Quadro A 7.1	Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Justificativa: A gestão da unidade de tecnologia da RFB é realizada de forma centralizada no Órgão Central, motivo pelo qual as informações deste Item constarem no Relatório de Gestão do Órgão Central.	
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	
9.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício
Quadro A.9.1.1	Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício
Quadro A.9.1.2	Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício
Justificativa: não há informações a prestar, pois a Unidade Jurisdicionada não foi destinatária de deliberações do TCU.	
9.3	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna
Justificativa: Na RFB, há uma unidade de auditoria interna responsável, dentre outras, pela proposição de políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para a RFB; pela coordenação e execução de atividades de auditorias internas e de gestão nas unidades centrais e descentralizadas e propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB. Não há extensão da unidade de auditoria nas Superintendências Regionais da RFB e a administração, gerência e tomada de decisões relacionadas à auditoria interna cabem ao Órgão Central da RFB, motivo pelo qual as informações relativas a este Subitem constarem no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.	
9.5	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário
Quadro A.9.5	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário
Justificativa: Não foram instauradas tomadas de contas especiais na UJ durante o exercício de 2013.	
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	
10.2	Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da Unidade.
10.3	Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.
Justificativa: A administração dos mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários dos serviços da unidade e a os resultados de eventuais pesquisas de opinião realizadas nos três últimos anos com os cidadãos em geral, é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a estes Subitens serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.	

ITENS DO ANEXO II, PARTE B - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE NÃO SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

26. RFB (ACÓRDÃO TCU Nº 499/2009 - PLENÁRIO)

Informações sobre as medidas administrativas e judiciais adotadas para a cobrança e execução da dívida previdenciária e não previdenciária.

Justificativa: A gestão da cobrança e execução da dívida previdenciária e não previdenciária está a cargo do Órgão Central e as informações relativas a este Item serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

ITENS DO ANEXO II, PARTE B - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA, DA DN TCU Nº 127/2013 E QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 175/2013 QUE SE APLICAM À REALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA MAS NÃO HÁ INFORMAÇÕES A SEREM PRESTADAS

28. GERENCIAMENTO DE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Avaliação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos.

Justificativa: A UJ não possui projetos ou programas financiados com recursos externos.

35. UNIDADES QUE TENHAM FIRMADO TERMO DE PARCERIA NOS TERMOS DA LEI 9.790/99

Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao termo de parceria, contemplando, entre outros, a forma de escolha do parceiro, a execução do cronograma físico-financeiro e os resultados da parceria, nos termos da portaria referida no inciso VI do *caput* do art. 5º desta decisão normativa.

Justificativa: A UJ não firmou termo de parceria nos termos da Lei nº 9.790/99 no exercício de 2013.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL NO EXERCÍCIO DE 2013.

Dentre suas competências constitucionais, legais e regimentais, a UJ, no exercício de 2013, tem como principais realizações as atividades e resultados abaixo descritos, que serão, neste momento introdutório, apresentados de forma resumida, dado que seu detalhamento dar-se-á em tópicos adequados do presente Relatório de Gestão.

Em 2013, a UJ arrecadou em impostos e contribuições administradas pela Receita Federal do Brasil o total de R\$ 99 bilhões e 402 milhões, com participação de 9,04% na arrecadação do país. Sob acompanhamento permanente da 9ª Região Fiscal, 1.178 contribuintes foram responsáveis por mais da metade da arrecadação de tributos federais na região, resultado que envolveu a análise de mais de R\$ 16 bilhões em processos, débitos vinculados e declarações de compensação. Ainda, através deste monitoramento, foram recuperados R\$ 952 milhões, além de serem identificadas mudanças de comportamento tributário em relação a novos que, por conta disso, pagaram adicionalmente R\$ 205 milhões, materializados por recolhimentos relativos a débitos em atraso de exercícios anteriores, aumento da arrecadação espontânea ou adesão a novos processos de parcelamento convencional.

Na fiscalização de tributos federais internos, a UJ encerrou no ano de 2013 com 2.827 procedimentos de fiscalização, tendo realizado 4.564 diligências e procedido a 25.043 revisões de declarações, com a consequente emissão de 1.264 Representações Fiscais para Fins Penais (RFFP), documento expedido pela Autoridade Fazendária ao Ministério Público Federal quando diante de fatos tributários que, em tese, também configuram crimes contra a ordem tributária.

O lançamento de crédito tributário no citado período alcançou a cifra de R\$ 10,45 bilhões que, aliado aos resultados apontados, rende à UJ o melhor desempenho dentre as regiões fiscais nos quesitos de presença fiscal, constituição de crédito tributário, ações fiscais, fiscalizações encerradas e formação de dossiês para a fiscalização.

Na área do comércio exterior em 2013, a UJ desembarçou 390.029 Declarações de Importação e 230.879 Declarações de Exportação, totalizando 620.908 despachos, o que representa 16,45% do total desembarçado no País. Os valores transacionados passaram de US\$ 73,6 bilhões em 2012, para US\$ 77,1 bilhões em 2013. As encomendas postais desembarçadas em 2013 registraram crescimento de 25% em relação ao ano de 2012. E, para atender demanda nacional, a partir de maio de 2013, duas alfândegas da 9ª Região Fiscal, passaram a operar 24 horas.

As atividades de repressão aduaneira resultaram na apreensão de bens – tais como artigos de informática, brinquedos, eletrônicos, cigarros, mídias para gravação, óculos, pneus, vestuário, celulares e videogames - na ordem de US\$ 679 milhões em valores de mercado. 4.260 veículos, dentre automóveis, motocicletas, camionetes, caminhões, ônibus e outros (embarcações, carretas), foram apreendidos. Aproximadamente, 4,9 toneladas de substâncias entorpecentes ilícitas foram apreendidas. Pelos delitos flagrados durante as operações de repressão aduaneira, 994 prisões foram efetuadas.

A Receita Federal do Brasil presta atendimento ao contribuinte em três modalidades: atendimento presencial; atendimento virtual e atendimento telefônico.

O atendimento presencial se dá por meio dos Centros de Atendimento ao Contribuinte (CAC), localizados nas Delegacias da Receita Federal e nas Alfândegas, bem assim pelas Agências e Inspetorias da Receita Federal, totalizando 63 unidades na 9ª Região Fiscal, sendo 26 no estado de Santa Catarina e 37 no estado do Paraná.

Presencialmente, a Receita Federal do Brasil, na 9ª Região fiscal, prestou 2.405.311 serviços, no período entre janeiro e dezembro de 2013. Esse número significa médias aproximadas de 200.442 serviços por mês e 9.100 por dia útil. Não estão incluídos, nestes números, os atendimentos prestados nas unidades aduaneiras (portos, aeroportos e fronteiras), exceto os atendimentos nos Centros de Atendimento ao Contribuinte das Alfândegas do Porto de Itajaí/SC; São Francisco do Sul/SC e de Paranaguá/PR. Aproximadamente 97% dos atendimentos pessoais prestados na 9ª RF são conclusivos, significando que o contribuinte resolve sua pendência já na primeira vez, sem precisar retornar, enquanto que, em média, para o ano de 2013, em 92,02% dos serviços prestados, o interessado esperou, no máximo, 15 minutos aguardando para ser chamado.

O atendimento virtual ocorre por meio da página da Receita Federal do Brasil na rede internet, disponibilizando serviços em 3 modalidades de acesso diretamente na página: acesso público; acesso restrito por senha ou código de acesso e acesso mediante certificação digital. Os serviços prestados mediante senha, código de acesso ou certificado digital são prestados pelo Portal denominado “e-Cac”, que totalizam 8.049.068 serviços virtuais no ano de 2013 nos estados do Paraná e de Santa Catarina (9ª Região Fiscal). Além destes serviços, são prestadas informações e orientações tributárias por meio do serviço “Fale Conosco”, também na página RFB.

O atendimento telefônico é prestado por intermédio do nº 146, cujo atendimento é centralizado e de âmbito nacional.

A Receita Federal do Brasil, também presta atendimento ao contribuinte por meio dos convenientes Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Correios, para atendimento de inscrição e alteração do Cadastro de Pessoas Físicas.

Ainda como realizações na área de atendimento ao contribuinte, de se citar a realização de treinamento e implantação do convênio de atendimento CPF aos custodiados no estado do Paraná para fins de ampliar o acesso gratuito ao Cadastro de Pessoas Físicas, conforme disposto no art. 2º, inciso V do Decreto 6289/2007 e a elaboração e encaminhamento de demanda ao SERPRO contendo as especificações para a construção de aplicativo a ser utilizado pela Junta Comercial do Estado do Paraná para deferimento do CNPJ juntamente com o registro da empresa, em atendimento ao disposto no art. 9º da Lei 11.598/2007 que prevê entrada única de dados cadastrais e documentos. Este aplicativo dará início à implantação do processo de Simplificação e Integração do Registro e Legalização de Empresários e de Pessoas Jurídicas, no âmbito da Redesim, no Estado do Paraná.

Para o treinamento de servidores, a UJ disponibilizou 4511 vagas num total de 341 turmas. Para o desenvolvimento gerencial, foram realizados 18 eventos com a oferta de 406 vagas.

Na área de programação e logística, os recursos executados no SIAFI por esta região alcançaram o patamar de R\$ 80.640.340,19, sendo R\$ 73.952.580,50 relativo a custeio e R\$ 6.687.759,69 de capital (investimentos). Do total de recursos disponibilizados em 2013, R\$ 10.857.175,08 foram inscritos em Restos a Pagar, sendo R\$ 6.070.814,06 relativo a custeio e R\$ 4.786.361,02 relativo a capital. O nível de execução das despesas liquidadas (excluindo-se os Restos a Pagar) desta região fiscal foi de 91,79% em relação a despesa de custeio (corrente) e de 28,43% das despesas de capital (investimentos).

A Superintendência realizou 37 licitações envolvendo valores de referência totais na ordem de R\$ 19.579.588,69. Todavia, o valor total das contratações foi de R\$ 15.241.562,06, representando uma economia média 22,16% nos certames, cujos objetos variam de aquisição de bens à prestação de

serviços e à obras e reformas de engenharia.

A UJ destinou, no exercício de 2013, R\$ 12.687.273,49 em mercadorias apreendidas, reduzindo em, aproximadamente, 18% o estoque de bens apreendidos e armazenados em seus Depósitos. Ainda, arrecadou, no exercício, o valor total de R\$ 116.679.555,00 em 31 leilões públicos realizados e destruiu 72.243.800 maços de cigarros apreendidos.

PRINCIPAIS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL NO EXERCÍCIO DE 2013.

A perda de arrecadação decorrente das desonerações tributárias, especialmente na Contribuição Previdenciária sobre a folha de pagamento, e pelo valor de débitos compensados no ano de 2013, cujo valor é 30% superior ao compensado no ano de 2012 (R\$ 5,54 bilhões), foram alguns dos principais obstáculos pela UJ em 2013.

Também vale destacar as alterações de jurisdição fiscal, por incorporação, de contribuintes de alta capacidade contributiva, as quais resultaram, para a região, numa perda significativa de arrecadação R\$ 370 milhões.

Na área da Administração Tributária, foram obstáculos o contingenciamento de implementação de demandas de sistemas, fato que decorre de restrições de vários aspectos (tais como financeiras, orçamentárias e servidores disponíveis para desempenhar os trabalhos de âmbito nacional). Ainda, de se citar dificuldades enfrentadas em razão da migração dos sistemas previdenciários, que ocasionou a necessidade de alocar servidores para executar trabalhos que poderiam ter sido feitos eletronicamente, além de gerar dificuldades pontuais para as atividades de cobrança e gerenciamento do crédito previdenciário.

A significativa restrição (contingenciamento) de créditos orçamentários obrigou a readequação das operações e atividades fins desta Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal durante todo o exercício de 2013, privilegiando as operações de fiscalização e atividades aduaneiras e reduzindo as atividades administrativas que requeriam deslocamentos, cujas reuniões muitas vezes foram realizadas por meio da tecnologia de “vídeo conferência”.

Também apresenta-se como dificuldade experimentada a disponibilidade da rede lógica e dos sistemas eletrônicos de atendimento, assim como as migrações de redes, plataformas eletrônicas, equipamentos e sistemas.

Na área de atendimento ao contribuinte, importa ressaltar o “ataque Robô” no aplicativo de coleta de informações do CNPJ, no Município de Curitiba. No período de 27/09 a 03/10 houve o envio de milhares de solicitações de inscrição/alteração/baixa no CNPJ, para o município de Curitiba, consistindo, a maioria, em solicitações indevidas provenientes de um ataque robô no Programa Gerador de Documentos do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (Coleta Web), o qual é utilizado para solicitar atos perante o CNPJ. Devido ao grande número de solicitações de CNPJ indevidamente encaminhadas, houve sobrecarga do sistema inviabilizando o funcionamento normal do fluxo de atendimento do Cadastro Sincronizado em Curitiba. Isto se deu tanto em relação ao CNPJ quanto em relação à liberação de alvará de funcionamento na Prefeitura de Curitiba. A partir de outubro, a RFB implementou medidas para impedir que houvesse novo ataque. Posteriormente, no mês de novembro, houve novo ataque Robô, no entanto, de menores proporções, pois foi prontamente detectado e solucionado dado à experiência anterior.

Por fim, de se destacar o déficit observado entre o ingresso de novos servidores e o egresso dos

atuais apresenta-se com obstáculo permanente enfrentado pela UJ e todas as suas Divisões, como se verá em tópico específico deste Relatório. Este déficit crescente torna muito árdua a tarefa dos dirigentes frente às metas crescentes de desempenho. Manter o equilíbrio entre as forças de trabalho das áreas fim e as áreas meio das unidades tem sido um desafio constante e uma demonstração de valentia dos nossos dirigentes.

DESAFIOS PARA 2014.

Os desafios da UJ para o exercício de 2014 são: continuar a absorver com excelência o crescimento no comércio exterior na 9ª região fiscal; monitorar as maiores quedas mensais de arrecadação, compensações mensais e débitos suspensos com prioridade na implementação das ações de cobrança e fiscalização próximas ao fato gerador.

Concluir os estoques de dossiês de contribuintes a serem fiscalizados em 2014 e iniciar o processo de seleção para 2015; cumprir as desafiadoras metas de encerramento de procedimentos de fiscalização, de revisão de declarações, de lançamento de crédito tributário e de emissão de Representações Fiscais para Fins Penais (RFFP).

Dar atendimento ao controle do crédito tributário cujas ações dependiam de demandas impactada pelo represamento de trabalhos em função da migração de sistemas da Dataprev. No aspecto da garantia do crédito tributário, ampliar a participação da Administração Tributária nos resultados do Indicar do Crédito Tributário Garantido. Nacionalmente, com a implantação da nova DCTF com dados previdenciários, promover regionalmente a disseminação de conhecimento necessário ao controle e cobrança desses créditos controlados em novos sistemas.

Na área de repressão dos delitos de contrabando e descaminho, os desafios são manter a motivação dos servidores que trabalham na atividade de vigilância e repressão, tendo em vista o alto risco da atividade, o desgaste do trabalho externo, em qualquer dia da semana, sob qualquer condição climática e o cumprimento das metas sem o devido incremento dos recursos humanos e materiais.

Na área de atendimento ao contribuinte, pretende-se dar continuidade ao processo de implantação do deferimento do CNPJ na Junta Comercial do Estado do Paraná, que será importante marco para a futura implantação da Redesim no Estado do Paraná; iniciar tratativas e ações com vistas a estabelecer convênios para atendimento de CPF, visando ampliar o acesso gratuito ao Cadastro de Pessoas Físicas, conforme disposto no art. 2º, inciso V do Decreto 6.289/2007 e dar início a tratativas e ações com a finalidade de estabelecer convênios, com órgãos públicos, visando reforçar a segurança dos processos de inscrição no CPF, ampliando a capacidade de coibir eventuais fraudes.

Concentrar esforços para cumprir as metas de capacitação, tanto no grau de amplitude (quantidade de servidores capacitados em relação aos ativos), quanto no grau de aprofundamento (quantidade de horas de capacitação em relação a quantidade de servidores capacitados).

Enfim, a diretriz desta UJ é a mesma de toda a Receita Federal do Brasil: cumprir com sua missão institucional, que é exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade, com a visão de que a Receita Federal do Brasil deve ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional.

Como resultados esperados, tem-se a aproximação da arrecadação efetiva da potencial, elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras, contribuir para o fortalecimento

do comércio exterior e para a proteção da sociedade, aumentar a percepção de equidade na atuação da instituição e fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade.

Tais resultados serão frutos de algumas ações efetivas, tais como o combate incansável e contínuo contra a sonegação, ao contrabando e descaminho, excelência no atendimento ao contribuinte, cumprimento integral das normas administrativas; forte rigidez no controle do crédito orçamentário, privilegiando as atividades fins sem afetar as atividades meio.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 1: Identificação e Atributos das Unidades Cujas Gestões Compõem o Relatório
(Item 1, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 001929	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
Denominação Completa: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal – SRRF09				
Denominação Abreviada: Superintendência da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal				
Código SIORG: 003165		Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 170156
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: órgão público.			CNPJ: 00.394.460/0135-53	
Principal Atividade: administração tributária			Código CNAE: 8411-6/00	
Telefones/Fax de contato:		(041) 3320 - 8276		(041) 3320 - 8489
Endereço Eletrônico: internetrfb@receita.fazenda.gov.br				
Página na Internet: http://www.receita.fazenda.gov.br				
Endereço Postal: Rua Marechal Deodoro, 555, 10º andar, Centro, Curitiba/PR, CEP 80020-911				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 09ª região fiscal	00.394.460/0135-53	170156	ativa	3165
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
Lei Ordinária nº 11.457 de 16 de março de 2007, publicada no D.O.U. em 19 de março de 2007.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas				
Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U. em 17 de maio de 2011;				
Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U em 17 de maio de 2012;				
Portaria MF nº 512, de 02 de outubro de 2013, publicada no D.O.U em 04 de outubro de 2013.				
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas				
Carta de Serviços ao Cidadão				
Cartilha Prevenção à Fraude Tributária com Títulos Públicos Antigos (publicação conjunta com a STN, PGFN e MPU)				
Cartilha do Regime de Tributação Unificada (RTU)				
RTU - Manual de Usuário - Perfil Condutor Paraguaio/Brasileiro				
RTU - Manual de Usuário - Perfil Representante do Vendedor Paraguaio				
RTU - Manual de Usuário - Perfis Responsável e Representante de Microimportador				
Manual de Despacho de Importação				
Manual de Despacho de Exportação				
Manual do Usuário - Empresa de Transporte Expresso Internacional				
Manual do Imposto de Renda Retido na Fonte - Mafon – 2013				
Manual para Aplicação de Sanções Administrativas em procedimentos de contratações públicas				
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI	Nome			
170157	DELEGACIA DA RFB EM CASCAVEL			
170158	DELEGACIA DA RFB EM CURITIBA			
170159	DELEGACIA DA RFB EM LONDRINA			
170160	DELEGACIA DA RFB EM PONTA GROSSA			
170161	DELEGACIA DA RFB EM MARINGÁ			
170162	DELEGACIA DA RFB EM FOZ DO IGUAÇU			
170163	ALFÂNDEGA DA RFB PORTO DE PARANAGUÁ			
170169	DELEGACIA DA RFB EM FLORIANÓPOLIS			
170170	DELEGACIA DA RFB EM JOAÇABA			
170171	DELEGACIA DA RFB EM JOINVILLE			
170172	ALFÂNDEGA DA RFB PORTO DE ITAJAÍ			
170314	DELEGACIA DA RFB EM BLUMENAU			
170315	DELEGACIA DA RFB EM LAGES			

170342	INSPETORIA DA RFB EM FLORIANÓPOLIS
170343	INSPETORIA DA RFB EM CURITIBA
170389	ALFÂNDEGA DA RFB PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
170157	00001
170158	00001
170159	00001
170160	00001
170161	00001
170162	00001
170163	00001
170169	00001
170170	00001
170171	00001
170172	00001
170314	00001
170315	00001
170342	00001
170343	00001
170389	00001

Fonte: SIORG e SIAFI.

1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, entre outras atribuições, é responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e os incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do País. Auxilia, ainda, o Poder Executivo Federal na formulação da política tributária brasileira, além de trabalhar na prevenção e combate à sonegação fiscal, ao contrabando, ao descaminho, à pirataria, à fraude comercial, ao tráfico de drogas e de animais em extinção e a outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

Para exercer suas competências e realizar sua missão, a RFB tem delineada sua estrutura organizacional em dois níveis: central e descentralizado. O primeiro nível, composto pelas Unidades Centrais, desenvolve atividades normativas, de supervisão e de planejamento; o segundo, composto por órgãos regionais e locais, desempenha as funções de execução e de operação. A estrutura funcional permite a cada nível desenvolver as funções básicas da Administração Tributária e Aduaneira.

Para garantir a presença em todo o país e a capilaridade necessária para o exercício de suas competências, a RFB divide o território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF), que se subordina diretamente ao Secretário.

Às Superintendências compete a supervisão, no limite de suas jurisdições, das atividades de tributação, arrecadação, cobrança, fiscalização, controle aduaneiro, combate aos ilícitos fiscais e aduaneiros, cadastros, acompanhamento dos maiores contribuintes, interação com o cidadão, tecnologia e segurança da informação, gestão de pessoas e programação e logística.

Cada uma das dez Superintendências jurisdiciona sua respectiva Região Fiscal (RF):

Jurisdição das Regiões Fiscais

RF	Unidade da Federação	Sede
1ª RF	DF, GO, MT, MS e TO	Brasília
2ª RF	PA, AC, AM, RO, RR e AP	Belém
3ª RF	CE, MA e PI	Fortaleza
4ª RF	PE, AL, PB e RN	Recife
5ª RF	BA e SE	Salvador
6ª RF	MG	Belo Horizonte
7ª RF	RJ e ES	Rio de Janeiro
8ª RF	SP	São Paulo
9ª RF	PR e SC	Curitiba
10ª RF	RS	Porto Alegre

Compõem a estrutura da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª região fiscal:

- Divisão de Arrecadação e Cobrança (DIRAC);
- Divisão de Fiscalização (DIFIS);
- Divisão de Administração Aduaneira (DIANA);

- Divisão de Tributação (DISIT);
- Divisão de Interação com o Cidadão (DIVIC);
- Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho (DIREP);
- Divisão de Programação e Logística (DIPOL);
- Divisão de Tecnologia da Informação (DITEC);
- Divisão de Gestão de Pessoas (DIGEP); e
- Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (SEMAC).

Segundo Regimento Interno da RFB – aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 com alterações posteriores – à Divisão de Arrecadação e Cobrança compete gerenciar as atividades de arrecadação e de cobrança de créditos tributários, propor metas e avaliar a execução nas unidades da respectiva região fiscal, e, em especial as atividades relativas às ações judiciais, restituição, compensação, ressarcimento, reembolso, imunidade, suspensão, isenção e redução de alíquotas em matéria tributária.

À Divisão de Fiscalização compete coordenar e gerenciar as ações de programação e fiscalização e a utilização de instrumentos de controle especiais aplicáveis às operações de produção e comercialização, exceto em relação aos tributos e direitos comerciais relativos ao comércio exterior.

À Divisão de Administração Aduaneira compete gerenciar as atividades de pesquisa, seleção e fiscalização aduaneira e de habilitação de importadores e exportadores para operar no Siscomex; orientar acerca de procedimentos e sistemas informatizados da área aduaneira, além da aplicação da legislação aduaneira; examinar e emitir parecer em recursos administrativos contra atos decisórios praticados por autoridades diretamente subordinadas ao Superintendente relativos a matéria compreendida na legislação aduaneira; acompanhar, supervisionar e apoiar as atividades de controle aduaneiro desempenhadas pelas unidades jurisdicionadas; e desenvolver estudos e sugerir medidas para o aperfeiçoamento do controle aduaneiro.

À Divisão de Tributação compete orientar as unidades da região fiscal acerca da interpretação da legislação e sobre as decisões em matéria tributária, na esfera administrativa ou judicial; examinar e emitir parecer em recursos administrativos dirigidos ao Superintendente, no âmbito de sua competência; examinar e propor informação em mandado de segurança impetrado contra o Superintendente; examinar e emitir parecer nos pedidos relativos a regimes fiscais especiais previstos na legislação tributária específica e de competência da Superintendência; e desenvolver estudos e pesquisas, com vistas a oferecer sugestões para o aperfeiçoamento da legislação tributária.

À Divisão de Interação com o Cidadão compete gerenciar as atividades de interação com o cidadão, inclusive quanto aos serviços prestados por conveniados, as atividades de Ouvidoria e de Educação Fiscal, bem como planejar, controlar e avaliar as atividades relativas aos cadastros da RFB.

À Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho compete gerenciar as atividades de vigilância e repressão aduaneira; executar ações de repressão ao contrabando, descaminho, porte ou transporte não autorizado de moeda, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e

drogas afins, observada a competência específica de outros órgãos; formalizar os correspondentes autos de infração e representações fiscais, conforme planejamento das operações; e efetuar o levantamento e troca de informações internas e externas necessárias para o planejamento e execução das operações em sua área de atuação.

À Divisão de Programação e Logística compete as atividades relacionadas à programação e execução orçamentária e financeira, contabilidade, logística, comunicação administrativa, licitações, gestão de contratos, supervisão e execução de projetos, obras e serviços de engenharia, gestão de documentos, apoio administrativo, gestão de recursos materiais e patrimoniais, serviços gerais e administração de mercadorias apreendidas, bem assim administrar e supervisionar as atividades pertinentes ao Serviços de Gestão de Mercadorias Apreendidas e as Seção de Obras e Serviços de Engenharia .

À Divisão de Tecnologia da Informação - Ditec compete gerenciar o ambiente informatizado; gerenciar e aplicar políticas, normas e procedimentos de segurança da informação; gerenciar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação; executar a prospecção, a avaliação, a internalização e a disseminação de tecnologias, produtos e serviços de informática; supervisionar e executar o cadastramento, habilitação e certificação digital de usuários e cadastradores do ambiente informatizado; e supervisionar as atividades relativas à guarda, recuperação e disseminação de informações econômico-fiscais.

À Divisão de Gestão de Pessoas compete, ressalvada a competência específica das Unidades Descentralizadas dos órgãos setoriais do Ministério da Fazenda, gerenciar e supervisionar as atividades de gestão de pessoas, acompanhar ações judiciais pertinentes, realizar ações destinadas à promoção dos valores morais e éticos imprescindíveis ao enriquecimento da cultura organizacional, no âmbito da respectiva região fiscal, bem como executar as atividades de elaboração da folha de pagamento, concessão de vantagens, indenizações, gratificações, adicionais, ressarcimentos, consignações e benefícios, dos servidores em exercício nas unidades situadas no respectivo Estado.

Por fim, ao Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes compete gerenciar as atividades de identificação e acompanhamento diferenciado de contribuintes de maior potencial tributário, inclusive a análise dos setores e grupos econômicos aos quais pertençam e propor metas para as unidades da respectiva região fiscal, bem assim, elaborar a previsão, acompanhamento e análise de receitas.

Subordinam-se às Superintendências as unidades locais da RFB, que se classificam em delegacias, inspetorias e alfândegas; às delegacias estão subordinadas agências e inspetorias de classes menores, como se verá adiante no organograma funcional.

Às Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF), às Alfândegas da Receita Federal do Brasil (ALF) e às Inspetorias da Receita Federal do Brasil (IRF) de Classe Especial, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, no que couber, desenvolver as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes, de atendimento e interação com o cidadão, de comunicação social, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização, modernização.

Às Agências da Receita Federal do Brasil (ARF) compete executar as atividades de atendimento ao contribuinte, tais como: prestar informações ao contribuinte, excetuando-se as que envolverem interpretação de legislação; recepcionar declarações, requerimentos, manifestações de

inconformidade, impugnações e recursos voluntários e formalizar processos administrativos; fornecer cópias de declarações, processos e outros documentos na sua área de competência; expedir e cancelar certidões relativas à situação fiscal e cadastral do contribuinte; realizar ajustes nos sistemas de cadastro, controle de créditos tributários e pagamentos; examinar e executar as atividades relacionadas com os pedidos de regularização de obras de construção civil que não implique em verificação de escrituração contábil; executar os procedimentos de retificação e correção de documentos de arrecadação, excetuando-se os de valor total e data de arrecadação; examinar pedidos de parcelamento de débitos; examinar pedidos de revisão de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, nos casos de pagamento ou parcelamento do débito antes da inscrição; preparar e controlar os processos administrativos fiscais, excetuando-se os que envolverem ações judiciais; prestar ao Juízo solicitante, ao Ministério Público e aos demais órgãos, informações sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados, respeitadas as limitações impostas pela legislação vigente; e promover a educação fiscal.

Unidades descentralizadas da RFB – 9ª região fiscal

UNIDADES DESCENTRALIZADAS RFB 9ª RF	QUANTIDADE
SRRF	1
DRF	11
IRF de Classe Especial “B” e “C”	2
IRF de Classe “A” e “B”	7
ALF	3
Agência	42
TOTAL	66

Ao longo deste relatório será demonstrado como a RFB busca atingir seus objetivos, cumprindo sua missão e perseguindo sua visão de futuro. A RFB tem fornecido ao Estado recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social, e prestado à sociedade serviços de alta qualidade, o que demonstra a sua busca constante por excelência em seus processos internos.

O planejamento estratégico na RFB é um processo dinâmico por meio do qual são definidos os caminhos que a organização deverá trilhar mediante um comportamento proativo e coerente com sua missão, levando em conta a análise de seu ambiente, buscando atingir seus objetivos estratégicos e alcançar sua visão de futuro.

O atual ciclo de planejamento abrange o período de 2012 a 2015.

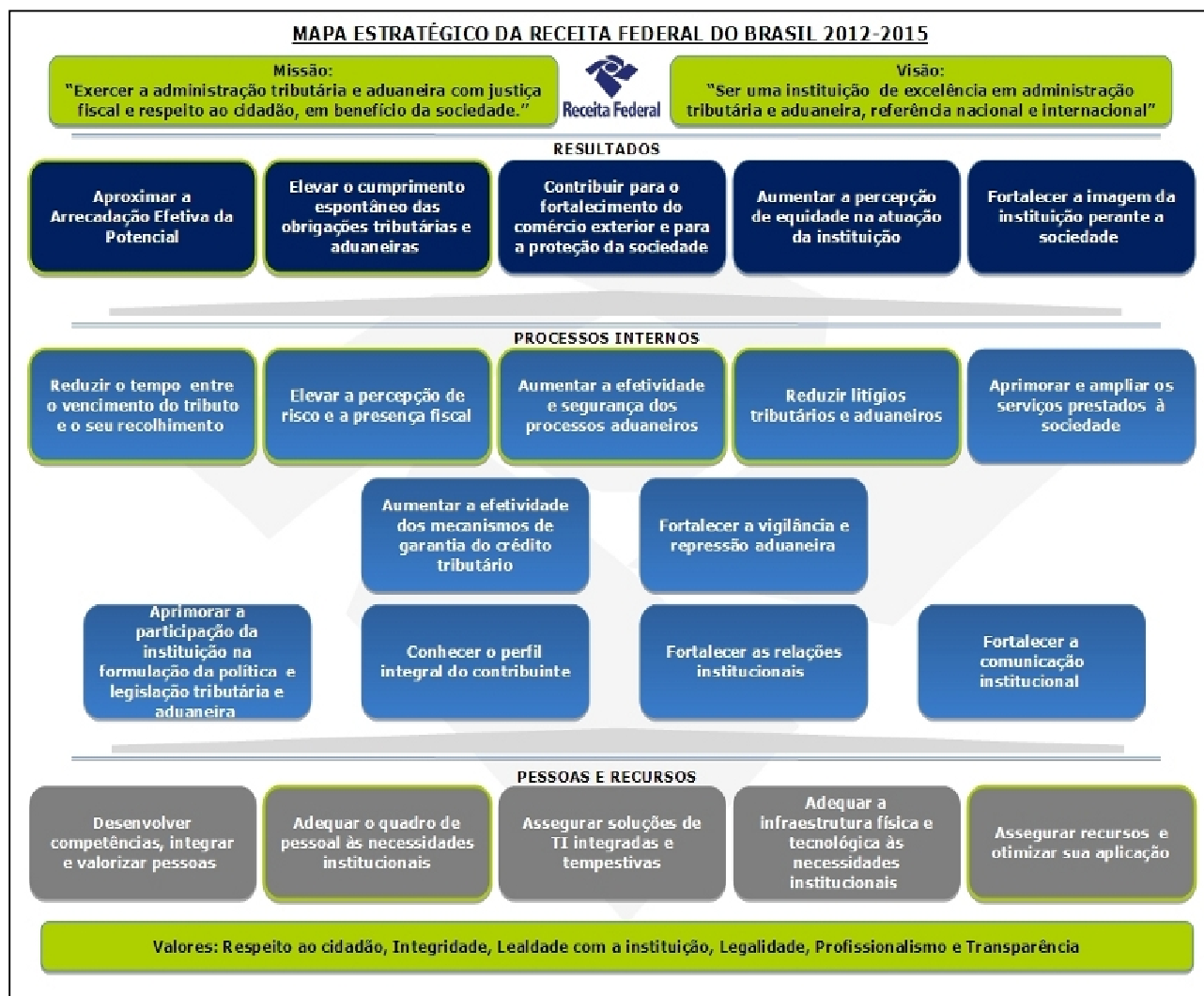
Os marcos institucionais da RFB estão expressos em sua missão, sua visão de futuro e em seus valores institucionais.

O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas está expresso por meio da sua missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB está assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que norteiam as ações da RFB e seu corpo funcional são: respeito ao cidadão, integridade, lealdade com a instituição, legalidade e profissionalismo e transparência.

O Mapa Estratégico da RFB (figura a seguir) traduz a missão, a visão de futuro e a estratégia da RFB por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.



Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013.

As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da Instituição; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" - o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade. As três perspectivas são as grandes áreas ou dimensões de atuação da RFB e englobando os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro da Instituição.

São 21 objetivos estratégicos perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, sendo que 8 deles, identificados no Mapa com uma borda verde, são os "objetivos-batalha", selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB e acompanhados com atenção especial pela administração. Os objetivos estão distribuídos de forma balanceada pelas perspectivas do Mapa Estratégico:

Mapa Estratégico	
Perspectiva	Objetivo
Resultados	Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial
	Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras
	Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade
	Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição
	Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade
Processos Internos	Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento
	Elevar a percepção de risco e a presença fiscal
	Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros
	Reduzir litígios tributários e aduaneiros
	Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade
	Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário
	Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira
	Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira
	Conhecer o perfil integral do contribuinte
	Fortalecer as relações institucionais
	Fortalecer a comunicação institucional
Pessoas e Recursos	Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas
	Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais
	Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas
	Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais
	Assegurar recursos e otimizar sua aplicação

No ano de 2013, considerando a amplitude dos objetivos estratégicos, foram estabelecidas diretrizes a eles vinculadas. As diretrizes, apresentadas no quadro a seguir, são os caminhos a serem seguidos para o atingimento de tais objetivos:

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Prover a RFB de estrutura física compatível com suas necessidades
	Prover infraestrutura tecnológica atualizada e segura
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Implementar política permanente de ingresso e movimentação de servidores
	Ampliar Política de Trabalho a Distância
Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Ampliar a capacidade de elaboração de estudos e de simulações econômico tributárias
	Estimular a participação dos servidores das unidades descentralizadas na elaboração de normas.
	Descentralizar a elaboração/atualização dos Regulamentos tributários e aduaneiros
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Integrar os canais de atendimento e uniformizar a prestação de serviços
	Incentivar e facilitar a autorregularização pelo contribuinte
	Promover ações de Educação Fiscal integradas ao atendimento ao cidadão
	Simplificar normas, procedimentos e obrigações
	Intensificar o atendimento não presencial
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Vincular o Orçamento ao Planejamento Estratégico
	Padronizar a gestão dos procedimentos licitatórios e de contratos
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Instituir política de desenvolvimento interno de sistemas.
	Fortalecer uso de ferramentas de comunicação virtual
	Fortalecer a Governança em Tecnologia da Informação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Aprimorar a qualidade do lançamento para aumentar a recuperação do crédito tributário
	Aperfeiçoar os cadastros e permitir o intercâmbio de informações internas e externas.
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Aplicar os conceitos de gerenciamento de risco nos processos aduaneiros
	Racionalizar e uniformizar os processos de trabalho aduaneiros
	Integrar os sistemas de controle do comércio exterior a outros sistemas institucionais ou externos
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Estabelecer e consolidar fluxo de informações necessárias ao conhecimento do perfil integral do contribuinte.
	Incrementar ações de acompanhamento de grupos e setores econômicos
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Desenvolver as competências fundamentais, gerenciais e específicas dos servidores
	Consolidar a Política de Meritocracia
	Ampliar a capacitação por meio de Ensino a Distância
	Ampliar o programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho para unidades Regionais e Locais

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Alinhar os processos de trabalho da fiscalização aduaneira com a fiscalização de tributos internos
	Flexibilizar a jurisdição da fiscalização aduaneira
	Ampliar a atuação da RFB nas regiões de fronteira
	Estabelecer mecanismos mais efetivos para prevenção e combate aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.
	Implementar a Utilização da Escrituração Fiscal Digital-Social nos procedimentos fiscais
	Ampliar o número de pessoas jurídicas médias e optantes do simples a serem fiscalizadas
	Aperfeiçoar a elaboração de dossiês para a fiscalização
	Reduzir a evasão do crédito tributário
	Intensificar a divulgação das ações da RFB
Fortalecer a comunicação institucional	Aperfeiçoar a utilização de comunicação social para melhoria da imagem da RFB
	Aperfeiçoar a comunicação interna com o objetivo de motivar e integrar pessoas
Fortalecer a Vigilância e Repressão Aduaneira	Introduzir novas tecnologias de apoio aos processos aduaneiros
Fortalecer as relações institucionais	Fomentar e fortalecer a cooperação com outras Administrações Aduaneiras e Tributárias, com órgãos de fiscalização e controle nacionais e internacionais, e com organismos internacionais.
	Conhecer as partes interessadas nas atividades da RFB e identificar oportunidades de parceria
	Participar de fóruns que tratem de temas relevantes e de interesse da RFB
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Identificar temas divergentes no contencioso e propor soluções
	Agilizar a solução dos processos de consultas
	Disponibilizar legislação tributária e aduaneira e sua jurisprudência de modo acessível, completa e tempestiva
	Aprimorar e ampliar a edição de atos interpretativos
	Descentralizar a criação e a manutenção dos manuais de procedimentos
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Aproximar os procedimentos fiscais do fato gerador do tributo
	Reduzir o prazo para análise de créditos pleiteados pelo contribuinte
	Fortalecer as ações de cobrança administrativa.
	Agilizar a solução de litígios

A execução da estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB e com orientação do Plano Plurianual - PPA 2012/2015. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas

diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais.

A relação de projetos estratégicos do portfólio de projetos de 2013 atinge um número maior de objetivos estratégicos e contempla com mais projetos os “objetivos-batalha” que foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB e são acompanhados com atenção especial pela administração. Abaixo, a relação dos projetos com respectivos objetivos:

Objetivos estratégicos	Projetos Estratégicos Institucionais
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	*Projeto Gestão de Recursos
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	*Ampliação da Segurança da Informação *Construção do Edifício Sede II do MF em Brasília e recuperação dos Edifícios Sede do MF no RJ e SP
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	-
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	-
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	-
Fortalecer a comunicação institucional	-
Fortalecer as relações institucionais	*Projeto de Integração Nacional – REDESIM
Conhecer o perfil integral do contribuinte	*Projeto de Integração dos Cadastros da RFB – Novo CNPJ
Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	*Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB – Sipet *Implementar o Sistema @tos
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	-
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	*SINTER – Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	*m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis) *Implantação do Escritório de Processos da RFB *SCC – Pagamento Automático *SCC – Reintegra
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	*Implantar o Sistema Requerimentos
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	*SISCOMEX Carga *Projeto SISAM *Projeto SISCOMEX EXPORTAÇÃO *Projeto SISCOMEX IMPORTAÇÃO *Programa GRANDE EVENTOS *Programa Portal Único do Comércio Exterior - PCE
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	*SPED – EFD SOCIAL *SPED – Integração

Objetivos estratégicos	Projetos Estratégicos Institucionais
	*SCC – Créditos Pis/Cofins
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	*PUC - Programa de Unificação dos Créditos *e-Processo *SIC – Programa Sistemas Integrados do Crédito Público

Dos 25 (vinte e cinco) projetos estratégicos institucionais, 3 (três) tinham previsão de encerramento em 2013, contudo, nenhum deles foi encerrado; 10 (dez) com previsão para 2014; 5 (cinco) em 2015; 3 (três) em 2016; e 4 (quatro) com previsão de término para anos posteriores.

Para determinar o grau de atingimento dos objetivos estratégicos e do avanço em direção à plena execução da estratégia da Instituição, estão associados àqueles objetivos 52 (cinquenta e dois) indicadores estratégicos (Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013). Para todos os indicadores disponíveis foram estabelecidas metas. 32 (trinta e dois) indicadores são desdobráveis até o nível regional e local e são medidores do desempenho das unidades descentralizadas (superintendências, delegacias, alfândegas e inspetorias).

No processo de avaliação do resultados da Instituição no ano de 2013 é necessária a análise dos indicadores que estão vinculados a cada objetivo. Observando-se o Painel de Desempenho da Receita Federal do Brasil, neste relatório apresentado adiante no item 2.1 e a análise de cada um dos indicadores disponíveis apresentado no item 2.3, é possível verificar detalhadamente os fatores que influenciaram decisivamente o atingimento dos objetivos estratégicos.

1.3 - Organograma Funcional

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministério da Fazenda, tem por finalidade:

Planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB tem a seguinte estrutura:

I - UNIDADES CENTRAIS

1. ASSESSORAMENTO DIRETO

2. ATIVIDADES ESPECÍFICAS - SUBSECRETARIAS

II - UNIDADES DESCENTRALIZADAS

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRRF

Como frisado, a Receita Federal do Brasil – RFB está dividida em 10 Superintendências Regionais (Regiões Fiscais).

Às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil - SRRF compete, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, no âmbito da respectiva jurisdição, gerenciar o desenvolvimento das atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de acompanhamento dos contribuintes diferenciados, de interação com o cidadão, de comunicação social, de tributação, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de contabilidade, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização e modernização, bem assim supervisionar as atividades das unidades subordinadas e dar apoio técnico, administrativo e logístico às subunidades das Unidades Centrais localizadas na região fiscal.

Estão subordinadas às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil - SRRF's, as Unidades abaixo:

1 - DELEGACIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - DRF, ALFÂNDEGAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ALF, e INSPETORIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - IRF, Classe Especial

Às Delegacias da Receita Federal do Brasil - DRF's, Alfândegas da Receita Federal do Brasil - ALF's e Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF's de classes "Especial A", "Especial B" e "Especial C", quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, no que couber, desenvolver as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes, de atendimento e interação com o cidadão, de comunicação social, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização, e modernização.

1.1 - Às Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF's de Classes "A" e "B", quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, no âmbito da respectiva jurisdição, são inerentes as competências do artigo anterior, em seu caput e respectivos incisos, excetuando-se as relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial.

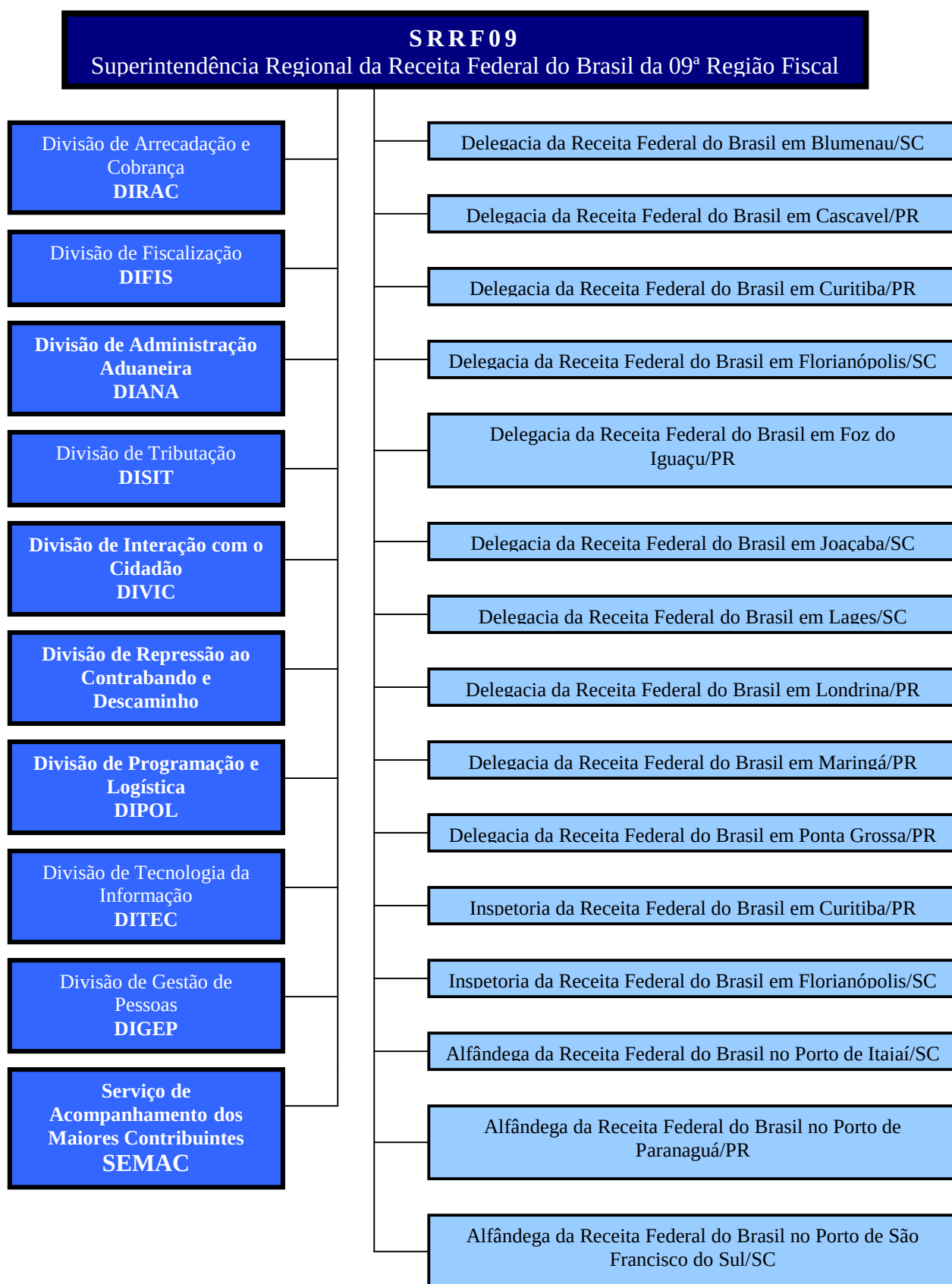
1.2 - AGÊNCIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ARF's

Às Agências da Receita Federal do Brasil - ARF's compete executar as atividades de atendimento ao contribuinte.

Obs.: **a) As Agências da Receita Federal do Brasil - ARF's são subordinadas às Delegacias da Receita Federal - DRF's.**

b) As Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF, são subordinadas às DRF's, ALF's ou às IRF's - Classe Especial.

Organograma da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 09ª região fiscal

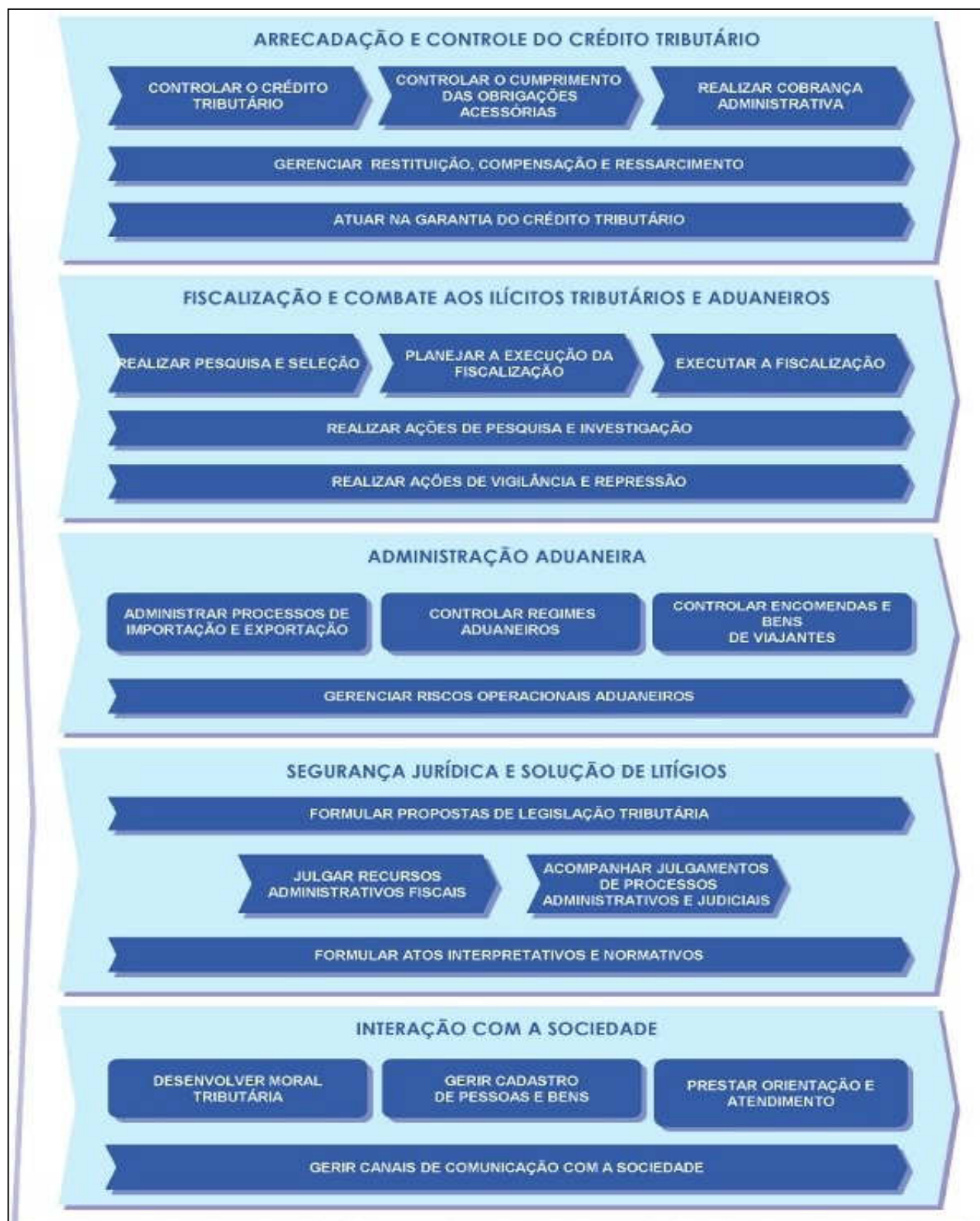


Unidades Descentralizadas



QUANTIDADE DE UNIDADES DESCENTRALIZADAS NA 9ª REGIÃO FISCAL	
Tipo	Quantidade
SRRF	1
DRF	11
IRF de Classe Especial “B” e “C”	2
IRF de Classe “A” e “B”	7
ALF	3
Agência	42
TOTAL	66
Observações: 1 - Das 67 unidades da Receita Federal do Brasil descentralizadas na 09ª região fiscal, apenas 16 estão sob a jurisdição da Superintendência, quais sejam: todas as Delegacias (DRF), as Inspetorias (IRF) de Classe Especial “A” e “B” – sediadas em Curitiba e Florianópolis – e todas as Alfândegas (ALF). 2 - Já as Inspetorias (IRF) de Classe “A” e “B” – sediadas nos Municípios de Capanema/PR, Dionísio Cerqueira/SC, Guairá/PR, Imbituba/SC, Santa Helena/PR, Santo Antônio do Sudoeste/PR e São Miguel do Oeste/SC - estão sob a jurisdição de Delegacias e Inspetorias de Classe Especial. 3 - As Agências da Receita Federal do Brasil estão sob a jurisdição de Delegacias e estão sediadas nos seguintes Municípios: Brusque, Rio do Sul, Timbó, Francisco Beltrão, Iporã, Laranjeiras do Sul, Pato Branco, Toledo, Araucária, Colombo, São José dos Pinhais, Araranguá, Criciúma, Itajaí, São José, Tubarão, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Caçador, Chapecó, Concórdia, Videira, Xanxerê, Canoinhas, Jaraguá do Sul, Mafra, São Bento do Sul, Apucarana, Arapongas, Cornélio Procopio, Jacarezinho, Campo Mourão, Cianorte, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Loanda, Paranavaí, Umuarama, Guarapuava, Ibaiti, Irati e União da Vitória.	

1.4 - Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada



Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013, adaptado.

1.4.1 - Macroprocesso Arrecadação e Controle do Crédito Tributário



a) Controlar o crédito tributário

Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar a arrecadação dos créditos declarados e lançados de ofício;
- Dimensionar a arrecadação potencial;
- Realizar análises da performance da arrecadação de tributos, considerando-se a arrecadação prevista, a potencial e a efetiva;
- Controlar o crédito tributário em todas as fases, desde sua constituição até sua realização, garantindo agilidade de tramitação em todo o ciclo (envolvendo arrecadação, cobrança, parcelamento, contencioso administrativo e judicial);
- Controlar de forma integrada todos os créditos do contribuinte com a finalidade de atuar na garantia do crédito.
- Arrecadação: em 2013, foram arrecadados, na abrangência da 9ª RF, R\$ 99,40 bilhões em receitas administradas (Fazendárias e Previdenciárias), através de 23 milhões de documentos de arrecadação, incluindo DARF e GPS.
- Cartão de Débito: desde julho de 2013, com a entrada da nova forma de arrecadação mediante uso de cartão de débito, ocorreram, na 9ªRF/Delegacia de Foz do Iguaçu, 1.279 transações, atingindo um montante de R\$ 368.186,30.

b) Controlar o cumprimento das obrigações acessórias

Descrição sucinta das principais atividades:

- Proceder o controle da obrigatoriedade das entregas das declarações. Atualmente, há um indicador estratégico, o Índice de Adimplência de Obrigação Acessória (IAOA) que mede o grau de entrega da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (Dirpf) de quem é obrigado a cumprir a obrigação. Atualmente, o resultado desse índice, para o nível Brasil, é de 97,4%. No fim de 2013, o resultado desse índice, para a 9ªRF, foi de 97,66%.

- Em relação ao controle do cumprimento das obrigações acessórias das pessoas jurídicas, durante o ano de 2013 foi especificado o sistema que controlará de forma centralizada a obrigatoriedade de entrega das diversas obrigações da pessoa jurídica (DCTF, Dirf, Sped). Por meio deste controle, será possível apurar as pessoas jurídicas omissas de declaração e iniciar as respectivas sanções legais. A implementação do sistema está prevista para 2014.

c) Realizar cobrança administrativa

Descrição sucinta das principais atividades:

- Efetuar a cobrança administrativa dos débitos declarados pelo contribuinte e lançados de ofício sem o respectivo pagamento, e proceder ao encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Efetuar a cobrança e rescisão dos parcelamentos inadimplentes, e proceder ao encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Validar as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário informadas pelo contribuinte;
- Proceder à análise de emissão de pedidos de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos, e inscrição no Cadastro de Inadimplentes (CADIN).
- Débitos declarados em Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF):
 - Cobrança administrativa - intimações: Foram cobrados, neste ano, 255.862 Pessoas Jurídicas devedoras de tributos não previdenciários, totalizando R\$ 2.579.085.113,00 de créditos em cobrança. Do total cobrado neste ano, foram recebidos em pagamento R\$ 58 milhões (2,25% do total cobrado), foram parcelados R\$ 179 milhões (6,95%) e extintos por compensação R\$ 47 milhões (1,84%), totalizando R\$ 284 milhões de créditos recuperados (11,04% do total de crédito tributário cobrado).
 - Cobrança executiva - Inscrição Dívida Ativa: Em 2013, foram encaminhados para Dívida Ativa da União 4,5 milhões de débitos, de 150 mil contribuintes, totalizando R\$ 15,5 bilhões e 385 mil processos, referentes a débitos em aberto de pessoas jurídicas. A participação da 9ªRF foi de 550 mil débitos (aproximadamente 12% do total nacional), de 17.000 contribuintes (aproximadamente 11%), num valor consolidado de R\$ 1,67 bilhões (pouco mais de 10% do total), controlados em 45 mil processos (em torno de 12%).
- Cobrança de débitos em contas-correntes comandados pelas unidades da 9ªRF:
 - Conta-corrente Pessoa Física (CCPF): foram cobrados durante o ano 105.867 créditos tributários (CT) na 9ª RF. O estoque no início de 2013 era de 82.522 CT e, ao final, possuíamos um estoque de 86.594 CT disponíveis para cobrança. Mais de 80 mil desses CT em estoque foram disponibilizados às unidades para emissão de aviso de cobrança em dezembro/2013, e referem-se aos CT do IRPF/2013.

- Conta-corrente do ITR (CCITR): foram cobrados durante o ano 43.966 créditos tributários (CT) na 9ª RF. O estoque no início de 2013 era de 2.452 CT e, ao final, possuíamos um estoque de 873 CT disponíveis para emissão.
- Contribuições previdenciárias decorrentes de obras de construção civil – pessoa física: notificados ao longo do ano 14.114 contribuintes, representando uma arrecadação total de R\$ 196,8 milhões, um acréscimo de 9% e 11% em relação ao ano anterior, respectivamente.
- Intimações de Pagamento (débitos previdenciários): Para os débitos previdenciários de Pessoas Jurídicas, foram emitidas 22.893 cartas de cobrança (Intimação para Pagamento - "IP"), para contribuintes inadimplentes no período de janeiro a dezembro/2013. Do total cobrado, foram obtidos os seguintes resultados: R\$ 876 mil em pagamentos; R\$ 27 milhões suspensos por ação judicial; R\$ 758 milhões parcelados e R\$ 2,3 milhões foram objeto de retificação.
- Na área de parcelamentos não previdenciários, houve a implementação da exclusão mensal automática dos contribuintes inadimplentes e encaminhamento automático desses débitos para inscrição em Dívida Ativa da União. Em novembro e dezembro de 2013, foram cobrados 7.538 parcelamentos passíveis de exclusão da Lei nº 11.941, de 2009.
- Na 9ªRF, de setembro a dezembro/2013, notificamos 369 contribuintes optantes do Refis, que recolhiam parcelas que não logravam quitar o referido parcelamento especial ao final de determinado prazo. O saldo devedor do Refis desses contribuintes totalizava R\$ 1.308.220.466,71.

d) Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento

Descrição sucinta das principais atividades:

- Recepcionar, tratar, analisar e decidir pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso e declarações de compensação;
- Cobrar os débitos indevidamente compensados;
- Pagar restituições e ressarcimentos deferidos, efetuando previamente a compensação de ofício caso o sujeito passivo tenha débitos no âmbito da RFB ou PGFN.
- Transmissão de PER/DCOMP: no ano de 2013, foram recepcionados 139.421 PER/DCOMP, sendo 93.752 declarações de compensação, 22.832 pedidos de restituição, 17.752 pedidos de ressarcimento e 5.085 pedidos de cancelamento, envolvendo créditos de aproximadamente R\$ 7,8 bilhões. Foram transmitidos, ainda, 22.648 pedidos de restituição de contribuição previdenciária e de reembolso, envolvendo créditos de aproximadamente R\$ 62 milhões.
- Emissão de comunicações aos contribuintes: no ano de 2013, foram emitidas 15.903 comunicações eletrônicas pelo Sistema de Controle de Créditos e Compensações - SCC, sendo 3.441 intimações (em razão de incorreções ou inconsistências detectadas nos PER/DCOMP ou solicitando documentos complementares), 228 despachos decisórios de não admissibilidade de canceladora ou retificadora e 12.234 despachos decisórios com apreciação de mérito envolvendo créditos de R\$ 235 milhões.

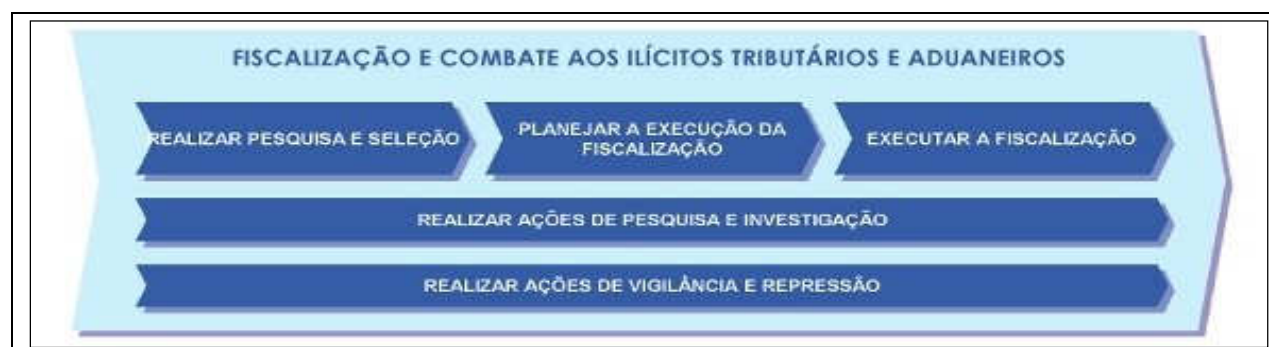
- Pagamento eletrônicos de restituições / ressarcimentos: no período de janeiro a dezembro de 2013, foram encaminhados de forma eletrônica para pagamento 14.428 registros de restituição e/ou ressarcimento, contabilizando R\$ 204.341.143,91. Do total de registros, 83,05% foi efetivamente creditado, o que corresponde a 11.982 registros, totalizando R\$ 195.809.183,16. Foram devolvidos, pelo motivo de domicílio bancário inválido, um total de 2.445 registros, correspondendo a R\$ 8.531.865,93.
- Houve o encaminhamento à rede bancária do total de R\$ 1.153.994.632,61 para pagamento de restituição de 1.142.894 das pessoas físicas, referentes à restituição apurada na Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física – DIRPF.

e) Atuar na garantia do crédito tributário

Descrição sucinta do processo de trabalho:

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário;
- Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes tanto do lançamento de ofício quanto dos créditos declarados;
- Atuar para bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.
- Iniciativas de natureza gerencial: acompanhamento do indicador estratégico Indicador do Crédito Tributário Garantido (ICTG), que mede a relação entre o valor de bens e direitos arrolados ou acautelados por medida cautelar fiscal e o passivo tributário sujeito à garantia. Desde o início da medição desse indicador pela 9ª RF, em janeiro de 2012, houve incremento de 344% no valor de bens e direitos arrolados, chegando-se ao montante atual de R\$ 6,2 bilhões. Só em 2013, foram arrolados R\$ 2,0 bilhões em bens e direitos.

1.4.2 - Macroprocesso Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros



a) Realizar pesquisa e seleção

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar estudos sobre operações evasivas e sobre elisão fiscal;
- Realizar estudos para subsidiar a seleção de contribuintes;
- Realizar pesquisa e seleção de operadores econômicos aduaneiros (despachantes, depositários, transportadores etc) a serem fiscalizados;
- Elaborar dossiês de contribuintes para subsidiar as fiscalizações;
- Realizar estudos sobre o impacto da fiscalização no cumprimento espontâneo das obrigações tributárias;
- Monitorar grandes contribuintes;
- Monitorar segmentos econômicos;
- Realizar pesquisa de contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior); e
- Selecionar contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior).

Escopo: todas as etapas do processo de pesquisa e seleção dos contribuintes a serem fiscalizados, aplicando os princípios da razoabilidade, da objetividade e da impessoalidade.

A avaliação desse processo se dá por meio do ‘*Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS*’, resultado da soma de duas avaliações com ponderação de 50% para cada uma.

A primeira avaliação refere-se à soma da quantidade de dossiês provisórios cadastrados em relação à meta anual de seleção. A meta anual de seleção é calculada a partir da meta de sujeitos passivos a serem fiscalizados, a qual parte da hora média prevista para os procedimentos de fiscalização correspondente aos respectivos contribuintes.

Os contribuintes que integram a avaliação são os seguintes:

- Pessoas Jurídicas sujeitas a acompanhamento econômico tributário diferenciado;
- Pessoas Jurídicas de médio porte;
- Demais Pessoas Jurídicas;
- Pessoas Físicas sujeitas a acompanhamento econômico tributário diferenciado;
- Pessoas Físicas com elevada capacidade contributiva; e
- Demais Pessoas Físicas.

A segunda avaliação afere o total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com resultado, em relação ao total de procedimentos de fiscalização cuja motivação foi seleção interna, encerrados com exame no período.

Para o ano de 2013, a meta definida foi de 85%, sendo alcançado o resultado de 87,01% (melhor desempenho nacional).

Em 2013, foram realizados dois Encontros Regionais de EPMAC/EFMAC nos quais, entre outros aspectos, foram discutidas regras de seleção para contribuintes PJ-Diferenciados e PF com Elevada Capacidade Contributiva ou Diferenciados. Em que pese os encontros serem direcionados a integrantes de EPMAC, tendo em vista a constituição da EPMAC da 9ª RF, que conta com integrantes de todas as unidades, as regras de seleção e os demais assuntos discutidos nos encontros podem ser transportados para a realidade local e utilizados na seleção dos demais contribuintes a cargo das unidades.

No âmbito da fiscalização aduaneira de Zona Secundária, a atividade de pesquisa e seleção é realizada especialmente pelas Inspetorias da Receita Federal do Brasil em Curitiba e Florianópolis, com vistas a atender as Unidades aduaneiras nos Estados do Paraná e Santa Catarina, respectivamente. No ano de 2013, essas unidades formalizaram 71,6% dossiês utilizados pela Fiscalização nas ações encerradas. Os demais dossiês referem-se, entre outros, a ações em recintos alfandegados para avaliação e acompanhamento e revisões aduaneiras cuja necessidade é detectada pela própria Unidade de despacho.

b) Planejar a execução da fiscalização

Descrição sucinta das principais atividades:

- Planejar, acompanhar e avaliar a revisão de declarações;
- Planejar, acompanhar e avaliar as fiscalizações; e
- Monitorar o grau de aderência do crédito tributário lançado.

Escopo: todas as etapas do processo de planejamento da execução dos dossiês dos contribuintes a serem fiscalizados.

Parte da avaliação desse processo se dá por meio do '*Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS*', resultado da soma de duas avaliações com ponderação de 50% para cada uma. A avaliação desse indicador já consta do Processo 1 Realizar pesquisa e seleção.

A outra parte, relacionada ao planejamento, acompanhamento e ao monitoramento do grau de aderência do crédito tributário lançado é feita por meio do '*Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes -IGAM*', que mede a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas, por meio da seguinte fórmula:

$$(0,25 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,35 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,40 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT}).$$

Permitindo a visão integral do acompanhamento dos maiores contribuintes, pois, o indicador principal (IGAM), abarca todas as vertentes da referida atividade por meio de três indicadores auxiliares, relativos a: análise das distorções de arrecadação das receitas administradas pela RFB

(IDA), solução prioritária das demandas e pendências dos contribuintes diferenciados (IPT) e exame do potencial econômico-tributário dos contribuintes diferenciados (ISE). O IPT está com seu cumprimento em 100% pelas RF, o IDA em 100% e o ISE em 100%, portanto, apresentando resultados satisfatórios.

Em 2013, a Receita Federal elaborou o Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira – PNFA 2013. Nesse plano, publicado através da Portaria Coana nº 06/2013, foram aprovadas as metas a serem executadas pela fiscalização aduaneira em cada uma das Regiões Fiscais, com base no número horas oferecidas para a atividade.

O acompanhamento das fiscalizações foi feito através de relatórios trimestrais, elaborados pela Coana, que são compostos, dentre outros, dos seguintes dados: quantidade de fiscalizações executadas, e quantas desta com resultado, em comparação com a meta estabelecida para o período; valores lançados (créditos e apreensões); análise do Grau de Eficácia da Seleção.

c) Executar a fiscalização

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a revisão de declarações;
- Realizar fiscalizações;
- Realizar diligências;
- Lavrar autos de infração;
- Expedir notificações de lançamento;
- Arrolar bens dos contribuintes;
- Propor medida cautelar fiscal;
- Elaborar representação fiscal para fins penais; e
- Aplicar regimes especiais de fiscalização.

Escopo: todos os subprocessos que englobam a execução da fiscalização de todos os contribuintes, inclusive os processos de revisão das declarações. A avaliação desse processo é realizada por meio do '*Indicador Global da Fiscalização - IGF*', resultado da soma de três indicadores e suas respectivas ponderações:

- *Indicador de Desempenho da Fiscalização -IDF*, estabelecido em percentual de quantidade de procedimentos de fiscalização e de revisão de declarações realizados, multiplicados pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração, em relação às metas anuais estabelecidas para as fiscalizações e revisões de declarações, multiplicadas pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração. (Peso 70%);

- *Indicador do Crédito Tributário - ICT*, refere-se ao crédito tributário lançado no período, em relação à meta anual, composta pela média do crédito tributário lançado no triênio anterior, acrescida de dez por cento. (Peso 5%); e
- *Indicador de Presença Fiscal - IPF*, afere a quantidade de procedimentos fiscais por espécie (ação fiscal e diligências) considerando os diversos tipos de contribuinte (Pessoas Jurídicas Diferenciadas, Médio Porte, Demais Pessoas Jurídicas, Pessoas Físicas e Revisão de Malha). (Peso 25%).

Para o ano de 2013 a meta definida foi de 100%, alcançando o resultado de 105,9%, com alcance desdobrado de 106,4% para o IDF; 163,7% para o ICT e 92,9% para o IPF. Resultados da 9ª RF: 111,9% para o IGF (2º melhor resultado nacional), com desmembramento de 118,0% para o IDF, 107,3% para o ICT e 94,0% para o IPF.

Na 9ª RF o lançamento de crédito tributário foi de R\$ 10,5 bilhões, superando em 7,3% a meta estabelecida e em 50% o valor lançado em 2012.

No âmbito da fiscalização aduaneira em Zona Secundária, foram concluídas 314 ações fiscais em 2013, contemplando operações nas áreas de renúncia fiscal, combate à fraude, revisão aduaneira, importação e exportação irregulares e auditoria de intervenientes. Dessas ações, 92% foram concluídas com resultado, gerando créditos (créditos tributários + apreensões de mercadorias) em 2013, da ordem de R\$ 356 milhões.

O principal indicador de gestão desse segmento, o “Indicador Global da Fiscalização Aduaneira” - IGFA - com meta de 100%, alcançou no ano de 2013, 109,4% na 9ª RF.

d) Realizar ações de pesquisa e investigação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar pesquisa e investigação sobre fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, inclusive em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e investigação no combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado, inclusive em parceria com outros órgãos;
- Executar ações especializadas de inteligência;
- Realizar investigações no âmbito criminal em parceria com outros órgãos nas áreas de interesse da RFB e em função de parcerias estratégicas;
- Prospectar e desenvolver soluções tecnológicas para uso nas ações de pesquisa e investigação;
- Representar a RFB junto aos órgãos nacionais e internacionais de inteligência;
- Prestar assessoramento estratégico aos gestores da RFB; e
- Executar atividades de contrainteligência no âmbito da COPEI.

A RFB possui ampla estrutura administrativa, operacional, base de dados e recursos tecnológicos cujo emprego volta-se legalmente ao foco tributário e aduaneiro, resultando em caráter incidental, mas não menos importante, o combate aos crimes contra a ordem tributária, às fraudes aduaneiras, à corrupção e à lavagem de dinheiro. Partindo de um contexto em que tais ilícitos são comumente praticados por grandes grupos criminosos, observa-se que a RFB desempenha nos dias atuais um papel importantíssimo no esforço do Estado para combater o crime organizado, convindo aqui destacar o perfeito alinhamento da instituição com a estratégia do Governo Federal de investir na criação e na otimização de áreas de inteligência dos diversos órgãos empenhados em tal missão.

A Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação - Copei - é a unidade de inteligência da RFB, figurando como responsável pela realização de ações de Pesquisa e Investigação destinadas:

- I. à produção de conhecimentos de inteligência fiscal para as unidades administrativas da RFB e para outros órgãos e entidades públicas atuantes no combate à criminalidade organizada, assim como para assessorar o processo decisório da instituição, fornecendo subsídios ao planejamento, à execução e ao aperfeiçoamento de suas atividades próprias;
- II. ao combate a crimes, fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, e a qualquer outro ilícito praticado contra a administração pública federal, ou em detrimento da fazenda nacional, inclusive aqueles que concorram para sua consumação;
- III. ao desenvolvimento de trabalhos integrados com órgãos de investigação e de persecução criminal visando coibir a prática dos crimes, fraudes e ilícitos elencados no item anterior.

No ano de 2013, a Copei conduziu suas ações de maneira **alinhada aos objetivos estratégicos institucionais**, atuando cada vez mais de forma transversal, com conhecimentos produzidos sem uma destinação única, mas sendo difundidos para diversas áreas da instituição, tais como fiscalização de tributos internos e aduaneiros, controle aduaneiro, repressão, arrecadação, cobrança, correição, cadastro, etc. Esta forma de atuação gera os mais diversos resultados para a RFB, dentre os quais podemos destacar:

- Em decorrência das investigações realizadas pela Copei e dos conhecimentos de inteligência produzidos e encaminhados às unidades administrativas da Receita Federal, foram constituídos créditos tributários que alcançam a cifra de R\$ 6,5 bilhões de reais em procedimentos fiscais sobre tributos internos e aduaneiros. Este número expressivo em termos absolutos representa cerca de 3,4% do total de lançamentos realizados por toda a Receita Federal;
- Em 2013 foram realizados procedimentos fiscais em 887 contribuintes com indícios de interesse fiscal apontados em ações de pesquisa e investigação;
- Durante o ano foram realizadas diversas operações de repressão ao contrabando e ao descaminho com o apoio de ações de pesquisa e investigação. Nessas operações merece destaque a apreensão de cerca de 600 mil maços de cigarro introduzidos irregularmente no Brasil.
- A partir de solicitações das Unidades da Receita Federal, ao se depararem com casos complexos de interposição fraudulenta, as ações de pesquisa e investigação possibilitaram a identificação dos reais grupos econômicos responsáveis pelos créditos tributários, em regra já constituídos e inscritos em Dívida Ativa, assim como o patrimônio colocado em nome de

terceiros, tornando efetivo o lançamento tributário planejado pela Receita Federal e a execução das dívidas já existentes. Parcela significativa dos trabalhos desenvolvidos nesta linha de atuação tem como parceira direta a Procuradoria da Fazenda Nacional, em investigações que alcançam o montante de R\$ 4,8 bilhões em créditos inscritos em Dívida Ativa. Em 2013 cerca de R\$ 468 milhões foram bloqueados ou houve confissão judicial das dívidas e concessão de novo parcelamento a partir das provas colhidas e patrimônio identificado pelas ações da Copei. Dentre os diversos resultados obtidos, destaca-se o reconhecimento pela Justiça Federal, a partir de relatório de Inteligência Fiscal, da existência de um expressivo *grupo econômico de fato* que atua no segmento de telecomunicações, o que culminou no arresto dos bens das pessoas jurídicas envolvidas no esquema em que a dívida acumulada na Fazenda Nacional já superava o montante de R\$ 120 milhões.

Em 2013 foram executadas pela Copei **28 operações de impacto**, contabilizadas apenas as ações com expressiva exposição na mídia.

Em tais operações, foram cumpridos 572 mandados de busca e apreensão e realizadas 144 prisões temporárias ou preventivas, números que ajudam a consolidar nossa forma de atuação em alinhamento com a estratégia organizacional de elevar a percepção de risco e a presença fiscal também por meio do desenvolvimento de ações de combate ao crime organizado.

A realização de investigações integradas e intercâmbio de informações de Inteligência com o Departamento de Polícia Federal e organismos policiais e aduaneiros internacionais, em 2013, possibilitou também a apreensão de cerca de 6,3 toneladas de cocaína no Brasil e em outros países, com efetiva atuação da Receita Federal.

O ano de 2013 foi marcado pela realização da **Copa das Confederações** e da **Jornada Mundial da Juventude**, como parte dos chamados “grandes eventos”. A Copei e suas subunidades participaram ativamente das atividades do Centro de Inteligência Nacional – CIN e de suas projeções regionais (CIR), compostos por órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência – Sisbin. O objetivo dos centros, situados nos locais de realização dos eventos, era avaliar riscos e fornecer subsídios aos órgãos de defesa e de segurança pública. Além disso, a Copei fez verificações e batimentos cadastrais de mais de 215 mil voluntários inscritos para atuar nos eventos de 2013 e também na preparação para a Copa do Mundo de 2014.

O ano de 2013 foi marcado também por várias ações institucionais de **combate à lavagem de dinheiro**.

Em maio a RFB aderiu ao protocolo de intenções da X Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA. A RFB reforça com esta adesão seu compromisso com a ENCCLA, mecanismo que tem gerado relevantes resultados para a sociedade brasileira, endossando o modelo de articulação inaugurado pela Estratégia e fortalecendo a percepção de que o enfrentamento à criminalidade deve passar pela ação organizada do Estado.

Ao longo do ano houve o desenvolvimento do projeto SGRLD - Sistemática de Gerenciamento de Riscos em Lavagem de Dinheiro, que objetiva a identificação, avaliação, alerta e tratamento de situações de risco da ocorrência do crime de lavagem de dinheiro que possam ser observadas no curso das atividades rotineiras da RFB. O projeto encontra-se dentro do cronograma, sendo conduzido por grupo de trabalho específico, além de contar com a colaboração de especialistas conforme a necessidade de cada etapa.

O treinamento em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro da RFB, na modalidade Ensino a Distância, passou com sucesso pela turma piloto, que realizou o curso com enfoque especial de identificar eventuais erros e propor melhorias antes de sua divulgação a todo o corpo de servidores do Órgão.

Além disso, está em fase final de implantação o Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro – LAB/LD na RFB. A unidade, cuja implantação foi iniciada em 2012, já conta com a infraestrutura de equipamentos e softwares para iniciar os trabalhos. Seu desenvolvimento resultou de acordo entre a instituição e a Secretaria Nacional de Justiça – SNJ, voltada para a utilização de soluções tecnológicas para incrementar, em muito, a capacidade de investigação de crimes de lavagem de dinheiro e corrupção da Receita Federal.

Em novembro, durante a XI Reunião Plenária Anual da ENCCLA, foram aprovadas as ações de combate a corrupção e lavagem de dinheiro a serem implementadas por todas as esferas de governo no ano seguinte - a ENCCLA 2014. Dentre elas merecem destaque três iniciativas da RFB relacionadas diretamente ao combate à sonegação fiscal. Isso reforça a decisão da Estratégia de focar esse tema, alinhada a recomendações de órgãos internacionais como o Grupo de Ação Financeira Internacional - GAFI e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. As ações, a serem coordenadas pela RFB em 2014, são:

- Ação 2: Elaborar proposta de alteração legislativa visando ao fim da extinção e suspensão da punibilidade pelo pagamento ou parcelamento de tributos e o aumento do rigor na punição da sonegação fiscal.
- Ação 3: Elaborar diagnóstico sobre os mecanismos para identificação de beneficiários finais de pessoas jurídicas domiciliadas no exterior operando no País, visando propor medidas que tragam maior eficiência ao sistema.
- Ação 5: Elaborar proposta de alteração legislativa prevendo a ampliação das prerrogativas dos órgãos de fiscalização e controle, no curso de processo administrativo, em situações expressamente previstas, em que a postergação de atuação do Estado prejudique a obtenção de provas, mediante autorização do Poder Judiciário, fiscalização do Ministério Público e em articulação com os órgãos de persecução penal.

No campo da **cooperação internacional**, a RFB concluiu um projeto de assistência técnica ao Serviço de Rendas Interna do Equador – SRI, com a intermediação do Centro Interamericano de Administrações Tributárias - CIAT, visando à construção de um modelo de Inteligência Fiscal naquele país. Como resultado desse trabalho, o Presidente do Equador promulgou um decreto executivo integrando o Departamento de Inteligência Tributária do SRI ao Sistema Nacional de Inteligência.

Ainda no campo das parcerias com organismos internacionais, o governo dos Estados Unidos concedeu um certificado de reconhecimento pela atuação da equipe de investigação da RFB na Operação Black Ops. A operação ficou em 2º lugar na votação promovida pelo Homeland Security Investigations - HSI com a finalidade de escolher a ação de maior destaque em cooperação internacional. A Black Ops, realizada em outubro de 2011, teve como foco um esquema de contrabando de veículos de luxo provenientes dos EUA e o combate à máfia internacional suspeita de exploração de máquinas de caça-níqueis e lavagem de dinheiro.

No **âmbito interno** merece destaque o 9º Encontro Nacional de Inteligência Fiscal – ENIF, realizado em parceria entre a RFB, Secretaria de Fazenda do DF e Esaf. O evento reuniu integrantes

do Sistema de Inteligência Fiscal - SIF composto, atualmente, pelas Secretarias de Fazenda de 25 Unidades da Federação, além da Receita Federal. Foi uma importante oportunidade para a troca de experiências e boas práticas entre as Unidades de Inteligência Fiscal, além da integração, aproximação e padronização de procedimentos, elementos fundamentais para o bom funcionamento do SIF.

Ressalta-se também a intensa articulação da Copei junto ao Banco Central para viabilizar o acesso da Receita Federal ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional - CCS, um antigo anseio do Órgão. O CCS é um sistema destinado ao registro de informações relativas a correntistas e clientes de instituições financeiras, bem como a seus representantes legais ou convencionais. Os esforços culminaram na assinatura, em novembro, do convênio entre RFB e Banco Central viabilizando o acesso ao sistema.

Todos os resultados apresentados são decorrentes de uma atuação pautada no alinhamento da Copei com os objetivos institucionais, assim como no máximo aproveitamento do comprometimento e da excelência técnica de seu corpo funcional, assim como da dedicação de seus gestores.

e) Realizar Ações de Vigilância e Repressão

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar Operações de Vigilância e Repressão ao contrabando e descaminho;
- Realizar Operações de Vigilância e Repressão ao contrabando e descaminho em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e seleção de alvos; e
- Monitorar Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, zonas de vigilância aduaneira e zonas primárias.

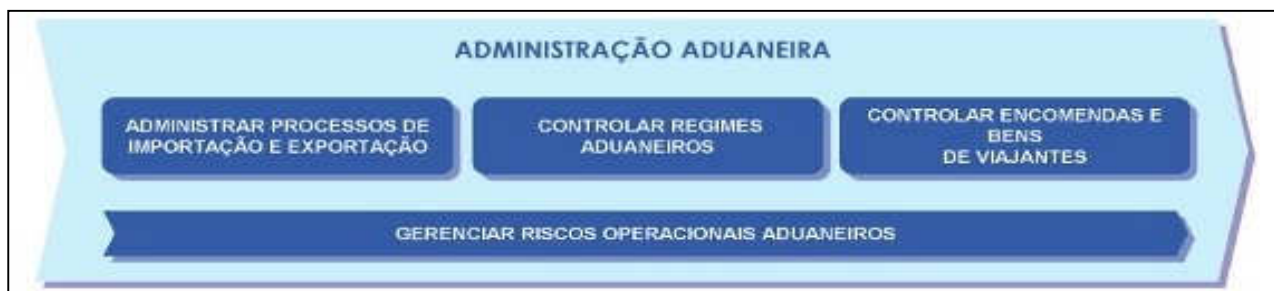
Ao longo do ano de 2013, a 9ª RF realizou 1.408 operações de vigilância e repressão. Cabe destacar que algumas dessas operações foram realizadas conjuntamente ou contaram com o apoio de outros órgãos, dentre os quais: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira.

Importante também ressaltar que a RFB implementou diversas iniciativas voltadas a aprimorar e estruturar a atividade de vigilância e repressão em 2013. Merecem destaque aquelas relacionadas ao Projeto Armamento Institucional, o qual envolve treinamento e acautelamento de pistola em calibre 40 e de equipamento não letal para os servidores da atividade; à construção de Reservas de Armamento; ao desenvolvimento do Projeto Cães de Faro; à renovação da frota de veículos; à aquisição de coletes balísticos; e ao Projeto de Aquisição e Instalação de Equipamentos de Detecção – tendo sido elaborada estratégia de instalação de equipamento para inspeção não invasiva de contêineres para os pontos de fronteira terrestre.

No ano de 2013, a apreensão total de mercadorias resultante da atuação da 9ª RF nas áreas de fiscalização, repressão e controle sobre o comércio exterior (inclusive bagagem) foi inferior ao atingido no ano anterior, com resultado de US\$ 223.567.039,00 equivalentes a R\$ 484.087.847,15. Um fator que influenciou nesta diminuição relativa do total de mercadorias apreendidas foi a inocorrência de apreensões atípicas no curso do despacho aduaneiro, como havia acontecido no exercício de 2012.

Outro elemento desta retração do volume de apreensões foi uma ação de repressão realizada no segundo trimestre de 2013 na região de Foz do Iguaçu. No curso da operação Fronteira Blindada, com o auxílio de diversos órgãos de segurança pública e do Exército Brasileiro, foi implementada uma estratégia de fiscalização por meio de barreiras em rodovias que funcionaram 24 horas por dia por um período ininterrupto de três meses. Desta forma, houve um estancamento no movimento de mercadorias irregulares naquela região, resultando na diminuição no volume de apreensões.

1.4.3 - Macroprocesso Administração Aduaneira



a) Administrar processos de importação e exportação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o despacho aduaneiro de importação e exportação;
- Realizar despacho de internação (ZFM);
- Gerir canais de conferência de operadores de comércio exterior;
- Executar e controlar as políticas para operações de importação e exportação;
- Realizar o controle de cargas; e
- Realizar habilitação dos intervenientes no comércio exterior.

Em relação ao processo “Administrar processos de importação e exportação”, coube à 9ªRF o desembaraço de 390 mil Declarações de Importação, em um montante bruto de US\$ 40,3 bilhões e 230 mil Declarações de Exportação, num total de US\$ 36,7 bilhões. Em quantidade de despachos, registrou-se um crescimento de 7,1% em relação a 2012.

Sendo responsável por cerca de 19% do total dos despachos de exportação realizados no país, após a implantação de novo fluxo do processo de exportação, que eliminou a necessidade de apresentação de documentos em papel para cerca de 90% dos despachos, verificou-se melhorias no processo (maior agilidade, menor uso dos recursos humanos etc).

O lançamento do APP importação para tablets e iPads constituiu importante marco no aperfeiçoamento da comunicação entre o órgão e a sociedade, além de importante ferramenta de aumento da transparência do processo de importação. Deu-se seqüência na modelagem dos processos de trabalho com fim de aprimorar rotinas e procedimentos ligados ao processo de despacho aduaneiro.

Participou-se dos trabalhos relativos à implantação no Brasil de uma janela única de comércio exterior, o Portal Único do Comércio Exterior, iniciativa da RFB e MDIC, que em conjunto com os demais órgãos anuentes, almeja criar uma plataforma de fluxo único para os processos de importação e exportação, esta iniciativa é consagrada na literatura e na experiência internacional como importante instrumento de facilitação comercial e de incentivo ao aumento dos fluxos de comércio internacional.

Trabalhou-se para eliminar o fluxo de informação em meio papel nos processos de importação e exportação, eliminando a necessidade de apresentação em papel de documentos relativos a carga e embarcações do modal marítimo.

Preparou-se para a iminente migração da competência de gerir e arrecadar o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, do Departamento da Marinha Mercante para a Receita Federal, incluindo-se aí, a preparação dos sistemas, manual e normas, permitindo que quando ocorrer efetivamente a transferência da atribuição, não haja a ocorrência de transtornos aos contribuintes, bem como não haja deficiências de controle.

b) Controlar regimes aduaneiros

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o controle de regimes aduaneiros.

O regime especial de maior demanda na 9ª RF é o de Trânsito Aduaneiro. Em 2013, foram desembaraçadas 115.467 Declarações de Trânsito/DT e concluídas 151.672 DT.

Lançou-se uma nova Instrução Normativa sobre Admissão Temporária, consolidando e modernizando tal regime aduaneiro, permitindo maior agilidade, eficiência e menores custos para os operadores privados, sem enfraquecer o controle aduaneiro.

Nova Instrução Normativa referente ao regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural - Repetro – lançada em dezembro, confere maior racionalidade de procedimentos e segurança ao regime.

c) Controlar encomendas e bens de viajantes

Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar encomendas e bens de viajantes brasileiros e estrangeiros em trânsito internacional; e
- Controlar remessas postais internacionais.

As encomendas postais internacionais denominadas "petit paquet" (até 2kg) são processadas na 9ª RF. Em 2013, foram desembaraçadas cerca de 16,8 milhões de encomendas.

O controle de bagagens na região está concentrado, principalmente, nas fronteiras terrestres. Neste contexto, estima-se que o movimento de entrada e saída nas fronteiras terrestres, no ano de 2013, alcançou cerca de 30 milhões de viajantes e 14 milhões de veículos.

Merece destaque a implementação da e-DBV, Declaração Eletrônica de Bens de Viajante, em agosto de 2013, permitindo que os viajantes efetuem a declaração on-line de bens e valores em viagens internacionais. A e-DBV substitui duas declarações em papel, a Declaração de Bagagem Acompanhada (DBA) e a Declaração Eletrônica de Porte de Valores (e-DPV), facilitando o adimplemento das obrigações tributárias. Desde sua implantação, até o final de 2013, por meio da e-DBV foram realizadas cerca de 28 mil declarações.

Ainda em 2013, foi minutado novo modelo de controle de bagagens, que encontra-se em fase de revisão e deverá ser implementado em 2014, e foi iniciado o desenvolvimento de um sistema informatizado de controle aduaneiro de encomendas postais internacionais, que se baseará em informações eletrônicas recebidas dos Correios, geração automática de documento de tributação e conferência de encomenda com base em gerenciamento eletrônico de risco. Este sistema deverá ser implantado ainda em 2014 trazendo maior celeridade, padronização, segurança fiscal e previsibilidade no fluxo de importação das encomendas postais internacionais.

d) Gerenciar riscos operacionais aduaneiros

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerenciar riscos nas operações aduaneiras;
- Gerenciar riscos na cadeia logística; e
- Gerenciar denúncias e informações externas.

No ano de 2013, visto que uma aduana moderna não pode prescindir da inserção cada vez maior de ações de inteligência, e de intensa gestão dos riscos inerentes a sua atividade, o CERAD monitorou diversos setores econômicos específicos com elevado grau de risco de ocorrência de práticas irregulares nas operações de importação e exportação, o que possibilitou uma forte atuação da RFB no sentido de reprimir fraudes e combater a concorrência predatória na economia nacional. Ainda houve, por parte do Centro Nacional, intensificação do monitoramento e combate à interposição fraudulenta nas operações de comércio exterior.

A Receita Federal tem aprimorado seus sistemas de análise de riscos, como o Analisador Inteligente e Integrado de Transações Aduaneiras - ANITA e o Sistema Informatizado de Seleção por Aprendizado de Máquinas – SISAM.

As unidades da 9ªRF, em especial as de grande porte, dispõem de equipes cuja função é a análise de risco nas operações de importação, exportação e trânsito, o que inclui procedimentos anteriores e posteriores ao registro dessas declarações.

No curso do despacho, em 2013, foram realizados na 9ªRF, 90 (noventa) procedimentos especiais, que resultaram em apreensões no valor de R\$ 8 milhões, e cerca de 40 representações (para fins penais, para outros órgãos da Administração Pública, para Inaptdão do CNPJ).

No ano de 2013, decorrente da análise de risco local, foram retidas 353 toneladas de resíduos de vidro de raios catódicos (lixo), procedentes dos Estados Unidos. O material foi devolvido à origem.

1.4.4 - Macroprocesso Segurança Jurídica e Solução de Litígios



a) Formular propostas de legislação tributária

Descrição sucinta das principais atividades:

- Elaborar, conforme demanda externa, projetos de lei relacionados ao sistema tributário nacional (tributos internos e tributos de comércio exterior); e
- Propor projetos de lei de interesse da RFB.

Em 2013, a Subsecretaria de Tributação e Contencioso da RFB – Sutri participou da elaboração, dentre outros, dos seguintes atos:

- **Medidas Provisórias nº 601/2012, nº 610/2013, nº 612/2013, nº 619/2013 e nº 634/2013** - Promoveram alterações no disciplinamento das contribuições previdências sobre a receita bruta instituídas pela Lei nº 12.546/11, demandando intensa atuação da Cosit/Copen/Ditri, principalmente na definição de quais atividades seriam contempladas pela substituição da folha, bem como na adequação dos textos a fim de preservar a segurança jurídica;
- **MP nº 609/2013** - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação de produtos que compõem a cesta básica;
- **MP nº 613/2013** - Institui nova sistemática de tributação do álcool;
- **MP nº 617/2013** - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros;
- **MP nº 627/2013** - Dispõe sobre as novas regras do IRPJ/CSLL/PIS/Cofins, revogando o Regime Tributário de Transição – RTT; e
- **Lei nº 12.865/2013** - Adequou a base de cálculo do PIS/Cofins-Importação à decisão do STF (base de cálculo é somente o valor aduaneiro), eliminando os muitos litígios sobre a questão. O citado dispositivo foi proposto pela RFB e inserido como emenda no Projeto de Conversão da Medida Provisória nº 615, de 2013.
- **Decreto nº 7.913/2013** - Altera o Anexo III ao Decreto nº 6.233, de 11 de outubro de 2007, que estabelece critérios para efeito de habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS, que concede

isenção do imposto de renda e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS e do IPI.

- **Decreto nº 7.921/2013** - Regulamenta a aplicação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, de que trata a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.
- **Decreto nº 7.981/2013** - Altera o Decreto nº 5.602, de 6 de dezembro de 2005, que regulamenta o Programa de Inclusão Digital instituído pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.
- **Decreto nº 8.015/2013** - Altera o Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, que regulamenta os arts. 40 a 44 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, e os arts. 5º e 6º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.
- **Decreto nº 8.072/2013** - Altera o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, para dispor sobre habilitação para fruição dos benefícios fiscais da lei de informática.
- **Decreto nº 8.073/2013** - Altera o Decreto nº 7.633, de 1º de dezembro de 2011, que regulamenta o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA, para contemplar as alterações introduzidas pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012.
- **Decreto nº 8.082/2013** - Altera o Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002, que regulamenta a Contribuição para o PIS/PASEP e a COFINS devidas pelas pessoas jurídicas em geral.
- **Decreto nº 8.115/2013** - Altera o Decreto nº 6.707, de 23 de dezembro de 2008, que regulamenta os arts. 58-A a 58-T da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, incluídos pelo art. 32 da Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, que tratam da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no mercado interno e na importação, sobre produtos dos Capítulos 21 e 22 da Tabela de Incidência do IPI - TIPI, e dá outras providências.
- **Decreto nº 8.122/2013** - Regulamenta o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa - Retid, instituído pela Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012.

Dentro das atividades relativas à atualização dos regulamentos da legislação tributária federal e demais normas infralegais de competência da RFB, ressalta-se a atualização do Regulamento Aduaneiro pelo Decreto nº 8.010, de 16 de maio de 2013. Além disso, a minuta do Regulamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins encontra-se em exame na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), assim como a minuta do Regulamento de Custeio da Previdência Social, que, depois de uma primeira análise daquela Procuradoria, foi ajustada pela Cosit para então retornar à PGFN. Por sua vez, as minutas do Regulamento do Imposto de Renda (RIR) e do Regulamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido encontram-se já na Casa Civil da Presidência da República.

Dentro das atividades relativas à atualização dos regulamentos da legislação tributária federal, por força da Portaria RFB nº 3.132, de 15/07/2011, compete à Divisão de Tributação (DISIT) da

Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal, a atividade de atualização permanente do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (Decreto nº 7.574, de 29/09/2011). Encaminhamos minuta com propostas de alterações/aperfeiçoamentos no regulamento à Cosit em agosto de 2013, abrangendo a legislação vigente até 31/07/2013.

A Divisão participou do grupo de trabalho instituído pela COSIT visando à atualização dos pareceres normativos sobre imposto de renda pessoa jurídica bem assim no grupo de trabalho responsável pela atualização do Regulamento das contribuições sociais (Pis/Pasep e Cofins) e elaboração de estudos e minuta de projeto de lei para criação de uma nova contribuição sobre a receita, de caráter não-cumulativo.

Ainda, a DISIT/9RF gerencia o projeto "Sistema de Controle de Créditos e Compensações (SCC)" e participa do Grupo de Trabalho de revisão da legislação de ressarcimento, restituição e compensação.

Por fim, a DISIT/9RF participa do Grupo de Trabalho relativo ao desenvolvimento das métricas para o teletrabalho.

b) Formular atos interpretativos e normativos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Formular, com base na jurisprudência, atos normativos;
- Realizar interpretação da legislação vigente e jurisprudência (para subsidiar a melhoria dos procedimentos); e
- Realizar soluções de consultas.

A Sutri participou da elaboração de:

- 25 Instruções Normativas, dentre as quais destacam-se:
 - IN RFB nº 1.370 - Disciplina a aplicação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto);
 - IN RFB nº 1.396 - Dispõe sobre o processo de consulta relativo à interpretação da legislação tributária e aduaneira e à classificação de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
 - IN RFB nº 1.397 - Dispõe sobre o Regime Tributário de Transição (RTT); e
 - IN RFB nº 1.415 - Dispõe sobre a habilitação e a aplicação do regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro).
- 09 Portarias RFB, dentre as quais destacam-se:

- Portaria RFB nº 379/2013 - Disciplina a formulação, o encaminhamento e a solução de Consulta Interna relativa à interpretação da legislação tributária e dá outras providências;
- Portaria RFB nº 1.098/2013 - Dispõe sobre atos administrativos no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Alterada pela Portaria RFB nº 1.195, de 26 de agosto de 2013;
- Portaria RFB nº 1.880/2013 - Dispõe sobre a dispensa de apresentação de documentos com firma reconhecida no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil nos casos em que especifica; e
- Portaria RFB Nº 1.887/2013 - Aprova o Manual de Redação e elaboração de atos administrativos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e define modelo padrão dos atos editados no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- 01 Ato Declaratório Interpretativo RFB.
- 27 Pareceres Normativos, sendo 25 revisando e atualizando Pareceres Normativos CST sobre IPI que, embora em vigor, faziam referência a normas já modificadas ou revogadas, 01 versando sobre as consequências da nova redação do art. 57 da MP nº 2.158-35, de 2001, pela lei nº 12.766, de 2012, e 01 dispondo sobre o cálculo de contribuições previdenciárias decorrente de decisões condenatórias ou homologatórias proferidas na justiça do trabalho contra empresas abrangidas pelo regime de tributação de que tratam os arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 2011.

A Cosit produziu também:

- 598 Notas Cosit;
- 38 Notas Técnicas;
- 31 Notas em Ação Judicial;
- 01 Norma de Execução;
- 01 Ordem de Serviço;
- 74 Soluções de Consulta;
- 39 Soluções de Divergência;
- 43 Soluções de Consulta Interna.

Em 2013, na 9ª RF foram emitidas 481 Soluções de Consultas, o que representa 19,44% do total das consultas respondidas (2º maior percentual entre as Regiões Fiscais).

Também foram prestadas 2.454 informações em Mandados de Segurança, o que caracteriza 22,02% do total das informações prestadas (2º maior percentual entre as Regiões Fiscais).

1.4.5 - Macroprocesso Interação com a Sociedade



a) Desenvolver moral tributária

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de educação fiscal;
- Realizar e estimular ações de desenvolvimento de moral tributária da instituição e da sociedade; e
- Realizar, em parceria com outras instituições, ações de educação fiscal e moral tributária.

A Receita Federal do Brasil integra o Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF – instituído pela Portaria Conjunta nº 413/2002, do Ministério da Fazenda e do Ministério da Educação.

O objetivo do Programa é disseminar para os cidadãos os conhecimentos relativos à função socioeconômica do tributo e desenvolver a consciência para os aspectos relativos à administração dos recursos públicos, exercendo assim, o controle social.

Em 2013, a Superintendência Regional da Receita Federal da 9ª RF, isoladamente ou por intermédio das suas Unidades Administrativas Locais e, em parceria com os integrantes dos Grupos de Educação Fiscal dos estados do Paraná e de Santa Catarina, bem assim, com os Grupos de Educação Fiscal municipais, existentes nestes estados, desenvolveu projetos de educação à distância com professores da rede pública e privada e servidores públicos; concursos de redação com temas relacionados à cidadania fiscal; concursos para projetos educacionais para aplicação com alunos do ensino médio e fundamental; seminários, com destaque para a realização anual do Seminário Estadual de Educação Fiscal do Estado do Paraná, que em 2013 chegou à sua 11ª edição, sem interrupção, desde a instituição da Portaria 413, de 31 de dezembro de 2002, cujos eventos reúnem centenas e até milhares de profissionais da educação e do serviço público, além de convidados de todas as áreas afins. Colaborou na implantação de Grupos de Educação Fiscal nos municípios e na criação de observatórios de controle social nas cidades. Também organizou eventos temáticos de cidadania, combate à corrupção, à pirataria, ao contrabando e descaminho, dentre outros.

A Superintendência Regional da Receita Federal, 9ª Região Fiscal, é importante que se destaque, participa da Rede de Controle da Gestão Pública do Estado Paraná, juntamente com outros entes públicos no estado, a saber: Tribunal de Contas da União, CGU, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Polícia Federal.

Durante o ano de 2013, nos Estados do Paraná e Santa Catarina, foram realizadas, ao todo, 1051 ações de Educação Fiscal.

Iniciativa de educação fiscal recentemente implementada, o Autoatendimento Orientado está em funcionamento desde agosto em diversas unidades da Receita Federal e já contabiliza cerca de 204 mil atendimentos nesse novo formato. O Autoatendimento Orientado consiste em um ambiente físico destacado nas unidades de atendimento, em que são disponibilizados microcomputadores para que os contribuintes possam obter serviços e informações por meio do sítio da Receita Federal na Internet, com a orientação de servidores da unidade.

Outra ação de educação fiscal de destaque em 2013 foram os Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), que funcionam nas faculdades de Ciências Contábeis nos moldes dos já consagrados núcleos de prática jurídica das faculdades de direito e contam com a parceria da Receita Federal. Nesses núcleos os alunos prestam atendimento a contribuintes hipossuficientes e complementam sua formação com os conhecimentos adquiridos.

O primeiro NAF da SRRF09 foi instalado na cidade de Cianorte, articulado em conjunto com a realização do XI Seminário Paranaense de Educação Fiscal.

b) Gerir cadastro de pessoas e bens

Descrição sucinta das principais atividades:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos.

No ano de 2013, foi conduzida a consolidação do programa de reestruturação dos Cadastros da RFB.

Os atuais cadastros cumprem a função de identificar e localizar os contribuintes. Da análise de outros modelos internacionais, verificou-se a necessidade de reestruturação dos cadastros para que este, além de identificar e localizar os contribuintes, cumpra as seguintes funções:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação e controle aduaneiro;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias e aduaneiras a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos tributários, previdenciários e aduaneiros.

Para atingir esse novo modelo cadastral, foi construído o Programa de Integração de Cadastros – CadFisc, que é composto de 8 projetos, todos integrados, visando à revitalização dos cadastros da RFB e fundamentados em três pilares cadastrais, Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Imóveis. São eles:

- Pessoa Jurídica:

Novo CNPJ, REDESIM, CNAE e PUC 5 - atributos previdenciários no cadastro PJ;

- Pessoa Física:

Novo CPF e PUC5 - atributos previdenciários no cadastro PF – Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física (CAEPF)

- Imóveis:

Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR); Sistema de Gestão de Informações Territoriais do Brasil (SINTER); CAFIR WEB e Coletor do CAFIR; PUC – 5 – Cadastro Nacional de Obras

Todos esses cadastros deverão estar integrados e agregar atributos tributários, previdenciários e aduaneiros, cumprindo a função de respectivamente ser o cadastro fiscal de pessoas físicas, jurídicas e bens imóveis.

Como as principais realizações no exercício de 2013, na 9ª RF, pode-se elencar:

a) Treinamento e implantação do convênio de atendimento CPF aos custodiados no estado do Paraná, para fins de ampliar o acesso gratuito ao Cadastro de Pessoas Físicas, conforme disposto no art. 2º, inciso V do Decreto 6289/2007 ;

b) Elaboração e encaminhamento de demanda ao SERPRO contendo as especificações para a construção de aplicativo a ser utilizado pela Junta Comercial do Estado do Paraná para deferimento do CNPJ juntamente com o registro da empresa, em atendimento ao disposto no art. 9º da Lei 11.598/2007 que prevê entrada única de dados cadastrais e documentos. Este aplicativo dará início à implantação do processo de Simplificação e Integração do Registro e Legalização de Empresários e de Pessoas Jurídicas, no âmbito da Redesim, no Estado do Paraná.

c) Prestar orientação e atendimento

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar orientação e atendimento presencial ao cidadão;
- Realizar orientação e atendimento eletrônico ao cidadão;
- Gerir parcerias para orientação e atendimento ao cidadão;
- Estimular ações que facilitem o cumprimento e previnam erros na prestação das obrigações tributárias.

No exercício de 2013, houve incremento significativo no volume de atendimentos por todos os canais disponibilizados pela Receita Federal, com menor tempo médio de espera, apesar de menor quantitativo de atendentes, conforme se depreende da leitura dos indicadores a seguir apresentados.

A Receita Federal do Brasil na 9ª RF prestou, presencialmente, 2.405.311 serviços no período entre janeiro e dezembro de 2013. Esse número significa médias aproximadas de 200.442 serviços por mês e 9.100 por dia útil. Não estão incluídos, nestes números, os atendimentos prestados nas unidades aduaneiras (portos, aeroportos e fronteiras), exceto os atendimentos nos Centros de Atendimento ao Contribuinte das Alfândegas do Porto de Itajaí/SC; São Francisco do Sul/SC e de Paranaguá/PR.

Aproximadamente 97% dos atendimentos pessoais prestados na 9ª RF são conclusivos, significando que o contribuinte resolve sua pendência já na primeira vez, sem precisar retornar, enquanto que, em média, para o ano de 2013, em 92,02% dos serviços prestados, o interessado esperou, no máximo, 15 minutos aguardando para ser chamado. Cabe salientar que o atendimento presencial, na 9ªRF, se dá por meio dos Centros de Atendimento ao Contribuinte (Cac), localizados nas Delegacias da Receita Federal e nas Alfândegas, bem assim, pelas Agências e Inspetorias da Receita Federal, totalizando 63 unidades na 9ª Região Fiscal, sendo 26 no estado de Santa Catarina e 37 no estado do Paraná.

A Receita Federal na 9ª RF desenvolve relacionamento de parcerias com diversas entidades da sociedade civil organizada com fins de prestar orientação tributária e aduaneira. Com este enfoque, ocorreram no ano de 2013 eventos sobre temas tributários como o e-Social (Sistema Público de Escrituração Digital – SPED) e Simples Nacional. Principais parceiros públicos e privados: Sebrae/PR; Conselho Regional de Contabilidade – CRC/PR; Federação das Indústrias do Paraná - FIEP; Federação das Indústrias de Santa Catarina - FIESC; OAB/PR; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar; Junta Comercial do Paraná - JUCEPAR; Junta Comercial de Santa Catarina - JUCESC; Prefeitura Municipal de Curitiba e Secretaria de Finanças do Município de Curitiba; Conselho Regional de Contabilidade – CRC/SC.

A Receita Federal do Brasil também presta atendimento ao contribuinte por meio dos convenientes Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Correios, para atendimento de inscrição e alteração do Cadastro de Pessoas Físicas. Em 2013, as instituições conveniadas prestaram juntas mais de 870.000 atendimentos de CPF nos estados do PR e SC (9ªRF).

O atendimento virtual (orientação e atendimento eletrônico ao cidadão), ocorre por meio da página da Receita Federal do Brasil na rede internet, disponibilizando serviços em três modalidades de acesso diretamente na página: acesso público; acesso restrito por senha ou código de acesso; e acesso mediante certificação digital. Os serviços prestados mediante senha, código de acesso ou certificado digital são prestados pelo Portal denominado “e-Cac”, e totalizaram 8.049.068 serviços virtuais no ano de 2013 nos estados do Paraná e de Santa Catarina (9ª Região Fiscal). Além destes serviços, são prestadas informações e orientações tributárias por meio do serviço “Fale Conosco”, também na página RFB.

O atendimento telefônico é prestado por intermédio do Receitafone (nº 146), cujo atendimento é centralizado e de âmbito nacional. Recebeu mais de 11 milhões de ligações, no ano de 2013.

Além disso, estão em andamento no âmbito da Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal (Coaef) os projetos abaixo relacionados, que visam promover melhorias no atendimento da Receita Federal e alavancar o desempenho apresentado:

- Modernização do Atendimento Presencial;
- Novo Portal de Serviços;
- Visão Integrada do Atendimento (VIA);
- Integração do Atendimento de Tributos Internos e Aduana;
- Modernização do Atendimento Presencial;

- Integração do Atendimento da Receita Federal e da PGFN;
- Recuperação e Registro da Memória Institucional;
- Preservação e Divulgação do Acervo;
- Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF);
- Autoatendimento Orientado – Fases 2 e 3

Além dos dados apresentados, cabe mencionar outras ações já concluídas ou em andamento que objetivam simplificar procedimentos para conferir ao atendimento mais eficiência, conforme a seguir:

- A publicação da Instrução Normativa 1.412, de 22 de novembro de 2013, que dispõe sobre a transmissão e a entrega de documentos digitais para juntada a processo digital ou a dossiê digital de atendimento, confere maior celeridade ao atendimento e conveniência ao contribuinte na entrega de sua documentação;
- A publicação da Instrução Normativa 1.429, de 23 de dezembro de 2013, que altera os procedimentos de baixa do CNPJ, tornou mais fácil ao contribuinte a obtenção da baixa do CNPJ, desonerando o atendimento e dando mais segurança e fidedignidade a esse cadastro;

Foi iniciado o processo de simplificação da regularização de obras e formalizado, por meio da Portaria nº 1.880, de 24 de dezembro de 2013, a desnecessidade de o atendimento exigir firma reconhecida nos documentos entregues à Receita Federal, ressalvados os casos de Procuração RFB, imposição legal ou no caso de dúvida fundada quanto à autenticidade da assinatura aposta no documento apresentado.

Foi implementado em Paranaguá, com êxito, o piloto do projeto de Atendimento Integral dos tributos internos e aduaneiros em uma única unidade. O piloto trouxe muitos subsídios que permitirão a construção de um modelo nacional para implantação do Atendimento Integral nas demais unidades da Receita Federal.

d) Gerir canais de comunicação com a sociedade

Descrição sucinta das principais atividades:

- Descrição sucinta das principais atividades:
- Realizar ações de divulgação dos resultados tributários e de controle aduaneiro para a sociedade;
- Monitorar notícias e opiniões públicas sobre assuntos de interesse da RFB;
- Realizar o fortalecimento da imagem institucional da RFB perante a sociedade; e
- Gerenciar a comunicação interna da Receita.
- Gerir ouvidoria

Comunicação Social

A Comunicação Social é uma área de fundamental importância para qualquer corporação pública ou privada. Esse fato ganha especial relevo para uma instituição do porte da Receita Federal, que tem uma vasta área de atuação assim como um número enorme de servidores. Há que se ressaltar ainda a necessidade de interação com os mais diversos públicos, tais como contribuintes, servidores, órgãos públicos e outros entes federados.

Ciente da envergadura desse desafio a administração da Receita tem empreendido enorme esforço com vistas a fortalecer a imagem da instituição. Nesse sentido podemos destacar no ano de 2013 as iniciativas abaixo, já completamente concluídas ou em fase de implementação:

Internet - O sítio da RFB na internet é um dos mais acessados do Brasil. Nele o contribuinte pode acessar enorme gama de informações e serviços. Nesse sentido, buscando facilitar o acesso e a disposição das funcionalidades, a Receita Federal deu curso a um projeto para modernização do sítio que compreende a reformulação do leiaute e a forma de alimentação do conteúdo disponível.

Os benefícios recairão sobre o público externo que terá a sua disposição um sítio mais atraente e melhor organizado, e da mesma forma, sobre o público interno, pois a nova forma de gestão do conteúdo passará a ser descentralizada o que permitirá maior agilidade na atualização das informações.

Intranet - Visando modernizar esse canal de comunicação a Receita reformulou a sua intranet com o propósito de unificar no mesmo veículo de comunicação informações de interesse dos servidores e que ao mesmo tempo tragam facilidades práticas para o dia a dia dos que trabalham na instituição.

Rede social corporativa – A Conexão Receita, como é chamada a rede social interna da instituição permite ao servidor participar de forma colaborativa das discussões de vários temas de interesse interno da Receita Federal. Este software que entrou em funcionamento em 2013 tem forte potencial para propiciar uma maior interação da administração da Receita com os servidores de todo o país.

Manual de Identidade Visual - A Receita reformulou a sua identidade visual padronizando a forma de utilização da marca nas mais diversas aplicações. Veículos, fachadas, instalações, uniformes foram alguns dos itens que receberam uniformização com o propósito de fortalecer a imagem da instituição por meio dessa iniciativa de reforço da identidade visual institucional.

Fato Gerador - As atribuições da Receita Federal são as mais variadas, abrangendo por exemplo, a arrecadação de tributos, fiscalização, atendimento ao contribuinte e controle aduaneiro em portos aeroportos e pontos de fronteira. Para integrar as diversas áreas de atuação foi criado o Caderno Fato Gerador, de periodicidade semestral e que traz balanços e resultados da instituição, permitindo aos gestores e servidores que através do conhecimento dessas informações possam estar alinhados e preparados para comunicar as mensagens da instituição independente da área em que exerçam suas atividades .

TV Receita – TV Receita é uma TV web desenvolvida pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom), e conta em seu canal com gravações de entrevistas coletivas, como por exemplo a coletiva Alerta Simples Nacional que teve 2354 visualizações. Além de apresentar as inserções mais relevantes da Receita na mídia e vídeos históricos como o do curta metragem Comboio Nacional, com 6609 visualizações.

Youtube - No canal da TV Receita no Youtube, inaugurado em 2 de abril, os servidores da RFB e o público em geral podem acompanhar as principais notícias relacionadas à Receita Federal que foram veiculadas na imprensa. A lista de reprodução "Receita na Mídia" do canal no Youtube

possibilita a recuperação da informação com mais agilidade. Assim, quem não conseguir assistir as reportagens nos meios tradicionais, pode acompanhar a Receita na mídia pelo Youtube.

Twitter – Presente nesta rede social a Receita Federal utiliza o twitter para se aproximar da sociedade por meio da divulgação de informações de interesse, público, prestação de serviços aos contribuintes e apresentação de resultados institucionais.

Ouvidoria da Receita Federal

A Ouvidoria da Receita Federal faz parte do Sistema de Ouvidoria do Ministério da Fazenda MF.

As mensagens advindas da sociedade são recepcionadas pelo Sistema Ouvidor (SisOuvidor) do MF, onde são classificadas por tipo de mensagem (elogio, sugestão, solicitação de informação, denúncia, ou reclamação), classificada por tipo de serviço, e repassadas às Unidades Central e Regionais da Receita Federal.

A Ouvidoria da Unidade Central trata as mensagens de âmbito geral e as mensagens relativas a Tecnologia da Informação.

Compete também à Ouvidoria da Unidade Central a supervisão das ouvidorias regionais.

As ouvidorias da 3ª, 6ª e 9ª Regiões Fiscais são centralizadas na Superintendência Regional: Fortaleza, Belo Horizonte e Curitiba. As demais são descentralizadas e cada Delegacia ou Inspetoria tem um ouvidor próprio e um substituto.

No decorrer do exercício de 2013 foram recepcionadas, na 9ª Região Fiscal, 5.549 manifestações, cuja classificação e frequência mensal é detalhada no quadro que segue:

Quantitativo de Mensagens - Tipo de Manifestação												
TIPO	Mês / Ano											
	Jan/13	Fev/13	Mar/13	Abr/13	Mai/13	Jun/13	Jul/13	Ago/13	Set/13	Out/13	Nov/13	Dez/13
Denúncia	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0	3
Elogio	3	2	1	7	8	4	6	1	0	1	2	1
Informação/Solicitação	226	321	381	319	277	163	163	130	107	157	192	166
Reclamação	235	255	359	249	367	141	124	104	139	142	115	172
Sem classificação	0	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0
Sugestão	29	38	68	69	45	36	31	33	21	48	36	42
Total	493	618	809	644	698	345	326	270	268	349	345	384

1.5 - Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade Jurisdicionada

1.5.1 - Macroprocesso Gestão Estratégica, Projetos e Processos



a) Acompanhar a execução da estratégia

Descrição sucinta das principais atividades:

- Acompanhar o desempenho dos objetivos, indicadores e metas estratégicas em todos os níveis da organização; e
- Coordenar e subsidiar as regiões fiscais no desdobramento da estratégia institucional.

Para o acompanhamento da estratégia, o Gabinete da RFB com o apoio da Copav dispõe de um sistema via web, que é o Sistema de Apoio à Gestão Estratégica, SAGE-RFB, que tem como principal objetivo dar efetivo suporte aos procedimentos de gestão estratégica da Instituição e que possibilita o acompanhamento do desempenho dos objetivos estratégicos constantes do Mapa Estratégico da RFB, assim como os respectivos indicadores e metas.

O ciclo de planejamento estratégico da RFB vigente abrange o período de 2012 a 2015 e durante o ano de 2013, o processo “Acompanhar a execução da estratégia” teve a realização de quatro RAE Nacionais – Reuniões de Avaliação Estratégicas Nacionais, que conta com a presença do Secretário da RFB assim como do Secretário-Adjunto, dos Subsecretários e dos Superintendentes regionais, tiveram como foco a avaliação dos objetivos estratégicos e dos respectivos indicadores; além destas ocorreram oito RAE-UC, Reuniões de Avaliação Estratégicas das Unidades Centrais, que contam com a presença do Secretário da RFB assim como da Secretário-Adjunto e dos Subsecretários, tiveram como foco a avaliação dos projetos estratégicos institucionais.

No âmbito na 9ª RF foram realizadas quatro RAE Regionais – Reuniões de Avaliação Estratégica Regionais, com a presença do Superintendente, dos Superintendentes Adjuntos, Delegados, Inspetores, Chefes de Divisão, Assistentes de Gabinete e demais autoridades convidadas para participarem dos debates promovidos durante as reuniões.

Os objetivos de tais reuniões consistem na avaliação periódica dos resultados alcançados pela 9ª Região Fiscal no acompanhamento das diretrizes estratégicas estabelecidas, visando um constante alinhamento entre a SRRF e as Unidades locais.

Para a determinação da estratégia, cabe destacar que aos objetivos estratégicos, declarados no Mapa Estratégico, foram associados indicadores e metas que pudessem, a partir de seu acompanhamento por meio de um painel de desempenho, servir de ferramentas para determinar se a organização está avançando rumo à plena implementação de sua estratégia.

O Painel de Desempenho Nacional, figura a seguir, é igualmente uma representação gráfica que mostra os 52 Indicadores Estratégicos que foram eleitos para verificar o grau de cumprimento dos Objetivos Estratégicos da RFB. Desses indicadores, 44 estão disponíveis para apuração e tiveram metas estabelecidas para o ano de 2013, excetuando dois que dependem de pesquisa de opinião realizada pela primeira vez ano passado.

PAINEL DE DESEMPENHO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2013					
RESULTADOS					
Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial	Índice de atingimento da arrecadação potencial	Índice de realização da meta global de arrecadação			
Eleva o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras	Índice de adimplência do crédito tributário	Índice de adimplência das obrigações acessórias	Indicador de atividade de educação fiscal	Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação	
Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade	Índice de fortalecimento do comércio exterior				
Aumentar a percepção de equidade na atuação da instituição	Índice de percepção de equidade				
Fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade	Índice de inserções positivas da RFB na mídia	Índice de percepção da RFB pelo público externo			
PROCESSOS INTERNOS					
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Tempo de realização ou da finalização da cobrança administrativa do crédito tributário lançado de ofício	Índice de recuperação da cobrança	Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	Tempo médio de contencioso de primeira instância	Tempo médio de contencioso em delegacias de julgamento
Eleva a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	Indicador global da fiscalização (IGF)	Indicador global da atividade de inteligência fiscal (IGIF)	Índice de qualidade da atividade de inteligência fiscal (IQAIF)	Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação	Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)			
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Índice de solução de consultas	Percentual de apreciação de consultas e solução de divergências no contencioso	Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos	Índice de litigância administrativa	Índice de variação da litigância judicial
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes	Grau de fluidez do despacho de exportação	Grau de fluidez do despacho de importação	Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Índice de crédito tributário garantido				
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira	Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira			
Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Grau de atendimento às demandas por estudos sobre política e legislação tributária aduaneira	Índice de atingimento da qualidade dos estudos setoriais			
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)				
Fortalecer as relações institucionais	Grau de proatividade da RFB no estabelecimento de parcerias	Grau de cobertura dos convênios	Grau de ativação de convênios	Grau de inserção internacional	
Fortalecer a comunicação institucional	Nível de satisfação do público interno com a comunicação interna da RFB				
PESSOAS E RECURSOS					
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento				
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Índice de adequação da lotação				
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Índice de tempestividade das soluções de TI				
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação imobiliária (NAI)	Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas (NAF)	Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)		
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos		

Fonte: Sistema de Apoio a Gestão Estratégica da RFB

Entre os indicadores disponíveis para apuração, apenas 32 são desdobráveis até o âmbito regional. Considerando, no entanto, que a maior parte dos resultados institucionais dependem das ações das unidades descentralizadas (delegacias, inspetorias, alfândegas etc.), era imprescindível que se garantisse que a visão dos dados relacionados aos indicadores tivessem este nível de detalhamento e que a periodicidade de sua publicação fosse mensal, o que não é possível a partir do Painel de Desempenho Nacional.

Com esse fim foi desenvolvido o Painel de Desempenho da 9ª RF, que passou a ser importante instrumento de avaliação dos resultados regionais e os resultados de cada uma de suas unidades descentralizadas. As informações mensalmente disponibilizadas são: Índice RFB (definido no próximo tópico); a Cesta de Indicadores Orçamentários; a posição regional dos 32 indicadores desdobrados em confronto com os resultados do Brasil; e uma consolidação de outras informações gerenciais relevantes.

Consolidação do Índice RFB

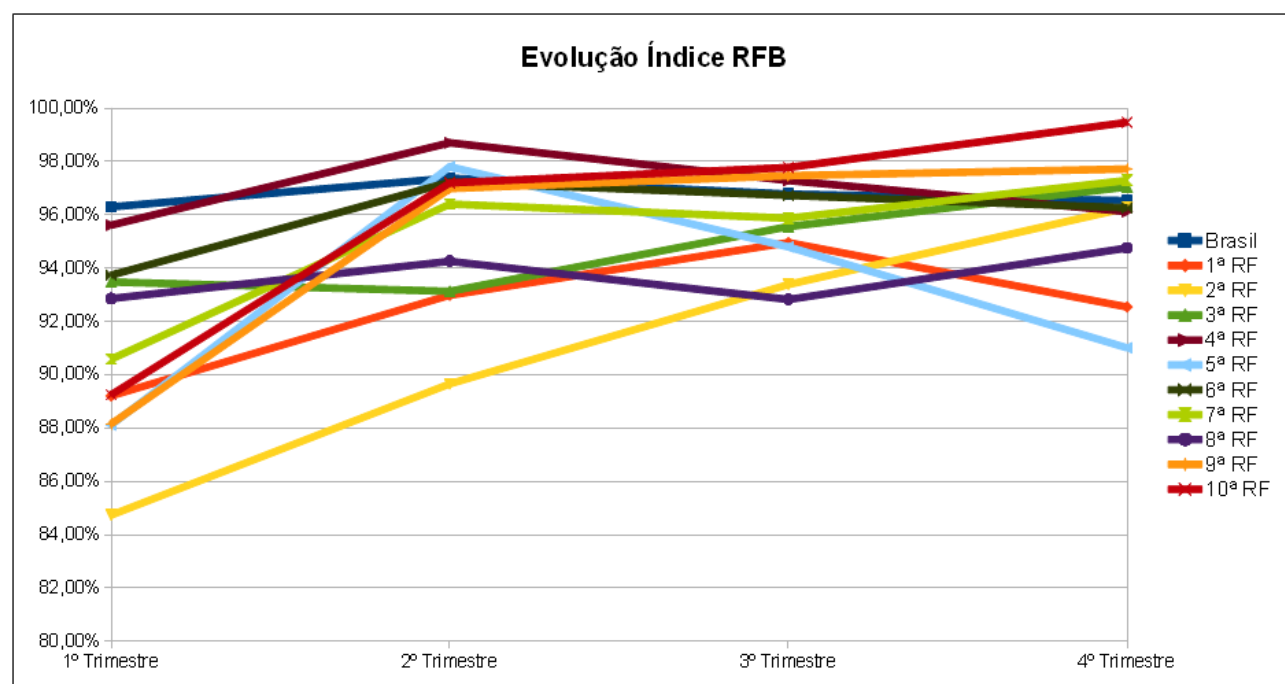
O Índice RFB, construído em 2011, com a colaboração das unidades centrais e regionais, procura agregar os resultados de indicadores estratégicos desdobráveis, para possibilitar a medição do desempenho da RFB e das unidades regionais. Consolidado como importante instrumento de avaliação institucional, o referido índice sofreu algumas alterações, consequência da revisão do Painel de Desempenho e teve, em 2013, a configuração apresentada a seguir:

Bloco	% Bloco	Indicador Estratégico	Peso	
			% Ind.	% Total
Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	18%	Índice de realização da meta global de arrecadação	50%	9,00%
		Índice de adimplência do crédito tributário	15%	2,70%
		Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	35%	6,30%
Fiscalização e combate aos ilícitos tributários e aduaneiros	28%	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	17%	4,76%
		Indicador global da fiscalização (IGF)	34%	9,52%
		Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)	8%	2,24%
		Índice global de fiscalização aduaneira (IGFA)	12%	3,36%
		Grau de eficácia da seleção e fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)	9%	2,52%
		Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira	20%	5,60%
Administração Aduaneira	18%	Grau de fluidez do despacho de importação	26%	4,68%
		Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação	26%	4,68%
		Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação	48%	8,64%
Segurança Jurídica e Solução de Litígios	12%	Tempo médio de contencioso de primeira instância	75%	9,00%
		Índice de litigância administrativa		
		Índice de solução de consultas	25%	3,00%
Interação com a Sociedade	12%	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	58%	6,96%
		Indicador de tempo médio de estoque de restituição pendentes	26%	3,12%
		Indicador de atividade de educação fiscal	16%	1,92%
Gestão Corporativa	12%	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento	40%	4,80%
		Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	40%	4,80%
		Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)	20%	2,40%

Pela tabela acima, verifica-se que sua fórmula de cálculo foi definida como o percentual médio ponderado do alcance das metas estabelecidas para 22 indicadores estratégicos selecionados. Esta ponderação é feita por meio da definição de pesos individuais para esses indicadores, que foram distribuídos pelos Macroprocessos da Cadeia de Valor, e outros pesos para os próprios Macroprocessos. Dois indicadores apresentam percentuais de participação igual a zero, pois ainda estão com status “Não disponível”.

A última apuração do Índice RFB ocorreu em janeiro de 2014, referente ao mês de dezembro de 2013. Abaixo, uma tabela e um gráfico com a comparação e evolução dos resultados apurados em 2013:

ÍNDICE RFB 2013									
RF	4º Trim/2012	1º Trimestre		2º Trimestre		3º Trimestre		4º Trimestre	
	Resultado	Resultado	Variação	Resultado	Variação	Resultado	Variação	Resultado	Variação
Brasil	93,21%	96,30%	3,31%	97,38%	1,12%	96,78%	-0,61%	96,53%	-0,26%
1ª	93,05%	89,21%	-4,13%	92,99%	4,23%	94,96%	2,12%	92,54%	-2,54%
2ª	95,51%	84,74%	-11,28%	89,66%	5,81%	93,39%	4,15%	96,26%	3,08%
3ª	94,08%	93,48%	-0,63%	93,13%	-0,37%	95,56%	2,61%	97,05%	1,56%
4ª	94,63%	95,61%	1,04%	98,70%	3,23%	97,29%	-1,43%	96,12%	-1,20%
5ª	95,66%	88,12%	-7,88%	97,81%	10,99%	94,80%	-3,08%	91,01%	-3,99%
6ª	90,55%	93,74%	3,52%	97,23%	3,72%	96,73%	-0,51%	96,26%	-0,48%
7ª	94,62%	90,59%	-4,26%	96,40%	6,42%	95,87%	-0,55%	97,29%	1,48%
8ª	91,54%	92,86%	1,45%	94,26%	1,50%	92,83%	-1,52%	94,76%	2,08%
9ª	89,64%	88,16%	-1,65%	96,99%	10,01%	97,47%	0,50%	97,72%	0,26%
10ª	96,95%	89,25%	-7,94%	97,20%	8,90%	97,78%	0,60%	99,47%	1,73%



Em que pese sua consolidação, o Índice RFB ainda é objeto de difusão e aperfeiçoamento contínuos, para que efetivamente sirva para sua finalidade. Novamente, neste processo de evolução,

a participação e a contribuição das unidades centrais e descentralizadas têm sido e continuarão sendo de grande importância.

Consolidação do Plano de Contribuição

O Plano de Contribuição 2013/2014 foi um instrumento de gestão implementado durante o ano de 2012 e consolidado em 2013. Ele se propõe a direcionar e organizar a contribuição das subsecretarias, unidades de assessoramento direto ao Gabinete da RFB e superintendências regionais para a Estratégia da RFB. Isso se dá mediante a definição de diretrizes e seleção de iniciativas em alinhamento com os objetivos estratégicos.

Em complemento ao Mapa Estratégico e aos objetivos nele declarados a Superintendência da 9ª RF, por cada uma de suas Divisões, definiu diretrizes regionais para o ano de 2013:

Divisão de Administração Aduaneira (DIANA)

1. Incentivar a disseminação e compartilhamento de experiências, técnicas de gerenciamento de risco no curso e no pré-despacho, com vistas identificar a prática de ilícitos aduaneiros;
2. Desenvolver um modelo mais eficaz de pesquisa, seleção e fiscalização aduaneira, identificando, no âmbito da 9ª RF, situações com maior potencial de fiscalização;
3. Acompanhar os processos aduaneiros, especialmente, alfandegamento de recintos, habilitação de operadores no comércio exterior e concessão de regimes especiais, de modo a buscar aperfeiçoamento e padronização desses processos.

Divisão de Fiscalização (DIFIS)

1. Supervisionar, estimular, fomentar e facilitar o cumprimento das metas e diretrizes de fiscalização para 2013 e da seleção de contribuintes para 2014, estabelecidas pela Sufis;
2. Promover, por intermédio da Efmac, a fiscalização e o cumprimento das metas estabelecidas para os maiores contribuintes, relativamente a planejamentos tributários abusivos;
3. Promover, fomentar e aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário, intensificando o arrolamento de bens, a propositura de medidas cautelares fiscais e, quando aplicável, responsabilizando criminalmente os contribuintes infratores, por meio de representações fiscais para fins penais;
4. Aprimorar a qualidade dos trabalhos fiscais, por meio de capacitação e treinamentos dos servidores da fiscalização, proporcionando nível de conhecimento adequado, estimulando o uso das ferramentas disponíveis para o enfrentamento das fraudes e formas de sonegação;
5. Elevar a percepção de risco, a presença fiscal e o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e o aumento da arrecadação, através de correspondências de Alerta e/ou Esforço Estratégico de Fiscalização em relação a contribuintes com indícios de irregularidades tributárias, selecionados tanto pelo órgão central como em nível regional.

Divisão de Gestão de Pessoas (DIGEP)

1. Priorizar o desenvolvimento gerencial.

2. Priorizar o ensino à distância e viabilizar outras formas de capacitação (eventos locais).
3. Avaliar a efetividade dos eventos de capacitação (indicadores).
4. Capacitar os servidores para o exercício de suas atividades na RFB.
5. Implementar ações vinculadas ao programa “ Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho”.
6. Melhorar o sistema de cadastro de servidores por meio digital.
7. Simplificar procedimentos de ateste de despesas de pessoal entre as Unidades e a Digep (ex.:indenizações, ressarcimentos).

Divisão de Programação e Logística (DIPOL)

1. Dotar as unidades da Região de infra estrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades.
2. Otimizar a utilização de espaços físicos com a implantação da digitalização de documentos.
3. Divulgar, em tempo real, a execução orçamentária e financeira da Região.
4. Destinar todo o estoque de mercadorias apreendidas disponíveis em 31/12/2012.
5. Acompanhar o prazo de resolução de processos relativos ao perdimento de mercadorias apreendidas, com vistas à redução do estoque de processos pendentes.

Divisão de Arrecadação e Cobrança (DIRAC)

1. Acompanhar os créditos tributários e previdenciários devedores, identificando os passivos no âmbito de atuação, com base nos sistemas de controle (processos, parcelamentos, contas-correntes, análise de direito creditório, controle do crédito Sub Júdice, controle e gerenciamento de Obras), promovendo ações de forma a recuperar o crédito tributário.
2. Promover ações de realização do crédito tributário, atuando nos procedimentos de ressarcimento, restituição, compensação, arrecadação e cobrança.
3. Manter e aprimorar os atuais indicadores de performance.
4. Incrementar o uso de medidas de garantia do crédito tributário.

Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho (DIREP)

1. Incrementar a alocação de recursos humanos exclusivos para atividade de repressão, priorizando as questões segurança e treinamento.
2. Melhorar estrutura de equipamentos e logística.
3. Manter onde necessária a recepção de mercadorias 24 horas.

4. Melhorar o processamento das mercadorias apreendidas nas Unidades (modelo de Foz do Iguaçu).
5. Aumentar a terceirização das atividades de apoio (carregadores, digitadores, conferentes, armazenagem e transporte).
6. Avançar na implantação dos Centros de Cães de Faro na 9ªRF.
7. Priorizar integração com demais órgãos que combatem o contrabando e descaminho.
8. Aumentar a vigilância presencial e monitorada nas Unidades aeroportuárias e portuárias.
9. Aperfeiçoar a atuação na seleção e preparo das operações de repressão.

Divisão de Tributação (DISIT)

1. Reduzir o prazo compreendido entre o protocolo do processo de consulta na unidade de preparo até o seu envio à Disit/SRRF09 para análise.
2. Buscar o aperfeiçoamento da legislação e a redução de divergências, mediante a proposição à Cosit da edição de atos normativos sobre matérias objeto de reiteradas consultas.

Divisão de Tecnologia da Informação (DITEC)

1. Adequar a infraestrutura de TI e soluções de conectividade das Unidades da região (Upgrade de Circuitos e Aceleradores WAN);
2. Readequar o parque de Servidores da Região com novos equipamentos;
3. Adequar a disponibilização de área de armazenamento de dados para uso da Região;
4. Ampliar soluções de Redes sem fio na região;
5. Implantar soluções de serviços de mobilidade computacional;
6. Ampliar soluções de comunicação virtual na região;
7. Melhorar o controle de acesso da região à Internet.

Divisão de Interação com o Cidadão (DIVIC)

1. Dar continuidade ao Projeto “Receita Fácil - Evite Filas”.
2. Investir em treinamentos para as equipes de atendimento presencial.
3. Continuar projetos realizados em parceria com outras entidades da sociedade civil organizada, visando promover orientação tributária, educação fiscal e melhoria do atendimento ao cidadão.
4. Incentivar a criação de equipes de Educação Fiscal nas unidades descentralizadas, envolvendo mais servidores no PNEF.

5. Consolidar as parcerias regionais de Educação Fiscal nos estados do Paraná e Santa Catarina, por meio da estrutura do GEFE.
6. Unificar procedimentos na inscrição e alteração de empresas, em conjunto com a Jucepar e Sefin/ Curitiba, visando implementar o Projeto Redesim no Estado do Paraná.
7. Acompanhar o funcionamento do centralizador estadual de cadastro (Sistema REGIN) da Junta Comercial de Santa Catarina, articulando as ações de responsabilidade da RFB.
8. Fomentar a celebração de convênios com as Secretarias de Segurança. Pública dos Estados e também com o município de Curitiba, para inscrição e alteração de CPF de forma gratuita.
9. Aperfeiçoar os Centros de Atendimento ao Contribuinte existentes nas unidades da Região Fiscal de forma a criar e ampliar o modelo de unidades de atendimento único na 9ªRF.

Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (SEMAC)

1. Acompanhar e analisar a arrecadação fazendária e previdenciária:
 - a) acompanhar a realização da arrecadação em relação à previsão e efetuar a análise da arrecadação fazendária e previdenciária;
 - b) acompanhar a arrecadação dos contribuintes diferenciados e efetuar a análise das quedas de arrecadação fazendária e previdenciária destes contribuintes;
 - c) acompanhar outras distorções potenciais, tais como: reorganizações societárias, contribuintes em arrecadação, comparativo de débitos declarados em DCTF, etc.;
 - d) acompanhar a arrecadação dos maiores contribuintes das Agências.
2. Monitorar e buscar a recuperação do passivo tributário dos contribuintes diferenciados
3. Aplicar a metodologia de acompanhamento dos contribuintes diferenciados por setor econômico e estudos de grupos/setores econômicos.
4. Alertar as unidades quanto a situações que ensejam medidas imediatas para a sustentação da arrecadação.

Assim, na 9ª RF, as iniciativas estratégicas são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pela SRRF e pelas unidades descentralizadas, tendo por norte o alinhamento com os objetivos institucionais e com as diretrizes regionais.

Evolução do Sage-RFB

Durante o ano de 2013, foram implementadas novas melhorias no Sistema de Apoio à Gestão Estratégica da Secretaria da Receita Federal do Brasil (Sage-RFB). Abaixo, uma relação não exaustiva dos itens que foram disponibilizados no sistema:

- Criação dos formulários de processos de trabalho, possibilitando os vínculos desses processos com as iniciativas, os indicadores e os objetivos estratégicos;

- Disponibilização da Cadeia de Valor, com os 'links' para os formulários de processos de trabalho e os semáforos de desempenho dos processos construídos com base em vínculos com os indicadores estratégicos;
- Evolução dos formulários de indicadores estratégicos, possibilitando sua ampliação para o nível local ou, até mesmo, para inserção de indicadores de processo de trabalho.

Apresentam-se, em seguida, alguns números a respeito do nível de utilização do Sage-RFB, extraídos do sistema em 20/01/2014:

- São 3067 usuários cadastrados no sistema, o que representa um crescimento de mais de 14% em comparação com o ano de 2012;
- São 1909 iniciativas cadastradas com o status “Não iniciada” ou “Em execução”, o que dá cerca de 9 iniciativas por unidade cadastradora;
- São 3453 iniciativas cadastradas, sendo 896 com status “Não iniciada” e 1013 com status “Em execução” e 1101 com status “Concluída”:

Distribuição por status				
Status	2012		2013	
Não iniciada	939	32,08%	896	25,95%
Em execução	951	32,49%	1013	29,34%
Concluída	708	24,19%	1101	31,89%
Outras	329	11,24%	443	12,82%
Total	2927	100%	3453	100%

- O aumento do percentual de iniciativas concluídas comprova a utilização efetiva do sistema pelos gerentes de projetos.
- Maior percentual de programas e projetos (60%) que de ações contínuas, tanto em 2012 como em 2013:

Distribuição por Tipo – Iniciativas Não iniciadas ou Em execução				
Tipo	2012		2013	
Programas	92	4,87%	94	4,93%
Projetos	1043	55,19%	1079	56,52%
Ações	755	39,95%	736	38,55%
Total	1890	100%	1909	100%

- Persiste um grande percentual de iniciativas regionais e locais (mais de 80%), o que pode indicar haver grande participação das unidades descentralizadas na execução do planejamento:

Distribuição por Nível – Iniciativas Não iniciadas ou Em execução				
Nível	2012		2013	
Institucionais e Nacionais	308	16,29%	324	16,97%
Regionais	343	18,15%	350	18,34%
Locais	1239	65,56%	1235	64,69%
Total	1890	100%	1909	100%

- Grande percentual de iniciativas aprovadas pelos Chefes das Unidades, o que atesta a participação das lideranças das unidades, em que pese a ocorrência de um decréscimo percentual com relação a 2012:

Distribuição por Nível – Iniciativas Não iniciadas ou Em execução				
Nível	2012		2013	
Aprovadas	1187	62,80%	1084	56,78%
Regionais	703	37,20%	825	43,22%
Total	1890	100%	1909	100%

Construção dos Cenários Prospectivos

A Receita Federal do Brasil (RFB) tem se valido de estudos prospectivos para a construção de cenários com o fito de aprimorar a sua visão de futuros possíveis, o seu processo de gestão estratégica e a sua capacidade de construir o futuro da administração tributária e aduaneira do país. Tudo no sentido de gerir as incertezas críticas de longo prazo que podem vir a impactar a RFB.

Em 2011, foi realizado um estudo prospectivo para a construção de Cenários Prospectivos ambientais como parte da base do planejamento para o período 2012-2015. Em 2013, foi a vez de se implementar um Projeto para a construção de Cenários Prospectivos para a RFB como subsídio para a formulação das Políticas Tributária e Aduaneira até 2022. Desta feita, os Cenários construídos foram de negócio, ou seja, desceu-se a um nível de especificidade maior para atender ao cumprimento de um objetivo estratégico.

Os Cenários Prospectivos construídos levaram em consideração vários temas chamados de “Incertezas Críticas”, entre os quais podem ser citados: o contexto internacional, o contexto econômico nacional, a política ambiental, o exercício da cidadania, a demografia e a tecnologia. Todos esses temas foram analisados sob a ótica da sua influência nas Políticas Tributária e Aduaneira.

Foi constituído Grupo de Trabalho através da Portaria RFB no 1073, de 07 de agosto de 2013, com o fim específico de construir Cenários Prospectivos para a RFB: Subsídios para a formulação das Políticas Tributária e Aduaneira do Brasil para o período 2013 – 2022, conforme os objetivos e diretrizes que constam na Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013.

Como resultado do Projeto “A construção de Cenários Prospectivos para a RFB: subsídios para a formulação das Políticas Tributária e Aduaneira” foram criados dois Cenários Prospectivos,

denominados: “Bachianas” e “Dissonância”, apresentados ao Gabinete da RFB em 10 de dezembro de 2013.

O projeto contemplou a construção da Matriz Morfológica, da descrição de todas as suas formas e dos Cenários Dissonância e Bachianas; assim como a estruturação dos cenários na forma de *e-Book*, entregue ao Gabinete em 17 de janeiro de 2014.

Além disso, em fase final de execução, está prevista a entrega do “Relatório Final” até meados de fevereiro de 2014, assim como a inserção do mesmo no Clarity, pois pretende-se deixar o relatório final junto ao projeto naquele sistema como forma de permitir fácil consulta por futuros interessados a tudo que foi executado.

b) Promover melhoria nos processos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerenciar e disseminar a metodologia de gestão por processos.

Em relação ao processo "Promover Melhorias nos Processos", vale destacar a criação da Coordenação de Gestão de Processos Institucionais – Cproc, vinculada à Copav e conhecida como Escritório de Processos, cujo marco inicial é o Regimento Interno da SRFB aprovado pela Portaria MF nº 203, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com vigência a partir de julho de 2012. A criação do Escritório de Processos é parte de uma iniciativa estratégica institucional, liderada pela Copav e patrocinada pelo Gabinete da RFB, o projeto “Implantação do Escritório de Processos da RFB”.

Esta unidade, entre outras atribuições, é responsável por fornecer apoio técnico e metodológico em gestão por processos às unidades da RFB. No ano de 2013, além de iniciativas de sensibilização da organização para este tema, foram realizadas três oficinas de modelagem de processos, que capacitaram, em nível básico, 44 servidores designados pelas Subsecretarias e unidades diretamente vinculadas ao Gabinete do secretário da RFB, objetivando apoiar o desenvolvimento de projetos de melhoria e inovação em processos de trabalho.

Outro ponto de destaque no ano de 2013 foi a publicação da Portaria RFB nº 1234, no dia 03 de setembro de 2013, que teve por objetivo estabelecer diretrizes sobre o Modelo de Governança de Processos e procedimentos para Modelagem da Situação Atual de processos de trabalho no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, entre outras providências.

Oficinas de Modelagem de Processos

Na busca pela disseminação da cultura de Gestão por Processos na RFB, disponibiliza-se frequentemente eventos de capacitação para os servidores da instituição. Nesse sentido, já foram concretizados sete eventos desde 2012 com foco em Modelagem de Processos e Gestão por Processos.

Durante o ano de 2013 foram realizadas a 5ª, 6ª e 7ª Oficina de Modelagem de Processos que visaram capacitar servidores das mais diversas áreas para apoiar o desenvolvimento de projetos de melhoria e inovação em processos de trabalho.

Cabe destacar a concretização da primeira “Oficina Temática” (7ª Oficina) onde o exercício prático desenvolvido pelos participantes consistiu na modelagem de um processo específico da Sucor/Cogep, adaptado para fins didáticos, denominado Remover Servidores por Permuta.

Como conteúdo programático, destaca-se:

- Alinhamento conceitual sobre processos, cadeia de valor, gestão de processos e gestão por processos;
- Alinhamento conceitual sobre notação de modelagem de processos de negócio BPMN (*Business Process Modeling Notation*);
- Exercício prático, a partir do qual os participantes tiveram a oportunidade de vivenciar uma experiência de modelagem;
- Utilização da ferramenta de modelagem Aris Express;
- Metodologia de Modelagem da Situação Atual de Processos utilizada implementada para a RFB.

c) Gerir portfólio de projetos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Priorizar os projetos e/ou iniciativas estratégicas;
- Gerenciar e disseminar a metodologia de gerenciamento de projetos;
- Monitorar periodicamente o andamento dos projetos e/ou iniciativas estratégicas, para subsidiar a avaliação global do portfólio;
- Fazer o acompanhamento periódico com as equipes dos projetos; e
- Promover o gerenciamento dos projetos ou iniciativas estratégicas em conformidade com a metodologia estabelecida;

Em relação ao processo "Gerir Portfólio de Projetos", salienta-se que a execução da Estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas Unidades Centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais. O processo de priorização em 2013 seguiu as diretrizes do Plano Plurianual - PPA 2012/2015, do Mapa Estratégico da RFB para 2012-2015, os Macroprocessos da Cadeia de Valor e definições do Plano de Contribuição para a Estratégia.

A partir da priorização foram selecionados treze novos Projetos Estratégicos Institucionais que passaram a compor o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais.

O Monitoramento e controle do andamento dos projetos estratégicos foi promovido por meio de realização de sete "Reuniões de Avaliação Estatégica - RAE - UC" durante o ano, com a presença do Secretário, Subsecretários e gerentes de projetos, quando necessário.

Com relação a disseminação da cultura em Gerenciamento de Projetos, foram realizadas duas turmas de Ensino a Distância – EAD, em Gerenciamento de Projetos, tendo sido capacitados 241 servidores em todo o Brasil, além de duas turmas de curso presencial de "Gerenciamento de Projetos com ênfase em cronograma".

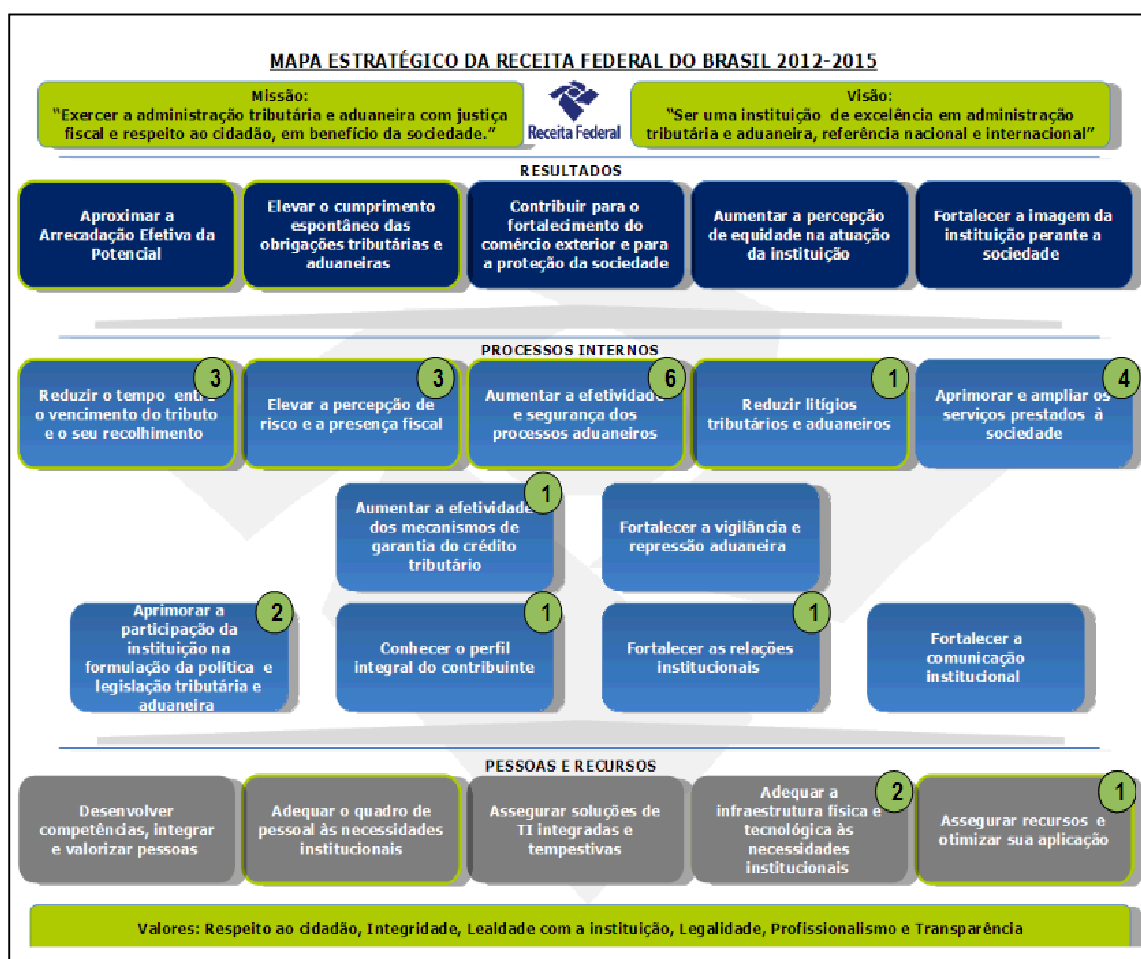
Houve, também, a realização de oficinas com foco em Metodologia e uso da ferramenta de Gerenciamento de Projetos e Portfólio - Clarity para os gerentes e equipe dos novos Projetos Estratégicos Institucionais.

Além disso, houve a realização de Seminário com foco em "Análise de Cenário na Gestão de Projetos" com participação de cerca de cem pessoas.

Estrutura do Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais

Os critérios para definição e priorização dos Projetos Estratégicos Institucionais foram revistos de acordo com a nova estratégia da RFB para o período 2012-2015. Para definição do novo Portfólio dos Projetos Estratégicos Institucionais, que são acompanhados diretamente pelo Gabinete do Secretário e utilizam a Metodologia de Gerenciamento de Projetos da RFB, foram consideradas as orientações do Plano Plurianual – PPA 2012/2015, a Cadeia de Valor e o Mapa Estratégico da RFB 2012-2015.

O Gabinete RFB, com a participação dos Subsecretários e Unidades vinculadas diretamente ao Gabinete, selecionaram os projetos que passariam a compor a nova lista de Projetos Estratégicos Institucionais da Receita Federal. A seguir, os quantitativos agrupados por Objetivos Estratégicos.



Por Objetivos Estratégicos

Destaca-se que não houve grandes alterações em relação ao portfólio de projetos estratégicos anterior, visto que a relação de projetos de 2013 atinge o mesmo número de objetivos estratégicos que a relação de 2012. Também é interessante ressaltar que a maioria dos projetos se enquadram nos objetivos estratégicos referentes aos processos internos, principalmente nos objetivos “aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros” e “aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade”.

d) Prospectar inovações

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;
- Prospectar inovações junto à administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;
- Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira; e
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Está disponível na intranet da RFB o ambiente Canal da Inovação, onde o servidor pode conhecer ou compartilhar boas práticas implantadas com sucesso em áreas ou unidades e que poderiam ser disseminadas por toda a organização.

Endereço: <http://intranet.receita.fazenda/administracao/copav/canal-da-inovacao>

O Canal de Inovação permite a captação de ideias inovadoras que possam contribuir para a realização da estratégia organizacional ou que promovam a simplificação e a melhoria dos processos de trabalho. O Espaço de Colaboração disponibiliza uma ferramenta - WikiJur – que possibilita o acesso à legislação produzida na RFB em tempo real. O WikiJur permitirá a anotação, a inserção de comentários, o cadastramento para produzir minutas de evolução das normas produzidas internamente, Regulamentos Tributários e demais atos infralegais de competência da RFB. No ambiente Colabora pode-se ver o desenvolvimento das ideias nos fóruns de discussão e acesso aos documentos dos Programas e Projetos Estratégicos.

Compõe também o Canal da Inovação o ambiente Desafios para Inovação, um espaço para a prática da inteligência cooperativa para a melhoria de determinado assunto. Nesta página a administração posta um tema e os servidores têm oportunidade de manifestar-se como melhor construir a solução e melhorar o processo de trabalho ou atingir um objetivo estratégico específico.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, instituiu, em 2002, o "Prêmio de Criatividade e Inovação Auditor-Fiscal da Receita Federal José Antonio Schöntag (Prêmio Schöntag)".

Prêmio Criatividade e Inovação – é um prêmio anual destinado a incentivar a criatividade e a inovação na RFB, tem por objetivo reconhecer e valorizar trabalhos apresentados por servidores e empregados do Ministério da Fazenda que se caracterizem pela qualidade técnica, aplicabilidade na implantação de boas práticas de gestão e na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao contribuinte.

1.5.2 - Macroprocesso Gestão Institucional



a) Gerir políticas e diretrizes institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a tomada de decisões institucionais;
- Gerenciar os processos decisórios em todos os âmbitos da RFB; e
- Gerir políticas, diretrizes e regimento interno.

b) Gerir relações institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar parcerias com entidades nacionais no interesse da RFB;
- Coordenar a solicitação e celebração de convênios para atendimento a solicitações de entidades nacionais;
- Supervisionar a execução dos convênios de parcerias;
- Coordenar o processo de cooperação e integração com as administrações tributárias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Coordenar a representação da RFB em fóruns nacionais; e
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

A Receita Federal do Brasil - RFB tem trabalhado para o fortalecimento das relações institucionais entre União, Estados e Municípios. O reconhecimento da importância das ações de cooperação e integração está evidenciado no Mapa Estratégico RFB 2012 - 2015.

A Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal – Cocif, área responsável pelo acompanhamento e orientação dessas ações, em âmbito nacional, tem dado sustentação aos diversos projetos já iniciados com os entes federativos.

Atividades realizadas:

- Implantação do Portal do ITR para Municípios Conveniados.

Foi implantado em 8 de julho de 2013 o sistema de fiscalização e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR para Municípios Conveniados, denominado Portal do ITR.

O sistema permite a execução das atividades de fiscalização e cobrança pelo município que celebrar convênio com a RFB, nos termos da Lei nº 11.250/2005 e Decreto nº 6.433/2008.

Foram treinados 761 Agentes Fiscais Municipais por meio de dois Programas de Ensino à Distância (EAD) executados pela Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF, realizados nos períodos de abril/maio e de agosto/setembro de 2013.

1882 Municípios celebraram convênio com a RFB dos quais 153 o fizeram no 2º semestre de 2013.

A Cocif exerce a Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do ITR – CGITR, tendo realizado 6 Reuniões Ordinárias.

Na XVI Marcha em Defesa dos Municípios, realizada no período de 10 a 11.07.2013, apresentamos o Portal do ITR para Municípios Conveniados com o objetivo de divulgação do sistema, estímulo à celebração de convênio com a RFB (oportunidade) e apresentação das condições para a habilitação no sistema.

- IX Encontro Nacional de Administradores Tributários – ENAT

O IX ENAT foi realizado no período de 7 a 9 de outubro de 2013 na cidade de Fortaleza-CE com a participação de 230 agentes tributários federais, estaduais e municipais.

O ENAT foi criado com o objetivo de integrar as administrações tributárias (EC nº 42/2003).

Foram realizadas 26 palestras/exposições sendo: RFB (13), Municípios (8) e Estados (5). Registrou-se aumento significativo da participação dos municípios.

- Intercâmbio de Informações Tributárias

Conclusão da formatação dos registros das informações coletadas pela RFB para repasse para os estados e os municípios. A formatação é orientada para o fato gerador do tributo administrado. Essa atividade é desenvolvida pelo Grupo de Trabalho ENAT 01, coordenado pela Cocif.

- Estrutura de cooperação e integração

Foram apresentadas propostas para (i) regulamentação do ENAT no âmbito da RFB e (ii) para gestão das representações institucionais.

- Repositório Nacional de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços.

Foi concluída a negociação para a criação de Grupo de Trabalho Interfederativo junto ao Comitê de Articulação Federativa – CAF, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República -SAF/SRI (Resolução CAF nº 12/2013), para desenvolver proposta de estruturação do Repositório Nacional da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, sob a coordenação da RFB.

- Processo Eletrônico Nacional

A Cocif coordenou as atividades decorrentes do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a RFB e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP para a construção de um sistema de processos administrativos eletrônicos comprometendo-se à disponibilizar produtos e informações referentes à iniciativa e-Processo. Foram realizados dois eventos para definição do módulo de interoperabilidade.

- Relações Institucionais

Com o objetivo de fortalecer as relações institucionais da RFB com seus parceiros, a Cocif coordenou e/ou realizou 36 eventos de negociação. Destacam-se, com a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República - SAF/SRI, a Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda - SEMF/PNAFM, o Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, a Comissão Técnica Permanente do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - COTEPE/ICMS, a Secretaria de Desenvolvimento Humano da Presidência da República – SDH, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, o Ministério da Previdência Social – MPS, com entidades representativas de estados e municípios: CMN, ABM, FNP, ENCAT e ABRASF; e com diversa Secretarias de Fazenda e Tributação e Finanças de Estados e Municípios na formulação de soluções conjuntas para situações específicas e pontuais.

- Transferência para a SPOA/MF da gestão dos *links* do SINTEGRA para os estados e para a SUFRAMA.

Foi concluída a negociação para a transferência dos *links* do SINTEGRA para os estados e para a SUFRAMA, para a SPOA-MF que passou a administrar a Rede RIS a partir de 1º.10.2013.

Os valores transferidos para a RFB em decorrência dos convênios foram ressarcidos para os conveniados de acordo com determinação do CONFAZ.

c) Gerir comunicação institucional

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de divulgação dos resultados tributários e de controle aduaneiro para a sociedade;
- Monitorar notícias e opiniões públicas sobre assuntos de interesse da RFB;
- Realizar o fortalecimento da imagem institucional da RFB perante a sociedade; e
- Gerenciar a comunicação interna da Receita.

A Comunicação Social é uma área de fundamental importância para qualquer corporação pública ou privada. Esse fato ganha especial relevo para uma instituição do porte da Receita Federal, que tem uma vasta área de atuação assim como um número enorme de servidores. Há que se ressaltar ainda a necessidade de interação com os mais diversos públicos, tais como contribuintes, servidores, órgãos públicos e outros entes federados.

Ciente da envergadura desse desafio a administração da Receita tem empreendido enorme esforço com vistas a fortalecer a imagem da instituição. Nesse sentido podemos destacar no ano de 2013 as iniciativas abaixo, já completamente concluídas ou em fase de implementação:

Internet - O sítio da RFB na internet é um dos mais acessados do Brasil. Nele o contribuinte pode acessar enorme gama de informações e serviços. Nesse sentido, buscando facilitar o acesso e a disposição das funcionalidades, a Receita Federal deu curso a um projeto para modernização do sítio que compreende a reformulação do leiaute e a forma de alimentação do conteúdo disponível.

Os benefícios recairão sobre o público externo que terá a sua disposição um sítio mais atraente e melhor organizado, e da mesma forma, sobre o público interno, pois a nova forma de gestão do conteúdo passará a ser descentralizada o que permitirá maior agilidade na atualização das informações.

Intranet - Visando modernizar esse canal de comunicação a Receita reformulou a sua intranet com o propósito de unificar no mesmo veículo de comunicação informações de interesse dos servidores e que ao mesmo tempo tragam facilidades práticas para o dia a dia dos que trabalham na instituição.

Rede social corporativa – A Conexão Receita, como é chamada a rede social interna da instituição permite ao servidor participar de forma colaborativa das discussões de vários temas de interesse interno da Receita Federal. Este software que entrou em funcionamento em 2013 tem forte potencial para propiciar uma maior interação da administração da Receita com os servidores de todo o país.

Manual de Identidade Visual - A Receita reformulou a sua identidade visual padronizando a forma de utilização da marca nas mais diversas aplicações. Veículos, fachadas, instalações, uniformes foram alguns dos itens que receberam uniformização com o propósito de fortalecer a imagem da instituição por meio dessa iniciativa de reforço da identidade visual institucional.

Fato Gerador - As atribuições da Receita Federal são as mais variadas, abrangendo por exemplo, a arrecadação de tributos, fiscalização, atendimento ao contribuinte e controle aduaneiro em portos aeroportos e pontos de fronteira. Para integrar as diversas áreas de atuação foi criado o Caderno Fato Gerador, de periodicidade semestral e que traz balanços e resultados da instituição, permitindo aos gestores e servidores que através do conhecimento dessas informações possam estar alinhados e preparados para comunicar as mensagens da instituição independente da área em que exerçam suas atividades .

TV Receita – TV Receita é uma TV web desenvolvida pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom), e conta em seu canal com gravações de entrevistas coletivas, como por exemplo a coletiva Alerta Simples Nacional que teve 2354 visualizações. Além de apresentar as inserções mais relevantes da Receita na mídia e vídeos históricos como o do curta metragem Comboio Nacional, com 6609 visualizações.

Youtube - No canal da TV Receita no Youtube, inaugurado em 2 de abril, os servidores da RFB e o público em geral podem acompanhar as principais notícias relacionadas à Receita Federal que foram veiculadas na imprensa. A lista de reprodução "Receita na Mídia" do canal no Youtube possibilita a recuperação da informação com mais agilidade. Assim, quem não conseguir assistir as reportagens nos meios tradicionais, pode acompanhar a Receita na mídia pelo Youtube.

Twitter – Presente nesta rede social a Receita federal utiliza o twitter para se aproximar da sociedade por meio da divulgação de informações de interesse, público , prestação de serviços aos contribuintes e apresentação de resultados institucionais.

1.5.3 - Macroprocesso Controle Institucional



O macroprocesso “Controle Institucional” integra a política “Definir Diretrizes para os Processos de Gestão”, apoia as políticas institucionais ao perpassar os demais macroprocessos finalísticos e de gestão e é composto por três processos: “Gerir a Integridade Funcional”, “Gerir Conformidade de Procedimentos Internos” e “Gerir Riscos Institucionais”. Em linhas gerais, estes três processos de trabalho têm como objetivos principais garantir a conformidade de procedimentos técnicos e administrativos, assegurar a adoção das melhores práticas de gestão e de governança, prover as demais áreas técnicas da RFB de instrumentos para operacionalizar o gerenciamento de riscos e o aproveitamento de oportunidades, além de garantir que a conduta funcional dos servidores esteja dentro dos princípios da moralidade e da ética pública.

É importante destacar que as atividades mencionadas somadas a outras desenvolvidas por áreas específicas com atribuições voltadas à correição, à segurança institucional, a padrões de comportamento ético e gestão de tecnologia da informação resultam no que convencionamos denominar Sistema de Controle Interno da RFB.

a) Gerir a integridade funcional

Descrição sucinta das principais atividades:

- Examinar e instruir processos administrativos disciplinares e demais expedientes sobre ética e disciplina funcionais que devam ser submetidos à apreciação das autoridades competentes;
- Examinar denúncias, representações e demais expedientes que tratem de irregularidades funcionais e promover sua apuração, atendendo aos requisitos legais;
- Realizar ações de prevenção aos ilícitos funcionais;
- Realizar ações de investigação para identificação das ocorrências de ilícitos funcionais, promovendo sua devida apuração; e
- Avaliar o comportamento ético dos servidores.

As ações disciplinares da Coger (Corregedoria-Geral da RFB) visam a contribuir para a manutenção da integridade dos valores institucionais adotados pela RFB e do interesse e do patrimônio públicos, uma vez que, ao defenderem a probidade e a moralidade em todas as suas formas, impactam positivamente não só o corpo funcional do órgão, mas também toda a sociedade.

As ações disciplinares *stricto sensu* abrangem os procedimentos preliminares de investigação disciplinar, a análise da admissibilidade de representações e denúncias de supostas irregularidades cometidas por servidores, e a apuração de responsabilidade pelo eventual cometimento de irregularidades funcionais, por meio de Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

Mencionam-se também as ações disciplinares *lato sensu*, que são aquelas referentes ao acompanhamento do trâmite de processos judiciais e da jurisprudência relacionados aos processos disciplinares em curso e aos servidores neles envolvidos; as atuações da Coger em conjunto com outros órgãos da administração pública federal e em cooperação com organismos internacionais; e ainda aquelas de caráter preventivo ao desvio de conduta, operacionalizadas por meio de palestras informativas e conscientizadoras do corpo funcional e dos administradores.

A Coger vem realizando um trabalho de fortalecimento da atividade de juízo de admissibilidade. Trata-se do exame preliminar, com o fim de fundamentar o arquivamento da denúncia ou a instauração de PAD, nos termos do parágrafo único do art. 144 da Lei 8.112, de 11/12/90.

O aperfeiçoamento do juízo de admissibilidade tem por propósitos:

- a) assegurar que se instaure PAD apenas quando haja suficientes indícios de materialidade e de autoria, evitando-se o dispêndio de recursos e o injustificado constrangimento dos servidores;
- b) dar tratamento diferenciado entre o desvio de conduta e o mero erro escusável, propiciando aos bons servidores segurança funcional para que desempenhem suas atividades sem receio de que lhes recaia ação correccional em decorrência da falibilidade humana; e
- c) direcionar os esforços para o combate aos ilícitos mais graves, de maior reprovação social.

A diretriz extraída do ordenamento legal e infralegal e adotada pela Coger é de sempre se reservar a instauração de PAD apenas para os casos estritamente necessários. E, de fato, a experiência acumulada nos últimos anos demonstra o acerto da estratégia de fortalecer as investigações prévias e de buscar o maior grau possível de embasamento para a decisão em sede de admissibilidade, evitando-se a instauração de PAD, com todos os ônus que lhe são inerentes, quando os indícios de autoria ou de materialidade podem ser preliminarmente afastados.

No que se refere à prevenção aos ilícitos funcionais, uma das principais linhas de atuação da Coger é o denominado Projeto Proteger, sistema de palestras que procura apresentar a forma de atuação da Coger, com ênfase na abordagem preventiva e didática da área disciplinar, na busca de informar e conscientizar os servidores sobre a postura a ser adotada no exercício de suas atividades. A atuação correccional no combate à corrupção e na manutenção da integridade organizacional, em última análise, propicia segurança profissional e proteção institucional ao bom servidor, além da obtenção de positivos impactos em termos de arrecadação tributária.

O balanço do Projeto Proteger em 2013 foi extremamente positivo, tendo sido alcançados os objetivos de aproximar o sistema correccional das unidades de ponta e de propiciar à categoria uma correta e isenta informação acerca da forma legal, impessoal, razoável e concatenada com a Administração da RFB com que a Coger atua.

Neste tópico, relevante o registro de que a 9ª Região Fiscal passou a contar com representante local da Comissão de Ética Pública Seccional da Secretaria da Receita Federal do Brasil (CEPS – RFB).

b) Gerir conformidade de procedimentos internos e gerir riscos institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Propor políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para os procedimentos executados na RFB, bem como fornecer sugestões que auxiliem no processo decisório e na melhoria da gestão;
- Gerenciar relacionamento com órgãos de controle;
- Propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB;
- Gerenciar, implementar e disseminar metodologia de gestão de riscos na RFB; e
- Prospectar melhores práticas e métodos em gestão de riscos.

Os processos “Gerir Conformidade de Procedimentos Internos” e “Gerir Riscos Institucionais” é patrocinada pela Coordenação-Geral de Auditoria Interna (Audit), unidade de assessoramento direto ao Gabinete do Secretário da RFB. No entanto, todas as áreas da RFB possuem atuação no Controle Institucional.

A Audit possui suas atribuições definidas no Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 17 de maio de 2012, e alterações posteriores, estando dentre suas competências regimentais estabelecer políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva, em consonância com o modelo de gestão; avaliar se os mecanismos de controle interno existentes asseguram o cumprimento dos objetivos da RFB; gerenciar a implementação e disseminar metodologia, bem como monitorar e proceder à análise crítica em gestão de riscos na RFB; e acompanhar e executar as atividades relacionadas com o cumprimento das determinações, recomendações e solicitações emitidas pelos órgãos de controle externo, bem como preparar as respectivas respostas.

Neste contexto, a Audit desempenha suas atividades em três áreas: auditoria interna, gestão de risco e acompanhamento da atuação dos Órgãos de Controle Externo, as quais, devido à natureza e à abrangência, possibilitam a interação com todos os macroprocessos e processos de trabalho e de gestão da RFB, alcançando atividades finalísticas e de apoio, tais como: atendimento ao público externo, controle do crédito tributário, fiscalização, aduana, tecnologia da informação, gestão de pessoas e logística.

No âmbito da RFB são realizadas auditorias internas de conformidade e de gestão. As auditorias de conformidade têm como objetivo avaliar se os procedimentos operacionais estão em consonância com as normas e regulamentos estabelecidos. Neste contexto, também são realizadas auditorias contínuas, que tem como objetivo identificar exceções à normalidade, utilizando-se do cruzamento de dados coletados nos sistemas de informações. As auditorias de gestão têm como objetivo avaliar as ações gerenciais, com base nos aspectos da eficiência, eficácia, economicidade e efetividade, fornecendo à alta administração informações, recomendações e sugestões que os auxiliem no processo decisório e na melhoria da gestão.

O acompanhamento da atuação dos Órgãos de Controle Externo, além do controle do atendimento às demandas e às deliberações do TCU e da CGU, abrange também a coordenação dos trabalhos de elaboração da Prestação de Contas Anual das Unidades da RFB e a consolidação e o fornecimento de informações para a Prestação de Contas da Presidência da República.

As atividades ligadas à gestão de riscos envolvem a disseminação da cultura e da metodologia, os estudos e prospecções de melhores práticas e métodos e o suporte metodológico para a implementação da gestão de riscos. Além disso, compõem os trabalhos dessa área a análise e

emissão de pareceres de risco, o acompanhamento da implementação dos tratamentos e dos níveis de riscos, bem como o fornecimento de subsídios para a atuação da auditoria interna.

1.5.4 - Macroprocesso Gestão Orçamentária e Financeira



a) Realizar a gestão orçamentária e Financeira

Descrição sucinta das principais atividades:

- Elaborar a proposta orçamentária anual com vinculação ao Mapa Estratégico da RFB;
- Acompanhar a execução orçamentária e financeira; e
- Efetuar a descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros para as Unidades Gestoras.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Desde 2010, o processo de planejamento orçamentário da Receita Federal do Brasil (RFB) tem evoluído no sentido de garantir o cumprimento das iniciativas estratégicas da organização, definidas conforme planejamento estratégico institucional, e as necessidades de manutenção das suas atividades finalísticas.

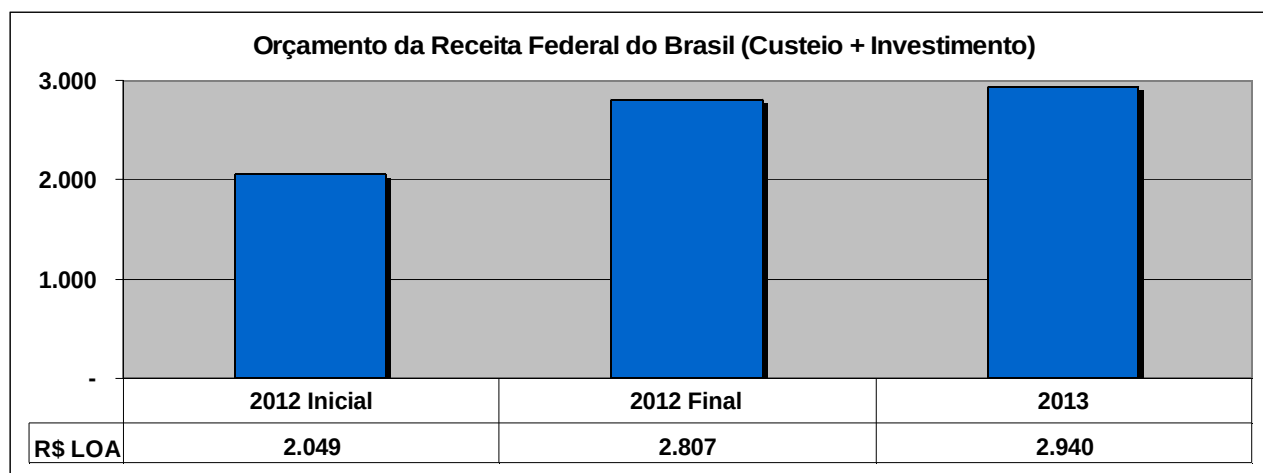
O processo orçamentário da Receita Federal do Brasil (RFB) inicia-se com o alinhamento do orçamento à estratégia da instituição, por meio de Iniciativas Estratégicas, vinculadas ao Mapa Estratégico e aprovadas pela área de planejamento e pelo Secretário da RFB.

Em seguida, a RFB coleta as necessidades orçamentárias de todas as suas 177 Unidades Gestoras, as analisa conforme as características de cada unidade e as consolida. Em caso de pedidos específicos, como Tecnologia da Informação e Treinamentos, as respectivas áreas também fazem uma análise crítica das necessidades apresentadas. Após feita a consolidação dos valores, tem-se a proposta orçamentária prévia. Em 2013, os valores solicitados para o orçamento da RFB somaram R\$ 3,492 bilhões de reais, valores estes referentes às ações discricionárias.

Posteriormente, a RFB recebe o referencial monetário, limitando o valor da proposta. Como geralmente as necessidades são maiores do que o valor disponibilizado, faz-se necessária uma readequação, com a eliminação de despesas anteriormente previstas. Para tanto, são feitas várias

discussões, com a participação de atores diversos. Em 2013, a LOA da RFB foi de R\$ 2,940 bilhões de reais, representando 84,2% do pedido (em relação às despesas discricionárias).

Apesar de o Congresso Nacional não ter aprovado o orçamento de 2013 tempestivamente, o exercício foi iniciado com uma expectativa positiva, pois quando da elaboração da proposta orçamentária, em 2012, houve, mesmo que parcialmente, o resgate do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - Fundaf, cuja finalidade é o reaparelhamento e reequipamento da RFB e da intensificação das ações de repressão, o que significou um aumento de 43% relativamente à LOA 2012 inicial (5% da LOA 2012 final).



No que se refere apenas às despesas discricionárias, após levantamento de suas necessidades, a RFB solicitou para 2013 o montante de R\$ 3,492 bilhões de reais, tendo sido consignado em LOA R\$ 2,940 bilhões de reais, o que representa 84,2% do valor solicitado. Desse valor, R\$ 413 milhões estavam vinculados à reestruturação e modernização das atividades da RFB em todo o território nacional.

Durante o exercício, porém, a situação não se mostrou tão positiva. O atraso na aprovação do orçamento resultou no bloqueio dos recursos de investimento no início do ano e, como consequência, impediu que as diversas unidades da RFB pudessem iniciar seus processos de contratação já nos primeiros meses do exercício. Além disso, tão logo o orçamento foi aprovado, houve contingenciamento de R\$ 1.051 milhões (35,7% do orçamento total, que representava 50,5% do custeio total) o que obrigou a RFB a solicitar a aplicação de parte do contingenciamento em recursos de investimento, do contrário seria impossível manter suas atividades até o final do exercício.

Adicionalmente, houve também uma forte limitação à execução das despesas de custeio, que foram inicialmente limitadas a 80% dos valores gastos em 2012, por itens de gasto dispostos na Portaria MPOG nº 268/2013, mas que posteriormente foi flexibilizado para 80% do total gasto em 2012, diante da notória impossibilidade de manter as 662 unidades da RFB em funcionamento sem o mencionado ajuste.

Como resultado de todos os desafios expostos, foi necessário que a RFB negociasse junto a diversas instâncias do Ministério da Fazenda (MF) para buscar a redução no contingenciamento aplicado ao órgão e expansão dos limites para empenho de despesas de custeio.

Não obstante a essas dificuldades, a RFB encerrou o exercício de 2013 com a utilização 98% da dotação orçamentária disponível (LOA menos o valor contingenciado que ficou em R\$ 465,6

milhões, sendo R\$ 272,2 milhões em custeio e R\$ 193,4 para investimento), sendo os principais investimentos realizados:

- demandas de devolvimentos de novos sistemas de tecnologia da informação junto ao SERPRO e DATAPREV no valor de R\$ 333,8 milhões;
- do total de R\$ 226,7 milhões empenhados na ação orçamentária Fortalecimento Institucional:
 - R\$ 103,5 milhões foram para Adequação e Reforma de Imóveis e Unidades de Fronteiras da RFB;
 - R\$ 53 milhões para Modernização da Infraestrutura de Tecnologia, Informação e Comunicação da RFB;
 - R\$ 37,2 milhões para Modernização da Fiscalização, Vigilância e Repressão da RFB, sendo o seu maior investimento realizado para aquisição equipamentos de Raios-X do tipo Escâner Móvel (empenho de R\$ 61.368.300, sendo R\$ 22.368.300 com recursos dessa ação e R\$ 39.000.000 com recursos recebidos da Secretaria extraordinária para grandes eventos do MPOG)
 - investimento em capacitação e Especialização de Servidores da RFB da ordem de R\$ 25,4 milhões;
 - R\$ 43,5 milhões foram empenhados para atender ações específicas de obras de engenharia de grande vulto – chamadas obras destacadas –, sendo a de Construção da nova sede da DRF de Franca em SP a que contratou o maior valor R\$ 16,8 milhões;
 - investimento de R\$ 35,4 milhões em aquisição de máquinas e equipamentos e outras obras.

Não fossem as situações já mencionadas que adiaram as contratações, há forte indícios de que a RFB executaria a totalidade do seu planejamento estratégico reservado a 2013, pois somente no mês dezembro de 2013 foram empenhados 69% da dotação disponibilizada para investimento.

Os recursos executados no SIAFI pela 9ª região fiscal alcançaram o patamar de R\$ 80.640.340,19, sendo R\$ 73.952.580,50 relativo a custeio e R\$ 6.687.759,69 de capital (investimentos), assim distribuídos:

- Material de consumo: R\$ 2.235.418,00;
- Passagens: R\$ 263.921,66;
- Diárias: R\$ 1.517.651,78;
- Prestação de serviços por pessoa jurídica: R\$ 1.009.045,02;
- Locação de mão de obra: R\$ 41.544.210,01;

- Serviços de consultoria: R\$ 184.229,43; e
- Obras e reformas em imóveis: R\$ 2.574.287,89.

b) Realizar gestão contábil

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a supervisão e orientação dos registros contábeis das Unidades da RFB;
- Coordenar o processo de Prestação de Contas Anual; e
- Implementar as alterações nos princípios, procedimentos e rotinas contábeis emanadas do Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal.

Escopo: Todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O foco em 2013, teve como principais atividades:

- a) Conversão de 3.300 processos de depósitos recursais oriundos de autuações do Ministério do Trabalho em renda União;
- b) Contabilização mensal, conforme legislação contábil vigente, dos impostos e contribuições federais a receber. Em 2013, o estoque desses créditos no Ativo da RFB representou cerca de 970 bilhões de reais;
- c) Contabilização mensal da previsão de restituições do imposto de renda da pessoa física;
- d) Registro mensal da conformidade contábil que representa a regularidade dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista dos princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, da tabela de eventos, do plano de contas aplicado ao setor público e da conformidade dos registros de gestão das Unidades Gestoras;
- e) Mapeamento de processos de trabalho da Setorial de Contabilidade da RFB;
- f) Atividades relacionadas à elaboração e entrega, ao TCU e CGU, do Processo de Prestação de Contas Anual da RFB;
- g) Análise e regularização da conta de depósitos de terceiros da RFB que apresentava inconsistências há vários anos. A regularização consistiu em baixa de saldos de aproximadamente 5.000 CNPJ's e CPF's que apresentavam valores recolhidos aos cofres da União através de códigos inválidos de DARF's;
- h) Orientação e acompanhamento em relação à elaboração e envio, por parte de todas as UG's da RFB, da Declaração de Imposto Retido na Fonte - DIRF;
- i) Treinamento, atualização e aperfeiçoamento dos servidores da Setorial de Contabilidade da RFB em razão das mudanças na contabilidade pública que serão implantadas a partir de 2014 e 2015 como o novo plano de contas do governo federal e a nova plataforma do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI;

j) Orientação tempestiva e adequada aos contadores das Setoriais Regionais de Contabilidade na solução das inconsistências contábeis detectadas pelas Unidades Gestoras da RFB;

l) Gestão e execução contábil utilizada como ferramenta indispensável para a prestação de assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União; e,

m) Geração de informações a partir da escrituração contábil objetivando a tomada de decisões na RFB com base em fatos reais e dentro de uma técnica comprovadamente eficaz.

A 9ª Região fiscal, através de sua Setorial de Contabilidade, faz o acompanhamento da execução de atividades que refletem atos/fatos contábeis segundo os parâmetros definidos pela Setorial de Contabilidade da RFB.

1.5.5 - Macroprocesso Governança de Tecnologia da Informação



a) Realizar governança de TI

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o gerenciamento e relacionamento com o prestador de serviços de TI;
- Planejar e organizar as atividades de TI;
- Adquirir e implementar soluções tornando-as serviços de TI;
- Entregar e manter serviços de TI aos usuários finais da instituição;
- Monitorar e avaliar os processos de TI; e
- Gerir todo o ciclo de vida de serviços de TI desde o levantamento das necessidades institucionais e solicitação por solução de TI, especificação, construção, homologação, implantação, produção e desativação do serviço.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Foram promovidas na 9ªRF diversas ações visando o alinhamento da área com as necessidades de negócios da RFB. Buscou-se, especialmente, fortalecer a Comunicação Institucional, adequar a

infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais e assegurar recursos e otimizar a sua aplicação.

Na área de Gestão de Serviços foi realizado o acompanhamento dos acionamentos na Central de Serviços por todas as Unidades locais e de forma supervisionada pela Divisão de TI Regional. A gestão de serviços foi implementada na Receita Federal do Brasil com foco na gestão pela qualidade e para aumento da satisfação percebida pelos usuários internos e externos.

A 9ªRF participou do planejamento estratégico de TI com o objetivo de definir o Mapa Estratégico da área, buscando a condução coordenada e corporativa da TI da RFB. A região também participou das discussões sobre o Portfólio de Produtos de TI (PPTI) 2013/2014, garantindo o alinhamento das iniciativas de desenvolvimento de sistemas com o planejamento realizado pela alta administração.

b) Gerir sistemas da informação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir as políticas para desenvolvimento de sistemas;
- Definir arquitetura de sistemas de informação;
- Definir arquitetura de informações; e
- Coordenar o desenvolvimento de sistemas.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Sistemas, a Divisão de TI da 9ª região fiscal consolidou e melhorou o Sistema de Nota de Tributação Simplificada, S-NTS, que auxilia os desembaraços no Colis Postaux de Curitiba.

c) Gerir segurança da informação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir e promover a política de segurança da informação da RFB em conformidade com a legislação vigente;
- Gerenciar a implantação e a aplicação das normas de segurança da informação;
- Definir e gerir a infraestrutura de segurança da informação; e
- Coordenar as atividades de controle de acesso aos sistemas e recursos de tecnologia da informação da RFB.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

No primeiro semestre de 2013, a área de segurança de TI promoveu esforços na busca de uma solução segura que permitisse aos usuários internos uma maior mobilidade no desempenho de suas atividades, por meio do uso de qualquer rede sem fio, tanto no ambiente de rede interna como em redes privadas ou públicas, valendo-se dos equipamentos de propriedade da Receita Federal. A solução foi normatizada e está sendo implementada na região.

Houve a participação, no ano de 2013, no Ciclo de Palestras de Segurança – palestras técnicas, gerenciais e educativas – cujos objetivos são fomentar discussões sobre temas atuais, assim como alertar e conscientizar os usuários acerca dos riscos inerentes à utilização inadvertida das tecnologias disponíveis na Instituição.

Com a finalidade de dar mais consistência e robustez no desempenho das atividades de aprovação dos certificados digitais e-CPF para funcionários da Instituição, bem como dar cumprimento à regulamentação da ICP-Brasil, em 2013, a 9ª RF participou de treinamentos na área de Segurança de TI para os Agentes de Registro (AGR) da Receita Federal, em grafoscopia e documentoscopia, na modalidade de ensino a distância.

d) Gerir infraestrutura de TI

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir as políticas e a infraestrutura tecnológica;
- Gerir a infraestrutura tecnológica;
- Internalizar soluções tecnológicas; e
- Gerenciar ambientes informatizados.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O programa de renovação de parque tecnológico da Receita Federal visa adequar permanentemente esta infraestrutura de TI às necessidades institucionais. Visando manter o parque computacional adequado, foram realizadas, no decorrer deste ano, aquisições de solução de conectividade, de servidores descentralizados, de dispositivos para certificação digital dos funcionários (tokens).

Também em 2013, foi realizada a nível nacional a compra de estações de trabalho móveis, com o objetivo de fortalecer a mobilidade dos servidores da RFB e a comunicação institucional. A licitação, que ocorreu no mês de dezembro, deve disponibilizar no próximo ano para a região 455 equipamentos, entre ultrabooks e tablets.

No que se refere a comunicação virtual, novos equipamentos de videoconferência estão sendo instalados, acompanhados da expansão do seu gerenciador, o que ampliará significativamente a utilização desse recurso em todas as unidades, agilizando a realização de reuniões, a tomada de decisões e a disseminação de conhecimentos, reduzindo, ainda, o custo com deslocamentos.

Além das videoconferências, também a ferramenta Webconference merece destaque, permitindo a realização de conferências entre servidores utilizando as próprias estações de trabalho, sem a necessidade do uso de equipamentos específicos.

Em 2013, também foi observada a consolidação dos indicadores de Infraestrutura, o NIT (Nível de Adequação de Infraestrutura Tecnológica) e o NAF (Nível de Adequação do Ambiente Informatizado às Novas Tecnologias). Esses indicadores possibilitam que seja apurado e mensurado o cumprimento do Objetivo Estratégico "Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais".

1.5.6 - Macroprocesso Gestão de Pessoas



a) Recrutar, selecionar e alocar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir Recrutamento Externo;
- Gerir Seleção Interna;
- Gerir Alocação e Movimentação Interna e Externa;
- Gerir Estagiários; e
- Gerir Provimento e Vacância de Cargos.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Gerir Recrutamento Externo – No âmbito da RFB os concursos públicos são autorizados pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e realizados em parceria com a Escola de Administração Fazendária. Os novos servidores devem participar do Programa de Formação Profissional (PFP) ao longo do primeiro ano de exercício profissional. O PFP iniciado em 2013 teve como público-alvo os 252 Auditores-Fiscais e 750 Analistas Tributários aprovados nos concursos públicos de 2012 pelos Editais Esaf nº 23 e 24.

Gerir Seleção Interna – O processo de seleção interna está estruturado internamente no que tange à ocupação dos postos gerenciais de Delegado e Inspetor-Chefe, que são dirigentes de unidades locais, denominado Processo Simplificado de Seleção (PSS). Esta sistemática está apoiada na existência de um Banco de Gestores, que passam por etapas de aferição de pontuação por critérios objetivos (formação acadêmica e experiência profissional) e subjetiva (entrevista comportamental para avaliar manifestação das competências gerenciais). Até dezembro de 2013 foram realizados 153 PSS com a utilização das informações do Banco de Gestores, que conta hoje com 589 integrantes. Em fevereiro de 2013 foi iniciada a experiência piloto do Banco de Gestores para Agentes na 6ª Região Fiscal (estado de Minas Gerais). Dos 41 postos regionais de Chefes de Agência, 10 já foram preenchidos por meio de processo seletivo com a utilização das informações do Banco de Gestores para Agentes, que conta com 32 integrantes.

Gerir Alocação e Movimentação Interna e Externa - Em termos de movimentação interna, tivemos 2 concursos internos de remoção, homologados em 5 de outubro de 2012, cujos reflexos se deram em 2013, tendo em vista que as portarias de remoção terem sido editadas mensalmente Em

decorrência desses certames, foram movimentados em 2013, 401 Auditores-Fiscais e 554 Analistas Tributários.

Tivemos ainda a implantação do Modelo de Dedicação Funcional – MDF, que propiciou a alocação de servidores por meio de Trabalho Remoto, Alocação Direta, bem como formação de Grupos de Trabalho com parcelas de contribuição definidas, em processos de trabalho específicos e prioritários para a RFB. Até o fim de 2013, foram alocados, 38 servidores em Trabalho Remoto, 16 servidores em Alocação Direta, e 31 como participantes em Grupos de Trabalho.

Além disso, tivemos 120 servidores movimentados para unidades diversas por meio do PIAP, como forma de aperfeiçoamento de alocação de servidores em Processos de Trabalho prioritários para a RFB.

Gerir Estagiários - Com o objetivo melhorar os procedimentos da gestão de estagiários, com a padronização, uniformização e simplificação do fluxo das tarefas, em 2013, foi concluído e publicado o modelo de processo da gestão de estagiários. Este trabalho contribuiu ainda para: fazer ajustes no manual de procedimentos, melhorando o suporte às Regiões Fiscais; identificação de necessidade de alteração da portaria Cogep nº 163/2009 para incorporar à norma os aperfeiçoamentos do processo; aperfeiçoamento de procedimentos e da comunicação do processo de desligamento com a folha de pagamento, para reduzir uso de GRU para devolução de valores pagos além da data de término do contrato; melhoria na pré-especificação do aplicativo Sigest, sistema informatizado que será implantado para controle do processo.

A contratação de estagiários no âmbito das Unidades Centrais em 2013 totalizou, 104 estagiários, com investimento de R\$ 781.352,05. No âmbito nacional, a contratação totalizou 2.288 estagiários, com investimento de R\$ 13.418.142,09.

No âmbito da 9ª região fiscal, a contratação de estagiários totalizou 388 vagas com investimento de R\$ 367.790,00.

Gerir Provisão e Vacância de Cargos - O ano de 2013 foi marcado pela nomeação e posse de 957 servidores integrantes da Carreira de Auditoria, 250 ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal e 707 ocupantes do cargo de Analista-Tributário. A vacância de cargos totalizou 1379 registros, sendo 871 aposentadorias, 385 vacâncias para posse em cargo inacumulável, 45 exonerações, 34 falecimentos e 44 demissões.

b) Reconhecer e valorizar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Promover Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho; e
- Promover Reconhecimento e Valorização.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Promover Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho:

Em 2013, a 9ª região fiscal promoveu a realização do evento “Circuito Saúde” na sede da Inspeção da RFB em Curitiba.

Caminhos - Preparação para aposentadoria é um programa de incentivo ao pensamento crítico e reflexivo, para que esses servidores possam fazer escolhas pessoais mais conscientes bem como entender a importância de se pensar sobre essa nova fase de vida. A aposentadoria representa uma nova fase da vida, na qual muitas transformações, ainda desconhecidas, estarão presentes. Esse cenário ressalta a importância de se trabalhar o tema na RFB, o que também é preconizado em [lei](#), que determina a preparação para a aposentadoria com antecedência mínima de um ano. Em 2011 e 2012 a SRRF09 promoveu palestras sobre preparação para a aposentadoria. Já em 2013 as atividades resumiram-se na distribuição de material informativo. Para 2014 estão programadas algumas ações sobre o tema.

Espaço da Fala - novos locais: O Espaço da Fala é um serviço a disposição dos servidores que tem como objetivo mediar e facilitar a reflexão pelo servidor sobre alternativas que possam contribuir para o seu equilíbrio biopsicossocial por meio da resolução de questões interpessoais tanto no ambiente de trabalho como também no âmbito familiar e pessoal que estejam interferindo de forma negativa no espaço laboral, melhorando assim, a sua qualidade de vida e produtividade no trabalho. Na SRRF/09, especificamente na Divisão de Gestão de Pessoas, está prevista para 2014 uma sala para implantação do espaço da fala.

Ginástica Laboral – GL: A Ginástica Laboral, desenvolvida e supervisionada pela Divisão de Saúde e Qualidade no Trabalho, é uma atividade física programada, que consiste na realização de exercícios no local de trabalho, durante o expediente, sendo de adesão voluntária por parte dos trabalhadores. São exercícios leves, de curta duração, que não levam o trabalhador ao cansaço, e que buscam compensar as posturas inadequadas assumidas durante o trabalho e os movimentos repetitivos das atividades laborais cotidianas, prevenindo as LER/DORT. A Divisão de Gestão de Pessoas da SRRF09 incentiva a implantação e continuidade da Ginástica Laboral nas unidades da região. No âmbito do prédio do MF já há uma iniciativa bem sucedida da SAMF/PR.

Promover Reconhecimento e Valorização:

A RFB oferece um conjunto de premiações no intuito de promover o reconhecimento e valorização dos servidores. Em 2013 foram concedidas 36 medalhas Noé Winkler por mérito funcional, num sistema misto de indicação pelos pares e escolha dos dirigentes a partir de uma lista sêxtupla dos mais votados. Temos que 23,06% dos servidores em exercício participaram do processo indicando os colegas para a premiação. São premiados servidores e colaboradores das unidades centrais e descentralizadas, da carreira de Auditoria (Auditores e Analistas) e administrativos (PEC FAZ e Serpro).

Na 9ª região fiscal, foi entregue a Medalha do Mérito Funcional Auditor Fiscal Noé Winkler para 03 servidores escolhidos a partir de uma lista sextupla, constituída pela soma das indicações dos servidores da 9ªRF. Os contemplados foram de 03 categorias distintas: 01 Auditor Fiscal, 01 Analista Tributário e 01 integrante das demais carreiras. Todos os servidores constantes das listas sextuplas receberam Diplomas de Reconhecimento de Mérito.

Outra premiação refere-se ao Prêmio Criatividade e Inovação, tem como objetivo reconhecer e valorizar trabalhos apresentados por servidores e empregados do Ministério da Fazenda que se caracterizem pela qualidade técnica e aplicabilidade na implantação de boas práticas de gestão e na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao contribuinte. São premiadas três monografias e duas menções honrosas. Na 12ª edição recebeu o primeiro lugar a monografia “Julgamento de Alta Performance – JAP – Uma visão integrada no julgamento.”

Merece ainda destaque a realização da 2ª edição do Concurso de Redação e Trabalho Artísticos, destinado a filhos e netos dos servidores. O objetivo é contribuir para o processo de formação da cidadania e aproximação das crianças do cotidiano profissional de seus pais, estimulando-as a desenvolverem a percepção sobre a relação entre o trabalho na RFB e a construção de uma sociedade melhor para se viver. O concurso é dividido em duas modalidades, para crianças que cursam o ensino fundamental: Trabalho Artístico, com participantes do 1º ao 5º ano, e Redação, destinado aos alunos do 6º ao 9º ano.

Ainda no intuito de reconhecer e valorizar os servidores e preservar a memória institucional, foi realizada a 4ª edição do concurso “Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil”. O concurso foca situações de trabalho cujos dados, pela relevância e historicidade, contribuem para a conservação da Memória Institucional da RFB.

c) Administrar e avaliar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir Avaliação de Desempenho;
- Gerenciar Cadastro de Servidores;
- Administrar Jornada de Trabalho;
- Gerir Remuneração; e
- Gerir Contencioso Judicial e Administrativo.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Gerir Avaliação de Desempenho: No ano de 2013 foram realizadas as seguintes avaliações:

a) Estágio Probatório dos servidores integrantes da Carreira de Auditoria da RFB (ARFB) – A homologação foi relativa aos servidores nomeados em 2010, Portarias RFB nº 1095 e nº 1096, que completaram os 36 meses de exercício até o dia 8/8/2013. Do total de 441 Auditores-Fiscais 368 tiveram o estágio homologado. Com relação aos Analistas-Tributários, 326 tiveram o estágio homologado, do total de 418. A 2ª homologação contemplou 32 Auditores-Fiscais e 34 Analistas-Tributários que completaram os 36 meses de exercício até o dia 30/8/13 (Portarias RFB nº 1226 e nº 1227) e não tinham sido contemplados na primeira homologação. A 3ª homologação abrangeu 18 Auditores-Fiscais e 31 Analistas-Tributários que completaram os 36 meses de exercício até o dia 22/11/13 (Portarias RFB nº 1640 e nº 1641) e não tinham sido contemplados na primeira e segunda homologações.

b) Progressão Funcional – A Progressão Funcional dos servidores da RFB é homologada pela Cogep/SPOA do Ministério da Fazenda. O Processo de Progressão nº 19, relativo ao período avaliativo de 1/7/11 a 1/7/12, teve a participação de 1.858 servidores da RFB. Foi ainda realizado o Processo de Progressão nº 20, relativo ao período avaliativo de 1/7/12 a 1/7/13, do qual participaram 1.391 servidores da RFB.

Avaliações para efeito de gratificação de desempenho dos servidores administrativos (GDAFAZ/GDM-PECFAZ/GDPGPE/GDASS/GDACE) - Foram avaliados 5.192 no 4º ciclo avaliativo, com início em 7/10/13 e término previsto para 10/3/14.

Gerenciar Cadastro de Servidores: Aqui, continuamos a investir no aprimoramento das informações cadastrais dos servidores compartilhando melhor com as Regiões Fiscais formas de melhoria na qualidade das mesmas. Continuamos a primorizar o Sief-RH, na busca de entrada em

produção de novos módulos, que facilitem a retirada de informações gerenciais que norteiam decisões na área.

Administrar Jornada de Trabalho: Investimos na busca de melhoria nas orientações referentes ao assunto às diversas áreas, bem como meios de facilitar a operacionalização das demandas referentes à jornada de trabalho dos servidores.

Gerir Remuneração: Em 2013, a Divisão de Remuneração além de gerir a folha de pagamento de aproximadamente 1.100 servidores lotados nas Unidades Centrais, e orientar as 27 (vinte e sete) unidades pagadoras que compõem a RFB, obteve ainda êxito no término do passivo dos processos administrativos de diversos assuntos voltados para a área de gestão de pessoas, bem como na diminuição do significativo número de processos de exercícios anteriores. Tal medida colaborou ainda com a capacitação dos servidores envolvidos.

Um dos destaques desse processo de trabalho foi a implantação das ações judiciais coletivas, que encontravam-se pendentes, mediante obtenção da força executória de 08 (oito) ações judiciais coletivas junto a Advocacia Geral da União.

Gerir Contencioso Judicial e Administrativo: Investimos na diminuição do tempo de resolução dos processos administrativos na área de Gestão de pessoas, tais como remoção, recondução, reversão, licenças e demais afastamentos, etc. Além disso, com um melhor aparelhamento da Divisão responsável por esses processos, houve sensível melhoria no tempo de prestação de informações à AGU na defesa da União em demandas judiciais sobre os mais diversos assuntos, principalmente os que dizem respeito à Remoções e Reenquadramento na carreira da RFB.

Merece destaque, na 9ªRF, o atendimento de demanda judicial encaminhada pela Cogep/RFB em 2013, para a revisão e quitação de valores decorrentes de sete ações judiciais coletivas de âmbito nacional, interpostas por diversas entidades de classe representativas dos servidores, para fins de devolução de PSS sobre o 1/3 de férias em folha de pagamento, atividade que, nos estados do Paraná e de Santa Catarina, envolveu a verificação e a análise das fichas financeiras de mais de 1.000 servidores.

d) Capacitar e desenvolver pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir formação inicial
- Gerir capacitação permanente
- Gerir Competências

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Gerir formação inicial: Em 2013 a formação inicial foi propiciada pelo Programa de Formação Profissional – PFP. O Programa tem o objetivo geral de propiciar a formação integral do novo servidor, preparando-o para o desempenho no primeiro posto de trabalho.

O período de realização é ao longo do primeiro ano de trabalho do servidor da Carreira ARFB, com carga horária mínima de 160 horas para os Analistas-Tributários e 240 horas para os Auditores-Fiscais. São quatro as etapas previstas: Ambientação e Integração; Prática Supervisionada; Núcleo Comum e Núcleo Específico – que buscam estimular no novo servidor uma atitude pró-ativa,

proporcionar uma visão geral dos principais processos de trabalho e fornecer os conhecimentos mínimos necessários para atuação no posto de trabalho.

Durante as etapas de treinamento presencial do PFP foram capacitados 242 Auditores-Fiscais, nos pólos: Manaus e Brasília; e 680 Analistas- Tributários, nos pólos: Brasília, São Paulo, Porto Alegre e Manaus, com a participação de 379 instrutores. Foram registradas 2.138 participações nos 17 cursos oferecidos na modalidade a distância.

Destes quantitativos, observamos que na 9ªRF foram capacitados 47 novos Analistas Tributários.

Gerir capacitação permanente: Representada pelo Programa de Educação Corporativa (Proeduc). No ano de 2013 foram capacitados 18.433 servidores, ou 72,39% dos servidores em exercício, com uma carga horária média de 48,4 horas. Foram realizadas, em todo o Brasil, um total de 3.660 ações de capacitação, totalizando 892.078 horas de aprendizagem. O Proeduc consolida o modelo de capacitação por competências, focando na redução das principais lacunas identificadas e no fortalecimento das competências críticas para o sucesso da RFB. Neste contexto foram concebidos os Programas Nacionais de Capacitação, dentre os quais merece destaque o Programa de Desenvolvimento Gerencial (DGR) com o objetivo de proporcionar, de forma continuada, o desenvolvimento das competências gerenciais necessárias ao pleno cumprimento da missão da RFB. Foram oferecidas 475 vagas pela em 15 eventos nas modalidades presencial e a distância, distribuídos nos 5 módulos do DGR: Visão e Orientação Estratégica; Efetividade de Gestão; Negociação e Cooperação; Liderança e Gestão da Mudança e Inovação.

No âmbito da 9ªRF destaca-se, em 2013, a execução do Programa de Educação Corporativa - Proeduc, sendo que o Índice de Gestão das Ações de Capacitação e Desenvolvimento – IGACD superou a meta de 100 %, atingindo 103,16%. Efetuada a execução do Programa de Desenvolvimento Gerencial - DGR , com a realização de 18 eventos presenciais na 9ªRF, 406 vagas ofertadas (nosso quadro conta com 457 gerentes), com destaque às turmas do Eneagrama (Instituto Renne) e às turmas do Curso de Visão e Orientação Estratégica (Fundação Dom Cabral). A 9ªRF executou um total de 391 turmas, oferecendo um total de 4511 vagas.

Gerir Competências: Desde 2010 a RFB vem atuando na gestão por competências, tendo realizado o mapeamento que resultou no inventário de 12 competências institucionais e 251 competências individuais, classificadas por sua vez em gerenciais (5), fundamentais (9) e específicas (237). No ano de 2013 foi realizado o 2º Ciclo de Diagnóstico de Competências, que consistiu na autoavaliação pelos servidores e avaliação 180º pela chefia imediata. O processo foi apoiado em sistema informatizado desenvolvido internamente e mostrou-se participativo, pois, sendo de participação voluntária, 19.126 ou 75,12% dos servidores em exercício realizaram a autoavaliação e 95,32% dos gestores avaliaram os servidores diretamente subordinados. Foram identificadas as principais lacunas e domínios por tipo de competências e por nível organizacional, de forma a subsidiar a elaboração do Programa de Educação Corporativa para os anos de 2014 e 2015.

1.5.7 - Macroprocesso Gestão de Materiais e Logística



a) Realizar aquisições e contratações

Descrição sucinta das principais atividades:

- Orientar a Administração de Contratos;
- Executar a Administração de Contratos;
- Orientar a Gestão de Licitação; e
- Executar a Gestão de Licitação.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

No âmbito de competência regimental da SRRF/9RF, foram realizados 37 pregões no exercício de 2013. A diferença entre os valores de referência para a contratação (R\$ 19.579.588,69) e os valores efetivamente contratados (R\$ 15.241.562,06) foi de R\$ 4.338.026,63, que corresponde a 22,16% de economia de recursos.

Pela SRRF/9RF foram celebrados 48 instrumentos jurídicos contratuais, originados de licitação ou de contratações diretas, nas hipóteses autorizadoras da Lei nº 8.666, de 1993.

Os objetos contratados variam de aquisições de bens à prestação de serviços relativos à atividades-meio, tais como: fornecimento de combustível de aviação, fornecimento de passagens aéreas e terrestres, serviços de telefonia fixa e móvel, transporte de mercadorias apreendidas, vigilância orgânica, limpeza e conservação predial, manutenção predial, manutenção de aeronaves, gestão de frota de veículos, etc.

Compete à SRRF/9RF a gestão dos contratos que firma, enquanto que a fiscalização pode recair sobre servidores da Divisão de Programação e Logística ou não, uma vez que, segundo a lei, a atividade de fiscalizar contratos deve ser entregue a servidor que detenha conhecimento específico compatível com o objeto contratado, daí que, por exemplo, a fiscalização do contrato de manutenção de aeronaves é exercida por servidores da Divisão de Operações Aéreas (DIOAR).

Ainda dentro de sua competência regimental, a SRRF/9RF fornece apoio técnico, administrativo e logístico às suas Unidades Jurisdicionadas, realizando atividades de supervisão e orientação na área de gestão, administração e fiscalização de contratos e licitações.

b) Gerir patrimônio e obras

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;
- Prospectar inovações junto às administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;
- Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira;
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.
- Orientar a Gestão de Materiais, Transportes e Serviços Diversos;
- Executar a Gestão de Materiais, Transporte e Serviços Diversos;
- Orientar a Gestão de Imóveis; e
- Gerir os Imóveis.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O Plano de Engenharia é diretamente vinculado ao objetivo estratégico de “adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais” que é traduzido em “disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades de cada unidade, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, de forma a garantir o efetivo desempenho institucional”. Na cadeia de valor da RFB são definidas políticas institucionais, dentre elas, “definir diretrizes para os processos de gestão” e, dentro do processo de “Gestão de Materiais e Logística”, há destaque para a ação permanente “Gerir Patrimônio e Obras”.

A execução orçamentária 2013 apontou um total de R\$ 190 Milhões aplicados no segmento de Engenharia da RFB, um expressivo aumento de 90% em relação ao exercício anterior. As 20 unidades contempladas com os maiores recursos foram:

UNIDADE	R\$
DRF RIBEIRAO PRETO	29.105.690
IRF MUNDO NOVO	26.042.326
DRF FRANCA	16.899.999
DRF BELO HORIZONTE	15.077.117
SRRF10	13.012.280
DRF MANAUS	11.327.657
DRF VITORIA	8.465.438
IRF PONTA PORÃ	7.856.593
DRF SANTOS	7.546.857
DRF CAMPO GRANDE	4.178.572
SAMF-SP >> ED SEDE SÃO PAULO	4.170.000
DRF ITABUNA	3.837.026
DRF URUGUAIANA	3.759.822
SRRF09	3.729.781
ARF PORTO DE SALVADOR	3.505.690
IRF SANTANA DO LIVRAMENTO	2.927.938
DRF FEIRA DE SANTANA	2.898.594
DEFIS SÃO PAULO	2.765.335
DRF PELOTAS	2.594.150
DRF GOIANIA	2.499.532

Destaca-se ainda a contratação de 35 projetos de adaptação de Agências Modelo que serão construídas ao longo de 2014:

RF02	ARF ANANINDEUA	ARF ARIQUEMES	ARF CACOAL	ARF TUCURUI		
RF03	ARF CAUCAIA	ARF CAXIAS	ARF SANTA INÊS			
RF04	ARF CABO STO AGOSTINHO	ARF CAJAZEIRAS	ARF MACAU	ARF OURICURI	ARF PAU DOS FERROS	
RF05	ARF BRUMADO	ARF EUCLIDES DA CUNHA	ARF IRECÊ	ARF PAULO AFONSO	ARF RIBEIRA DO POMBAL	ARF EUNÁPOLIS
RF06	ARF BARBACENA	ARF BETIM	ARF CARATINGA	ARF MANHUAÇU	ARF PASSOS	
RF07	ARF BARRA DO PIRAI	ARF CABO FRIO	ARF RESENDE			
RF09	ARF ARARANGUÁ	ARF PATO BRANCO	ARF UNIÃO DA VITÓRIA	ARF TUBARÃO		
RF10	ARF ALEGRETE	ARF CANOAS	ARF MONTENEGRO			

Na 9ª região fiscal, 4 pregões foram realizados para adaptação de projetos que visam à construção de Agências da Receita Federal do Brasil nos Municípios de União da Vitória, Pato Branco, Tubarão e Araranguá, que totalizaram investimento total de R\$ 214.119,00.

Além disso, a RFB obteve a aprovação junto ao MPOG de 63 iniciativas de Reformas, sujeitas à Portaria MPOG nº 268/2013 e a aprovação do Sr. Ministro da Fazenda para 6 grandes obras nas cidades de Belo Horizonte, Vitória, Franca, Ribeirão Preto, Joinville e Salvador.

c) Gerir mercadorias apreendidas

Descrição sucinta das principais atividades:

- **Gerir mercadorias apreendidas.**

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Mercadorias Apreendidas, as normas relativas a leilão e a destruição foram aperfeiçoadas, notadamente para viabilizar o leilão de resíduos de mercadorias apreendidas antes de sua efetiva destruição, com repasse dos encargos de destruição ao arrematante, que deve dar a adequada destinação final de todo o resíduo gerado no procedimento, inclusive daquele cuja reciclagem não seja economicamente viável. Com esta inovação, o procedimento alinha-se às diretrizes da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, além de economia de recursos públicos, vez que foram evitadas despesas necessárias ao pagamento de serviços de transporte, de destruição e de aterro sanitário, que deixaram de ser suportadas pela própria Administração.

O Sistema de Leilão Eletrônico (SLE) consolidou-se no que tange à participação de pessoas físicas, democratizando-se a participação dos licitantes e aumentando a competitividade. Em 2013, cerca de 3.020 lotes admitiram a participação concomitante de pessoas físicas e jurídicas em sua disputa. O número total de proponentes - interessados que registraram proposta para os lotes - foi de 13.818, sendo 3.162 pessoas físicas, o que corresponde a cerca de 23% do total.

Em 2013, os leilões eletrônicos promovidos por Unidades da RFB na 9ª região fiscal arrecadaram R\$ 116.679.555,00.

Em dezembro/2013, foram homologadas demandas evolutivas do SLE. Destacam-se a criação de um portal para conferir um maior destaque na divulgação dos lotes pela Internet; e a integração com o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, da Controladoria Geral da União (CGU), para fins automatizar o controle das impossibilidades na participação das licitações.

Também foram implantadas demandas de melhoria no Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas - CTMA, objetivando aperfeiçoar os controles, simplificar procedimentos e aumentar a segurança dos processos de gestão contábil e procedimental de mercadorias apreendidas.

Foram retirados de circulação e destruídos aproximadamente 17 mil toneladas de material potencialmente nocivo à saúde, à segurança e ao meio ambiente, o que equivale ao montante da ordem de R\$ 721 milhões em autuações fiscais.

Na 9ª região fiscal, foram destruídos 72.243.800 maços de cigarros provenientes de apreensões realizadas por suas equipes de vigilância aduaneira.

Houve redução de cerca de 24% no quantitativo de processos fiscais antigos na conta 130 (à disposição de autoridades administrativas), e de cerca de 26% no quantitativo de processos fiscais antigos na conta 210 (custódia), o que demonstra o esforço das unidades na adoção de providências para evitar a obsolescência, depreciação ou perecimento dos bens apreendidos.

d) Realizar gestão documental

Descrição sucinta das principais atividades:

- Orientar a Gestão Documental; e
- Executar a Gestão Documental.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2013, a Divisão de Normas e Orientações Técnicas (Dinot) finalizou a minuta de Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade. Este trabalho demandou dezenas de reuniões junto ao Arquivo Nacional, tendo havido, adicionalmente, uma revisão da proposta de texto final por parte das Coordenações responsáveis pela produção documental.

Cabe salientar a entrega de toda a fundamentação legal para estabelecimento de prazos de guarda e eliminação, a qual foi elaborada no ano de 2013.

Espera-se a conclusão definitiva dos instrumentos de gestão documental para o primeiro semestre de 2014. A partir da conclusão dos trabalhos, iniciaremos os procedimentos de eliminação documental.

Quanto à gestão documental, a 9ª região fiscal obedece a Manual de Processos de Gestão Documental da RFB.

1.6 - Principais Parceiros (externos à Unidade Jurisdicionada, da Administração Pública ou da Iniciativa Privada) Relacionados à Atividade-fim da Unidade

Os principais parceiros da RFB são:

- Ministério da Fazenda (MF) e órgãos subordinados/vinculados: Secretaria-Executiva, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Escola de Administração Fazendária (ESAF), Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), Secretaria de Política Econômica (SPE), Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN); Banco do Brasil S/A (BB); Caixa Econômica Federal (CAIXA);
- Ministério da Previdência Social (MPS) e órgãos subordinados/vinculados: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev);
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e órgãos subordinados/vinculados: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE);
- Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- Ministério da Defesa (MD) e Comandos Militares;
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Ministério Público Federal (MPF);
- Departamento de Polícia Federal (DPF);
- Presidência da República (PR);
- Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP);
- Congresso Nacional (CN);
- Secretarias de Fazenda dos Estados e Municípios;
- Juntas Comerciais (JC);
- Cartórios de Registro Civil; e
- Órgãos que compõem o denominado “Sistema S”: Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), Serviço Social de Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT),

Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha (DPC), Fundo Vinculado ao Ministério da Aeronáutica;

- Controladoria-Geral da União (CGU);
- Secretarias de Segurança Pública dos Estados;
- Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF);
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CORREIOS);
- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero);
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- Tribunal de Contas da União (TCU);
- Advocacia Geral da União (AGU); e
- Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Além destes, são parceiros da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª região fiscal:

- Procuradoria da Fazenda Nacional no Paraná e em Santa Catarina;
- Controladoria-Geral da União no Paraná e em Santa Catarina;
- Secretaria de Controle Externo no Paraná e em Santa Catarina;
- Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda;
- Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná e em Santa Catarina;
- Superintendência da Polícia Rodoviária Federal;
- Ministério Público Federal no Paraná e em Santa Catarina;
- Administrações tributárias dos Estados do Paraná e Santa Catarina e de seus Municípios;
- Ministério Público dos Estados do Paraná e Santa Catarina;
- Polícias militar e civil do Paraná e Santa Catarina;
- Escola de Governo do Estado do Paraná;
- Ordem dos Advogados do Brasil (PR);

- Conselhos Regionais de Contabilidade no Paraná e em Santa Catarina;
- Federação das Indústrias dos Estados do Paraná e de Santa Catarina;
- Associação Comercial do Estado do Paraná;
- SEBRAE/PR;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR);
- Junta Comercial do Estado dos Estados do Paraná e de Santa Catarina;
- Entidades que compõem os subcomitês regionais da Redesim nos Estados do Paraná e de Santa Catarina;
- Universidade Federal do Estado do Paraná;
- Fundação Getúlio Vargas;
- Concessionários e Permissionários de Portos Secos; e
- Autoridades portuárias.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 2: Planejamento e Resultados Alcançados

(Item 2, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

2.1 – Informações sobre o Planejamento da Unidade Jurisdicionada

O plano estratégico da 9ª RF alinha-se ao da RFB e abrange o período de 2012 a 2015.

A vinculação do plano estratégico da Região Fiscal e da RFB com suas competências constitucionais, legais e normativas está expressa não somente em sua missão e visão institucionais, as quais juntamente com os valores institucionais compõem os marcos institucionais da RFB, mas está claramente expressa no conjunto de objetivos estratégicos eleitos para o novo ciclo de gestão (2012-2015).

O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas está expresso por meio da sua missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB está assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que norteiam as ações da RFB e de seu corpo funcional são: Respeito ao cidadão, Integridade, Lealdade com a instituição, Legalidade, Profissionalismo e Transparência. Este último valor foi acrescentado para o período de 2012 a 2015 aos outros cinco que já constavam como valores da Instituição no ciclo de planejamento anterior (2009-2011).

Os principais objetivos estratégicos no ano de 2013 estão expressos no Mapa Estratégico da RFB em vigor (figura a seguir), nele a estratégia da RFB está representada por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.



Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013

As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da Casa; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" – o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade, são as grandes áreas ou dimensões de atuação da RFB, as quais englobam os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão, contando a história da estratégia.

Objetivos Estratégicos Institucionais

Como vemos no Mapa estratégico, estão elencados, por parte da RFB, 21 objetivos estratégicos, sendo cinco (5) da perspectiva Pessoas e Recursos, onze (11) da perspectiva Processos Internos e cinco (5) da perspectiva Resultados, conforme descritos a seguir.

Descrição dos Objetivos Estratégicos

Os Objetivos Estratégicos são os fins a serem perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, sendo distribuídos de forma balanceada pelas Perspectivas do Mapa Estratégico, conforme abaixo.

I) Perspectiva de Resultados:

1. **Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial** - Envidar esforços para que o montante arrecadado pela RFB se aproxime da arrecadação potencial.

2. **Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras** - Ampliar o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras empreendendo ações coordenadas que elevem a percepção de risco, simplifiquem o cumprimento, orientem o cidadão, fomentando uma aliança entre a Instituição e a sociedade.
3. **Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade** - Fortalecer o comércio exterior por meio da administração aduaneira transparente, ágil, eficiente e segura, proporcionando a proteção da economia e sociedade.
4. **Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição** - Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição, demonstrando a correta e justa aplicação da legislação tributária e aduaneira.
5. **Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade** - Fazer com que a sociedade reconheça a RFB como uma organização que cumpre sua missão com excelência, transparência, integridade e profissionalismo.

II) Perspectiva de Processos Internos:

6. **Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento** - Racionalizar e agilizar os processos de controle e de recuperação do crédito tributário permitindo a redução do tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento.
7. **Elevar a percepção de risco e a presença fiscal** - Intensificar a atuação da instituição na administração de tributos internos e de comércio exterior, visando o aumento da presença fiscal e a elevação da percepção de risco pela sociedade.
8. **Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros** - Proporcionar processos aduaneiros integrados e harmônicos, garantindo agilidade aos operadores que atuam de acordo com os requisitos legais e aumentar a segurança e a efetividade dos procedimentos para coibir ilegalidades.
9. **Reduzir litígios tributários e aduaneiros** - Melhorar a qualidade do lançamento do crédito tributário, apreciar e julgar casos de litígios tributários e aduaneiros, em âmbito administrativo, com qualidade, celeridade e menor custo e reduzir a quantidade de divergências internas na interpretação da legislação tributária e aduaneira.
10. **Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade** - Adotar medidas de ampliação e aprimoramento dos serviços prestados pela instituição, visando aumentar a satisfação da sociedade.
11. **Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário** - Assegurar a arrecadação de tributos, por meio de mecanismos de garantia do crédito tributário, inclusive em relação ao patrimônio de contribuintes que possuam débitos, no interesse da Fazenda Nacional.
12. **Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira** - Adequar recursos e procedimentos necessários visando melhorar e ampliar o desempenho das atividades de vigilância e repressão aduaneira em todo o território nacional.

13. **Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira** - Aprimorar a participação da RFB nos fóruns de discussão de políticas e legislação tributária e aduaneira, subsidiando de forma ativa e efetiva as decisões tomadas em âmbito político, defendendo os interesses da administração tributária e aduaneira.
14. **Conhecer o perfil integral do contribuinte** - Conhecer e identificar o perfil cadastral, econômico, fiscal e contributivo e o comportamento dos contribuintes perante o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras, de forma a permitir uma atuação integral no atendimento, monitoramento e controle fiscal e aduaneiro.
15. **Fortalecer as relações institucionais** - Fortalecer parcerias estratégicas nacionais e internacionais, e promover um relacionamento integrado, harmônico e sincronizado com as administrações tributárias estaduais, distrital e municipais, com órgãos do Ministério da Fazenda, bem como com entidades e organismos que atuem em atividades afins.
16. **Fortalecer a comunicação institucional** - Aprimorar a comunicação institucional de forma que as informações que sejam de interesse dos públicos interno e externo sejam transmitidas de maneira objetiva, tempestiva e clara.

III) Perspectiva de Pessoas e Recursos:

17. **Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas** - Capacitar, desenvolver e valorizar as pessoas tendo em conta as competências individuais necessárias (fundamentais, gerenciais e específicas) ao alcance da estratégia institucional.
18. **Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais** - Prover as unidades organizacionais do quadro de pessoal necessário e suficiente para o bom desempenho de seu papel institucional, com vistas à presença efetiva e distribuída adequadamente pelo território nacional, tendo em conta os perfis profissionais e as características de cada unidade.
19. **Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas** - Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas, garantindo as condições necessárias ao desenvolvimento institucional.
20. **Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais** - Disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades de cada unidade, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, de forma a garantir o efetivo desempenho institucional.
21. **Assegurar recursos e otimizar sua aplicação** - Assegurar recursos orçamentários, financeiros e logísticos e otimizar a sua gestão e alocação de acordo com as prioridades institucionais.

Conforme será visto no decorrer deste Relatório de Gestão, a 9ª Região Fiscal, na busca dos objetivos institucionais, tem cumprido sua missão e segue no caminho do alcance de sua visão. A RFB tem fornecido ao Estado recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social, e tem prestado à sociedade um serviço de alta qualidade, o qual demonstra a sua busca constante por excelência em seus processos internos.

Estratégias Adotadas pela Unidade para Atingir os Objetivos Estratégicos

A RFB consolidou quatro instrumentos basilares, componentes de sua estratégia para o ciclo de 2012 - 2015, quais sejam: a **Cadeia de Valor**, o **Mapa Estratégico**, o **Painel de Desempenho** e o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais**.

A Cadeia de Valor é referência para vinculação dos Projetos Estratégicos Institucionais aos Macroprocessos, para efeitos de priorização.

O **Mapa Estratégico**, com a finalidade de evidenciar as estratégias adotadas para alcançar os objetivos estratégicos da RFB, destacou, entre seus 21 objetivos estratégicos, oito (8) deles, identificados no Mapa estratégico com uma borda verde, como “objetivos-batalha”, os quais foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB e acompanhados com atenção especial pela administração. Os objetivos batalhas estão assim distribuídos no Mapa: dois (2) da perspectiva Pessoas e Recursos, quatro (4) da perspectiva Processos Internos e dois (2) da perspectiva Resultados, a saber: Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais, Assegurar recursos e otimizar sua aplicação, Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento, Elevar a percepção de risco e a presença fiscal, Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros, Reduzir litígios tributários e aduaneiros, Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial, Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras

Quando da elaboração do Mapa estratégico, depois de estabelecidos a missão, visão e objetivos, foram associados aos objetivos estratégicos indicadores que pudessem ser ferramentas para determinar se a organização está alcançando seus objetivos estratégicos e avançando rumo à plena implementação de sua estratégia e, posteriormente, vinculada uma meta a cada indicador de gestão, a fim de indicar o quanto devemos melhorar em cada indicador.

Após a construção de um elenco de indicadores, outra estratégia considerada relevante pelos gestores da unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos foi a construção de um Painel de desempenho.

O Painel de Desempenho, figura a seguir, é igualmente uma representação gráfica, porém mostra os 52 Indicadores Estratégicos que foram eleitos para verificar o grau de cumprimento dos Objetivos Estratégicos da RFB. Desses indicadores, 44 estão disponíveis para apuração e tiveram metas estabelecidas para o ano de 2013, excetuando dois que dependem de pesquisa de opinião realizada pela primeira vez ano passado. Entre os indicadores disponíveis para apuração, 32 são desdobráveis até o âmbito regional, servindo como medida do desempenho das unidades regionais e locais no alcance dos objetivos relacionados.

PAINEL DE DESEMPENHO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2013

RESULTADOS

Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial	Índice de atingimento da arrecadação potencial	Índice de realização da meta global de arrecadação		
Eleva o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras	Índice de adimplência do crédito tributário	Índice de adimplência das obrigações acessórias	Indicador de atividade de educação fiscal	Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação
Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade	Índice de fortalecimento do comércio exterior			
Aumentar a percepção de equidade na atuação da instituição	Índice de percepção de equidade			
Fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade	Índice de inserções positivas da RFB na mídia	Índice de percepção da RFB pelo público externo		

PROCESSOS INTERNOS

Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Tempo de realização ou da finalização da cobrança administrativa do crédito tributário lançado de ofício	Índice de recuperação da cobrança	Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	Tempo médio de contencioso de primeira instância	Tempo médio de contencioso em delegacias de julgamento
Eleva a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	Indicador global da fiscalização (IGF)	Indicador global da atividade de inteligência fiscal (IGIF)	Índice de qualidade da atividade de inteligência fiscal (IQAIF)	Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação	Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)			
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Índice de solução de consultas	Percentual de apreciação de consultas e solução de divergências no contencioso	Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos	Índice de litigância administrativa	Índice de variação da litigância judicial
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes	Grau de fluidez do despacho de exportação	Grau de fluidez do despacho de importação	Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Índice de crédito tributário garantido				
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira	Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira			
Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Grau de atendimento às demandas por estudos sobre política e legislação tributária aduaneira	Índice de atingimento da qualidade dos estudos setoriais			
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)				
Fortalecer as relações institucionais	Grau de proatividade da RFB no estabelecimento de parcerias	Grau de cobertura dos convênios	Grau de ativação de convênios	Grau de inserção internacional	
Fortalecer a comunicação institucional	Nível de satisfação do público interno com a comunicação interna da RFB				

PESSOAS E RECURSOS

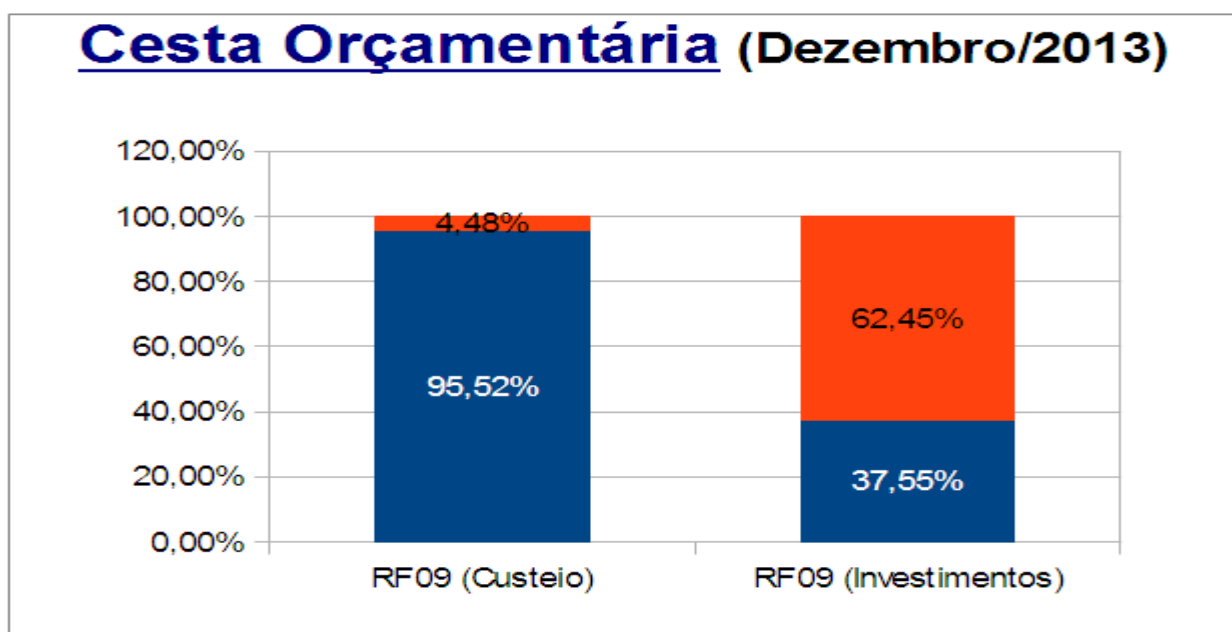
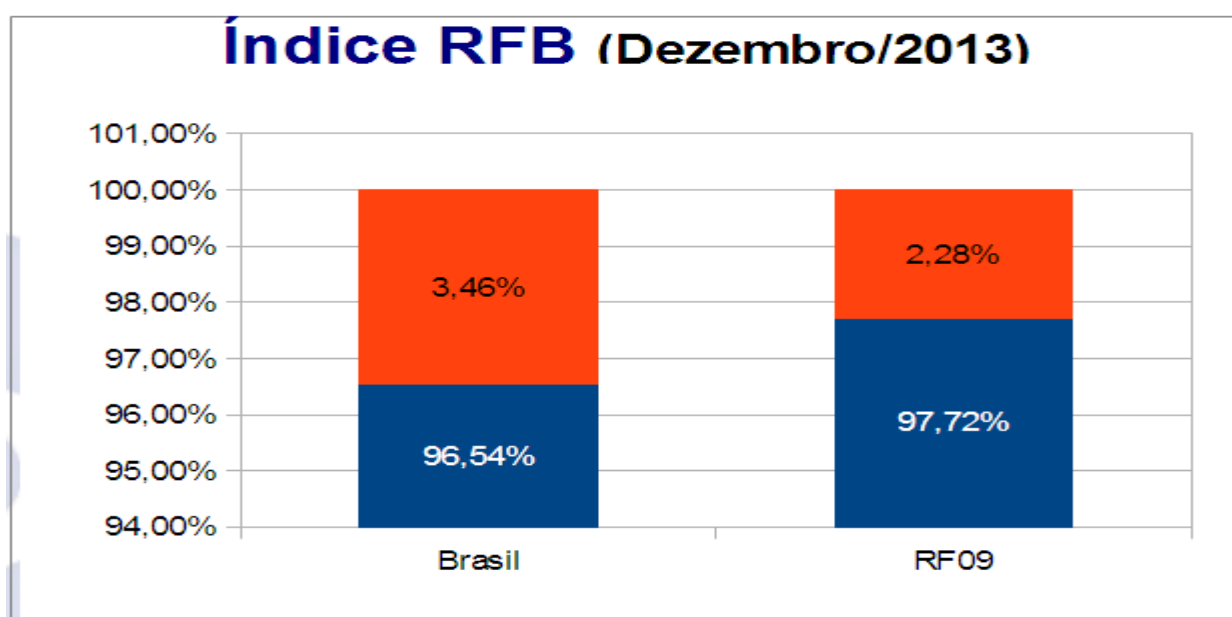
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento			
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Índice de adequação da lotação			
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Índice de tempestividade das soluções de TI			
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação imobiliária (NAI)	Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas (NAF)	Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)	
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos	

Fonte: Portaria RFB nº 625, de 17 de maio de 2013

Considerando, no entanto, que a maior parte dos resultados institucionais dependem das ações das unidades descentralizadas (delegacias, inspetorias, alfândegas etc.) era imprescindível que se garantisse que a visão dos dados relacionados aos indicadores tivessem este nível de detalhamento e que a periodicidade de sua publicação fosse mensal, o que não é possível a partir do Painel de Desempenho Nacional.

Com esse fim foi desenvolvido o Painel de Desempenho da 9ª RF, que passou a ser importante instrumento de avaliação dos resultados regionais e os de cada uma de suas unidades descentralizadas. As informações mensalmente disponibilizadas são: Índice RFB (definido no próximo tópico); a Cesta de Indicadores Orçamentários; a posição regional dos 32 indicadores desdobrados em confronto com os resultados do Brasil; e uma consolidação de outras informações gerenciais relevantes.

Painel de desempenho – 9ª região fiscal



Fonte: SAGE - RFB

Atualmente, todas as organizações, dentre elas a Receita Federal do Brasil - RFB, trabalham com programas e projetos não obstante a existência de limitações de recursos para a sua implementação. Nesse cenário, faz-se necessário otimizar a aplicação dos recursos de acordo com a estratégia adotada pela organização.

Na RFB, a execução da Estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais** (figura a seguir). Como novidade deste processo de priorização para o novo ciclo, além do seguimento das orientações do Plano Plurianual – PPA 2012/2015 e do Mapa Estratégico da RFB para 2012-2015, houve a criação de “cestas” de projetos, conforme os Macroprocessos da Cadeia de Valor.

Projetos Estratégicos Institucionais da RFB	Descrição
*Projeto Gestão de Recursos	O Projeto Gestão de Recursos visa o alinhamento da proposta orçamentária da RFB gerando informações gerenciais para a obtenção dos créditos necessários para o atingimento dos objetivos estratégicos e a devida otimização dos recursos disponíveis. É composto de quatro subprojetos, sendo dois voltados para a fase de Planejamento (Alinhamento estratégico e Melhoria das informações para construção da proposta orçamentária anual), um para a Execução (Definição de critérios e forma de acompanhamento da execução das despesas) e o último, ligado à fase de Controle (Criação de relatórios de análise do Orçamento vis-à-vis a Estratégia).
*Ampliação da Segurança da Informação	Manter atualizada ferramenta de antivírus para a Receita, Elaborar e propor programa de conscientização dos servidores da Receita em Segurança da Informação, Substituir os dispositivos que armazenam os certificados digitais por novos com chave maior (2048 bytes), Implantar o programa de conscientização dos servidores da Receita em Segurança da Informação, Elaborar e propor programa de treinamento e capacitar continuamente os Gestores de Segurança da Informação, Ampliar a Solução de Conectividade e implantar controle de acesso a Rede, Elaborar e Propor Plano de Biometria conjugada com a Certificação Digital, Implantar Plano de Biometria conjugada com a Certificação Digital, Programa de Melhoria de qualidade da atividade de Cadastramento, Programa de Melhoria de qualidade da atividade de Agente de Registro, Implementar Auditoria externa nas entidades credenciadas na cadeia de certificação RFB, Contratação para Auditoria Independente dos PAGR credenciados junto ao ITI.

*Construção do Edifício Sede II do MF em Brasília e recuperação dos Edifícios Sede do MF no RJ e SP	Este projeto trata dos prédios do MF localizados nos três principais municípios do País, e com valor de obra/reforma mais relevantes sob o ponto de vista orçamentário. Fazem parte do escopo deste projeto: - Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Brasília que abrigará RFB (UC, SRRF01, DRF, ALF e DRJ), PGFN e PRFN, CARF, COAF e CONFAZ. - Obras de recuperação completa e modernização dos Edifícios Sede do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro – RJ e em São Paulo – SP, incluindo os custos para deslocamento de parte dos servidores durante o período das obras. - Obras de construção de novos edifícios e ampliação de área de edifícios do MF nas capitais do RJ e SP. - Realização de estudos e viabilização de financiamento de novas obras por meio de Fundo de Investimento Imobiliário (FII), como alternativa no caso de que não haja recursos orçamentários disponíveis para execução da totalidade das obras previstas.
*Projeto de Integração Nacional - REDESIM	Concepção, desenvolvimento e implantação de uma solução de integração de cadastros, processos e procedimentos, relacionados à legalização de empresas e negócios, entre a RFB e os demais intervenientes no processo de simplificação e melhoria do ambiente de negócios do País.
*Projeto de Integração dos Cadastros da RFB - Novo CNPJ	Implantar um novo cadastro de Pessoa Jurídica que atenda às necessidades das diversas áreas de atuação da RFB com visão de modernidade, agilidade e integração com as demais administrações públicas.
*Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB - Sipet	Prover a Coget de uma ferramenta informatizada que permita a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB.
*Implementar o Sistema @tos	Implementar sistema informatizado que agilize, ordene, controle, sistematize a elaboração de minutas de atos tributários (MP, IN, Portarias. etc) dentro da Receita Federal do Brasil e a revisão de minuta de atos tributários (MP, IN, Portarias, etc) provenientes de outros órgãos do poder

	executivo.
*m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis)	Desenvolver um aplicativo embarcado único para todos os dispositivos móveis existentes no mercado (celulares e tablets) permitindo que os contribuintes acessem as informações e serviços: Últimas Notícias, Agenda Tributária, Consulta CPF, Consulta CNPJ, Consulta MPF, Consulta Restituição, Viajantes ao Exterior, DBA.
*Implantação do Escritório de Processos da RFB	Este projeto objetiva implantar no âmbito da RFB uma unidade organizacional com atribuições de um Escritório de Processos corporativo.
*SCC – Pagamento Automático	Implantar sistemática para pagamento automático de restituição, ressarcimento e reembolso, incluindo verificação fiscal e efetivação de compensação de ofício quando necessário. Ressalta-se que as operações de verificação fiscal e compensação de ofício deverão considerar também as contribuições previdenciárias. Importante enfatizar que a sistemática implantada deverá atender às necessidades de pagamento de quaisquer sistemas utilizados na RFB para tratamento de pedidos de restituição, ressarcimento ou reembolso, a exemplo do SCC, Sief-Processos, Simples Nacional, Peres.
*SCC - Reintegra	Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes do Reintegra.
*Implantar o Sistema de Requerimentos	Criação de ferramentas de tecnologia que possibilitem a solução mais célere dos litígios instaurados em face dos lançamentos da Malha Fiscal IRPF, contemplando padronização de impugnações, emissão de relatórios que permitam a seleção de lotes, triagem eletrônica, padronização e emissão de acórdãos, cálculo e informação eletrônica do resultado do julgamento.
*Siscomex Carga	Ampliar o escopo do sistema Siscomex para a informação da carga nos modais Terrestre e Aéreo.
*Projeto SISAM	Implantar sistema que aprimore a seleção de DI para verificação no despacho aduaneiro de importação, por meio do uso do aprendizado de máquina.

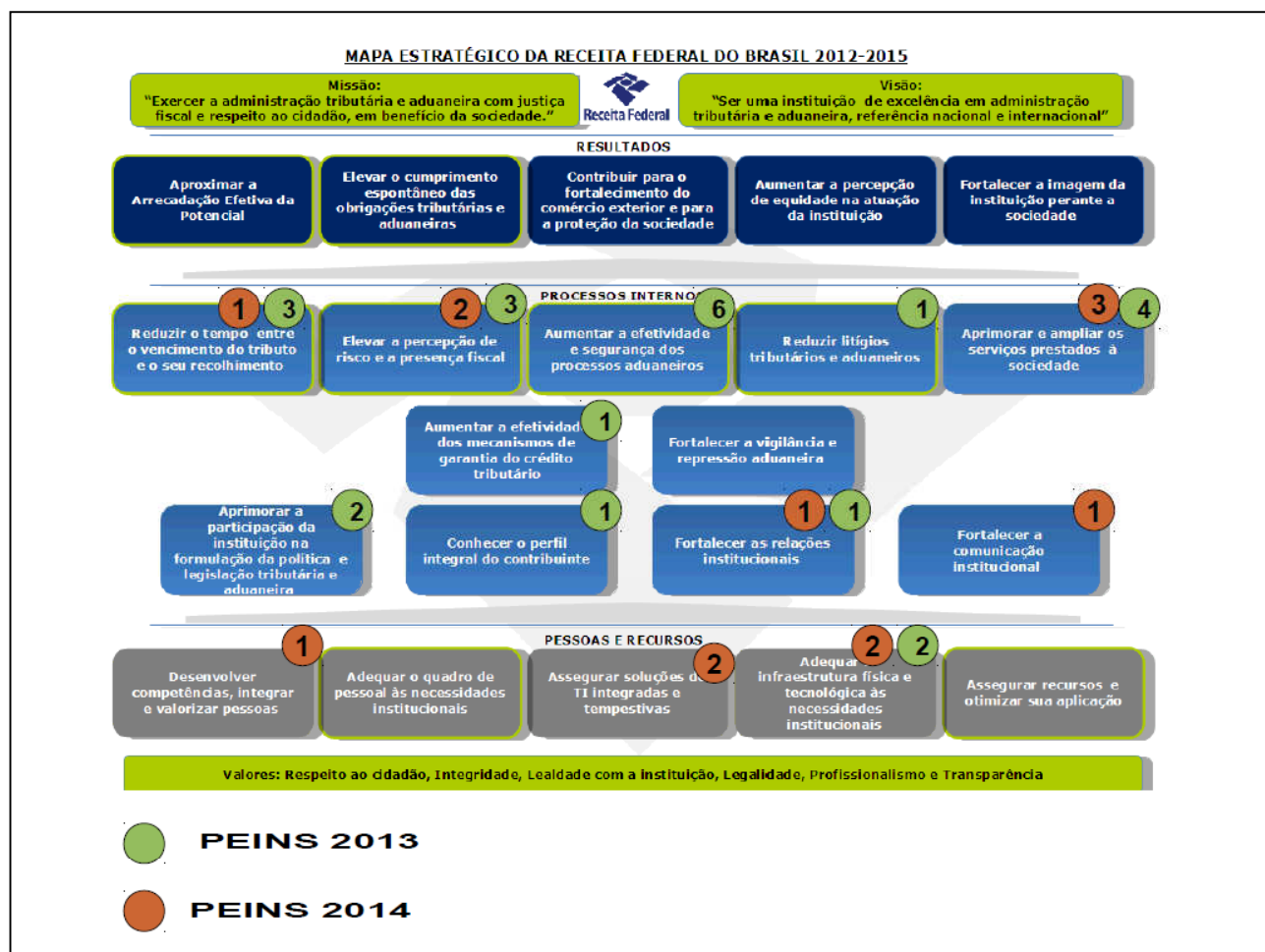
*Projeto EXPORTAÇÃO	SISCOMEX Desenvolver uma nova versão do Siscomex Exportação, com vistas a modernizar sua plataforma tecnológica, reestruturando o sistema de forma a promover a simplificação e a racionalização de seus procedimentos, bem como a integração de dados e informações com os demais sistemas de comércio exterior da RFB.
*Projeto IMPORTAÇÃO	SISCOMEX Desenvolver uma nova versão do Siscomex Importação em uma plataforma Web com acesso via Certificação digital, com vistas a modernizar sua plataforma tecnológica, simplificar e aperfeiçoar seus procedimentos e promover maior integração com os demais sistemas de comércio exterior da RFB.
*Programa GRANDE EVENTOS	Adequar e preparar os processos da RFB para atendimento da demanda decorrente de grandes eventos nos portos, aeroportos e fronteiras terrestres, compatibilizando as atribuições de segurança e controle aduaneiros com a agilidade e eficiência esperadas pela sociedade.
*Programa Portal Único do Comércio Exterior - PCE	Integrar sistemas desenvolvidos nos últimos anos que permitirão construir um ambiente articulado, logisticamente funcional no comércio exterior e Desenvolver novas funcionalidades por meio de instrumentos de TI para permitir a integração e o compartilhamento de informações entre órgãos de controle no comércio exterior e com aduanas estrangeiras e outros órgãos de controle, signatários de acordos internacionais de cooperação e assistência mútua.
*SPED – EFD SOCIAL	Criar a Escrituração Fiscal Digital da Folha de Pagamento e Informações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas, com padronização das rubricas da folha de pagamento, de leiaute, de registro de empregados, vinculada a geração dos créditos tributários de contribuições previdenciárias para constituição e cobrança de tais créditos, substituindo gradualmente as obrigações acessórias atuais existentes no âmbito dos órgãos participantes.
*SPED – Integração	Identificar os sistemas internos da RFB que demandam integração com os dados do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e das Escriturações Fiscais base RFB e promover as alterações tecnológicas para a utilização plena das informações e maior automação nas atividades de fiscalização, arrecadação e cobrança.

*SCC – Créditos Pis/Cofins	Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes da não-cumulatividade de PIS/Pasep e Cofins.
*PUC - Programa de Unificação dos Créditos	Unificar o Crédito Previdenciário (contribuição da empresa, contribuição do trabalhador e contribuições para terceiros) e Fazendário no SIEF.
*e-Processo	Implantar o processo administrativo fiscal integralmente digital, com uso da tecnologia GED e WORKFLOW, em todo o fluxo do crédito tributário, envolvendo RFB, Carf e PGFN.
*SIC – Programa Sistemas Integrados do Crédito Público	Implantar um conjunto de sistemas que auxilie o controle, a cobrança e o acompanhamento, por parte da RFB, PGFN e PGF, dos créditos tributários não inscrito e da Dívida Ativa da União e das Autarquias e Fundações Públicas Federais, no âmbito das cobranças amigável, administrativa e executiva, com transparência e homogeneidade, favorecendo a legitimidade do processo e integração das organizações. Esse conjunto de sistemas permitirá também o tratamento dos efeitos de decisões judiciais e administrativas de créditos públicos no âmbito das cobranças amigável, administrativa e executiva, garantindo a integração com os sistemas de acompanhamento judicial utilizado pelas Procuradorias.
*SINTER – Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais.	Desenvolver o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais, banco de dados de gestão do território nacional em uma concepção multifinalitária, que se constituirá no inventário oficial e sistemático do território nacional, com tecnologia de sistemas de informações geográficas, integrando as informações jurídicas de imóveis, constantes dos registros eletrônicos provenientes dos serviços de registros públicos, com as informações físicas, cadastrais, fiscais e fundiárias relativas a imóveis urbanos e rurais.

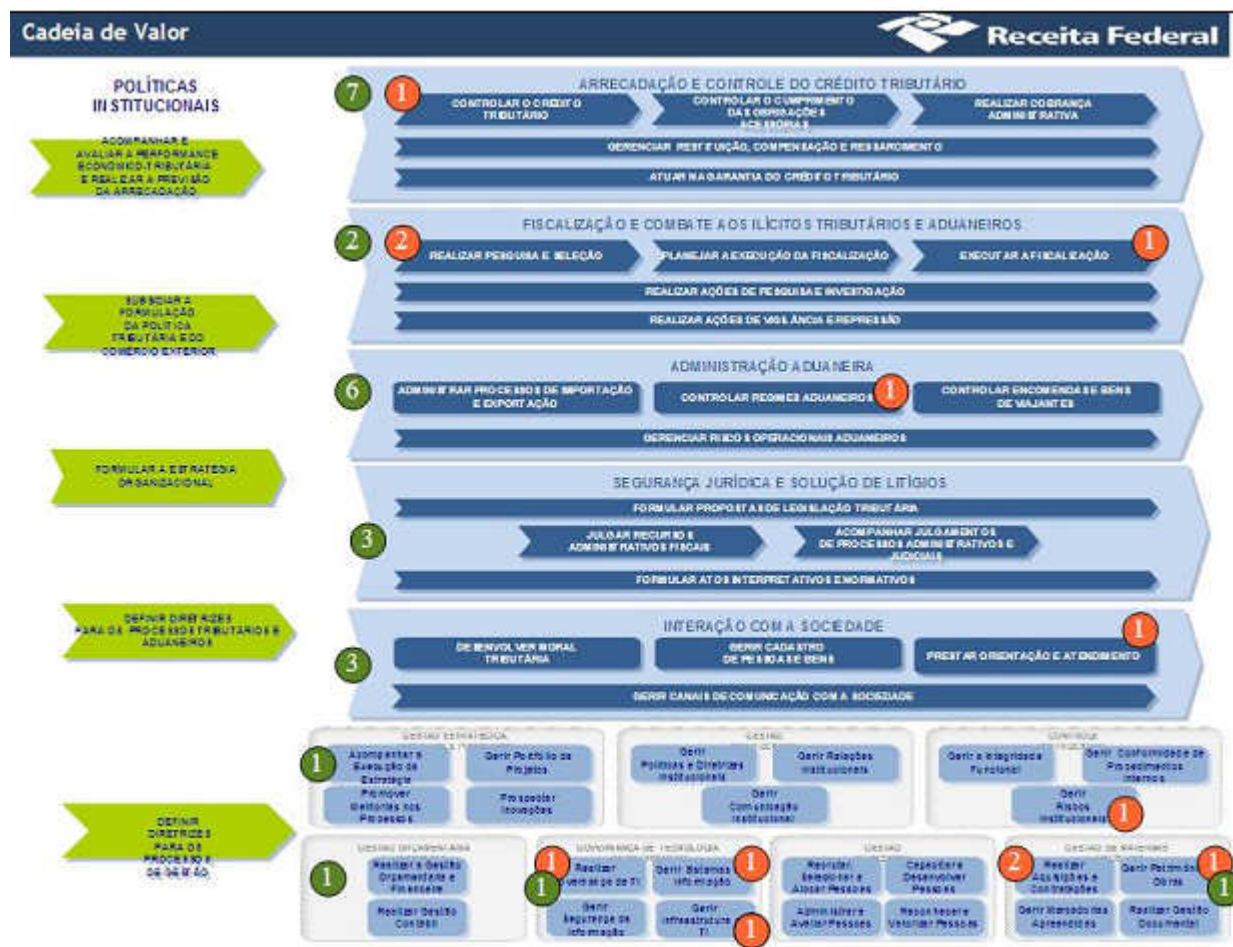
* Fonte: Copre 2014

*** Projetos Estratégicos Institucionais** - acompanhamento direto pelo Gabinete do Secretário, constituindo-se nos programas, projetos e ações de âmbito nacional e de natureza estruturante, de impacto direto no cumprimento das Metas Estratégicas

Os quadros apresentados a seguir mostram a quantidade de iniciativas estratégicas institucionais por Objetivo Estratégico no Mapa Estratégico e por Macroprocesso na Cadeia de Valor:



Fonte: Copre/Copav - 2014



Fonte: Copre/Copav - 2014

No que tange às estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados, a RFB adotou várias formas de fazer com que o Planejamento estratégico permeasse toda a instituição, pois a Receita Federal tem bem presente que seus servidores devem conhecer os Marcos Institucionais, o Mapa Estratégico da organização, a Cadeia de Valor e o Portfólio de Projetos Institucionais.

Neste sentido, elaborou-se um Plano de Comunicação da Estratégia que busca assegurar que, de algum modo, todos os servidores tenham acesso ao material do plano estratégico e que, também, tenham a percepção de sua importância para a instituição e que o mesmo se constitui em prioridade para a gestão da RFB.

Material de Divulgação:

- Cartaz do Mapa Estratégico;
- Cartaz da Cadeia de Valor;
- Calendário de mesa com apresentação dos marcos institucionais da RFB e imagens do Mapa Estratégico e da cadeia de Valor;

MISSÃO


 Exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade
 



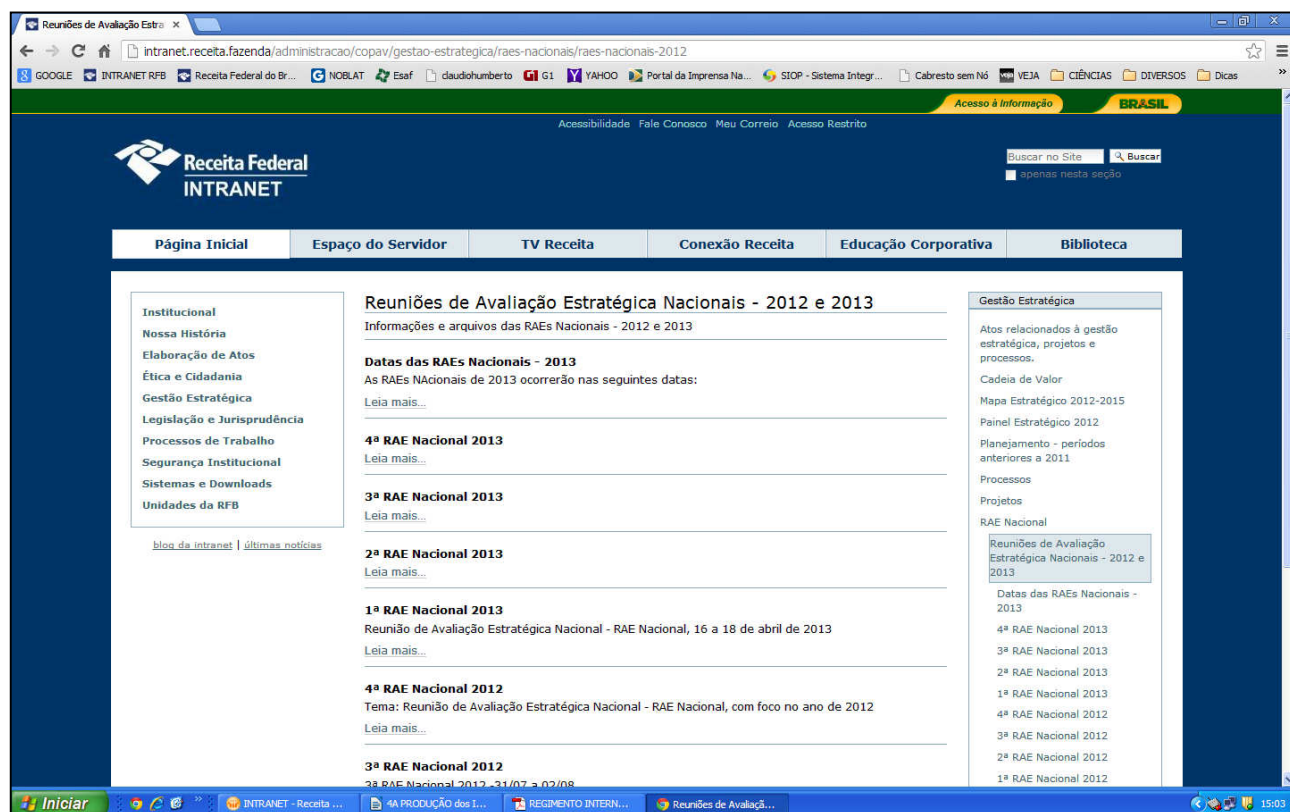
Receita Federal

Janeiro

D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

1- Confraternização Universal

Quanto à divulgação dos resultados alcançados, através da Intranet da RFB (imagem a seguir), os servidores da casa podem através da categoria (*tag*) “acompanhar a execução da estratégia”, ter acesso, por exemplo, às apresentações que ocorrem nas Reuniões de Avaliação Estratégica - Nacional (RAE N), onde são avaliados os objetivos e indicadores estratégicos.



Fonte: Intranet da Receita Federal do Brasil – 05/02/2014

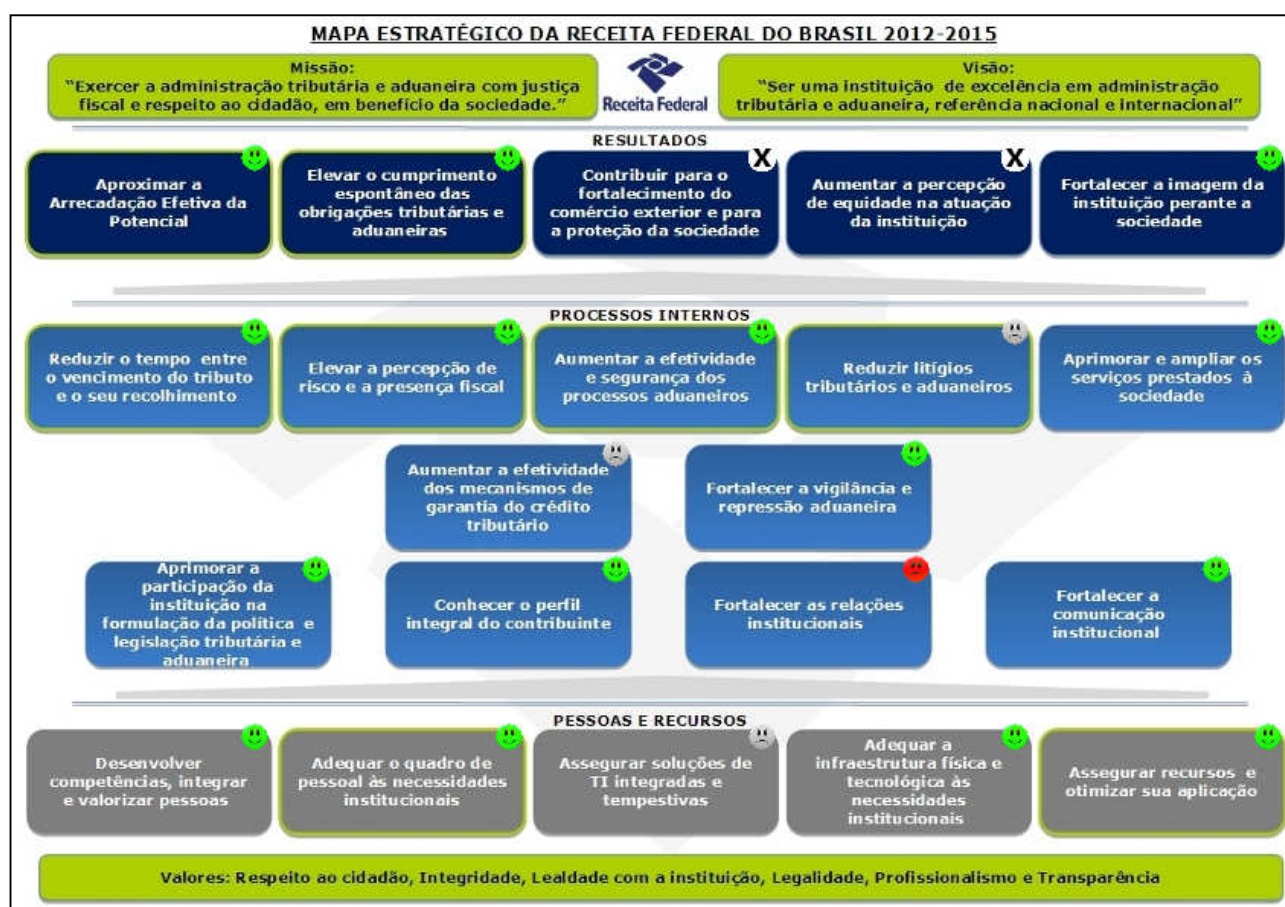
Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações para o Exercício

O acompanhamento dos resultados que a Instituição está obtendo, em relação às metas estabelecidas para cada um de seus indicadores estratégicos, em relação ao grau de realização dos Objetivos Estratégicos, assim como em relação à execução dos Projetos Estratégicos Institucionais, é feito ao longo de todo o ano.

A sistemática para tal acompanhamento e avaliação de resultados, no que se refere aos objetivos e indicadores, baseia-se num instrumento de comunicação visual (semáforos) que pretende sinalizar, de forma simples e de fácil compreensão, por meio de codificação por cores, como está o desempenho da Instituição e de suas unidades administrativas regionais.

Esses semáforos servem de base para elaboração das análises de desempenho das dimensões da gestão estratégica, para realização das reuniões de avaliação nos diversos níveis, e para o eventual redirecionamento da própria estratégia da Instituição. Eles funcionam como alerta para a possível ocorrência de situações que exigiriam cuidados e providências especiais, dando subsídios para a tomada de decisões.

Vemos, no Mapa Estratégico, ano de referência 2013, a seguir, os semáforos referentes a cada objetivo da RFB.



O semáforo verde indica que o objetivo está sendo atingido dentro do esperado; o amarelo, que o resultado está um pouco abaixo do esperado; o vermelho, que está muito abaixo do esperado; o cinza indica que o resultado está muito acima do esperado; o branco informa

que os indicadores que permitiriam a avaliação do resultado não estão disponíveis; o ponto de exclamação indica que não se está no período de avaliação; o ponto de interrogação indica que os resultados ainda não estão informados no sistema; e, finalmente, o “X” indica que o indicador teve resultados, mas não teve meta estabelecida.

De forma geral, os objetivos não apresentaram comportamento insatisfatório. Somente o objetivo estratégico “Fortalecer as relações institucionais” apresenta uma situação muito abaixo da esperada (semáforo vermelho). Contudo, isso se deve ao fato de que o referido objetivo, não obstante seja medido por quatro indicadores, teve seu resultado influenciado apenas por um indicador com semáforo vermelho, uma vez que os outros três estavam com status “não disponível”.

Para uma leitura mais aprofundada dos resultados da instituição do que ocorreu no ano de 2013 com cada objetivo, torna-se necessário uma análise dos indicadores estratégicos que estão por trás de cada objetivo. Neste sentido, recorrendo-se ao Painel de desempenho (figura a seguir – Fonte: Sage 06/02/2013), é possível verificar, indicador a indicador o que está influenciando mais decisivamente a realização de cada objetivo estratégico (os indicadores estão detalhados no item 2.3).

O Painel de Desempenho é uma representação gráfica mostrando os 52 Indicadores Estratégicos que foram eleitos para verificar o grau de cumprimento dos Objetivos Estratégicos da RFB. Desses indicadores, 44 estão disponíveis para apuração e tiveram metas estabelecidas para o ano de 2013, excetuando dois que dependem de pesquisa de opinião realizada pela primeira vez ano passado. Entre os indicadores disponíveis para apuração, 32 são desdobráveis até o âmbito regional, servindo como medida do desempenho das unidades regionais e locais no alcance dos objetivos relacionados.

O Painel de desempenho da Receita Federal do Brasil – 2013, mostra a seguinte situação:

- Total de Indicadores Estratégicos – 52;
- Indicadores Estratégicos não disponíveis – 8 (1 na perspectiva Resultados e 7 na Processos Internos);
- Indicadores Estratégicos sem meta estabelecida – 2 (2 na perspectiva Resultados);
- Indicadores Estratégicos com análise de resultados – 40 (4 na perspectiva Resultados, 21 na Processos Internos e 9 na perspectiva Pessoas e Recursos).

Dos 42 indicadores, cujo grau de atingimento da meta pode ser visto no Painel abaixo, temos:

- Indicadores Estratégicos com resultado dentro do esperado (semáforo verde) – 27 (6 na perspectiva Resultados, 15 na Processos Internos, 6 na Pessoas e Recursos);
- Indicadores Estratégicos com resultado um pouco abaixo do esperado (semáforo amarelo) – 5 (3 na perspectiva Processos Internos e 2 na Pessoas e Recursos);
- Indicadores Estratégicos com resultado muito abaixo do esperado (semáforo vermelho) – 2 (2 na perspectiva Processos Internos), a saber: Tempo médio de contencioso em delegacia de julgamento e Grau de inserção internacional; e
- Indicadores Estratégicos com resultado muito acima do esperado (semáforo cinza) – 8 (1 na perspectiva Resultados, 6 na Processos Internos e 1 na Pessoas e Recursos).

PAINEL DE DESEMPENHO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2013

RESULTADOS

Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial	Índice de atingimento da arrecadação potencial	Índice de realização da meta global de arrecadação		
Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras	Índice de adimplência do crédito tributário	Índice de adimplência das obrigações acessórias	Indicador de atividade de educação fiscal	Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação
Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade	Índice de fortalecimento do comércio exterior			
Aumentar a percepção de equidade na atuação da instituição	Índice de percepção de equidade			
Fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade	Índice de inserções positivas da RFB na mídia	Índice de percepção da RFB pelo público externo		

PROCESSOS INTERNOS

Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Tempo de realização ou da finalização da cobrança administrativa do crédito tributário lançado de ofício	Índice de recuperação da cobrança	Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	Tempo médio de contencioso de primeira instância	Tempo médio de contencioso em delegacias de julgamento
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	Indicador global da fiscalização (IGF)	Indicador global da atividade de inteligência fiscal (IGIF)	Índice de qualidade da atividade de inteligência fiscal (IQAIF)	Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação	Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)			
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Índice de solução de consultas	Percentual de apreciação de consultas e solução de divergências no contencioso	Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos	Índice de litigância administrativa	Índice de variação da litigância judicial
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes	Grau de fluidez do despacho de exportação	Grau de fluidez do despacho de importação	Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Índice de crédito tributário garantido				
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira	Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira			
Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Grau de atendimento às demandas por estudos sobre política e legislação tributária aduaneira	Índice de atingimento da qualidade dos estudos setoriais			
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)				
Fortalecer as relações institucionais	Grau de proatividade da RFB no estabelecimento de parcerias	Grau de cobertura dos convênios	Grau de ativação de convênios	Grau de inserção internacional	
Fortalecer a comunicação institucional	Nível de satisfação do público interno com a comunicação interna da RFB				

PESSOAS E RECURSOS

Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento			
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Índice de adequação da lotação			
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Índice de tempestividade das soluções de TI			
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação imobiliária (NAI)	Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas (NAF)	Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)	
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos	

Neste processo de avaliação dos resultados, dando continuidade aos procedimentos de avaliação alavancados em 2012, foram realizadas, com referência ao ano de 2013, doze Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE), sob a tutela do Gabinete da RFB:

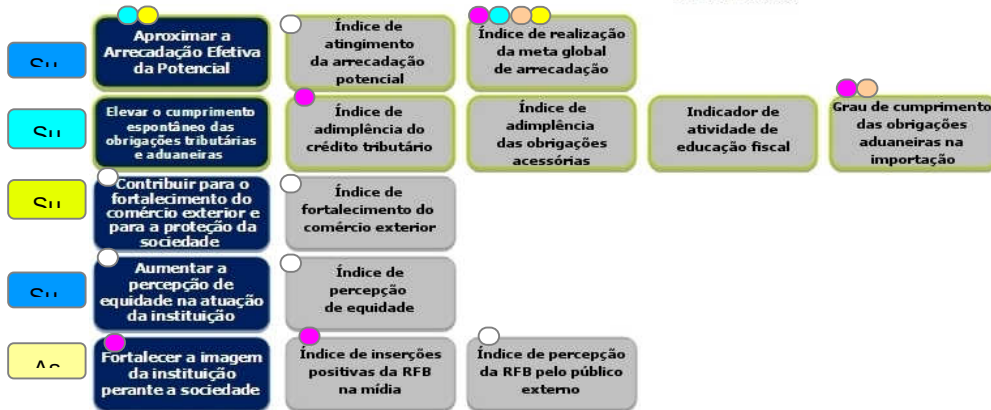
- Oito reuniões das Unidades Centrais, com pauta voltada, prioritariamente, para o acompanhamento dos projetos estratégicos institucionais, avaliando em que medidas as ações foram executadas; e
- Quatro reuniões Nacionais, com participação dos administradores das unidades centrais (Subsecretarias e Coordenações) e regionais (Superintendências), avaliando em que medida as metas foram alcançadas, bem como os motivos e justificativas para o não atingimento das metas estabelecidas.

Abaixo, podem ser identificados, no Painel de Desempenho, em quais Reuniões de Avaliação Estratégica - RAE os Objetivos Estratégicos que tiveram seus Indicadores Estratégicos analisados.

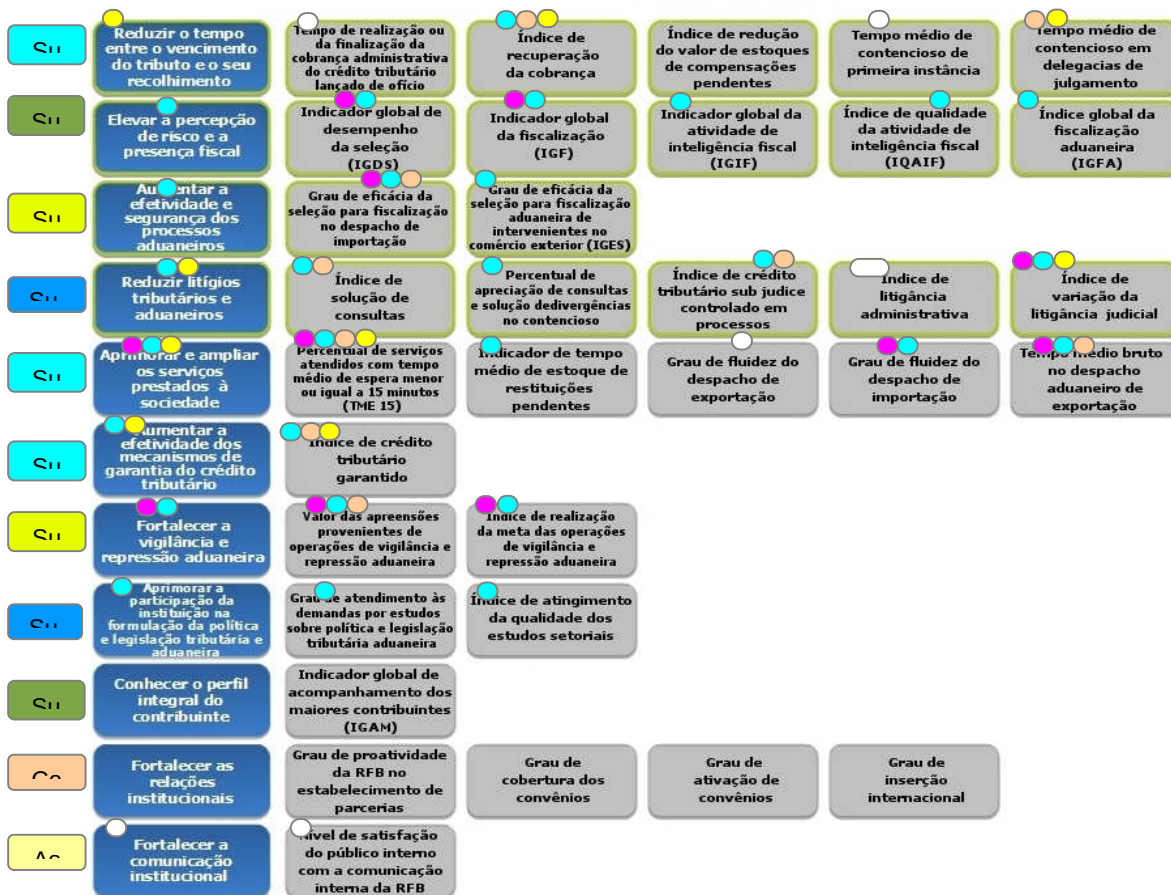
Indicadores Avaliados em 2013

PAINEL DE DESEMPENHO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2013

RESULTADOS



PROCESSOS INTERNOS



PESSOAS E RECURSOS



Legenda

- Avaliado na 1ª RAE Nacional de 2013
- Avaliado na 2ª RAE Nacional de 2013
- Avaliado na 3ª RAE Nacional de 2013
- Avaliado na 4ª RAE Nacional de 2013

Sobre a imagem acima, são pertinentes os seguintes esclarecimentos:

- Os objetivos que não possuem indicadores estratégicos com status “Disponível” foram marcados como “ND” e, por este motivo, não foram incluídos nas pautas das RAE Nacionais;
- Os números identificam qual RAE Nacional teve o indicador estratégico selecionado para discussão.

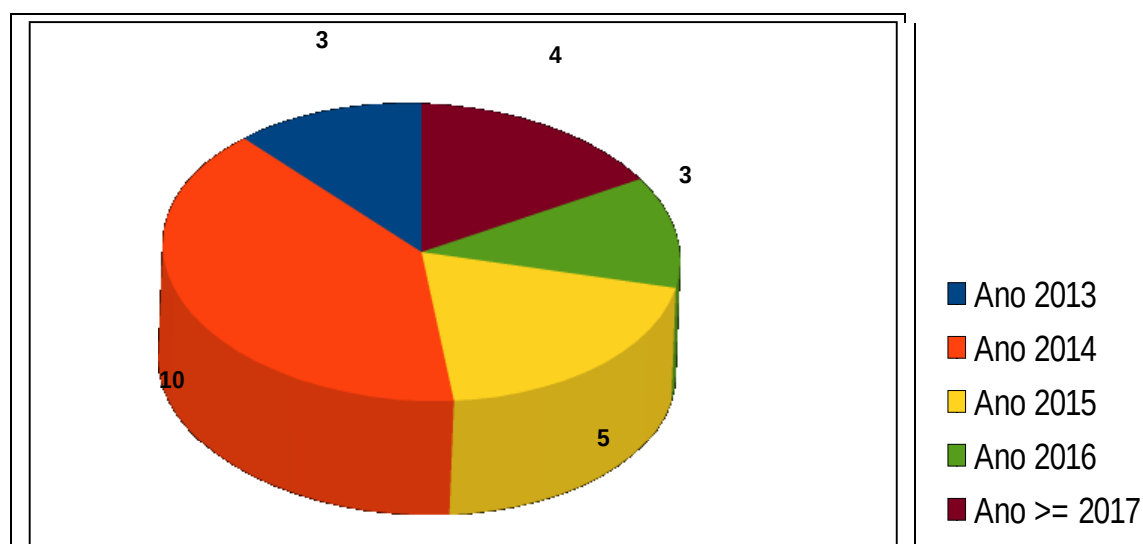
Avaliação de Desempenho dos Projetos Estratégicos Institucionais quanto à previsão de encerramento, percentual executado e status.

Objetivos estratégicos	Projetos Estratégicos Institucionais
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	*Projeto Gestão de Recursos
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	*Ampliação da Segurança da Informação *Construção do Edifício Sede II do MF em Brasília e recuperação dos Edifícios Sede do MF no RJ e SP
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	-
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	-
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	-
Fortalecer a comunicação institucional	-
Fortalecer as relações institucionais	*Projeto de Integração Nacional – REDESIM
Conhecer o perfil integral do contribuinte	*Projeto de Integração dos Cadastros da RFB – Novo CNPJ
Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	*Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB – Sipet *Implementar o Sistema @tos
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	-
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	*SINTER – Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	*m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis) *Implantação do Escritório de Processos da RFB *SCC – Pagamento Automático *SCC – Reintegra
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	*Implantar o Sistema Requerimentos

Objetivos estratégicos	Projetos Estratégicos Institucionais
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	*SISCOMEX Carga *Projeto SISAM *Projeto SISCOMEX EXPORTAÇÃO *Projeto SISCOMEX IMPORTAÇÃO *Programa GRANDE EVENTOS *Programa Portal Único do Comércio Exterior - PCE
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	*SPED – EFD SOCIAL *SPED – Integração *SCC – Créditos Pis/Cofins
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	*PUC - Programa de Unificação dos Créditos *e-Processo *SIC – Programa Sistemas Integrados do Crédito Público

* Fonte: Copre/Copav 2014

1. Previsão de Encerramento:



Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 07/01/2014

O gráfico acima demonstra que a maioria dos projetos tem previsão de encerramento no ano de 2014, porém muitos deles (50%) têm a previsão de encerramento em dezembro de 2014, o que deve propiciar revisões nas estimativas de prazo, aumentando a previsão de projetos a serem entregues nos anos seguintes.

2. Percentual Executado:

A tabela abaixo demonstra as datas de início e previsão de término, além do % executado de cada um dos projetos estratégicos institucionais.

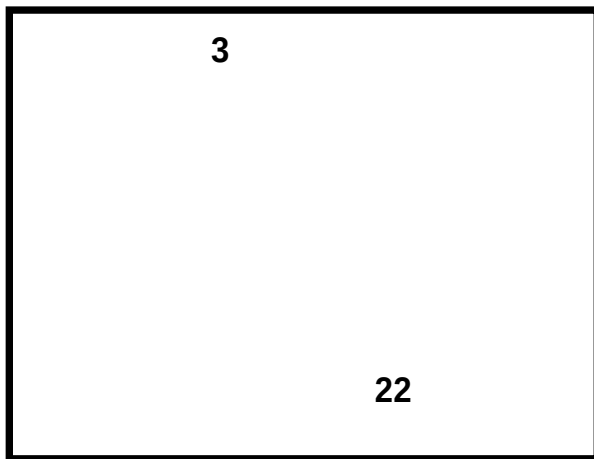
	Projetos Estratégicos Institucionais	Área	Início	Término	%
Mandatário	Grandes Eventos	Suari	03/01/11	31/12/14	25%
	SCC - Pis/Cofins	Suara	07/07/08	16/01/15	90%

	SCC - Reintegra	Suara	19/09/11	11/04/14	77%
	SIC - Programa Sistemas Integrados do Crédito Público	Suara	07/02/01	27/12/19	50%
Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	PUC	Suara	01/03/10	30/04/03	51%
	SCC - Pagto Autom.	Suara	03/05/10	03/05/13	76%
Fiscalização e combate aos ilícitos tributários e aduaneiros	Sped Integração	Sufis	01/06/09	29/03/13	32%
	Sped - EFD Social	Sufis	01/07/10	07/01/15	30%
Administração Aduaneira	Sisam	Suari	15/02/10	09/05/14	66%
	Siscomex Exportação	Suari	02/06/10	30/06/14	88%
	Siscomex Importação	Suari	08/06/10	31/12/14	100%
	Siscomex Carga	Suari	01/01/04	17/07/17	30%
	Programa Portal Único do Comércio Exterior - PCE	Suari	01/01/04	24/11/23	3%
Segurança Jurídica e Solução de Litígios	Sipet	Sutri	18/02/11	30/05/14	88%
	Requerimentos	Sutri	07/06/11	13/04/15	0%
	Sistema @TOS	Sutri	18/02/11	31/12/14	42%
Interação com a sociedade	Novo CNPJ	Suara	03/10/11	31/12/14	19%
	Redesim	Suara	05/07/11	14/11/16	42%
	SINTER	Suara	01/03/13	31/12/16	100%
	m-RFB	Sucor	19/03/12	28/02/15	45%
Gestão	Gestão de Recursos	Sucor	01/07/09	31/07/15	46%
	Seg. da Inform.	Sucor	01/08/10	31/01/14	95%
	Escritório de Processos	Copav	01/02/11	31/12/13	69%
	e-Processo	Suara	27/02/06	31/12/14	83%
	Construção e Recuperação de Edifícios do MF	Sucor	03/09/12	23/12/16	29%

Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 07/01/14

- Status:

O Portfólio apresenta-se conforme figura abaixo:



- Em iniciação
- Em execução
- Encerrado

Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 07/01/2014

Os programas Sistema @TOS, Grandes Eventos e Portal Siscomex encontram-se em fase de iniciação. Demais projetos estão em fase de execução.

2.2 - Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

Quadro 2 - AÇÕES

Identificação da Ação						
Código	147W				Tipo: Projeto	
Título	Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Curitiba - PR					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda Código: 2110Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e inanceira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.000.000	6.100.000	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra concluída			percentual de execução física	3,0		0,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	0	0	Obra concluída		percentual de execução física	0,0

Análise da execução

Ação reprogramada para 2014 tendo em vista a necessidade de aprovação de termo de cooperação entre RFB e a Procuradoria da Fazenda Nacional por tratar-se obra a ser realizada com recursos da própria RFB e da PFN pois a edificação sediará estes dois Órgãos.

2.2.1 Fatores intervenientes que concorreram para os resultados de objetivo e ou ação

Execução das metas: prejudicada, pois o projeto básico da obra foi reprogramado para 2014.

Fatores intervenientes: dificuldades administrativas, não orçamentárias.

Restos a pagar: não há.

Ações Prioritárias na LDO: não há.

2.3 - Informações Sobre Outros Resultados da Gestão

Indicador: Índice de realização da meta global de arrecadação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	101,86	101,73	101,37	100,91	101,17	100,73	100,75

- **Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global de arrecadação definida no processo orçamentário como sendo a estimativa de ingressos constante dos decretos de execução do orçamento.
- **Fórmula de cálculo:** $[(\text{Arrecadação realizada em p no ano X}) / (\text{meta de arrecadação em p no ano X}) \times 100]$.
- **Fonte dos Dados:** DW-Arrecadação e Decretos de Execução do Orçamento.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: a 9ª região fiscal arrecadou de janeiro a dezembro de 2013, em impostos e contribuições administradas pela RFB: R\$ 99 bilhões e 402 milhões, com participação de 9,04% na arrecadação Brasil, cumprimento de 100,75 % da meta (R\$ 91 bilhões e 174 milhões) e 109,02% do arrecadado no ano de 2012. A arrecadação de 2013 corrigida pelo IPCA teve variação positiva de 2,64% comparada com a arrecadação de 2012. Considera-se um excelente resultado, mesmo com a incorporação de empresa do acompanhamento diferenciado de relevante arrecadação por empresa da 8ª região fiscal e a baixa arrecadação com os benefícios da Lei 12.865/2013, comparada com a arrecadação Brasil.

Pontos críticos: embora a 9ª Região Fiscal tenha atingido a previsão e também teve variação positiva no arrecadado, destacam-se os seguintes pontos críticos: Incorporação de empresa do acompanhamento diferenciado, com alteração de jurisdição fiscal, representando para a região uma variação negativa de – R\$ 370 milhões, mesmo considerando depósito de receita não administrativa de R\$ 945 milhões. Ainda, R\$ 5,54 bilhões de débitos de 2013 foram compensados no ano de 2013 na 9ª região fiscal, 30% superior ao valor compensado no ano de 2012, Desonerações tributárias, especialmente na Contribuição Previdenciária sobre a folha de pagamento. Pagamento à vista e parcelamentos previstos na Lei nº 12.865/2013. Coube a 9ª região fiscal o valor arrecadado de R\$ 354 milhões. Representando 0,016% do total arrecadado Brasil (21 bilhões e 786 milhões).

Encaminhamentos: Copan e Copav (órgão central): Quanto ao indicador propriamente dito: Estudar a possibilidade de situações que fogem ao controle da Região Fiscal como a incorporação de empresas com elevada arrecadação, possibilitando alteração de metas entre Regiões Fiscais no ano em curso.

Observações: é de se destacar o pagamento de dois autos de infração de empresas do acompanhamento diferenciado no valor de R\$ 350 milhões. Fruto de integração entre Semac/Eqmac/Epmac/Efmac e Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba.

Fundamental para aumentar e/ou manter a arrecadação atuar sobre quedas elevadas, análise sumária de compensações e suspensões por medida judicial de elevado valor, implementando ações de cobrança e fiscalização próximas a ocorrência do fato gerador.

Indicador: Índice de adimplência do crédito tributário

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	94,40	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
95,00	94,30	94,40	94,40	93,70	93,90	94,00	93,90	93,90	93,90	93,70	93,80

- **Finalidade:** Medir a relação entre os pagamentos efetuados no mês do vencimento e os pagamentos que deveriam ter sido realizados no mês do vencimento.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o montante pago no mês do vencimento do crédito tributário (excluído lançamento de ofício) e os débitos declarados relativos a esse mês (montante pago no mês + saldos a pagar).
- **Fonte dos Dados:** DW Arrecadação, DW DCTF, Sistema Sinal, DW Pagamentos, DW Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: encerrou-se o ano com o índice 93,80%, muito próxima da meta pretendida que era de 94,40%. Como já ressaltado em outras avaliações, este índice apresenta um comportamento oscilante ao longo do ano, não sendo possível a projeção ao longo do tempo.

Pontos críticos: baixa governabilidade por parte das regiões fiscais e Unidades. Muito complexa a apuração dos resultados. Trabalha-se com conceitos, sistemas e variáveis diversas. Objetivo é construir o índice desdobrado por Delegacia, que possibilitaria traçar o perfil da região, identificando pontos de atuação.

Encaminhamentos: concordamos com a proposta da Codac (órgão central) em deixar esse indicador fora do Índice RFB (cesta orçamentária).

Observações: o resultado é alcançado a partir da atuação em diferentes frentes, como: cobrança tempestiva, presença fiscal, educação fiscal.

Indicador: Índice de adimplência das obrigações acessórias

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	97,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
97,78	97,61	97,64	97,66

- **Finalidade:** Medir a relação entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Omissos.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: atualmente, o índice mede apenas a omissão da entrega da DIRPF. Neste sentido, encerrou-se o ano com a meta estipulada atingida. O resultado alcançado, além de superar a meta fixada, ficou acima do resultado nacional, que foi de 97,37%.

Pontos críticos: não há gerência regional sobre esse indicador. A entrega de declaração dá-se em virtude do receio da presença fiscal e recebimento de auto de infração. Não foi detectada ação específica para incrementar esse índice.

Encaminhamentos: Não há.

Observações: Não há.

Indicador: Indicador de atividade de educação fiscal

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Número relativo	Positiva	696,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
255,62	711,51	949,04	1051,00

- **Finalidade:** Aferir o esforço da RFB na realização de eventos de educação fiscal que contribuam para a estratégia institucional, ponderando-os em razão da aderência às diretrizes institucionais, ao público-alvo e ao tipo de evento.
- **Fórmula de cálculo:** Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB x peso definido pela Coaef.
- **Fonte dos Dados:** Planilhas preenchidas pelos representantes de educação fiscal em cada região fiscal.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: meta anual cumprida, de acordo com os critérios estabelecidos pela Coaef (órgão central) em âmbito nacional. A DIVIC/SRRF/9RF realizou um Seminário Regional com os representantes locais com grande êxito, para compreensão da nova metodologia definida pela coordenação e para definição das prioridades e programação dos eventos do Programa Nacional, além dos eventos de orientação tributária. Foram realizados 1.051 eventos em todo o ano de 2013, sendo 102 eventos no 4º trimestre.

Pontos críticos: eventos focados em orientação tributária, o que muitas vezes dificulta e gera dúvidas na inclusão ou não do evento por parte do representante local. Eventos contabilizados com critérios de ponderação, os quais privilegiam a orientação tributária e não eventos relacionados ao PNEF.

Encaminhamentos: fazer balanço dos trabalhos de 2013 e programar II Seminário Regional de EF da 9ªRF visando avaliar e alinhar os eventos de EF para 2014.

Observações: não há.

Indicador: grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	82,60	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
76,38	76,18	77,07	77,33	77,32	78,19	77,92	77,34	76,15	75,61	75,15	75,24

- **Finalidade:** Medir o cumprimento das obrigações aduaneiras na importação.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre as declarações aduaneiras de importação, selecionadas para controle por aleatoriedade, não retificadas, desembaraçadas no mês e as declarações aduaneiras de importação selecionadas para controle por aleatoriedade, desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** Siscomex (DW Aduaneiro).
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: durante o ano, a 9ªRF manteve regularidade no resultado desse indicador (75-77%). Não obstante a 9ª Região Fiscal não ter atingido a meta prevista para o exercício, o percentual alcançado se coaduna com o resultado nacional obtido, que foi de 80,23%, para uma meta de 82,50%. O resultado alcançado, apesar de estar abaixo da meta, supera o resultado do ano anterior (75%).

Pontos críticos: não há.

Encaminhamentos: não há.

Observações: o número de despachos aleatórios é muito baixo na maioria das unidades. Exceção fica por conta, especialmente, da IRF-Dionísio Cerqueira, que opta por uma seleção aleatória maior, em razão das características do recinto (fronteira terrestre Brasil/Argentina). Naquela unidade o percentual médio do indicador fica em torno de 80%.

Indicador: índice de recuperação da cobrança

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara	Percentual	Positiva	0,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
0,00	0,18	0,00	1,30

- **Finalidade:** Mensurar o conhecimento da população em relação à missão, à visão e aos valores da RFB.
- **Fórmula de cálculo:** Média ponderada (de 1 a 5) das respostas (de 1 a 5) referentes a 10 perguntas da Pesquisa de Imagem da RFB e Satisfação com o Atendimento
- **Fonte dos Dados:** Pesquisa de opinião
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: esta foi a quarta medição do resultado, com base nas informações referentes às listas levantadas pela CODAC (órgão central) (2 e 3) e encaminhadas às Superintendências para fins da Cobrança Especial. Houve pequeno resultado financeiro (1,3%). Contribuintes selecionados são devedores contumazes; nem mesmo as medidas coercitivas já adotadas fizeram com que os contribuintes mudassem o comportamento.

Pontos críticos: critérios de seleção dos processos/débitos precisam ser aperfeiçoados. O critério "valor", por si só, não é suficiente. Mudança na cultura e nos procedimentos de cobrança.

Encaminhamentos: acompanhamento junto às Unidades. Proposta de criação de equipe regional para tratar dos procedimentos relacionados à Cobrança Especial.

Observações: medidas coercitivas estão sendo adotadas conforme NE.

Indicador: índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	35,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
1,40	35,20	52,20	60,90

- **Finalidade:** Medir a redução do valor do estoque de compensações pendentes, declaradas nos últimos 5 anos.
- **Fórmula de cálculo:** $[(\text{Saldo inicial DCOMP} - \text{saldo atual DCOMP}) / (\text{saldo inicial DCOMP})] \times 100$.
- **Fonte dos Dados:** DW-PER/DCOMP.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: a meta anual foi atingida no 3º trimestre. A meta esperada para o ano era 40%. Encerrou-se o ano com saldo de *DComp* de R\$ 2.575.571.258, correspondendo a uma redução de 60,9% . Fruto do trabalho das Delegacias. O resultado alcançado, além de atingir a meta fixada, ficou acima do resultado nacional, que foi de 53,8%.

Pontos críticos: demora na disponibilização dos dados no DW *Perdcomp*. No resto, nada que comprometa o atingimento das metas.

Encaminhamentos: envio mensal de listas atualizadas para as Delegacias.

Observações: mensalmente, o resultado do indicador foi reproduzido para as Delegacias da 9ª região fiscal. Todas, com a mesma meta regional: 40%. Todas as Delegacias atingiram esse índice.

Indicador: indicador global de desempenho da seleção (IGDS)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	85,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
95,00	96,94	46,53	46,72	46,12	46,65	46,56	47,10	61,82	61,88	62,00	87,01

- **Finalidade:** Medir o desempenho global da seleção da ação fiscal.
- **Fórmula de cálculo:** $(S \times 0,5) + (R2 \times 0,5)$.
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal e Portal Copes.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: destaca-se que em 2013, a 9ª região fiscal sempre esteve com desempenho acima da meta e média nacional. Em dezembro, atingimos índice de 87,01%, o melhor desempenho entre as 10 regiões fiscais, dentre as quais 4 não atingiram a meta (85%) e o desempenho médio nacional foi de 85,57%, pouco acima da meta. Regionalmente, as Delegacias da Receita Federal do Brasil em Foz Iguaçu e em Lages não atingiram a meta do indicador. Analisando separadamente o desempenho dos índices que compõem o indicador (R2/IQSF e S/IFGED), destaca-se: Índice de Qualidade da Seleção de Fiscalização – IQSF, também denominado R2: em 2013, a 9ª região fiscal atingiu 94,02%, ultrapassando a meta (90%) e a média nacional (91,14%), obtendo o segundo melhor desempenho entre todas as regiões fiscais. Regionalmente, apenas a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu apresentou desempenho abaixo da meta (88,03%). Índice de Formação e Garantia de Estoque de Dossiês – IFGED, também denominado de “S”: a região, como a maior parte das demais regiões, atingiu a meta do indicador (80%). As Delegacias em Curitiba, Londrina e Lages, tiveram desempenho abaixo da meta, sendo que Curitiba e Londrina pela falta de dossiês para PJ-Médias (S2) e Lages pela falta, também de dossiês PJ-Demais (S3).

Pontos críticos: importante destacar que como as metas de fiscalização foram aprovadas em 20/12/2013 e utilizadas para definir as metas de dossiês a serem cadastrados (IFGED/S) para o próprio mês de dezembro, esta circunstância acarretou um tempo muito curto (as duas semanas

de recesso) para que a área de seleção fizesse os eventuais ajustes necessários para se adequar a esta meta, especialmente nos casos onde houve um acréscimo expressivo na meta.

Encaminhamentos: fazer os ajustes necessários para o atingimento da meta de 100% para o IFGED em fevereiro/2014 (Fase 3 da Etapa 3).

Observações: não há.

Indicador: indicador global de fiscalização (IGF)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
6,60	12,90	23,50	34,00	43,90	56,10	65,20	76,90	85,30	93,60	102,10	111,50

- **Finalidade:** Medir o desempenho global da fiscalização sob as vertentes da presença fiscal, da constituição do crédito tributário e do desempenho das ações fiscais.
- **Fórmula de cálculo:** $(\text{Índice de Desempenho da Fiscalização IDF} \times 0,70) + (\text{Índice de Realização de Crédito Tributário ICT} \times 0,05) + (\text{Índice de Presença Fiscal IPF} \times 0,25)$.
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: a fiscalização de tributos internos da 9ª região fiscal atingiu, no ano de 2013, o percentual de 111,5 % para o IGF, ultrapassando a meta anual de 100% e o desempenho médio nacional (105,9%). Todas as 10 regiões fiscais atingiram a meta, sendo que a 9ª obteve o 2º melhor desempenho, sendo ultrapassada pela 5ª que atingiu o resultado de 115,0%. Durante o ano de 2013 a 9ª RF apresentou desempenho para o IGF acima da meta e, a partir do mês de abril, acima da média nacional. Dos três índices que compõem este indicador, não foi atingida a meta do IPF (Presença Fiscal); no entanto, nenhuma região fiscal o atingiu (os outros dois índices tiveram a meta atingida por todas as regiões). A respeito do Indicador de Desempenho da Fiscalização (IDF): A 9ª RF executou, no ano de 2013, 118,0% da meta para o ano, ocupando a 1ª posição entre as regiões fiscais. Todas as regiões atingiram a meta para o índice. Dentro da nossa região fiscal, todas as Unidades ultrapassaram o percentual de 100%, destacando-se, positivamente, as Delegacias em Cascavel, Maringá e Joaçaba, que atingiram o desafio da Sufis (acima de 124%). Sobre o Indicador de Crédito Tributário (ICT): No ano de 2013, a 9ª RF efetuou lançamento de crédito tributário de R\$ 10,451 bilhões, o que representa um desempenho de 107,3% em relação à meta anual (R\$ 9,737 bilhões). Destaque-se que todas as regiões atingiram a meta deste índice e a 9ª RF ocupa, em relação ao ICT, o 9º lugar. O crédito lançado pela 9ª RF representa um crescimento de 50% em relação ao lançado no ano anterior (em nível nacional o crescimento foi de 63,5%). Ressalte-se que, como a meta é estipulada em função da realização no triênio anterior, a meta da 9ª RF está fortemente influenciada por lançamentos expressivos realizados, principalmente, pela EFMAC no final de 2010 e no ano de 2011. Neste sentido, pode-se observar que a meta de crédito tributário da 9ª região só é inferior à 7ª e 8ª regiões. Indicador de Presença Fiscal (IPF): nenhuma Região Fiscal atingiu a meta para este índice no ano de 2013, sendo que a 9ª região atingiu um índice de 94,0%, acima da realização nacional (92,9%), ocupando a 5ª posição entre as 10 RF's. Impacta

negativamente neste índice, principalmente, o desempenho em PJ-Demais, que é o segmento de pior desempenho nacionalmente, bem como o de Fiscalização e Malha PF. A 9ª região não atingiu a meta para os segmentos PJ-Demais e PF-Malha. Destaque para a Delegacia em Londrina que atingiu a meta, por ter sido a única a atingir a meta em todos os segmentos.

Pontos críticos: o desempenho do IPF, em que pese os ótimos resultados em relação às metas de Fiscalização e Revisão de Declarações que resultaram no melhor IDF.

Encaminhamentos: análise dos possíveis motivos que levaram ao resultado do IPF: falta de Auditores da Receita Federal na fiscalização, problemas com a fórmula de cálculo, etc.

Comentários: não há.

Indicador: índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
21,70	54,40	80,10	109,40

- **Finalidade:** Medir o desempenho global da fiscalização aduaneira sob as vertentes da presença fiscal, da constituição do crédito tributário e do desempenho das ações fiscais.
- **Fórmula de cálculo:** $(\text{Índice de Presença Fiscal Aduaneiro IPFA} \times 0,25) + (\text{Índice de Crédito Tributário Aduaneiro ICTA} \times 0,05) + (\text{Índice de Desempenho da Fiscalização Aduaneiro IDFA} \times 0,70)$.
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: o IGFA regional foi alcançado. O desempenho regional também ficou acima de 100% (109,4%), além de ter ficado acima do resultado nacional, que foi de 103,8%.

Pontos críticos: não há.

Encaminhamentos: não há.

Observações: trata-se de uma nova metodologia para a apuração dos resultados da fiscalização aduaneira, que apresentou bons resultados.

Indicador: grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	90,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
81,00	87,00	90,00	92,00

- **Finalidade:** Medir a relação entre as ações fiscais aduaneiras de zona secundária concluídas com resultado e as ações fiscais concluídas.
- **Fórmula de cálculo:** (Ações fiscais concluídas com resultado / ações fiscais concluídas) x 100.
- **Fonte dos Dados:** DW Aduaneiro e Ação Fiscal Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: o índice de eficácia na 9ª região fiscal terminou o ano dentro da meta esperada, apesar de ter concentrado no início do ano algumas ações sem resultado (Auditoria Linha Azul).

Pontos críticos: não há.

Encaminhamentos: não há.

Observações: não há.

Indicador: grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	45,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
35,06	35,62	38,10	37,70	36,64	37,70	36,74	36,43	36,06	35,27	35,13	35,28

- **Finalidade:** Medir a eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação.
- **Fórmula de cálculo:** Número de DI selecionadas com retificação (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembaraçadas no mês / número total de DI selecionadas (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** Siscomex (DW Aduaneiro).
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: o indicador reflete a eficácia da seleção parametrizada decorrente de condições e parâmetros. Nos últimos meses, os resultados da 9ª região fiscal têm se mantido na faixa de 35 a 36%, com uma meta de 45%. Não obstante a 9ª Região Fiscal não ter atingido a meta prevista para o exercício, o percentual alcançado se coaduna com o resultado nacional obtido, que foi de 35,46%, para uma meta de 42%. O indicador reflete o grau de eficácia da seleção de despachos

aduaneiros, com vistas a identificar incorreções e a necessidade de retificação das declarações de importação registradas, cujos critérios (condições e parâmetros) são estabelecidos em mais de 95% em âmbito nacional. Há pouca participação das Unidades locais e regional no processo de seleção, o que resulta em pouca governabilidade sobre os resultados apurados.

Pontos críticos: não há.

Encaminhamentos: não há.

Observações: já se propôs a revisão do indicador, oportunizando maior gestão das unidades de despacho no resultado, com a inclusão de uma parcela mais significativa de seleção total. De outra forma, mantido o indicador atual, vê-se a necessidade de revisão das metas para os próximos períodos, pois a proposta para o ano de 2014 (49%) e para 2015 (53%) não é condizente com os resultados obtidos nos últimos dois anos.

Indicador: índice de solução de consultas

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	68,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
41,70	57,00	75,73	85,43

- **Finalidade:** Mensurar o percentual de solução das consultas internas e externas.
- **Fórmula de cálculo:** Número de consultas respondidas pela unidade da RFB / (acervo inicial de consultas do período analisado que aguardavam solução na unidade da RFB + número de consultas recebidas pela unidade da RFB no período analisado).
- **Fonte dos Dados:** Levantamento manual.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: Em 2013 foram respondidas 481 consultas, de um total de 2.474 consultas, 2º maior número entre as 10 regiões fiscais.

Pontos críticos: Distribuição de consultas será feita pela Cosit, independentemente da jurisdição do consulente.

Encaminhamentos: Sugestões de aperfeiçoamento do novo rito de modo a agilizar a solução de consultas com redução do prazo médio.

Comentários: Houve mudança no procedimento da consulta, com a IN RFB 1.396/2013, passando a competência para a solução das Disit's para a Cosit.

Indicador: índice de crédito tributário “sub judice” controlado em processos

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	85,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
84,50	83,30	85,70	88,60

- **Finalidade:** Medir a relação entre o crédito tributário sub judice controlado em processo e o total de crédito tributário sub judice.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o crédito tributário sub judice controlado em processo e o total de crédito tributário sub judice.
- **Fonte dos Dados:** DW Devedores.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: ano encerrado com a meta proposta atingida. Resultado final 88,60%

Pontos críticos: como a base é dinâmica, o comportamento do indicador não depende diretamente do trabalho realizado, mas também do volume de débitos suspensos que ingressam na base de apuração do indicador.

Encaminhamentos: solicitamos à COADC (órgão central) para verificar a possibilidade de se apurar o indicador tendo uma base fixa durante o ano. Não houve modificação do indicador até o momento. Proposta de alteração de fórmula e conceitos para 2014 aceitos pela CODAC (órgão central) e DIRAC/SRRF/9RF.

Observações: não há.

Indicador: tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Dia	Negativa	0,28	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
0,47	0,49	0,25	0,20	0,23	0,24	0,30	0,25	0,25	0,23	0,23	0,21

- **Finalidade:** Medir o tempo médio bruto consolidado do despacho aduaneiro de exportação.
- **Fórmula de cálculo:** Somatório dos tempos entre a recepção de cada declaração de exportação e o respectivo desembaraço dividido pela quantidade de declarações de exportação desembaraçadas.
- **Fonte dos Dados:** GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: até a presente data (15/01/2014), as informações pertinentes ao tempo do despacho de exportação foram apuradas nacionalmente somente até outubro-2013, em razão das mudanças no Siscomex-Exportação que eliminaram a etapa de Recepção de Documentos antes da parametrização. Assim, o cálculo do indicador perdeu sua referência inicial. A COANA (órgão central) está trabalhando no Sistema Gerencial para as adaptações necessárias. Sobre o resultado até Outubro, a 9ª região fiscal manteve-se estável durante o ano, dentro da meta esperada, dedicando atenção, especialmente, aos despachos *a posteriori*, que podem comprometer o resultado. Em fev/2014 foram apresentados resultados regionais para os meses de novembro e dezembro, apurados especialmente para este fim. Os resultado desta região fiscal alcançaram a meta prevista no ano, encerrando o mês de Dezembro com o tempo de 0,21, o equivalente a cerca de 5,0 horas.

Pontos críticos: Os despachos "a posteriori" e, especialmente, os despachos fracionados podem comprometer o resultado do indicador. O primeiro em razão da sua menor prioridade de desembarço (vez que as cargas já estão embarcadas) frente a um aumento na demanda. Nesse caso, o desembarço pode ser postergado para que seja priorizado o curso dos despachos com cargas aguardando embarque. Para o segundo tipo, cujo desembarço somente ocorre após o embarque ou a transposição da fronteira do último veículo, a unidade responsável exerce pouca gerência no controle do tempo de conclusão do despacho.

Encaminhamentos: não há.

Observações: Aguardamos o novo Sistema Gerencial, para apuração do resultado anual.

Indicador: percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	84,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
31,59	83,39	91,40	99,78	99,43	99,30	99,55	99,73	98,93	99,35	99,45	95,49

- **Finalidade:** Aferir o percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos, nas unidades de atendimento.
- **Fórmula de cálculo:** [(Quantidade de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos) / (quantidade de atendimento presencial)] x 100.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Nacional de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento - Saga.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: índices atingidos com envolvimento de todas as Unidades da 9ª região fiscal, com indicador em 1º lugar nacional em todos os meses do trimestre. Sendo o índice de outubro 99,35%, enquanto a média nacional foi de 93,0%; em novembro índice de 99,45 e a média nacional de 89,0% e dezembro índice de 95,49%, enquanto a média nacional foi de 72%. Há que se considerar também que a região fiscal se mantém entre os menores índices de demanda reprimida do Brasil, com índices inferiores a 0,4%.

Pontos críticos: interrupções nos sistemas e sérios problemas de interrupção nos serviços previdenciários nos últimos dias do mês em função da migração de plataforma dos sistemas.

Encaminhamentos: tratamento de situações pontuais e investimento em capacitação de gerentes de atendimento e atendentes. Foi realizado o II Seminário Regional de Atendimento da 9ª região fiscal e avaliado os resultados obtidos e as dificuldades encontradas. Projeto contínuo de capacitação objetiva contemplar todos os atendentes da RF.

Observações: não há.

Indicador: indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Dia	Negativa	628,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
878,00	630,00	511,00	459,00

- **Finalidade:** Medir o tempo médio do estoque de pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso pendentes (PER).
- **Fórmula de cálculo:** (Somatório do nº de PER pendentes x nº de dias contados desde o ano de transmissão de cada PER pendente) / total de PER pendentes.
- **Fonte dos Dados:** DW PERDCOMP.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: este indicador visa à redução do tempo médio do estoque de pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso em situações pendentes de análise a cargo das Delegacias. A meta consiste em reduzir 40% do tempo médio do estoque. A 9ª região fiscal encerrou o ano meta anual superada, reduzindo o estoque em 56,1%. Diminuindo o tempo médio que no início do ano era de 1.046 para 459 em dezembro. Além de atingir a meta fixada, a 9ª região fiscal superou o resultado nacional, que foi de 604 dias.

Pontos críticos: muitos documentos de 2003 a 2005 precisam apenas de atualização do sistema. É um retrabalho sem resultados objetivos para sociedade.

Encaminhamentos: envio de listagem às Unidades, indicando PER com Localização Incompatível, lista do documentos em estoque de 2003 a 2005 e Indicadores Ação Fiscal aguardando dispensa ou o envio para ação fiscal.

Observações: apuração mensal do indicador, apresentando o desdobramento por Delegacia. Estabelecemos para todas as Delegacias a meta de 40%. Todas as DRF atingiram a meta anual.

Indicador: grau de fluidez do despacho de importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	85,15	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
81,35	81,85	82,85	82,96	82,71	82,73	82,30	82,07	81,91	81,93	82,02	81,89

- **Finalidade:** Medir a fluidez do despacho de importação.
- **Fórmula de cálculo:** Número de declarações de importação com tempo de despacho menor que 1 dia no mês / número total de declarações de importação desembaraçadas no mês.
- **Fonte dos Dados:** GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: A 9ª região fiscal continua ligeiramente abaixo da meta prevista. As Unidades têm buscado acompanhar a parametrização mais de perto, verificando se há a possibilidade de liberação mais célere das Declarações de Importação parametrizadas em Canal Verde, especialmente. Com a entrada do ano de 2014, e a elevação da meta para 87,65% haverá ainda um maior distanciamento no resultado, sem que tenham sido identificadas ações pontuais para seu incremento. Não obstante a 9ª Região Fiscal não ter atingido a meta prevista para o exercício, o percentual alcançado se coaduna com o resultado nacional obtido, que foi de 82,77%, para uma meta de 85%.

Pontos críticos: o incremento anual da meta, sem que tenham sido identificadas, local, regional ou nacionalmente, ações pontuais, indicam maior dificuldade de cumprimento da meta nos próximos anos.

Encaminhamentos: não há.

Observações: propomos que a Subsecretaria proceda ao reajuste das metas previstas para os anos de 2014 e 2015.

Indicador: índice de crédito tributário garantido

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	18,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
18,60	31,90	31,90	34,90

- **Finalidade:** Medir a relação entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total de crédito tributário.
- **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total do crédito tributário sujeito a garantia.

- **Fonte dos Dados:** DW Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: meta alcançada acima do previsto. Índice impulsionado pelos arrolamentos efetuados pela fiscalização.

Pontos críticos: falta de sistematização da atividade dos servidores que atuam fora da fiscalização.

Encaminhamentos: treinamento regional sobre Comprovi com a participação de servidores em exercício na fiscalização e nos setores de acompanhamento tributário. Apresentação sobre o tema na região dos supervisores das equipes de maiores contribuintes.

Observações: previsto Seminário em abril/2014 para os servidores da 9ª região fiscal e Iniciativa Estratégica - RF09 – DIRAC/SRRF/9RF - 2014/2015 - Controlar e acompanhar a atividade de arrolamento de bens no âmbito da Administração Tributária da 9ª região fiscal.

Indicador: valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Milhão de R\$	Positiva	120,32	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
7,76	17,12	29,36	37,88	45,76	54,50	62,45	68,96	77,88	88,42	93,14	97,88

- **Finalidade:** Mensurar o valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira.
- **Fórmula de cálculo:** Somatório dos valores apreendidos e dos créditos tributários lançados no mês, provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira.
- **Fonte dos Dados:** Levantamento manual.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: os valores das apreensões de janeiro a dezembro de 2013 (base CTMA – Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas) totalizaram US\$ 223.567.039,00 sendo que, no mesmo período de 2012, somaram US\$ 316.617.235,00. o que resulta em um decréscimo de 29,39 pontos percentuais. O valor acumulado das OVRs até dezembro de 2013 (base CTMA) somou R\$ 97.878.937,82, atingindo 81,35% da meta anual de R\$ 120.322.384,00. Esse valor de 2013 comparado com os R\$ 99.688.716,35 do mesmo período de 2012, resultou em um decréscimo de 1,82%.

Pontos críticos: faltam recursos humanos, equipamentos, sistemas e orçamento para realização de trabalhos mais intensos.

Encaminhamentos: carências encaminhadas para instâncias superiores.

Observações: não há.

Indicador: índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
123,88	111,70	108,45	121,84	135,66	134,60	132,09	123,48	118,27	116,10	113,14	110,38

- **Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global das operações de vigilância (em Zona de Vigilância Aduaneira - ZVA) e repressão aduaneira definida no Plano Nacional de cada ano.
- **Fórmula de cálculo:** (Pontuação realizada no período / Pontuação prevista no período) x 100, onde:
- Pontuação = (quantidade de operações de pequeno porte x 1) + (quantidade de operações de médio porte x 2) + (quantidade de operações de grande porte x 4).
- **Fonte dos Dados:** Controles gerenciais da Corep, a partir de relatórios mensais recebidos das unidades regionais.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: nos meses de janeiro a dezembro de 2013, totalizamos 1435 pontos, sendo, 1393 de pequeno porte (X1), 9 de médio porte (X2) = 18 e 6 de grande porte (X4) = 24. Foram realizadas 883 (883 operações pequenas x peso 1) pontos IFRON, 219 (183 operações pequenas x peso 1, 6 médias x peso 2 e 6 grandes x peso 4) pontos IROTA e 333 pontos (sendo 327 operações pequenas x peso 1 mais 3 médias x peso 2) ICC. Esse total representa 110,38% da meta regional anual estipulada em 1.300 pontos.

Pontos críticos: faltam recursos humanos e sistemas específicos para a atividade de repressão. Há necessidade de mais pontos com OCR (SINIVEM ou SIVANA). Há necessidade de acelerar a implantação do Projeto Nova Roma.

Encaminhamentos: carências encaminhadas para instâncias superiores.

Observações: não há.

Indicador: indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
20,00	40,00	65,00	100,00

- **Finalidade:** Medir a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas.

- **Fórmula de cálculo:** $(0,25 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,35 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,40 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT})$.
- **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal e Sistemas da Arrecadação.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: a 9ª região fiscal atingiu a meta em todas as ações que compõem o Indicador: Indicadores do passivo tributário (IPT), Indicadores de Distorção de Arrecadação (IDA) e Indicador do Setor Econômico (ISE). Realização de 100% do IGAM.

Pontos críticos: Ponto crítico apontado no 3º trimestre (Exclusão das situações de cancelado e retificado como resultado das ações Dcomp Não SCC e Créditos Não SCC 2014, não sendo possível neste ano, efetuar a exclusão em 2014) será solucionado para o ano de 2014.

Encaminhamentos: não há.

Observações: não há.

Indicador: índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
11,73	53,10	71,33	106,45

- **Finalidade:** Aferir o percentual de servidores capacitados por unidade, bem como a quantidade de horas de treinamento por servidor no exercício.
- **Fórmula de cálculo:** $\{0,6 \times [(carga\ horária\ total\ de\ capacitação / total\ de\ treinandos\ sem\ repetições) / meta]\} + \{0,4 \times [(total\ de\ treinandos\ capacitados\ sem\ repetições / total\ de\ servidores\ em\ exercício) / meta]\}$.
- **Fonte dos Dados:** Siscad.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: meta atingida em 106,45 %.

Pontos críticos: alto custo dos deslocamentos e contratação de pessoa jurídica para o DGR.

Encaminhamentos: implementar mais eventos locais (deslocando o instrutor) e menos eventos regionais; incentivo a EAD, Repasses e Vídeo conferências.

Observações: a possibilidade real de aumento de custos com diárias e passagens em 2014/2015 requer medidas como as descritas acima.

Indicador: nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas (NAF)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
93,31	93,40	93,48	93,40	93,62	93,69	94,08	94,22	94,37	100,00	100,00	97,55

- **Finalidade:** Apurar o nível de adequação e aprofundamento das ferramentas do ambiente informatizado.
- **Fórmula de cálculo:** $[(IWC = \text{Indicador de webconference} \times 0,20) + (IRM = \text{Indicador de RFBMail} \times 0,10) + (IRS = \text{Indicador de rede sem fio} \times 0,10) + (IAC = \text{Indicador do acelerador wan} \times 0,20) + (IDK = \text{Indicador de estações de trabalho do tipo desktop} \times 0,20) + (INB = \text{Indicador de estações de trabalho do tipo notebook} \times 0,20)] \times 100$.
- **Fonte dos Dados:** Levantamento com base em questionário.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: o indicador NAF representa o nível de adequação da região fiscal às novas ferramentas colocadas à disposição pela RFB através das últimas aquisições realizadas. A 9ª região fiscal está bem próxima de atingir 100% desse indicador, com uma pequena queda nas licenças de RFBMAIL.

Pontos críticos: continuar a incentivar o uso do RFBMAIL.

Encaminhamentos: solicitação às Unidades da Região para divulgação e incentivo da ferramenta RFBMAIL.

Observações: não há.

Indicador: nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
89,86	96,17	89,12	96,17	89,92	90,01	95,75	96,30	95,70	95,99	96,34	90,93

- **Finalidade:** Apurar o nível de adequação da infraestrutura tecnológica.
- **Fórmula de cálculo:** $[(IA = \text{Estações de trabalho adequadas} \times 0,20) + (IB = \text{Estações de trabalho gerenciadas pela solução de segurança} \times 0,20) + (IC = \text{Usuários com obrigatoriedade de acesso à rede Windows via certificação digital} \times 0,20) + (ID = \text{Controladores de domínio (DC) Windows sem erros de replicação} \times 0,20) + (IE = \text{Utilização da banda dos circuitos de rede wan} \times 0,20)] \times 100$.
- **Fonte dos Dados:** Levantamento com base em questionário.

- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: o indicador NIT representa a adequação da infraestrutura tecnológica das Regiões Fiscais e das Unidades Centrais ao padrão nacional estabelecido. Nesse trimestre a 9ª região fiscal continuou avançando no item Certificado Digital. No entanto, verificou-se também um caso atípico no índice Solução de Segurança que pode ter sido ocasionado pela mudança de plataforma do SEP o qual ainda estamos avaliando para adotar as providências cabíveis. Não obstante a 9ª Região Fiscal não ter atingido a meta prevista para o exercício, o percentual alcançado se coaduna com o resultado nacional obtido, que foi de 91,44%, para uma meta de 100%.

Pontos críticos: problemas na solução de segurança (SEP) que influenciaram negativamente o índice.

Encaminhamentos: promover ações com o objetivo de identificar as razões da queda do índice da Solução de Segurança.

Observações: não há.

Indicador: nível de adequação imobiliária (NAI)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	59,06	SEMESTRAL

RESULTADOS

Sem1	Sem2
54,19	56,14

- **Finalidade:** Verificar a padronização das instalações físicas das unidades da RFB.
- **Fórmula de cálculo:** Média ponderada dos índices de adequação imobiliária dos imóveis, com peso 1 para os imóveis com pontuação igual ou superior a 60, peso 2 para os imóveis com pontuação inferior a 60 mas superior ou igual a 40, e peso 3 para os imóveis com pontuação inferior a 40.
- **Fonte dos Dados:** Sistema Edifica.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: atingiu-se 95% da meta pretendida, o que significa um avanço substancial no nível geral de adequação dos imóveis da 9ª Região Fiscal.

Pontos críticos: carência de pessoal com formação técnica compatível atuando nas unidades jurisdicionadas, juntamente com a alta rotatividade de servidores nas áreas pertinentes. Há que se ressaltar que contingenciamentos inesperados de recursos, a exemplo da Portaria MPOG 268 de 30 de julho de 2013, ocasionam atrasos e, não raro, perda de prazos em procedimentos licitatórios.

Encaminhamentos: Espera-se grande avanço nos índices imobiliários para 2014/2015 com as construções previstas de 05 (cinco) novas agências nesta 9ª Região Fiscal melhorando em 100%

as instalações das unidades. Outrossim, com a previsão de nomeação de novos servidores (Arquiteto e Engenheiro), espera-se aumento na execução das atividades técnicas necessárias à contratação de serviços de engenharia que terão impacto direto nos níveis de adequações imobiliários.

Observações: não há.

Indicador: índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
14,00	34,53	80,00	100,00

- **Finalidade:** Apurar o desempenho da gestão de mercadorias apreendidas, considerando: valor arrecadado em leilões (ILE), o estoque base (IEB) e os processos fiscais antigos (IPF).
- **Fórmula de cálculo:** $[(0,4 \times ILE) + (0,3 \times IEB) + (0,3 \times IPF)]$, onde:
- ILE = valor arrecadado em leilões;
- IEB = estoque base; e
- IPF = processos fiscais antigos.
- **Fonte dos Dados:** CTMA.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: as metas estabelecidas pelo Índice de Gestão de Mercadorias foram totalmente assimiladas pelas Unidades desta Região Fiscal, havendo comprometimento de todas as áreas das unidades para atingir o cumprimento das metas.

Pontos críticos: em relação ao leilão, os valores da meta são os valores efetivamente arrecadados, e não os valores da arrematação. Ocorre que num leilão em que o valor da arrematação tenha alcançado um resultado excelente, só é computado na meta, após o recolhimento do DARF pelo arrematante, os quais algumas vezes declinavam do arremate, ocasionando um replanejamento nas ações futuras.

Encaminhamento: mensalmente são encaminhadas às Unidades detalhamento de cada unidade, onde deverá concentrar esforços para alavancar o cumprimento das metas.

Observações: observadas a proporcionalidade do cumprimento das metas, conforme os critérios de sazonalidade trimestral dos índices, de 20%, 40%, 80% e 100%, esta Região Fiscal, a partir do mês de Agosto/2013, já havia alcançado os 100% da meta estabelecida para o ano.

Indicador: nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
0,54	8,10	15,28	23,60	32,40	40,70	47,49	57,47	65,56	73,85	83,00	95,52

- **Finalidade:** Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação ao teto definido para as despesas de custeio.
- **Fórmula de cálculo:** [Valor executado (empenhado a liquidar + liquidados) dividido pelo teto disponível (descontingenciado) de custeio anual da RF] x 100.
- **Fonte dos Dados:** Siafi.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: Atingido 95,52% do teto global da meta acumulada até o 4º trimestre. Podemos afirmar que 98% do teto a ser atingido é composto das rubricas "Fixas e Variáveis", "Proeduc Regional" e "Emergência", sendo que estas respondem por quase a totalidade do índice anual atingido (95,52%). As demais rubricas "Acessibilidade" e "Outras Obras", apesar do valor atingido no ano ficar respectivamente em 35,49% e 18,38%, sua representatividade no grupo de Custeio é irrisória (2%) e não impacta de forma expressiva o percentual do ano.

Pontos críticos: Não houve, visto que a composição do grupo de Custeio é, predominantemente, formada de despesas de razoável controle regional, quais sejam, despesas de custeio da unidade (Fixas e Variáveis) e Proeduc Regional.

Encaminhamento: Necessidade de controle de despesas de custeio originárias do Plano de Obras de Engenharia, apesar da baixa representatividade no grupo (Acessibilidade - 1,22% e Outras Obras - 0,78%).

Observações: não há.

Indicador: nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META ANUAL	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
0,32	3,88	5,42	37,55

- **Finalidade:** Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação aos valores liberados para as despesas de investimentos.
- **Fórmula de cálculo:** $(0,4 \times \text{VALOR.MP}) + \{0,6 \times [(0,6 \times \text{VALOR.OBRAS}) + (0,4 \times \text{QTDE.OBRAS})]\}$, em que VALOR.MP = Valor Executado em investimentos para

materiais permanentes (empenhado a liquidar + liquidados, grupo de despesas de investimento) / Total liberado para despesas em Investimentos para materiais permanentes. VALOR OBRAS = Valor Executado em Obras/Serviços integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas (empenhado a liquidar + liquidados, grupo de despesas de investimento) / Total liberado para despesas em investimento para Obras/Serviços integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas. QTDE OBRAS= Quantidade de Obras/Serviços executados integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas / Total de Obras/Serviços integrantes do Plano de Engenharia, inclusive Obras Destacadas.

- **Fonte dos Dados:** Siafi.
- **Análise de Desempenho:**

Situação atual: Atingido 37,55% do teto global da meta acumulada até o 4º trimestre. Três dos tetos que compõem este nível de execução foram atingidos, dois com 100% (Agência Modelo e Rede Lógica) e um com 94,43% (Fronteira). Os tetos que tiveram baixo índice de atingimento foram: "Emergência" (3,25%), "Acessibilidade" (8,47%), "Obras Destacadas" (0,00%) e "Outras Obras" (18,26%). De 36 obras previstas para serem executadas, atingimos 15 no ano. Do total de R\$ 6.665.000,00 previstos para gastos em Material Permanente, executamos 54,12% (R\$ 3.607.220,04).

Pontos críticos: destacam-se como pontos críticos a impossibilidade de conclusão, licitação e contratação do Projeto Básico para a sede da Receita Federal do Brasil em Curitiba/PR, pendente de manifestação da PFN/PR, estimada em R\$ 6.000.000,00 para 2013. Com o teto de "Obras Destacadas" e no teto de "Outras Obras", a não contratação da construção da nova sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joinville/SC, de valor estimado em R\$ 5.000.000,00, cujo recurso para licitação foi liberado apenas em dez/13, o que impossibilitou que o procedimento licitatório fosse iniciado e concluído no ano de 2013. Ambos os tetos, "Obras Destacadas" e "Outras Obras", respondem por 85,00% (R\$ 12.580.000,00) do segmento "Obras" (R\$ 14.850.668,00) no índice de execução orçamentária das despesas de investimentos.

Encaminhamentos: Necessidade de maior controle e acompanhamento das despesas de investimentos e do Plano de Obras de Engenharia em 2014.

Observações: não há.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 3: Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão
(Item 3, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

3.1 - Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 3 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					x
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados.					x
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					x
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					x
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					x
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Análise Crítica Item 12 – Diagnóstico dos riscos: de modo geral, os processos de trabalho da RFB, em especial os estratégicos, são precedidos de estudos técnicos e legais e de avaliação de riscos, sendo que esta última nem sempre é sistematizada (empírica). Com a criação de unidade específica para gerenciamento de riscos (Coordenação de Gestão de Riscos – Coris) e a adoção de metodologia específica (qualitativa e quantitativa), a cultura de gestão de riscos está, pouco a pouco, sendo disseminada e implementada na RFB.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 4: Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira
(Item 4, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

4.1 - Execução das Despesas

Quadro 4 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	170010	170156	04331211020110001	0,00	0,00	1.761,00
Recebidos	170010	170156	04301211020040001	0,00	0,00	97.714,19
Recebidos	170010	170156	04125211020VF0001	0,00	0,00	1.684.246,36
Recebidos	170010	170156	04125211020VF0001	0,00	0,00	2.549.951,00
Recebidos	170010	170156	04129211022380001	0,00	0,00	296.349,01
Recebidos	170010	170156	04122211020000001	0,00	0,00	72.964.343,42
Recebidos	170010	170156	04125211022370001	0,00	0,00	8.117.734,21
Recebidos	170010	170156	04125211020VF0001	0,00	0,00	1.612.664,57
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	170010	170156	04125211020VF0001	298.635,20	0,00	0,00
Recebidos	170010	170156	04125211020VF0001	3.607.780,04	0,00	0,00
Recebidos	170010	170156	04122211020000001	2.048.568,81	0,00	0,00
Recebidos	170010	170156	04125211020VF0001	219.683,88	0,00	0,00
Recebidos	170010	170156	04125211020VF0001	513.651,76	0,00	0,00
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro 5 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	55.492.713,53	81.247.929,03	54.358.836,66	55.753.957,15
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	341.870,61	484.138,46	341.870,61	109.822,83
c) Concorrência	665.895,07	21.543.669,59	229.791,39	10.673.904,12
d) Pregão	54.484.947,85	59.220.120,98	53.787.174,66	44.970.230,20
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	14.603.963,37	19.099.384,81	14.525.452,90	14.333.197,87
h) Dispensa	10.837.863,41	13.462.161,99	10.781.211,58	10.260.492,01
i) Inexigibilidade	3.766.099,96	5.637.222,82	3.744.241,32	4.072.705,86
3. Regime de Execução Especial	132.737,15	142.029,74	132.737,15	141.726,45
j) Suprimento de Fundos	132.737,15	142.029,74	132.737,15	141.726,45
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	4.496.784,09	4.577.812,02	4.496.784,09	4.577.812,02
k) Pagamento em Folha	0,00	48.041,00	0,00	48.041,00
l) Diárias	4.496.784,09	4.529.771,02	4.496.784,09	4.529.771,02
5. Outros	5.389.296,56	2.597.797,46	5.389.141,31	2.507.898,12
6. Total (1+2+3+4+5)	80.115.494,70	107.664.953,06	78.902.952,11	77.314.591,61

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise crítica

Neste quadro “Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação”, o grupo Modalidade de Licitação – Despesa Liquidada, apresentou decréscimo de 25,59% em relação ao ano de 2012. Dentro deste grupo, a modalidade Pregão foi a mais utilizada, representando 98,18%. Tomada de Preços e Concorrência respondem por apenas 1,81%, evidenciando a opção por esta modalidade licitatória que privilegia a segurança e a ampla concorrência.

Neste grupo, a despesa liquidada em relação à despesa paga apresenta um diferencial de R\$ 1.133.876,87, que foi inscrito em Restos a Pagar de 2013, cuja liquidação financeira ocorrerá a partir de 2014.

Contratações Diretas empenhadas tiveram uma redução de 23,53% em relação a 2012. Tanto o item Dispensa quanto Inexigibilidade apresentaram decréscimos. A redução apontada demonstra o cuidado e a opção na gestão dos recursos públicos ao privilegiar as contratações pela modalidade Pregão. A despesa liquidada em relação à despesa paga de Contratações Diretas apresenta um diferencial de R\$ 78.510,47 que foi inscrito em Restos a Pagar de 2013, cuja liquidação financeira ocorrerá a partir de 2014.

O item Regime de Execução Especial - Suprimento de Fundos sofreu também uma pequena redução de 6,54% neste ano de 2013, resultado dos esforços conjuntos na priorização de contratações diretas

ou pregões, deixando o uso do Cartão de Pagamentos do Governo Federal para situações excepcionais.

No item “Pagamento de Pessoal”, observa-se a manutenção do mesmo patamar de execução com diárias obtida em 2012, principalmente em virtude dos limites de execução por subitem definidos pelas Portarias MP nº 268 de 30 de julho de 2013 e Portaria RFB nº 1903 de 30 de dezembro de 2013.

Quadro 6 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1 – Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal	0,00	48.041,00	0,00	48.041,00	0,00	0,00	0,00	48.041,00
08 - Outros Benef.Assistenciais	0,00	48.041,00	0,00	48.041,00	0,00	0,00	0,00	48.041,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	86.784.286,24	76.979.999,47	78.214.096,03	67.747.442,96	8.570.190,21	9.232.556,51	77.523.945,29	67.695.257,90
37 – Locação de Mão de Obra	41.544.210,01	34.643.306,70	38.062.450,88	31.408.562,42	3.481.759,13	3.234.744,28	38.029.743,27	31.408.562,42
39 – Outros.Serv.Pes.Jurídica	29.543.843,69	25.961.405,90	25.298.068,47	22.209.217,48	4.245.775,22	3.752.188,42	24.805.172,87	22.197.292,63
14 - Diárias - Pessoal Civil	4.496.784,09	4.529.771,02	4.496.784,09	4.529.771,02	0,00	0,00	4.496.784,09	4.529.771,02
Demais elementos do grupo	11.199.448,45	11.845.515,85	10.356.792,59	9.599.892,04	842.655,86	2.245.623,81	10.192.245,06	9.559.631,83
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos	6.687.759,69	30.636.912,59	1.901.398,67	9.571.292,71	4.786.361,02	21.065.619,88	1.379.006,82	9.571.292,71
52 – Equip. Material Permanente	4.105.871,80	8.649.682,59	860.105,43	1.174.952,07	3.245.766,37	7.474.730,52	791.019,91	1.174.952,07
51 – Obras e Instalações	2.574.287,89	19.527.230,00	1.033.693,24	8.396.340,64	1.540.594,65	11.130.889,36	580.386,91	8.396.340,64
39 - Outros Serv. Terc. PJ	7.600,00	0,00	7.600,00	0,00	0,00	0,00	7.600,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	2.460.000,00	0,00	0,00	0,00	2.460.000,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise crítica da realização da despesa

DESPESAS CORRENTES (CUSTEIO)

Neste quadro “Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação”, há evidente relevância do grupo de despesas 3 – “Outras Despesas Correntes” no qual percebemos um aumento da ordem de 12,74% das despesas empenhadas no ano-calendário de 2013 em relação ao ano-calendário de 2012.

Merece registro a enorme representatividade dos principais grupos de despesas 37 e 39 (Locação de mão de obra e Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica) no total de despesas de custeio, sendo

que ambas as naturezas de despesas representaram 81,91% em 2013 e 78,73% em 2012, ou seja, em torno de 80%, percebe-se que a maior parte dos gastos orçamentários correntes da 9ª. Região Fiscal concentra-se nos contratos continuados de serviços terceirizados (locação de mão de obra, composta de: vigilância ostensiva, apoio administrativo, técnico e operacional, manutenção e conservação de bens imóveis, máquinas e equipamentos, de limpeza e conservação) e Outros Serviços de Pessoas Jurídicas (cujas despesas mais significativas concentram-se em locação de imóveis, manutenção e conservação de bens imóveis, máquinas e equipamentos, serviços de energia elétrica, telecomunicações, seguros em geral, fretes e transportes, serviços de incineração e destruição de material, serviços de apoio administrativo e itens reparáveis de aviação).

De 2012 para 2013, a soma dos grupos 37 e 39 sofreram um aumento de 17,30%, o que significou um incremento de R\$ 10.483.341,10, fruto da liberação na dotação orçamentária de custeio para este ano, mesmo em face das restrições orçamentárias sofridas este ano; nos itens específicos, a variação foi um aumento de 19,92% no grupo de Locação de Mão de Obra e 13,80% com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. A representatividade destes dois grupos demonstra que o maior custo corrente concentra-se na contratação de serviços terceirizados.

O conjunto “Demais elementos do grupo”, com representatividade de 12,90% e 15,39% em 2013 e 2012 na despesa empenhada, respectivamente, apresentou um decréscimo percentual na ordem de 5,45% de um ano para o outro. A redução neste grupo deve-se principalmente a boa gestão ocorrida durante o ano das rubricas “despesas de exercícios anteriores” e “material de consumo”, cujo montante em 2012 chegou a R\$ 6.592.199,52 e em 2013 caiu para R\$ 3.771.222,33, ou seja, uma economia nestes elementos de R\$ 2.820.977,19.

Destaque-se ainda que os Restos a Pagar não processados deste quadro sofreram um decréscimo de R\$ 662.366,30 em relação ao ano de 2012; esta redução aparentemente inexpressiva (7,17%) deve ser ponderada, pois o nível de restos a pagar de 2013 é inferior ao de 2012, isto é, temos ao final do ano 9,88% dos valores empenhados como restos a pagar enquanto que em 2012 esse índice era de 12,00%, o que indica o esforço da região fiscal em empenhar e pagar todas as despesas do ano corrente e deixar apenas aquelas cuja liquidação obrigatoriamente ocorrerá em janeiro de 2014. Os valores pagos em 2013 em comparação aos valores liquidados, representam 90,12%, isto é, abrangendo quase a totalidade dos valores liquidados. A diferença foi inscrita em Restos a Pagar.

Na execução das despesas de custeio merece registro o contingenciamento promovido pela Portaria 268 de 30 de julho de 2013, em cumprimento aos artigos 5º e 9º do Decreto nº 7.689 de 02 de março de 2012, que estabeleceu limites de empenho por naturezas de despesas e subitens bem como a suspensão de novas contratações com locação de imóveis, aquisição de imóveis, reforma de bens imóveis, aquisição de veículos, locação de veículos e locação de máquinas e equipamentos. O contingenciamento foi atenuado com a edição da Portaria MF nº 606 de 26 de dezembro de 2013 e RFB nº 1903 de 30 de dezembro de 2013, o que possibilitou a esta Região Fiscal manter os empenhos já realizados, sem necessidade de devolução ou anulação de valores.

DESPESAS DE CAPITAL (INVESTIMENTOS)

Neste ano de 2013 houve uma expressiva redução nos recursos de capital empenhados na região fiscal, resultando num decréscimo percentual de 78,17% em relação a 2012, ou seja, empenhamos R\$ 6.688 mil para R\$ 30.637 mil. Isso possibilitou a reposição de material permanente e equipamentos nas diversas unidades da SRRF09, visto que a restrição orçamentária em investimentos nos anos anteriores acarretou numa necessidade premente de manutenção e conservação de vários itens de capital.

Em Obras e Instalações tivemos apenas R\$ 2.574.287,89 empenhados, uma diminuição de 86,82% comparando com o ano de 2012. Neste grupo não há, como no ano passado, valores expressivos empenhados que se destaque visto que os investimentos foram variadamente distribuídos entre a região fiscal em obras de fronteira, rede lógica, unidades modelo, obras de acessibilidade, emergenciais e outras obras. Destes recursos, 93,08% (R\$ 2.396.084,01) se concentram na UG 170156 – Superintendência da Receita Federal do Brasil da 9ª RF.

A meta de investimentos em obras para 2013 estava prevista em R\$ 14.850.668,00, sendo que R\$ 12.580.000,00 (84,71%) concentram em dois itens: Obras destacadas e outras obras. Em obras destacadas temos o projeto do edifício sede da Receita Federal em Curitiba/PR, que irá concentrar todas as unidades atualmente descentralizadas. Para 2013 havia sido reservado R\$ 6.000.000,00 mas que não empenhado visto que o projeto ainda encontrava-se pendente de alguns procedimentos preliminares necessários e imprescindíveis, tais como a revisão do projeto básico pelo Órgão Central e a aprovação e publicação do Termo de Cooperação SRRF/09RF nº 01/2013 entre a SRRF09 e a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 4ª Região Fiscal; a assinatura do Termo deu-se em 19/11/2013 e a publicação no D.O.U em 21/11/2013, razão pela qual não houve tempo hábil em 2013 para a licitação, contratação e empenho do valor previsto para o item obras destacadas.

No item Outras Obras, no total previsto de R\$ 6.580.000,00 tem relevância dois itens conforme discriminado a seguir: O montante previsto de R\$ 1.190.000,00 relativo a ampliação e reforma da IRF/Santo Antonio do Sudoeste/PR foi integralmente empenhado no montante de R\$ 1.182.000,00. Para a construção da obra da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joinville/SC, no valor previsto de R\$ 5.000.000,00, verificou-se que não havia possibilidade sequer de licitação eis que o valor necessário para a obra supera os dez milhões de Reais, prescindindo portanto de autorização ministerial nos termos do Decreto nº 7.689 de 02 de março de 2012; alie-se a isto que foi detectado a necessidade de detalhamento do projeto; esses dois pontos impediram a licitação, contratação e empenho do valor previsto para a construção da sede da DRF/Joinville/SC.

O grupo de equipamentos e material permanente também sofreu redução substancial, atingindo o percentual de 52,53% em relação ao valor empenhado em 2012. Este grupo contempla aquisições de diversos materiais e equipamentos de natureza permanente das nossas 16 unidades jurisdicionadas e mais a Superintendência. Também se encontra variavelmente distribuído, sendo que quatro unidades gestoras (Superintendência - SRRF09, DRF/Londrina/PR, DRF/Foz do Iguaçu e DRF/Joinville/SC), respondem por mais de 80% do valor empenhado neste grupo. Não há item que concentre a maior parte dos recursos, visto que eles são em sua maioria aquisições de bens de permanente para uso na atividade das unidades.

Os Restos a Pagar não Processados atingem a 71,56% do valor empenhado em 2013 e eram 68,76% em 2012. Estes, pela própria natureza de serem investimentos de capital, com execução de médio a longo prazo, possuem um tempo de liquidação muito mais acentuado que as despesas de custeio, razão pela qual o percentual de inscrição em resto a pagar é muito maior.

4.2 - Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 7 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	30.298.176,39	19.719.606,22	833.169,21	9.745.400,96
2011	1.171.284,92	1.088.864,51	82.420,41	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	19.953,96	13.596,11	6.357,85	0,00
2011	933,83	726,70	207,13	0,00
2010	61.988,37	61.988,37	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

4.2.1 Análise Crítica

No decorrer do exercício de 2013 priorizamos os pagamentos dos Restos a Pagar mais antigos, como se pode evidenciar pelos saldos residuais existentes ao final deste exercício, tanto que não há Restos a Pagar Processados ao final de 2013 dos exercícios de 2010 a 2012.

Quanto aos Restos a Pagar Não Processados de 2012, no montante de R\$ 9.745.400,96, o percentual de 90,54% dele se concentra na UG 170156 conforme quadro demonstrativo.

Fornecedor	Valor (R\$)	Total (R\$)
Cima Engenharia e Empreendimentos	2.910.906,23	
Forjas Taurus S/A	28.500,00	
Aeromot Aeronaves e Motores S/A	5.100.000,00	
Escola de Aviação Civil Asas Rota	34.565,00	
Plamem Planejamento e Construções	66.791,02	
Construtora Oliveira LTDA	682.725,42	8.823.487,67

O restante dos 9,46% (R\$ 921.913,29) está distribuído entre as outras unidades gestoras da 9ª Região Fiscal (Paraná e Santa Catarina). Aproximadamente quase 40% deste valor foi liquidado em 2014, restando apenas valores pendentes de prestação de serviço ou correção de faturas.

O valor de restos a pagar não processados de 2012 com a empresa Cima Engenharia e Empreendimentos Ltda, no valor de R\$ 2.910.906,23, refere-se à construção da obra do edifício-sede da RFB em Florianópolis/SC, cujo saldo para pagamento está pendente de serviços complementares a serem prestados pela contratada e aceite do fiscal de contrato.

O valor de restos a pagar não processados de 2012 com a empresa Aeromot Aeronaves e Motores S/A, no valor de R\$ 5.100.000,00, refere-se à substituição do sistema imageador aerotransportado para o helicóptero modelo Eurocopter EC-132 T2+, cujo objeto ainda não foi entregue pela contratada.

O valor de restos a pagar não processados de 2012 com a empresa Construtora Oliveira Ltda, no valor de R\$ 682.725,42 foi integralmente pago no exercício de 2014.

Os demais valores de restos a pagar de 2012 da UG 170156, não impactam financeiramente exercícios futuros em razão de seus valores irrisórios.

Os Restos a Pagar Não Processados de 2012, em 31/12/2013, foram prorrogados e se encontram vigentes e atendem ao disposto no inciso I do parágrafo 3º e parágrafo 4º do artigo 68 do Decreto nº 93.872 de 23/12/1986, com a redação dada pelo Decreto nº 7.654 de 23/12/2011.

4.3 - Suprimentos de Fundos

As Unidades Gestoras 170162, 170172, 170315 e 170389 não têm informações a prestar acerca dos quadros referentes a suprimento de fundos em razão do não uso deste instrumento.

Quadro 8 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	0,00	0,00	91	20.525,06	289	110.609,01	131.134,07
2012	0,00	0,00	84	23.463,65	472	117.952,56	141.416,21
2011	0,00	0,00	86	16.569,88	452	117.999,39	134.569,27

Fonte: SIAFI

Quadro 9 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Código da UG	170156	Limite de Utilização da UG	100.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Mario Luiz Ferreira Nascimento	322.724.139-00	16.000,00	1.935,00	9.358,67	11.293,67
Roberto Leonel Oliveira	354.664.569-34	16.000,00	940,00 *	3.015,16	3.955,16
Vanessa Maria Soares	381.447.199-72	16.000,00	5.700,00	1.300,00	7.000,00
Total Utilizado pela UG			8.575,00	13.673,83	22.248,83
Código da UG	170157	Limite de Utilização da UG	80.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
José Maria Andrade	488.444.039-00	11.800,00	440,00	8.767,50	9.207,50
Total Utilizado pela UG			440,00	8.767,50	9.207,50
Código da UG	170158	Limite de Utilização da UG	170.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Klécius João Gonçalves	233.126.619-00	8.000,00	1.230,00	975,80	2.205,80
Luiz Cezar dos Santos	274.135.519-34	32.000,00	2.115,00	16.391,15	18.506,15
Cicero Jorge de Andrade	470.051.149-49	4.000,00	0,00	842,08	842,08
Total Utilizado pela UG			3.345,00	18.209,03	21.554,03
Código da UG	170159	Limite de Utilização da UG	16.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Elaine Kiomi Obara	029.221.229-13	8.000,00	760,00	4.351,64	5.111,64
Tereza Purpur Bueno Valeriano	058.201.308-98	8.000,00	830,00	2.169,00	2.999,00
Total Utilizado pela UG			1.590,00	6.520,64	8.110,64
Código da UG	170160	Limite de Utilização da UG	54.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Giovanni Munsberg	036.029.639-42	23.000,00	1.250,46	2.207,50	3.462,96
Imanuel Brepohl	306.333.209-78	23.000,00	246,00	5.541,78	5.787,78
Total Utilizado pela UG			1.501,46	7.749,28	9.250,74
Código da UG	170161	Limite de Utilização da UG	80.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite	Valor		Total

		Individual	Saque	Fatura	
Denivaldo Violin	686.814.889-53	10.072,89	0,00	10.072,89	10.072,79
Total Utilizado pela UG			0,00	10.072,89	10.072,89
Código da UG	170163	Limite de Utilização da UG		60.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
João de Oliveira	492.507.959-04	20.000,00	0,00	5.537,69	5.537,69
Total Utilizado pela UG			0,00	5.537,69	5.537,69
Código da UG	170169	Limite de Utilização da UG		60.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Juliane Baseggio	003.706.189-55	8.000,00	740,00	4.623,95	5.363,95
Total Utilizado pela UG			740,00	4.623,95	5.363,95
Código da UG	170170	Limite de Utilização da UG		10.800,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
João Vitor Batista Kury	046.325.819-33	2.000,00	0,00	2.714,67	2.714,67
Total Utilizado pela UG			0,00	2.714,67	2.714,67
Código da UG	170171	Limite de Utilização da UG		176.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Gilberto Ferreira de Souza	153.349.616-15	66.000,00	0,00	16.137,20	16.137,20
Israel da Silva Pinheiro	391986260-00	40.000,00	0,00	6.450,98	6.450,98
Miguel Angel Perez Correa	821940339-04	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Odilon Santos	516439019-15	50.000,00	0,00	0,00	0,00
Total Utilizado pela UG			0,00	22.588,18	22.588,18
Código da UG	170314	Limite de Utilização da UG		60.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Ada Lora Hardt	660.525.309-44	30.000,00	0,00	666,60	666,60
Aldecir Bastos Siqueira Passarin	241.237.773-49	30.000,00	0,00	0,00	0,00
Total Utilizado pela UG			0,00	666,60	660,60
Código da UG	170342	Limite de Utilização da UG		11.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Marlon Luis Melo	552.014.159-20	5.000,00	0,00	1.045,10	1.045,10
Carlos Henrique de Oliveira	721.598.719-15	6.000,00	835,00	689,15	1.524,15
Total Utilizado pela UG			835,00	1.734,25	2.569,25
Código da UG	170343	Limite de Utilização da UG		100.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Edi Fátima Ribas Soares	541.964.429-00	4.000,00	1.140,00	1.929,81	3.069,81
Rita do Rocio Jorge Dudyk	479.499.299-87	9.000,00	2.358,60	5.620,69	7.979,29
Total Utilizado pela UG			3.498,60	7.550,50	11.049,10

Fonte: SIAFI e processos de prestação de contas.

(*) Valor diferente do que consta no SIAFI, saldo na conta 199962401 em Dezembro/2013, R\$ 8.455,00. A diferença no valor de R\$ 120,00 refere-se a valor sacado pelo suprido Roberto Leonel de Oliveira de R\$ 210,00 em Setembro/2013. Desse valor sacado, foi utilizado apenas R\$90,00 e a diferença, no valor de R\$ 120,00, foi devolvida por GRU - Guia Recolhimento da União.

Quadro 10 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

UG 170156 (SRRF/9RF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	12	31.400,00	12	28.000,00	11	30.200,00

Fonte: Siafi e processos de prestação de contas.

Análise Crítica: A Unidade Gestora 170156 (SRRF09) utiliza, exclusivamente, suprimento de fundos na modalidade Cartão de Pagamento, em caráter de excepcionalidade, para atender a despesas de pequeno vulto e está em conformidade com a legislação vigente, obedecendo aos prazos para aplicação e a comprovação dos gastos. O controle e o acompanhamento da aplicação do Suprimento de Fundos são feitos desde a sua concessão, que se inicia com a abertura do processo até a prestação de contas, momento em que o suprido apresenta os comprovantes dos gastos e as respectivas notas fiscais ou faturas referentes às aquisições de materiais e serviços prestados, todas devidamente atestadas. Todos os gastos são informados na planilha, permitindo o acompanhamento no controle dos limites legais dos valores. A prestação de contas é encaminhada para análise e aprovação do Ordenador de Despesas. Após o encerramento e a comprovação dos suprimentos concedidos, são enviadas planilhas de conciliação contábil para o órgão setorial de contabilidade.

UG 170157 (DRF/Cascavel)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	4	9.207,50	4	10.552,21	3	7.811,77

Fonte: Siafi e processos de prestação de contas.

Análise Crítica: Na UG 170157 somente utiliza-se a conta do tipo CPGF (Cartão de Pagamento do Governo Federal). A gestão dos recursos utilizados por meio da sistemática de suprimento de fundos durante o exercício 2013 está em conformidade com legislação vigente. Para cada concessão de suprimento de fundos abre-se um processo, onde constam todas as notas fiscais e faturas de pagamento que são atestadas por outro servidor que não o suprido, a fim de comprovar que os gastos são necessários e emergentes. O uso desta medida é feito excepcionalmente, somente nas despesas de pequeno vulto que sejam emergenciais, conforme a lei.

UG 170158 (DRF/Curitiba)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	12	21.554,03	24	29.890,51	39	28.340,40

Fonte: Siafi e processos de prestação de contas.

Análise Crítica: No exercício de 2013 houve uma redução considerável na utilização do cartão corporativo para o pagamento de despesas em comparação com exercícios anteriores. Isto se deve a um planejamento mais eficiente das aquisições de materiais de consumo em geral e principalmente de materiais de manutenção, proporcionando a formação de estoque de segurança dos itens mais utilizados, o que contribui para a redução de aquisições eventuais.

UG 170159 (DRF/Londrina)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	5	8.110,64	5	9.854,53	7	12.801,50

Fonte: Siafi e processos de prestação de contas.

Análise Crítica: Os recursos utilizados através do Suprimento de Fundos foram devidamente utilizados e aplicados sempre observando a legislação vigente. De maneira geral, os recursos foram utilizados a fim de atender despesas de pequeno vulto em conformidade com os limites estabelecidos na legislação. Todas as prestações de contas foram apresentadas e aprovadas.

UG 170160 (DRF/Ponta Grossa)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	9	9.250,74	8	12.999,87	10	9.117,07

Fonte: Siafi e processos de prestação de contas.

Análise Crítica: A Unidade utiliza exclusivamente suprimento de fundos na modalidade cartão de pagamento, e o controle é feito por processo e planilha de acompanhamento que auxilia no controle dos limites legais de valores. No encerramento e comprovação do suprimento há também a atuação do controle interno que solicita o envio de conciliação contábil ao órgão setorial de contabilidade. O uso é feito preferencialmente com fornecedores que aceitam operação com a bandeira do cartão, e apenas excepcionalmente utilizamos saque, nas situações autorizadas em instrução da Secretaria executiva do Ministério da Fazenda e em situações de ação urgente nas Agências, quando a falta do serviço ou aquisição possa comprometer o funcionamento da Agência. O uso é feito tanto para despesas eventuais, em situações imprevistas e dentro do limite legal, quanto para despesas de pequeno vulto, mas não inesperadas.

UG 170161 (DRF/Maringá)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	4	10.072,89	5	11.406,30	5	8.542,71

Fonte: Siafi e processos de prestação de contas.

Análise Crítica: A DRF Maringá utiliza o CPGF para aquisições de materiais e pagamento de serviços de pequeno valor em caso de necessidade urgente, principalmente na aquisição de materiais para manutenção predial, nos casos em que não há materiais no almoxarifado. Desta forma a demanda é resolvida rapidamente e há melhor aproveitamento da mão de obra do contrato de manutenção predial. A aquisição de materiais ou a prestação de serviços é sempre acompanhada e verificada por servidores da Seção de Programação e Logística da DRF, com abertura de processo onde são anexadas todas as notas fiscais devidamente atestadas acompanhadas dos comprovantes de pagamento com o cartão. Ao final do prazo são anexados relatórios para aprovação e telas do Siafi com o encerramento do Suprimento.

UG 170163 (ALF/Porto de Paranaguá)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	2	5.537,69	7	8.430,14	8	8.602,02

Fonte: Siafi e processos de prestação de contas.

Análise Crítica: O uso do CPGF é uma forma muito prática e eficiente para unidades como da Alfândega de Paranaguá que, por estar em uma cidade de pequeno porte, muitas vezes, não permite adquirir materiais de pequeno valor através de licitações/pregões. Em razão do fato de possuímos dois prédios e um DMA com mais de 16.000 m², em uma região muito insalubre, não há como prever em uma licitação todas as pequenas necessidades do dia-a-dia. Assim, o uso do cartão torna-se essencial para o bom desenvolvimento das atividades da Alfândega. Ressalte-se que a maior transparência na utilização dos recursos públicos também é um dos fatores determinantes para a adoção dessa forma de pagamento, pois permite o acompanhamento total da realização das despesas pelo tomador do suprimento de fundos. Tal acompanhamento, por si só, já é extremamente importante. Observamos, por fim, que para cada concessão de suprimento é aberto um processo administrativo visando o acompanhamento dos gastos, prestação de contas e posterior aprovação dos gastos por parte do Ordenador de Despesas.

UG 170169 (DRF/Florianópolis)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	2	5.636,95	9	3.199,65	10	8.954,45

Fonte: Siafi e processos de prestação de contas.

Análise Crítica: uma vez que nem todas as empresas contratadas trabalham com cartão de crédito, solicitou-se autorização para o ordenador de despesas, para efetuar saque em numerário e pagamento em espécie, desde que devidamente anotado o efetivo pagamento e recebimento do bem no documento fiscal. Todas as despesas realizadas pelos supridos são previamente autorizadas pelo gestor e estão em conformidade com a legislação vigente. Os recursos disponibilizados foram utilizados para atender despesas essenciais e emergenciais, obedecendo aos limites estabelecidos na Portaria MF nº 95/2002.

UG 170170 (DRF/Joaçaba)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	8	2.714,67	11	1.482,39	10	1.898,29

Fonte: Siafi e processos de prestação de contas.

Análise Crítica: O uso do suprimento de fundos por meio do cartão corporativo é prática bastante restrita na Unidade. Porém, algumas demandas de baixo custo são urgentes e carecem de um instrumento que permita dar celeridade à aquisição de bens ou serviços que resolvam tais demandas. Nesse sentido, o CPGF é de grande utilidade, pois confere agilidade nas aquisições de materiais e serviços emergenciais de menor valor. O uso do cartão é feito caso a caso, com autorização do Gestor e dentro dos limites legais. Os controles são feitos diretamente com os dados do processo de concessão de suprimento de fundos.

UG 170171 (DRF/Joinville)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	12	25.000,00	11	22.000,00	14	28.000,00

Fonte: Siafi e processos de prestação de contas.

Análise Crítica: Todos os processos relativos a essa modalidade de compra/contratação, tiveram sua formalização corretamente instruída, com apresentação de toda a documentação exigida e correta prestação de contas, sempre dentro dos prazos. Foi observada a legislação vigente para concessão, compras e comprovações. As compras foram efetuadas sempre dentro de necessidades específicas da Unidade, atendendo a continuidade do desempenho das funções do órgão, em especial considerando que houve mudança de sede no exercício, gerando diversas demandas urgente e não previstas em relação a serviços e materiais. Observe-se que, mesmo nessa situação excepcional, o total das compras/contratações manteve-se dentro de uma média histórica. A verificação de necessidades, solicitação de compras/contratações e a conferência da correta entrega das mesmas é sempre efetuada por servidor diverso daquele que recebe o suprimento e a aprovação das contas, sempre com análise criteriosa do gestor da Unidade.

UG 170314 (DRF/Blumenau)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	3	666	3	796	3	461

Fonte: Siafi e processos de prestação de contas.

Análise Crítica: Os recursos utilizados por meio de suprimento de fundos durante o exercício 2013, foram para despesas de custeio, como medida excepcional, de baixo valor conforme constata-se pelo total utilizado, estando em conformidade com a legislação vigente.

UG 170342 (IRF/Florianópolis)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	2	2.769,25	10	8.854,92	10	8.146,05

Fonte: Siafi e processos de prestação de contas.

Análise Crítica: Observou-se quanto ao suprimento de fundos uma maior contenção desse tipo de gasto, como se constata nos valores das faturas que diminuíram significativamente (passou de 2012 de R\$ 7.524,92 para R\$ 1.934,25 em 2013). O setor financeira realiza o seu controle através de planilhas e mapas.

UG 170343 (IRF/Curitiba)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	4	11.049,10	4	8.321,99	3	5.527,93

Fonte: Siafi e processos de prestação de contas.

Análise Crítica: Enfatize-se que nesta Unidade, UG 170343 IRF/CTA, os procedimentos de abertura de processo de Suprimento de Fundos são feitos de acordo com as seguintes etapas: abertura de processo no Sief/Processos; elaboração de proposta de Concessão do Suprimento de Fundos submetida à apreciação do Ordenador de Despesas; emissão de Notas de Empenho para despesas de aquisição de material e de serviços prestados; análise sobre a necessidade de aquisição do bem/serviço bem como seu enquadramento legal com anuência do gestor financeiro previamente a execução da despesa; instrução do processo com as solicitações autorizadas, Notas Fiscais/Recibos atestados, bem como os respectivos comprovantes de pagamentos; preenchimento de planilhas de controle interno, bem como demais sistemas (Siafi, Compranet, etc) e instrução processual; e elaboração da Prestação de Contas de acordo com a legislação pertinente após o término do crédito ou do prazo de utilização do cartão corporativo. Esta Unidade utiliza exclusivamente o Suprimento de Fundos na modalidade Cartão de Pagamento, em situações emergenciais que não possam subordinar-se ao processo normal de licitação, nos casos de inexistência de cobertura contratual para serviços diversos ou inexistência temporária/eventual no almoxarifado para aquisições de materiais.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 5: Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados
(Item 5, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

Na Receita Federal do Brasil, a gestão de pessoas é realizada pelas Regiões Fiscais e Unidade Central sob coordenação da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) da Subsecretaria de Gestão Corporativa (Sucor), a qual compete regimentalmente planejar e gerenciar os processos de trabalho de gestão de pessoas, abrangendo, entre outros, os processos de recrutar, selecionar, alocar, administrar, avaliar, capacitar, desenvolver, reconhecer e valorizar pessoas, observadas as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos Órgãos dos Sistemas Federais de Recursos Humanos. Nas Regiões Fiscais, a gestão de pessoas está a cargo das Divisões, Seções, Serviços e Equipes de Gestão de Pessoas (Digep, Sagep, Segep e EGP), subordinadas administrativamente às Superintendências Regionais e tecnicamente à Cogep.

As Áreas de GP executam, no âmbito de suas respectivas unidades, desde as atividades de rotinas do cadastro funcional, da folha de pagamento, de concessão de direitos, de análise de cumprimento de deveres e da gestão da capacitação até a implementação das iniciativas estratégicas da política de Gestão de Pessoas que impactam todos os processos de trabalho elencados no parágrafo anterior.

O trabalho de confecção dos quadros de Gestão de Pessoas foi executado procurando-se seguir as orientações contidas na Portaria TCU nº 175/2013 e introduzindo novo modelo de trabalho, construído a partir de Workshop realizado em outubro de 2013, com participação de representantes das dez Regiões Fiscais da Receita Federal do Brasil, Audit, Copol, Cotec, CGU e áreas técnicas da Cogep.

O objetivo do novo modelo de trabalho consistiu em integrar e aperfeiçoar o processo de extração de dados e análise de resultados, através da descentralização das atividades para as Regiões Fiscais. Isso só foi possível com a disseminação do *know-how* desenvolvido pela Cogep desde 2010. O conhecimento foi propagado em duas vertentes: atividades preparatórias para a Prestação de Contas e extração, tabulação e análise dos dados.

Em relação às atividades preparatórias, foram diagnosticados pontos críticos, implementadas soluções de melhoria e elaborado um plano de ação para padronização das rotinas e fluxos dos processos de trabalho relativos a cadastro de pessoal e folha de pagamento. Como consequência da reflexão do grupo sobre a execução da Prestação de Contas, houve consenso sobre os seguintes tópicos:

- O cronograma de extração e entrega dos dados não é compatível com o calendário da rotina de gestão de pessoas desenvolvida via Siape. Por exemplo, o lançamento de ocorrências de afastamentos do mês de dezembro pode ser realizado até o mês de fevereiro, a depender do calendário da folha de pagamento. Outro exemplo é a disponibilidade de dados no DW Siape: a informação consolidada de dezembro de 2013 só ficou acessível no final de janeiro de 2014. Caso o preenchimento dos quadros fosse totalmente baseado no DW, não haveria tempo hábil para conclusão do trabalho;
- Em alguns itens, o detalhamento das informações solicitadas na Portaria TCU nº 175/2013 não é de fácil entendimento. Muitas vezes não fica claro qual é o objetivo pretendido pelo TCU com os dados. Por exemplo, as remoções foram alocadas no quadro referente a “Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Unidade Jurisdicionada”. Porém, entendemos que essa não é a melhor maneira de se apresentar tal informação, pois ela reflete mais a movimentação dentro do quadro funcional do que redução da força de trabalho. Essa informação em âmbito nacional não faz sentido, pois os servidores são removidos dentro da própria RFB e, portanto, não representam redução na força de trabalho. Acreditamos que os números sobre remoção são importantes para o gerenciamento da movimentação dentro da instituição, por isso serão

apresentados em quadro separado, considerando todo o ano de 2013 e não apenas o dia 31/12 (o que também não entendemos o sentido);

- São solicitados três quadros com informações do Sisac, porém o sistema não fornece dados gerenciais, tampouco desagregados por região fiscal. A RFB desenvolveu um módulo próprio no Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3 com inserção manual dos mesmos atos já lançados no Sisac. Esse é um **trabalho a mais** para os cadastradores, que impacta a rotina operacional, porém é a única forma de entregar os quadros devidamente preenchidos;
- Desde 2010 as reuniões com CGU, Audit e Copol têm colaborado para dirimir dúvidas e alinhar conceitos, aperfeiçoando a qualidade da informação a ser apresentada.

Já em relação à extração, tabulação e análise dos dados, listamos os seguintes pontos:

- As dificuldades para extração de dados, relacionadas desde o relatório 2010, permanecem vigentes. Nenhuma alteração substancial foi implantada no Siape ou Siapecad que facilitasse tal trabalho. Mesmo a versão DW do Siape não trouxe soluções plenamente adaptáveis à estrutura funcional detalhada dos órgãos da Administração Federal. Por esses motivos, a grande maioria dos quadros é preenchida com informações gerenciais formatadas pelo SA3. Desde 2010 são desenvolvidos e aperfeiçoados módulos no SA3 para auxiliar a Prestação de Contas. O que deveria ser a exceção tornou-se regra;
- As extrações da folha de pagamento e de estagiários continuam sendo realizadas de forma centralizada pela Cogep, através do DW Siape. Identificamos para o plano de capacitação 2014 da Rede de Gestão de Pessoas da RFB a necessidade de cursos sobre a ferramenta, com o objetivo de descentralizar a extração;
- Os dados do DW Siape permanecem com a necessidade de tratamento para que os mesmos sejam concatenados conforme instrução do TCU, o que inviabiliza o uso para extração de dados do cadastro funcional utilizados na maioria dos quadros.

A manutenção do modelo dos quadros e do conteúdo da informação em 2013 facilitou o processo de disseminação do conhecimento e aperfeiçoamento da compreensão dos dados. Gerou estabilidade para construção do Workshop e maior sinergia entre os órgãos integrantes da Prestação, pois as discussões necessárias foram no sentido de esclarecer a interpretação do conteúdo de cada quadro e não sobre novas alterações de formato.

Ainda permanecem as dificuldades com as informações sobre servidores cedidos e requisitados, na sua grande maioria em relação às ferramentas do Siape que não oferecem todos os subsídios necessários para contemplar a informação gerencial. Por exemplo, no caso dos cedidos, com a saída do servidor para o novo órgão, há perda da gestão dos dados do cadastro funcional. Isso impede identificar a nova função (FG ou DAS) no outro órgão do servidor cedido.

5.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

5.1.1 – Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 11 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	3971	2362	46	105
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5+1.2.6)	3971	2362	46	106
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	3.971	2.333	46	106
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3 Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	0	0	0
1.2.5 Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º 8112*	Não há	21	0	0
1.2.6 Outros **	Não há	8	0	0
2. Servidores em Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	3.971	2.362	46	106

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

* Servidores requisitados conforme art. 93, parágrafo 7º da Lei 8.112/90.

** “Outros” abrange cedidos e anistiados.

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Os servidores de carreiras abrangem a Carreira ARFB e PECFAZ do Ministério da Fazenda em exercício na RFB.
2. A lotação autorizada abrange apenas a Carreira ARFB, pois o PECFAZ não possui limites de lotação legal distribuídos entre os órgãos do MF. A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.
3. Consideramos como ingressos os novos servidores que entraram em exercício efetivo na RFB (provimento originário).
4. Para egressos foram considerados aposentadorias, vacâncias, exonerações, falecimentos e demissões.
5. Incluído item 1.2.5 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112.
6. Incluído item 1.2.6 para demonstração dos servidores cedidos e anistiados.
7. A extração dos dados foi realizada no dia 2/1/2014 em relação ao dia 31/12/2013. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.

5.1.1.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro 12 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	8
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	Não Disponível
1.2. Exercício de Função de Confiança	Não Disponível
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	Não Disponível
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	3
2.1. Para Exercícios de Mandato Eletivo	3
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	3
3.1. De ofício, no interesse da Administração	2
3.2. A pedido, a critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge / companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
3.6. Por Decisão Judicial	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	2
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	2
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	5
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	4
5.5. Mandato classista	1
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	35
6.1 Licença Prêmio por assiduidade - Lei 9527/97, art 7º	3
6.2 Licença Gestante - Lei 8112/90, art 207	3
6.3 Licença Adotante - Lei 8112/90, art 210	0

6.4 Licença para tratamento de saúde - Lei 8112/90, art 202	25
6.5 Licença por Acidente em Serviço - Lei 8112/90, art 211	0
6.6 Falecimento pessoa da família - Lei 8112/90, art 97, inciso III, alínea b	0
6.7 Reclusão - Lei 8112/90, art 229 e EC 20/98, art 13	0
6.8 Afastamento Temporário - Lei 8429/92, art 20, parágrafo único	1
6.9 Afastamento para Integrar Comissão - Lei 8112, art 152, §1º	0
6.10 Afastamento para Juri e outros serviços - Lei 8112/90, art 102, inciso VI; Lei 8868/94, art 15; Lei 8504/97, art 98	1
6.11 Afastamento para Justiça Eleitoral - Lei 6992/81, art 2º, §1º	2
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	56

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. A extração dos dados de servidores cedidos não permite parametrizar a tipologia da cessão, dessa forma não foi possível identificar os casos relativos a exercício de cargo em comissão, ou função de confiança.
2. Normas relacionadas ao processo de cessão:
 - DECRETO Nº 4.050, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001.
 - LEI Nº 11.890, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008.
 - NOTA TÉCNICA Nº 66/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP.
 - INSTRUÇÃO NORMATIVA (PR) Nº 10, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1993.
 - DECRETO Nº 3.699, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2000.
 - OFÍCIO-CIRCULAR Nº 69/SRH/MP.
 - NOTA TÉCNICA Nº 520/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.
 - NOTA TÉCNICA Nº 536/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.
 - NOTA TÉCNICA Nº 101 /2011/DENOP/SRH/MP.
3. Para todos os itens foram consideradas apenas ocorrências lançadas no Siape até o dia 22 de janeiro de 2014 e vigentes em 31 de dezembro de 2013. Ocorrências lançadas após o dia 22 de janeiro de 2014, retroativas ao ano de 2013, podem gerar valores diferentes em relação a extração original da Prestação de Contas.
4. As ocorrências de licenças médicas têm seus números impactados pelo atraso dos lançamentos das licenças via SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor) pelo órgão competente.
5. De acordo com instrução da Prestação de Contas, foram incluídos subitens relativos a outras situações (6.1 a 6.11), por serem considerados relevantes.
6. Para os valores de remoção do item 3, foram considerados servidores que estavam em trânsito em 31/12/2013 em razão de remoção. Tais servidores se encontram contabilizados na força de trabalho da UJ de origem da remoção, portanto devem ser deduzidos nesse quadro da UJ de origem.
7. Em razão do entendimento de que remoção não é redução da força de trabalho, mas sim movimentação interna, apresentamos a informação detalhada em quadro separado, abaixo. Foram contabilizadas todas as remoções ocorridas no ano de 2013 na 9ª região fiscal:

		RF destino													
RF origem	Tipo de Remoção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	DRJ	UC	Total	
9	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE/COMPANHEIRO									2				2	
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR MOTIVO DE SAÚDE									1	1			2	
	A PEDIDO INDEPENDETEMENTE DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, POR PROCESSO SELETIVO	1	1	1	2	1	5	5	11	36	1			64	
	A PEDIDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1	1				1	1	3	20	1	1	5	34	
	DE OFÍCIO NO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO						1		1	20	1	3	3	29	
	DECISÃO JUDICIAL									3				3	
9 Total		2	2	1	2	1	7	6	15	82	4	4	8	134	

Para complementação da informação, disponibilizamos quadro resumo de remoções concatenado com outras informações gerenciais no item Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.

5.1.2 – Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 – Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro 13 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31/12)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	77	76	7	8
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	77	76	7	8
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
1.2.6 Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	370	354	108	110
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	370	354	108	110
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total dos servidores em cargo e em função (1+2)	447	430	115	118

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Ingressos e egressos são contabilizados pelo número de Portarias de nomeação e exoneração da função (um mesmo servidor pode estar contabilizado mais de uma vez). No caso da RFB, não é comum o aumento da força de trabalho por intermédio de ocupação de função. O padrão é a ocupação das funções por servidores do próprio quadro funcional.
2. Para servidores requisitados, não é possível extrair via sistema informações de ingressos/egressos.

3. Incluído item 1.2.6 - Servidores de carreira em exercício provisório para alinhamento com o quadro da Força de Trabalho.
4. Não há como extrair dos sistemas a informação sobre ex-servidores da RFB que atualmente ocupam funções para preenchimento do item 1.2.5 - Aposentados

5.1.2.2 – Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro 14 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	75	357	692	684	124
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	75	357	683	671	117
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4 Outros*	0	0	9	13	7
2. Provimento de cargo em comissão	13	80	170	135	32
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	7	31	33	4
2.3. Funções gratificadas	12	73	139	102	28
3. Totais (1+2)	88	437	862	819	156

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

(*) Outros envolvem: Servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º 8112, Cedidos, Anistiados e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, para que o universo de pessoas seja o mesmo do quadro Força de Trabalho.

Pelo quadro acima, percebe-se o elevado perfil etário da RFB na 9ª região fiscal. A classe predominante, com 36,50% dos servidores, é a de 41 a 50 anos, pouco acima da classe dos 51 aos 60 anos, com 34,70 %. Em relação à última Prestação de Contas, houve aumento de 21% na última faixa – acima de 60 anos.

O quadro funcional está envelhecendo, causando impacto nas aposentadorias (como ressaltamos reiteradamente a órgãos como Ministério do Planejamento e ao próprio TCU).

Além disso, apesar de termos recebidos 46 novos servidores, esses não têm mais um perfil jovem. A primeira faixa – até 30 anos – foi diminuída em 6,4% em relação ao ano passado, mostrando uma nova realidade de servidores entrando no órgão com mais de 30 anos.

5.1.2.3 – Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro 15 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provedimento de cargo efetivo				5	360	1546	334	47	6	21
1.1. Membros de poder e agentes políticos										
1.2. Servidores de Carreira				5	359	1539	334	47	6	
1.3. Servidores com Contratos Temporários										
1.4. Outros*					1	7				
1.5. Outros Servidores**										21
2. Provedimento de cargo em comissão					51	379	150	17	3	
2.1. Cargos de Natureza Especial										
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					3	73	41	6		
2.3. Funções gratificadas					48	306	109	11	3	
3. Totais (1+2)				5	411	1.925	484	64	9	21

LEGENDA- Nível de Escolaridade

1- Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto ; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós-doutorado; 10 - Não Classificada

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

* O item "1.4 Outros" abrange cedidos e anistiados. Para os níveis de escolaridade de 7 a 9, cedidos e anistiados estão contidos no item 1.2.

** O item "1.5 Outros Servidores" abrange Servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º 8112 e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, para os quais não existe informação sobre nível de escolaridade do cargo nem de eventuais especializações de níveis 7 a 9.

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Não existe banco de informações sobre a formação acadêmica dos servidores.
2. Os dados existentes para as classes 7, 8 e 9 foram extraídos do Banco de Talentos cuja participação dos servidores é facultativa.
3. Em relação às classes 4, 5 e 6 utilizamos o nível de escolaridade exigido para cada cargo.
4. Os dados referentes às classes 7, 8 e 9 são subconjuntos da classe 6.
5. Na classe 7 foram incluídos os MBA.

Para os itens de escolaridade de 7 a 9, cuja prestação da informação é de caráter facultativo pelos servidores da RFB, percebemos aumento de 2,4% em relação ao ano passado. Isso pode ser explicado pela entrada de novos servidores, para os quais é reforçada a existência do Banco de Talentos e a importância do fornecimento dessas informações.

5.1.3 – Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 16 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2013	339.981.216,47	9.975,31	28.123.942,41	10.504.938,68	10.365.738,27	10.336.099,71	112.187,39	281.829,99	1.394.739,15	401.110.667,38
	2012	330.730.728,84	8.573,25	27.385.394,73	9.172.283,8	8.726.220,15	9.318.917,36	129.201,83	36.112,18	1.486.668,82	386.994.100,96
	2011	340.758.685,11	9.597,10	28.147.266,29	9.706.903,83	9.257.674,49	9.187.032,66	126.590,76	0,00	1.950.988,09	399.144.738,33
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	2.141.639,36	515,09	210.362,96	91.988,05	54.387,51	145.899,32	0,00	9,32	34.305,95	2.679.107,56
	2012	3.953.812,59	4.013,82	155.553,95	80.919,55	98.289,81	186.583,00	70,15	84,78	43.265,89	4.522.593,54
	2011	4.870.321,01	20.010,51	519.140,01	101.171,07	115.077,1	249.682,07	38,76	0,00	58.467,02	5.933.907,55
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
	2013	21.994.204,22	1.827.989,93	1.986.703,05	632.071,42	459.025,92	692.889,76	14.731,85	7.594,04	122.385,65	27.737.595,84
	2012	20.898.334,08	1.788.252,58	1.894.289,92	671.599,64	370.011,00	671.438,83	14.127,99	3.456,45	128.129,25	26.439.639,74
	2011	20.648.970,14	1.765.581,96	1.887.022,96	638.870,84	368.672,30	603.842,93	11.133,56	0,00	133.110,88	26.057.205,57
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
	2013	66.713.623,72	1.634.158,16	5.620.667,90	2.059.528,74	1.833.943,95	1.923.503,43	56.611,25	18.594,98	254.992,32	80.115.624,45
	2012	63.305.421,54	1.609.674,37	5.452.704,32	1.815.690,58	1.510.667,56	1.968.382,99	51.736,88	9.721,03	304.998,16	76.028.997,43
	2011	63.130.466,76	1.603.023,19	5.406.968,95	1.916.233,37	1.527.532,35	2.095.155,62	43.318,92	0,00	441.060,30	76.163.759,46
Outros*											
Exercício	2013	97.951,89	0,00	8.395,88	2.798,62	4.545,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113.691,39

*Outros: incluídos os valores de 2013 para os grupos de cargos ANS-180, CETRF-241, CIFDJ-242, CITRF-240, CSST-430 e SUPLE-050, que não se enquadram nas linhas anteriores.

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Fonte dos dados: DW Siapenet.

2. Os dados apresentados foram extraídos de acordo com orientações para a elaboração dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes aos respectivos exercícios. Ressalta-se que a partir do exercício de 2011, houve reclassificação de rubricas de acordo com as definições das Portarias TCU nº 123/2011, nº 150/2012 e nº 175/2013. Dessa forma, não é possível comparar os resultados dos anos de 2011, 2012 e 2013 com os resultados apresentados no Relatório de Gestão integrante da Prestação de Contas do ano de 2010 e dos anos anteriores.
3. Os custos relativos à folha de pagamento das DRJ estão alocados nos respectivos quadros das Regiões Fiscais.
4. A extração dos dados obedece a seguinte ordem:
 - As rubricas selecionadas de acordo com a classificação TCU são vinculadas aos servidores que as receberam;
 - Os servidores são classificados quanto à sua tipologia / exercício de acordo com a classificação TCU;
 - As rubricas são vinculadas à classificação TCU;
 - A extração é realizada por UPAG RFB para classificação posterior em RF / UC.
5. Em relação à linha servidores cedidos com ônus ou em licença, o único filtro disponibilizado pelo DW para cobrir o parâmetro licença tem por nome “afastamento”. Foi verificado que a maior parte dos afastamentos vinculados a esse filtro tratavam-se de licenças, entretanto é perceptível que nem todas as licenças estão vinculadas ao filtro e a quantidade das ocorrências está aquém do número real.
6. As rubricas extraídas independente da classificação de crédito ou débito são todas somadas. Dessa forma, os créditos são as despesas da União com remunerações e os débitos são as despesas da União com tributação.

Quadro de apoio à Folha de Pagamento 2013

RUBRICAS VERIFICADAS NO ART. 51 DA LEI 8112							
UNIDADE	Ajuda de Custo	Diárias	Transporte	Auxílio Moradia	Auxílio Funeral	Auxílio Pré-Escolar	TOTAL
9ª RF	202.573,63	4.497.051,87	646,00	0,00	18.427,40	0,00	4.718.698,90

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Valores pagos fora da folha de pagamento dos servidores, via Siafi pela Coordenação de Logística.

5.1.5 – Cadastramento no Sisac

5.1.5.1 – Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro 17 – Atos sujeitos ao registro do TCU (art 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos sujeitos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	46	0	46	0
Totais	46	0	46	0

Fonte: Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac e Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3.

Os atos de admissão têm prazo de 60 dias, a partir do exercício do servidor, para serem cadastrados no SISAC. Dessa forma, é possível que a entrada de novos servidores nos meses de novembro e dezembro seja cadastrada no ano subsequente. Isso pode gerar uma defasagem entre as informações de entrada de servidores como força de trabalho (atos sujeitos a registro no exercício) e a quantidade de atos cadastrados no SISAC no exercício.

Os lançamentos dos atos de admissão resultam de um processo de parceria entre a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e as Divisões de Gestão de Pessoas das Regiões Fiscais, onde a Cogep libera os números dos processos que são instruídos e lançados no Sisac pelas Digeps, sob supervisão da Cogep.

5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU

Quadro 18 – Atos sujeitos à comunicação ao TCU (art 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	37	1	38	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	37	1	38	0

Fonte: Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - Sisac

A RFB possui apenas um código de órgão de atuação no Sisac, sendo os lançamentos dos atos administrados de forma centralizada pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas. As consultas do Sisac não permitem desagregar a informação lançada por região fiscal ou unidade organizacional. Para construção do quadro de desligamento por UJ foi necessário o controle manual e trabalhoso dos atos durante todo o ano.

Os atos de desligamento têm prazo de 30 dias, a partir da sua publicação, para serem cadastrados no SISAC. Dessa forma, é possível que o desligamento de servidores no mês de dezembro seja cadastrado no ano subsequente. Isso pode gerar uma disparidade entre as quantidades de desligamentos ocorridos e a quantidade de atos de desligamento cadastrados no SISAC no exercício.

De acordo com recente resposta da CGU, foi necessário retificar a informação da quantidade de atos de desligamento cadastrados em 2012. Dos atos de desligamentos sujeitos à comunicação ao TCU, 1 foi cadastrado em 2013, tempestivamente.

Importante ressaltar que, apesar de apresentarmos os atos de 2013 por UJ, em cada relatório específico, para a coluna 2012 não é possível desagregar os valores da mesma forma. Para esta Prestação de Contas, como já mencionado, foi feito um trabalho manual de contagem regionalizada dos atos de desligamento, mas o mesmo esforço seria inviável para o ano anterior. Assim, os atos 2012 são apresentados apenas no relatório nacional, exceto para um caso mencionado acima.

Os atos de desligamento têm prazo para registro de 30 dias a partir da sua publicação. Dessa forma, o desligamento de servidores no mês de dezembro pode ser registrado apenas no ano subsequente, podendo gerar uma defasagem entre as informações de atos e as informações de desligamento efetivo de servidores.

Os atos de desligamento são lançados exclusivamente pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas. São processos simples, baseados em um documento de desligamento (portaria de vacância por posse em cargo inacumulável, demissão, exoneração ou falecimento). O lançamento dos atos de aposentadorias não é de competência da RFB.

5.1.5.3 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC

Quadro 19 – Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	20	26	0	0
Total	20	26	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	38	0	0	0
Cancelamento de Desligamento	0	0	0	0
Total	38	0	0	0

Fonte: Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac e Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3.

Como já dito na introdução, foi criado módulo no SA3 para permitir a extração da informação deste quadro.

Por não se tratar de órgão instituidor de aposentadorias e pensões, não é pertinente o preenchimento do quadro “Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU”.

5.1.6 – Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Como o Siape e Siapecad não disponibilizam informação sobre acumulação indevida de cargos, os procedimentos de controle adotados são:

- atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional quando da integração com o Siapecad para

gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal.

- Entrega de Termo de Responsabilidade assinado pelo servidor no ato da posse, declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável de acordo com a Constituição Federal. O servidor também se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.
- São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público durante o programa de formação de novos servidores, bem como no programa anual de capacitação.

5.1.7 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Absenteísmo

O indicador de absenteísmo apurado pela RFB tem a seguinte fórmula:

$$\frac{\sum \text{dias de licenças médicas} + \sum \text{dias de faltas injustificadas}}{\text{Nº de servidores} \times \text{Nº de dias do ano}}$$

UNIDADE	2010	2011	2011B	2012	2012B	2013
1ª RF	1,96%	2,50%	1,98%	2,06%	2,66%	2,50%
2ª RF	2,30%	2,20%	2,52%	3,42%	3,49%	2,51%
3ª RF	2,30%	1,73%	2,79%	2,33%	2,40%	2,29%
4ª RF	1,52%	1,65%	2,28%	2,71%	2,81%	1,73%
5ª RF	2,17%	2,01%	2,41%	2,30%	2,60%	1,99%
6ª RF	3,11%	3,20%	3,17%	3,39%	3,52%	2,65%
7ª RF	2,29%	1,62%	2,83%	2,09%	2,49%	2,81%
8ª RF	2,01%	2,11%	2,43%	2,65%	2,79%	2,43%
9ª RF	1,73%	1,80%	1,70%	2,54%	2,65%	2,30%
10ª RF	1,94%	1,53%	1,68%	1,95%	1,94%	1,51%
DRJ	2,12%	2,06%	1,95%	2,51%	2,55%	1,70%
UC	1,50%	1,66%	1,65%	1,75%	1,95%	1,93%
RFB	2,09%	2,02%	2,34%	2,48%	2,68%	2,30%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, **extraído em 22/01/2014**

Na tabela acima apresentamos o histórico do indicador de absenteísmo, conforme dados informados em Relatórios de Gestão de exercícios anteriores, porém com duas colunas adicionais: 2011B e 2012B. Estas colunas representam os dados de 2011 e 2012 respectivamente, mas com extrações atualizadas em janeiro de 2014. Notamos dois efeitos ao compará-las com o que foi apresentado anteriormente:

- diminuição do absenteísmo em algumas Regiões Fiscais, onde detectamos o cancelamento de faltas por motivo de greve pela atuação dos sindicatos das categorias de servidores da RFB;
- aumento do absenteísmo na grande maioria das Regiões Fiscais, aqui justificado pelo já relatado problema com o SIASS (*Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor*). Com estes números comparativos conseguimos portanto evidenciar os atrasos nos

lançamentos das licenças feitas através do Subsistema, que somaram quase 1.000 de diferença em 2012 e 500 em 2011.

Os números de 2013, possivelmente, também poderão sofrer alterações devido à intempestividade dos registros no SIASS, dificultando análise em relação aos anos anteriores. A ausência ou atraso no registro dessas ocorrências pode acarretar graves prejuízos para o servidor, desde um corte parcial na folha de pagamento até demissão por desídia.

Reposição do quadro

Grau de Reposição de egressos em 2013.

Fórmula: $\Sigma \text{entradas} / (\Sigma \text{vacâncias} + \Sigma \text{exonerações} + \Sigma \text{aposentadorias} + \Sigma \text{falecimento} + \Sigma \text{demissão})$

As entradas consideraram provimento originário.

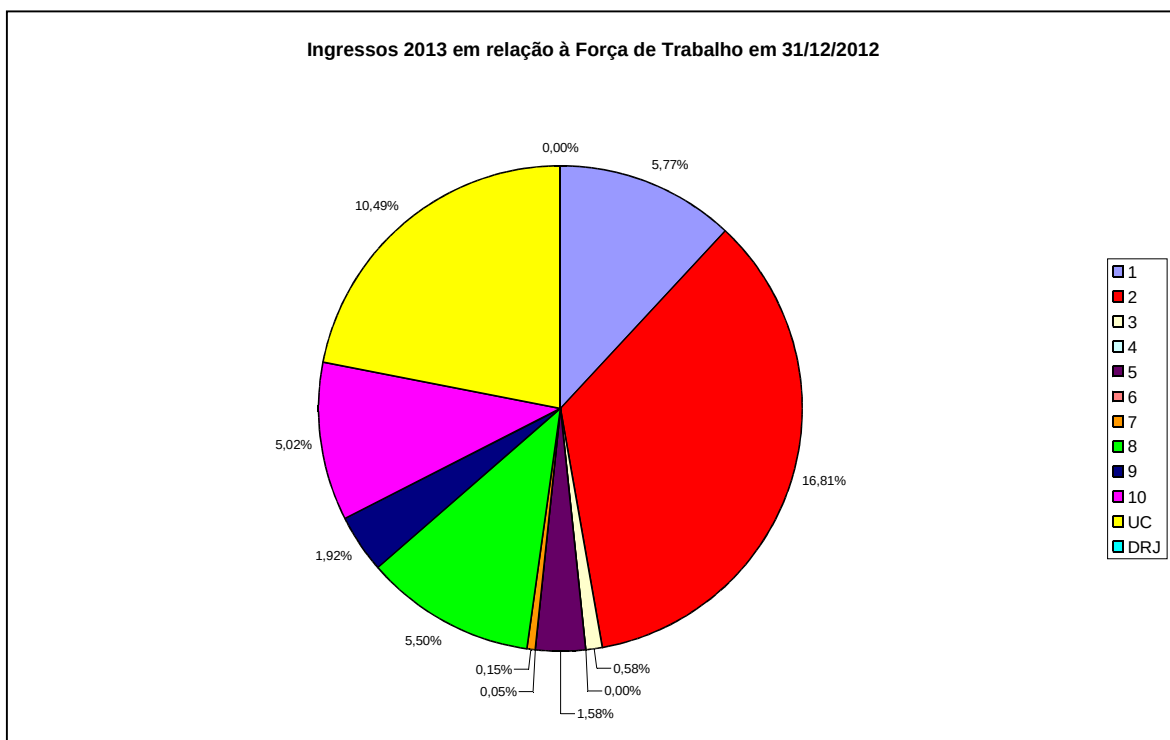
RF	Ingressos 2013	Egressos 2013	Reposição do quadro
1	98	116	0,84
2	236	58	4,07
3	7	51	0,14
4	0	82	0,00
5	20	71	0,28
6	1	134	0,01
7	5	179	0,03
8	302	380	0,79
9	46	106	0,43
10	91	102	0,89
UC	151	56	2,70
DRJ	0	41	0,00
RFB	957	1.376	0,70

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

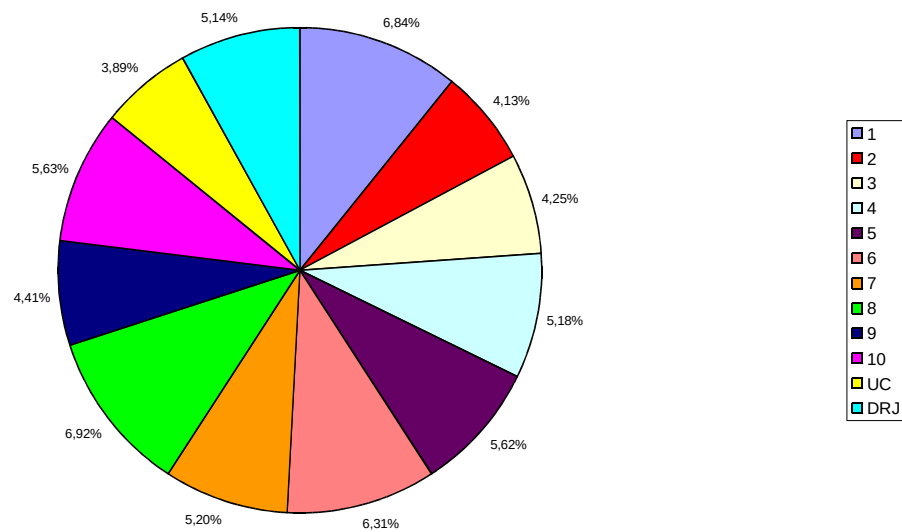
O indicador de reposição de aposentadorias, apresentado na Prestação de Contas anterior, foi modificado para refletir de forma mais clara a situação de reposição do quadro funcional. Os resultados indicam a proporção ingressos sobre egressos. Os valores abaixo de 1 indicam perdas. Apenas duas Unidades Jurisdicionadas - 2ª região fiscal e órgão central - receberam mais servidores do que perderam ao longo do ano.

Para complementar a informação, no quadro abaixo são apresentados dados da movimentação de servidores, tanto externa (ingressos e egressos) quanto interna (remoção). São comparados os números brutos com a Força de Trabalho (FT) em 31/12/2012, de acordo com a Prestação de Contas 2012/2013.

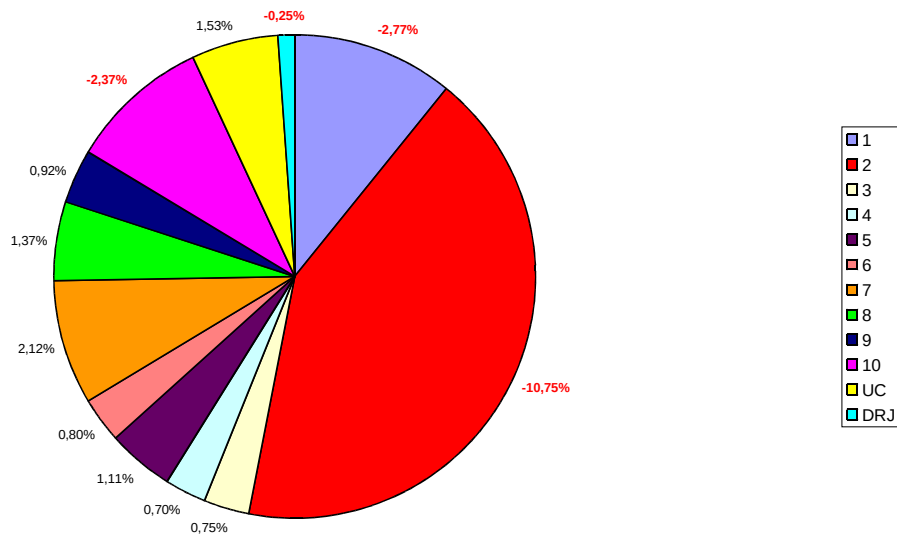
RF	FT 31/12/12	Ingressos 2013	% ING13/FT12	Egressos 2013	% EG13/FT12	Remoção 2013	% R13/FT12	FT 31/12/13	% FT13/FT12
1	1.697	98	5,77%	116	6,84%	-47	-2,77%	1.645	96,94%
2	1.404	236	16,81%	58	4,13%	-151	-10,75%	1.429	101,78%
3	1.199	7	0,58%	51	4,25%	9	0,75%	1.159	96,66%
4	1.582	0	0,00%	82	5,18%	11	0,70%	1.488	94,06%
5	1.264	20	1,58%	71	5,62%	14	1,11%	1.224	96,84%
6	2.122	1	0,05%	134	6,31%	17	0,80%	1.999	94,20%
7	3.442	5	0,15%	179	5,20%	73	2,12%	3.326	96,63%
8	5.492	302	5,50%	380	6,92%	75	1,37%	5.505	100,24%
9	2.401	46	1,92%	106	4,41%	22	0,92%	2.362	98,38%
10	1.811	91	5,02%	102	5,63%	-43	-2,37%	1.746	96,41%
UC	1.440	151	10,49%	56	3,89%	22	1,53%	1.541	107,01%
DRJ	798	0	0,00%	41	5,14%	-2	-0,25%	757	94,86%
RFB	24.652	957	3,88%	1.376	5,58%	0	0,00%	24.181	98,09%



Egressos 2013 em relação à Força de Trabalho em 31/12/2012



Remoções 2013 em relação à Força de Trabalho em 31/12/2012



Podemos inferir dos dados e gráficos:

- Mesmo com a entrada de 957 servidores em 2013, a força de trabalho da RFB foi reduzida em 2%, cenário que vem se repetindo nos últimos anos;
- O valor expressivo de 1.376 egressos no ano de 2013 está associado a duas vertentes:

- o Alto número de aposentadorias, 869 em 2013, situação de risco que deve persistir de acordo com a informação do quadro “Quantidade de servidores da UJ por faixa etária”, em que 47% dos servidores se encontram nas classes acima de 50 anos; e
- o Alto índice de vacância por posse em cargo inacumulável, 384 em 2013, evidenciando a diminuição de atratividade da RFB em relação a outros órgãos públicos.
- A interpretação do gráfico de ingressos deve ser feita juntamente com a do gráfico de remoções. A 2ª RF, por exemplo, sendo a que mais exporta servidores na remoção, para compensar tal perda, é a maior receptora de novos servidores por concurso público;

A política de movimentação de pessoal objetiva equalizar a distribuição dos servidores entre as unidades. Como o egresso percentual é homogêneo e a política de remoção atua na movimentação das RF de fronteira (1ª, 2ª, 9ª e 10ª) para as demais, os ingressos funcionam como compensações desse fluxo.

Grau de Lotação Bruto

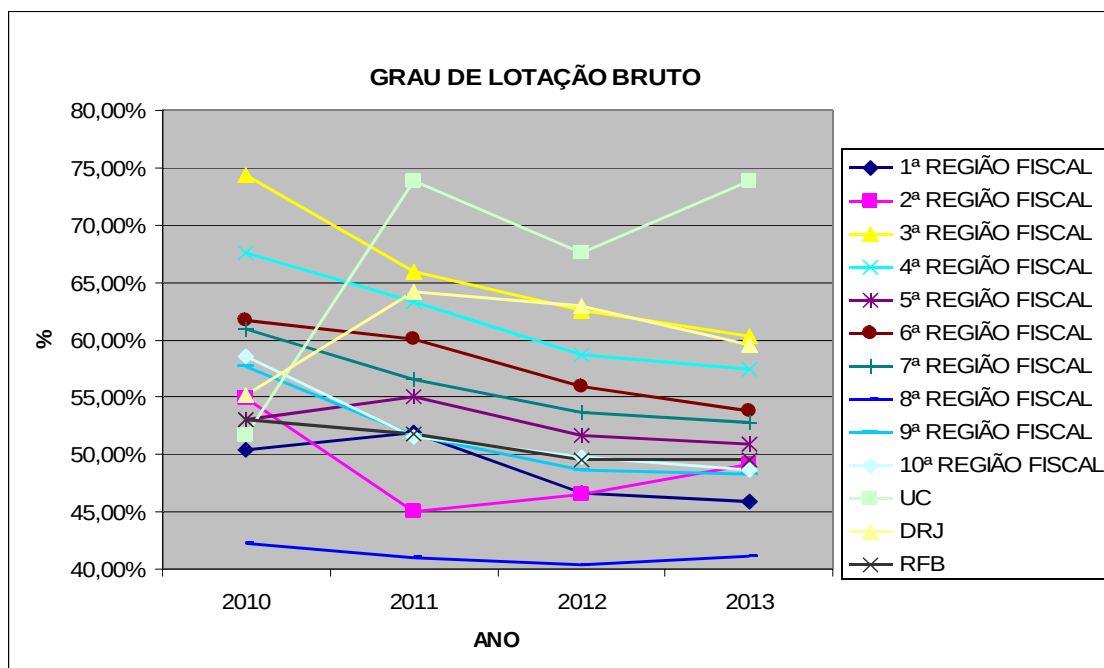
Fórmula: (nº de servidores da carreira ARFB em 31/12) / (lotação autorizada)

A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.

	2010	2011	2012	2013
1ª REGIÃO FISCAL	50,39%	51,86%	46,62%	45,85%
2ª REGIÃO FISCAL	54,89%	45,06%	46,48%	49,12%
3ª REGIÃO FISCAL	74,34%	65,91%	62,62%	60,33%
4ª REGIÃO FISCAL	67,60%	63,36%	58,69%	57,42%
5ª REGIÃO FISCAL	53,05%	55,10%	51,64%	50,88%
6ª REGIÃO FISCAL	61,68%	60,07%	55,88%	53,80%
7ª REGIÃO FISCAL	60,99%	56,56%	53,63%	52,79%
8ª REGIÃO FISCAL	42,22%	41,05%	40,34%	41,11%
9ª REGIÃO FISCAL	57,63%	51,70%	48,63%	48,30%
10ª REGIÃO FISCAL	58,53%	51,54%	49,74%	48,67%
UC	51,64%	73,83%	67,64%	73,89%
DRJ	55,13%	64,19%	62,90%	59,59%
RFB	53,06%	51,76%	49,50%	49,50%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

A manutenção do valor do grau de lotação da RFB, em relação ao ano anterior, é resultado do ingresso de Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários, que apenas compensou as perdas da Carreira ARFB ao longo de 2013. Devemos ter cuidado na comparação com o Grau de Reposição do Quadro, que considera também as Carreiras Administrativas.



Os dados sobre o Grau de Lotação corroboram os anteriormente apresentados sobre a reposição do quadro. A RFB, mesmo com a entrada de novos servidores, não consegue suprir as saídas, vindo seu quadro diminuir ao longo dos últimos anos. O grau de 49,50% pode ser separado para cada um dos cargos da Carreira Auditoria, e vemos pelo quadro abaixo que eles estão entre os menores dentre as carreiras típicas de Estado:

Órgão	Cargo	Lotação Real [1]	Lotação Máxima[2]	Grau de Lotação Nov2013
Receita Federal do Brasil	AFRFB	11.088	20.395	54,37%
	ATRFB	7.550	16.677	45,27%
Ministério das Relações Exteriores	Diplomata	1.557	1.805	86,26%
	Oficial de Chancelaria	881	1.893	46,54%
Polícia Federal	Delegado	1.714	2.187	78,37%
	Agente	6.240	8.033	77,68%
Ministério do Trabalho e Emprego	Auditor Fiscal do Trabalho	2.795	3.644	76,70%
Média sem a RFB				73,11%

[1] Boletim Estatístico de Pessoal 211 do MP, de novembro de 2013

[2] Publicação “Dados LDO” do MP, Portaria 1992 de 30/11/12

Com as comparação, fica claro o baixo índice de provimento da lotação da carreira ARFB. As carreiras típicas de Estado compõem o Núcleo Estratégico do Estado, do qual decorrem os objetivos fundamentais e as políticas públicas formuladas pelo governo. É essencial que tal Núcleo seja robusto, sem apresentar as distorções atuais.

Educação Continuada

O Grau de Amplitude traduz a relação entre o número de servidores capacitados em 2013 sobre o número total de servidores. Dessa forma, em 2013 a RFB capacitou 72,39% dos seus servidores em pelo menos uma ação de desenvolvimento.

O Grau de Aprofundamento traduz a carga horária média alocada aos servidores que foram capacitados em 2013. Assim, em 2013 a RFB alocou em média 48,40 horas de capacitação em cada um dos 72,39% dos seus servidores capacitados em 2013.

Ambos os resultados trazem melhorias em relação ao ano passado, cujos valores foram de 72% e 43,73 horas, respectivamente.

UNIDADE	GRAU DE APROFUNDAMENTO horas	GRAU DE AMPLITUDE %
RFB	48,40	72,39
UC	71,67	89,70
1ª RF	47,50	57,04
2ª RF	63,40	82,00
3ª RF	67,88	67,78
4ª RF	35,64	73,77
5ª RF	44,01	70,54
6ª RF	36,17	74,70
7ª RF	37,71	77,52
8ª RF	52,21	72,76
9ª RF	39,97	67,36
10ª RF	54,46	71,25
DRJ	43,76	57,86

Fonte: Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas da RFB - Siscad

5.2 - Terceirização de Mão de Obra e Contratação de Estagiários

5.2.1 – Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 20 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª região fiscal													
UG/Gestão: 170156						CNPJ: 00.364.460/0135-53							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	14/2009	10.805.776/0001-32	01/01/2010	31/12/2014							P
2013	V	E	19/2013	02.601.159/0001-97	24/05/2013	22/07/2013							E
2013	V	O	28/2013	10.565.495/0001-50	23/07/2013	22/07/2014							A
Observações: não há exigência de nível de escolaridade dos empregados.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: processos de contratação.													

Análise Crítica: a execução dos contratos de limpeza e conservação e de vigilância ostensiva da Unidade transcorreu dentro dos parâmetros contratuais, não tendo havido interrupções na prestação dos serviços ou inadimplência de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias. Apenas em fevereiro de 2014, a empresa contratada para prestação do serviço de limpeza foi comunicada do atraso no pagamento de salários de seus empregados, o que restou devidamente regularizado.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cascavel													
UG/Gestão: 170157						CNPJ: 00.364.460/0138/04							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	1/2013	04.970.088/0001-25	01/02/2013	25/07/2014	14	6		8			A
2012	V	O	8/2012	11.004.755/0001-80	01/01/2013	31/08/2014	28	4		22		2	A
Observações: não há.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: processos de contratação.													

Análise Crítica: As falhas de execução são recorrentes, em especial atrasos no pagamento de salários dos funcionários, descumprimento de obrigações trabalhistas, não atendimento das solicitações da fiscalização, ensejando em penalizações, rescisões de contrato e realização de nova licitação, em um círculo interminável. Os contratos de prestação de serviços continuados com mão de obra terceirizada residente invariavelmente têm apresentado falhas na execução, tais como interrupções na prestação de serviços, postos a descoberto, atraso no pagamento de verbas trabalhistas (VA, VT e salários), falta de recolhimento de contribuições previdenciárias, atraso no depósito de FGTS, não atendimento às exigências da fiscalização do contratos, dentre outras. No caso específico do contrato de vigilância foram identificados problemas com os coletes balísticos que estavam vencidos, alguns cintos táticos estavam estragados, com o coldre incompatível com o

tamanho da arma, vigilante com carteira vencida, vigilante com coturno furado, falta de vistoria no armamento, etc. Foi aberto procedimento administrativo para apuração das faltas e aplicação de penalidade.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba													
UG/Gestão: 170158						CNPJ: 00.364.460/0136-34							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	07/2013	16.934.245/0001-26	01/12/2013	31/07/2015	10	10					A
2008	L	O	08/2008	05.443.410/0001-20	01/12/2008	30/11/2013	7	9					E
2013	V	O	03/2013	11.933.418/0001-78	21/06/2013	20/02/2015			14	18			A
2007	V	O	07/2007	02.601.159/0001-97	16/10/1997	15/06/2013			37	32			E
Observações: não há.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: PROCESSOS – 10980.008491/2007-89 (Vigilância) e 10980.009605/2008-99 (Limpeza), 16296.720041/2013-19 (Limpeza), 16296.720.019/2013-61 (Vigilância)													

Análise Crítica: Os contratos de prestação de serviços de limpeza e vigilância foram substituídos no exercício 2013 por encerramento do prazo dos anteriores. Nos contratos antigos, tanto a prestação dos serviços quanto o encerramento ocorreram dentro do previsto, sem qualquer infração por parte das contratadas, sendo observado o fiel cumprimento das exigências legais e da fiscalização. Nos atuais, as contratadas estão prestando serviços de forma satisfatória, sem registro de qualquer infração ou descumprimento do contrato até o presente momento. Os custos com vigilância reduziram significativamente do contrato anterior para o atual, devido à substituição de vigilância orgânica por vigilância monitorada em 4 postos noturnos, o que contribuiu também para a redução dos gastos com energia elétrica e água.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Londrina													
UG/Gestão: 170159						CNPJ: 00.364.460/0137-15							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	8/2009	10.405.110/0001-97	02/01/2010	28/08/2013	1	1					E
2011	L	O	1/2011	10.405.110/0001-97	01/02/2011	31/01/2015	21	21					P
2012	V	O	6/2012	11.933.418/0001-78	01/01/2013	31/08/2014	18	5		13			A
Observações: O contrato 8/2009 teve sua vigência encerrada antes de seu termo final dado que a Unidade da RFB deixou de ser síndica do prédio e, portanto, tal incumbência não mais lhe cabia, sendo transferida para outro órgão também ocupante do mesmo imóvel.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: processos de contratação.													

Análise Crítica: no contrato 1/2011 houve atrasos no pagamento de verbas trabalhistas, recolhimento do FGTS, no fornecimento de materiais e equipamentos e na prestação de serviços secundários como roçada e dedetização. A Contratada foi punida com advertências e multas. Quanto ao contrato 6/2012, em seu início houve mora no fornecimento do armamento para um vigilante, o que foi regularizado após comunicações formais à Contratada.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ponta Grossa													
UG/Gestão: 170160						CNPJ: 00.364.460/0139-87							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	10/2009	01.582.046/0001-29	04/01/2010	03/01/2013	13	4		9			P
2012	V	O	01/2012	77.998.912/0001-29	31/03/2012	30/11/2013	16	6		10			P
Observações: não há.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: processos de contratação.													

Análise Crítica: nos contratos de vigilância e limpeza a Administração não enfrentou dificuldades em sua execução, não havendo tampouco inadimplência de obrigações sociais.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Maringá													
UG/Gestão: 170161					CNPJ: 00.394.460/0143-63								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	06/2010	03.495.870/0001-77	01/01/2011	30/04/2014			16	16			P
2011	L	O	1/2011	03.116.865/0001-06	01/02/2011	31/05/2014	21	21					P
Observações: não há.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: processos de contratação.													

Análise Crítica: O contrato de vigilância e segurança patrimonial firmado abrange o fornecimento de vigilância orgânica para os imóveis localizados na cidade de Maringá, sendo 1 posto 24 horas para o prédio sede da DRF e um de nossos Depósitos de Mercadorias Apreendidas, que contam com sistemas de CFTV e monitoramento de alarme para garantir maior segurança. Outro Depósito conta com dois postos, devido a sua área e por estar desprovido de sistemas eletrônicos de segurança. Para maior economia com as despesas públicas as 7 (sete) Agências da Receita Federal sob a Jurisdição da DRF Maringá conta somente com sistema eletrônico monitorado e vigilância. O contrato foi firmado após licitação na modalidade Pregão eletrônico, com participação de várias empresas. Foi assinado em 20/12/2010, com vigência de 20 meses a partir de 01/01/2011. Foi prorrogado até 30/04/2014 e pretendemos prorrogá-lo por mais um período de 20 meses, após a avaliação da conveniência e oportunidade da sua manutenção. Já o contrato de limpeza e conservação abrange os prédios sede da DRF, os dois depósitos de mercadorias apreendidas e as 7(sete) Agências da Receita Federal. Ambos os contratos são fiscalizados por servidores formalmente designados e acompanhados pela Seção de Programação e Logística.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu													
UG/Gestão: 170162						CNPJ: 00.394.460/0145-25							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	03/2009	07.228.643/0001-36	01/03/2009	28/02/2014	52	52					P
2009	V	O	7/2009	08.282.615/0001-60	01/01/2010	31/12/2014	155	155					P
Observações: não há.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: processos de contratação.													

Análise Crítica: O contrato de limpeza e conservação, firmado em 12/02/2009, tem termo final de vigência assinalado para o dia 28/02/2014. No decorrer do contrato a empresa apresentou bom desempenho operacional, atendendo satisfatoriamente as solicitações da Administração, não ocorrendo interrupções na prestação dos serviços, ou ainda reclamações quanto às questões trabalhistas. Já o contrato de vigilância e segurança patrimonial conta com 155 vigilantes, em regime de escala, distribuídos nos imóveis da DRF/FOZ e suas Unidades Jurisdicionais. Firmado em 04/12/2009, tem termo final de vigência assinalado para o dia 31/12/2014. As inconsistências relacionadas às verbas trabalhistas, detectadas pela fiscalização contratual no exercício de 2013, foram oportunamente sanadas pela Contratada.

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Paranaguá													
UG/Gestão: 170163						CNPJ: 00.394.460/0144-44							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	7/2009	09.039.434/0001-70	01/11/2009	31/10/2014			11	11			P
2013	L	O	2/2013	09.343.648/0001-35	30/01/2013	29/09/2014	6	6					A
Observações: não há.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: processos de contratação.													

Análise Crítica: Os serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva são indiscutivelmente essenciais ao bom funcionamento da Alfândega. Atualmente, os serviços prestados por ambas as empresas contratadas é de boa qualidade e cumpre o previsto em contrato. Quanto ao nível de escolaridade exigido, não encontramos nenhuma discrepância.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Florianópolis													
UG/Gestão: 170169							CNPJ: 00.394.460/0140-10						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	4/2012	09.284.804/0001-60	02/01/2013	31/08/2014	20	20	1	1			A
2012	V	O	2/2012	05.449.286/0001-00	01/09/2012	30/04/2014			8	8			A
Observações: não há.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: processos de contratação.													

Análise Crítica: a execução dos contratos de limpeza e conservação e de vigilância ostensiva da Unidade transcorreu dentro dos parâmetros contratuais, não tendo havido interrupções na prestação dos serviços ou inadimplência de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joaçaba													
UG/Gestão: 170170						CNPJ: 00.394.460/0142-82							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	8/2009	05.822.551/0001-54	04/01/2010	03/01/2015	18	18					P
2008	V	O	3/2008	07.168.167/0001-05	01/04/2008	31/12/2013	36	36					P
Observações: o contrato 8/2009 foi prorrogado por mais de 60 meses com base no §4º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, com as justificativas constantes do processo nº 10925.000135/2008-62.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: processos de contratação.													

Análise Crítica: Os serviços de vigilância e limpeza contratados por esta UG estão correndo dentro da normalidade. Os problemas encontrados são pontuais e a solução é buscada com celeridade e com respeito às cláusulas contratuais. As interrupções nos serviços inexistem e a fiscalização do contrato tem acompanhado o pagamento dos encargos trabalhistas, interferindo somente quando necessário.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joinville													
UG/Gestão: 170171						CNPJ: 00.394.460/0141-00							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	5/2008	04.629.488/0001-71	12/2008	12/2013	15	15					E
2009	L	O	2/2009	79.391.570/0001-45	05/2013	12/2014	11	11					P
2013	V	O	4/2013	04.629.488/0001-71	01/2014	08/2015	15	15					A
Observações: não há.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: processos de contratação.													

Análise Crítica: Contrato de limpeza e conservação abrangendo todas as Unidades Locais, Depósito de Mercadorias Apreendidas e sede da Delegacia. As Unidades Locais e DMA são áreas consolidadas já há bastante tempo, não havendo modificações no quesito área, produtividade ou materiais, mantendo portanto custos fixos, apenas com repactuações anuais relativas a alterações de insumos. Já a sede da Delegacia sofreu modificação em virtude de mudança de edifício onde, embora se mantenha área de expediente assemelhada (houve pequeno acréscimo), houve mudança de perfil do edifício, gerando necessidade de modificação nos termos do contrato, em virtude do aumento da área de envidraçamento e de pátio externo. Pretende-se realizar processo licitatório no decorrer do exercício 2014 para definitiva adequação dos parâmetros, buscando redução de custos para a administração. O contrato de vigilância ostensiva encerrou-se no final de 2013, com atendimento pleno aos postos já contratados historicamente, sem maiores apontamentos a serem feitos. Postos implementados na antiga sede transferidos para a nova Delegacia, mantendo o quadro idêntico ao anterior, transportando a mesma configuração para o novo contrato, já licitado e assinado, válido a partir de 01 de janeiro de 2014.

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Itajaí													
UG/Gestão: 170172						CNPJ: 00.394.460/0146-06							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	5/2009	09.508.389/0001-55	01/01/2010	31/12/2014	8	8	1	1			P
2013	V	O	1/2013	03.130.750/0001-76	01/03/2013	31/10/2014			9	9			A
Observações: não há.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: processos de contratação.													

Análise Crítica: não há dificuldade na prestação dos serviços. No entanto, a maior dificuldade enfrentada é na reposição dos postos vagos na limpeza em caso de faltas.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Blumenau													
UG/Gestão: 170314						CNPJ: 00.394.460/0473-77							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	3/2011	10.364.152/0001-27	02/06/2011	01/08/2013	8	8					E
2012	L	O	7/2012	03.116.868/0001-06	16/07/2012	15/03/2014	9	9					A
2013	V	O	3/2013	14.576.552/0001-57	02/08/2013	01/08/2014	8	8					A
Observações: não há.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: processos de contratação.													

Análise Crítica: O andamento dos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra, inclusive vigilância, limpeza e higiene seguem os trâmites normais.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Lages													
UG/Gestão: 170315						CNPJ: 00.394.460/0457-57							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	1/2012	85.134.344/0001-46	02/07/2012	01/03/2014	2	2					A
2012	V	O	4/2012	05.449.286/0001-00	01/01/2013	31/08/2014	4	4					A
Observações: não há.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: processos de contratação.													

Análise Crítica: As empresas contratadas cumprem a contento as suas obrigações contratuais, não havendo registro de interrupções na prestação de serviços. Em meados de 2013, com a troca dos fiscais de contratos, foi melhorado o sistema de controle e registro do cumprimento das obrigações trabalhistas, com o objetivo de prevenir e evitar ações trabalhistas, além de fornecer subsídios para a defesa da União.

Unidade Contratante													
Nome: Inspeitoria da Receita Federal do Brasil em Florianópolis													
UG/Gestão: 170342						CNPJ: 00.394.460/047-24							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	8/2008	83.892.174/0001-33	01/01/2009	31/12/2013	2	2					E
2009	V	O	2/2009	07.168.167/0001-05	05/01/2009	31/12/2013	10	10					E
Observações: não há.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: processos de contratação.													

Análise Crítica: Os contratos de vigilância, limpeza não oferecem maiores dificuldades, não se observando interrupções na prestação de serviços e não pagamento de verbas trabalhistas.

Unidade Contratante													
Nome: Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Curitiba													
UG/Gestão: 170343						CNPJ: 00.394.460/0472-96							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	7/2008	73.281.404/0001-74	01/01/2009	31/12/2013	5	5					E
2012	V	O	3/2012	11.933.418/0001-78	31/07/2013	30/07/2014			12	12			P
Observações: não há.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: processos de contratação.													

Análise Crítica: nos contratos de prestação de serviços de limpeza e contratos de vigilância ostensiva não houve problemas trabalhistas no período, não houve interrupções e nem qualquer outra dificuldade esperada.

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de São Francisco do Sul													
UG/Gestão: 170389						CNPJ: 00.394.460/0455-95							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	1/2012	13.111.573/0001-34	03/01/2012	31/08/2013	2	2					E
2013	L	E	5/2013	06.233.165/0001-90	03/09/2013	31/07/2013	2	2					E
2013	L	O	11/2013	04.231.640/0001-63	01/12/2013	31/07/2015	2	2					A
2013	V	O	1/2013	07.168.167/0001-05	28/01/2013	27/09/2014	2	2					A
Observações: não há.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: processos de contratação.													

Análise Crítica: A empresa Diversa Service Prestadora de Serviços Ltda., cujo contrato de conservação e limpeza foi extinto em 31/08/2013, causou muitas dificuldades em relação ao atraso de verbas trabalhistas e inclusive ainda não resolveu as pendências com as funcionárias. Houve várias intimações por parte da fiscal do contrato e há um processo em andamento para aplicação de penalidade. Com o encerramento do contrato da empresa acima mencionada, a Alfândega ficou sem a prestação do serviço de limpeza e sem tempo hábil para realização de pregão. Foi autorizada pela PFN dispensa de licitação para contratação emergencial, tendo sido contratada a empresa Hamirisi Serviços de Conservação e Limpeza Ltda., para o período de 03/09/2013 a 30/11/2013. Nesse tempo foi realizado o pregão e contratada em 01/12/2013 a empresa Andrade Serviços Gerais Ltda. Quanto ao contrato de vigilância ostensiva, encerrou-se em 31/12/2012 o contrato com a empresa Vigilância Triângulo Ltda. Em 28/01/2013 foi contratada a empresa Inviosat Segurança Ltda.

5.2.2 – Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 21 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª região fiscal													
UG/Gestão: 170156						CNPJ: 00.394.460/0135-53							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	4	O	02/2013	07.228.643/0001-36	28/01/2013	27/01/2015	6	6					P
2013	12	O	11/2013	07.447.720/0001-49	11/04/2013	10/04/2014			13	13			A
2013	9	O	23/2013	09.438.067/0001-87	05/07/2013	04/07/2014	19	19					A
2012	12	O	10/2012	26.645.879/0001-12	15/10/2012	14/10/2014	3	3					P
Observações: não há.													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
Área:													
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis;													
9. Manutenção de bens imóveis;													
10. Brigadistas;													
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes;													
12. Outras.													

Fonte: processos de contratação.

Análise Crítica: a execução dos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra transcorreu dentro dos parâmetros contratuais, não tendo havido interrupções na prestação dos serviços ou inadimplência de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cascavel													
UG/Gestão: 170157							CNPJ: 00.394.460/0138-04						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	2	O	5/2011	09.069.299/0001-05	15/07/2011	14/07/2014	2	2					P
2011	4	O	4/2011	09.069.299/0001-05	27/06/2011	26/06/2014	1			1			P
2011	5	O	4/2011	09.069.299/0001-05	27/06/2011	26/06/2014			3	2		1	P
2011	7	O	4/2011	09.069.299/0001-05	27/06/2011	26/06/2014			2				P
2012	9	O	7/2012	07.718.194/0001-04	14/12/2012	13/08/2014		3	4			1	A
2011	12	O	5/2011	09.069.299/0001-05	15/07/2011	14/07/2014	3	1		2			P
2011	12	O	5/2011	09.069.299/0001-05	15/07/2011	14/07/2014	1	1					P
2013	12	O	12/2013	04.970.088/0001-25	23/12/2013	04/08/2014			9	5		4	A
2009	12	O	7/2009	09.369.335/0001-56	21/04/2013	20/12/2014			3	3			P
2013	12	O	3/2013	13.771.087/0001-42	05/08/2013	16/12/2013			4	2		2	E
Observações: não há.													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis;													
9. Manutenção de bens imóveis;													
10. Brigadistas;													
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;													
12. Outras.													

Fonte: processos de contratação.

Análise Crítica: A unidade encontra dificuldade primeiramente na licitação, em face de carência de pessoal no quadro permanente da UG para o desempenho da atividade; a UG enquanto unidade descentralizada da Receita Federal do Brasil tem que contratar em pequena escala se comparadas as necessidades a nível regional/estadual (onde os custos deste serviço mantém características similares). Dificuldades também na fiscalização dos contratos em função da carência de pessoal, combinada ao grande volume de atribuições conferidas ao fiscal/gestor de contratos pela IN/SLTI 02/2008. As falhas de execução são recorrentes, em especial atrasos no pagamento de salários dos funcionários, descumprimento de obrigações trabalhistas, não atendimento das solicitações da fiscalização, ensejando em penalizações, rescisões de contrato e realização de nova licitação, em um círculo interminável. Os contratos de prestação de serviços continuados com mão de obra terceirizada residente invariavelmente têm apresentado falhas na execução, tais como interrupções na prestação de serviços, postos a descoberto, pessoal desqualificado para o posto, atraso no pagamento de verbas trabalhistas (VA, VT e salários), falta de recolhimento de contribuições previdenciárias, atraso no depósito de FGTS, não atendimento às exigências da fiscalização do contratos, dentre outras. Os procedimentos administrativos para apuração das infrações contratuais e aplicação de penalidade são constantes.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba													
UG/Gestão: 170158							CNPJ: 00.394.460/0136-34						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	5	O	02/2012	07.228.643/0001-36	01/12/12	30/06/15			41	36			P
2011	12	O	03/2011	73.281.404/0001-74	01/09/11	31/12/14	1	1					P
2011	12	O	02/2011	73.281.404/0001-74	15/08/11	14/12/14	1	1					P
2009	12	O	03/2010	06.888.220/0001-80	01/08/10	31/07/15	1	1					P
2013	9	O	25/2013	09.438.067/0001-67	05/07/13	04/07/14			3	3			A
Observações: não há.													
LEGENDA													
Área:					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis;													
9. Manutenção de bens imóveis;													
10. Brigadistas;													
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;													
12. Outras.													

Fonte: Processos: 16296.720039/2012-51 - Recepcionistas; 10980.002355/2011-61 – Carregadores; 10980.001668/2011-01 - Motorista; 10980.004424/2009-57 – Office-Boy; 16296.720042/2013-55 – Manutenção Predial.

Análise Crítica: Nos contratos de Office-boy e carregador as contratadas estão prestando serviços de forma satisfatória, sem registro de qualquer infração ou descumprimento do contrato até o presente momento. No contrato de motorista, foi constatado em novembro/2013, que a empresa não havia repassado o aumento de salário decorrente da nova Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria com vigência a partir de 01/08/2013. A empresa foi notificada pela fiscalização e efetuou o pagamento das diferenças salariais do período em dezembro. No contrato de recepcionistas, a empresa está prestando serviços adequadamente, porém já cometeu pequenas infrações, como atraso de 1 dia no pagamento de salários das funcionárias. Foi proposta penalidade de multa, conforme previsão contratual, a empresa recorreu e o processo administrativo encontra-se em fase de julgamento do recurso interposto. No contrato manutenção predial, a contratada, embora esteja prestando os serviços satisfatoriamente, tem dificultado o trabalho da fiscalização e a gestão contratual. Isso se deve ao fato de a empresa ter ofertado preço baixo no pregão e não estar suportando os custos do contrato, o que a levou a pedir rescisão amigável que não foi aceita pela administração. Assim, é esperado que a contratada não aceite a prorrogação do contrato no vencimento do prazo.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Londrina													
UG/Gestão: 170159							CNPJ: 00.394.460/0137-15						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	3	O	5/2010	73.281.404/0001-74	02/01/2012	31/12/2014			2	1		1	P
2010	2	O	3/2010	10.405.511/0001-97	02/01/2011	31/12/2014	2	2	2	2			P
2012	5	O	2/2012	10.328.740/0001-05	03/04/2012	02/04/2014			15	10		4	P
2012	9	O	1/2012	04.098.267/0001-14	16/04/2012	15/04/2014			4	4			P
2010	5	O	4/2010	04.970.088/0001-25	02/01/2011	31/12/2014	6	4	7	7		2	P
Observações: não há.													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis;													
9. Manutenção de bens imóveis;													
10. Brigadistas;													
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;													
12. Outras.													

Fonte: processos de contratação.

Análise Crítica: a execução do contrato 3/2010 tem-se revelada problemática, pois há reiterados atrasos no pagamento de verbas trabalhistas, recolhimento de FGTS, tendo a Contratada já sido penalizada. Nos demais, a execução dá-se os termos contratados, sem interrupções na prestação dos serviços ou inadimplência de obrigações sociais.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ponta Grossa													
UG/Gestão: 170160							CNPJ: 00.394.460/0139-47						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	12	O	15/2009	09.369.335/0001-56	14/12/2009	14/12/2013	2	1		1			E
2010	2	O	5/2010	09.369.335/0001-56	01/09/2010	30/12/2013	3			3			E
2011	9	O	3/2011	00.192.707/0001-47	19/04/2011	18/08/2014	2			2			P
2011	5	O	4/2011	13.697.422/0001-00	17/10/2011	16/02/2015			7	2		5	P
2011	7	O	5/2011	07.951.388/0001-55	04/07/2011	03/11/2014			2	2			P
2012	4	O	4/2012	80.275.290/0001.15	08/10/2012	07/06/2014	1			1			A
2012	5	O	6/2011	07.682.995/0001-67	02/01/2012	31/12/2013			8	7		1	E
Observações: não há.													
LEGENDA							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.						
Área:							Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.						
1. Segurança;							Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.						
2. Transportes;							Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis;													
9. Manutenção de bens imóveis;													
10. Brigadistas;													
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;													
12. Outras.													

Fonte: processos de contratação.

Análise Crítica: No ano de 2013, a Unidade teve dificuldades em obter uma execução adequada nos contratos com mão-de-obra terceirizada, à exceção dos contratos de vigilância e limpeza. Para estes dois últimos, as empresas prestadoras de serviço são especializadas e fornecem serviço adequado. Quanto aos outros contratos, observamos que a atuação das empresas resume-se apenas fornecer a mão-de-obra, pagar os salários, sem dar atenção adequada à qualidade dos serviços e à gestão dos empregados. Em um dos contratos (DRF/PTG 05/2011), a empresa que regularmente cumpria as obrigações trabalhistas, subitamente deixou de pagar salários e cumprir demais obrigações. O contrato estava em processo de rescisão em 31/12/2013.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Maringá													
UG/Gestão: 170161							CNPJ: 00.394.460/0143-63						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	6/2010	03.495.870/0001-77	01/01/2011	30/04/2014		16	16				P
2009	2	O	5/2009	78.533.312/0001-58	01/01/2010	30/04/2013	6	5	4	4			P
2009	4	O	5/2009	78.533.312/0001-58	01/01/2010	30/04/2013	1	1					P
2009	5	O	5/2009	78.533.312/0001-58	01/01/2010	30/04/2013			5	5			P
2009	7	O	5/2009	78.533.312/0001-58	01/01/2010	30/04/2013			2	2			P
2009	9	O	5/2009	78.533.312/0001-58	01/01/2010	30/04/2013	3	3	2	2			A
2009	12	O	5/2009	78.533.312/0001-58	01/01/2010	30/04/2013			11	11			P
Observações: não há.													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis;													
9. Manutenção de bens imóveis;													
10. Brigadistas;													
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;													
12. Outras.													

Fonte: processos de contratação.

Análise Crítica: O contrato 5/2008 fornece os serviços de secretária técnica, copeira, carregador, recepcionista, operadora de empilhadeira, telefonista e motorista. Serviços contratados conforme previsto no Decreto 2.2271/1197, essenciais para o desenvolvimento dos trabalhos da DRF Maringá e os Depósitos de Mercadorias Apreendidas. Ambos os contratos são fiscalizados por servidores formalmente designados e acompanhados pela Seção de Programação e Logística.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu													
UG/Gestão: 170162						CNPJ: 00.394.460/0145-25							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	5	O	11/2011	00.239.006/0001-16	01/06/2011	31/01/2013	62	62					E
2011	7	O	11/2011	00.239.006/0001-16	01/06/2011	31/01/2013	2	2					E
2011	4	O	11/2011	00.239.006/0001-16	01/06/2011	31/01/2013	5	4					E
2011	12	O	11/2011	00.239.006/0001-16	01/06/2011	31/01/2013	2	2					E
2011	12	O	11/2011	00.239.006/0001-16	01/06/2011	31/01/2013	56	50					E
2011	12	O	11/2011	00.239.006/0001-16	01/06/2011	31/01/2013	5	4					E
2011	3	O	3/2011	00.239.006/0001-16	01/06/2011	31/01/2013	3	3					E
2011	3	O	3/2011	00.239.006/0001-16	01/06/2011	31/01/2013	43	40					E
2011	3	O	3/2011	00.239.006/0001-16	01/06/2011	31/01/2013	1	1					E
2011	12	O	3/2011	00.239.006/0001-16	01/06/2011	31/01/2013	1	1					E
2011	12	O	4/2011	00.239.006/0001-16	01/06/2011	31/01/2013	1	1					E
2011	2	O	2/2011	07.592.889/0001-92	01/06/2011	30/09/2014	9	9					P
2011	12	O	2/2011	07.592.889/0001-92	01/06/2011	30/09/2014	23	30					P
2012	9	O	3/2012	80.464.753/0001-97	13/08/2012	12/08/2014			10	10			P
2013	5	O	1/2013	07.554.068/0001-80	01/02/2013	27/09/2013	75	86					E
2013	7	O	1/2013	07.554.068/0001-80	01/02/2013	27/09/2013	2	2					E
2013	4	O	1/2013	07.554.068/0001-80	01/02/2013	27/09/2013	4	4					E
2013	12	O	1/2013	07.554.068/0001-80	01/02/2013	27/09/2013	2	3					E
2013	12	O	1/2013	07.554.068/0001-80	01/02/2013	27/09/2013	50	53					E
2013	12	O	1/2013	07.554.068/0001-80	01/02/2013	27/09/2013	5	5					E
2013	3	O	2/2013	07.554.068/0001-80	01/02/2013	27/09/2013	3	3					E
2013	3	O	2/2013	07.554.068/0001-80	01/02/2013	27/09/2013	1	1					E
2013	5	O	3/2013	07.554.068/0001-80	01/02/2013	27/09/2013	1	1					E
2013	5	E	10/2013	03.360.511/0001-54	01/10/2013	29/03/2014	90	89					A
2013	7	E	10/2013	03.360.511/0001-54	01/10/2013	29/03/2014	2	2					A
2013	4	E	10/2013	03.360.511/0001-54	01/10/2013	29/03/2014	4	4					A
2013	12	E	10/2013	03.360.511/0001-54	01/10/2013	29/03/2014	4	4					A
2013	12	E	10/2013	03.360.511/0001-54	01/10/2013	29/03/2014	62	57					A
2013	12	E	10/2013	03.360.511/0001-54	01/10/2013	29/03/2014	6	6					A
2013	5	E	11/2013	07.592.889/0001-92	01/10/2013	29/03/2014	1	1					A
Observações: não há.													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis;													
9. Manutenção de bens imóveis;													
10. Brigadistas;													
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizês;													
12. Outras.													

Fonte: processos de contratação.

Análise Crítica: Os contratos de números 2011CT001, 2011CT003 e 2011CT004 foram encerrados em 31/01/2013, haja vista manifestação da Contratada de que não tinha interesse na prorrogação dos mesmos. A Administração, também, não tinha intenção de prorrogá-los, haja vista que a Contratada não vinha cumprido, a contento, com suas obrigações contratuais, situação que culminou com a retenção dos valores devidos à Contratada pelos serviços prestados no mês de janeiro de 2013, valores estes que foram utilizados para pagamento direto aos funcionários disponibilizados para execução dos serviços contratados. Os contratos de números 2013CT001, 2013CT002 e 2013CT003 foram encerrados unilateralmente pela Administração. Os valores devidos à Contratada, com autorização judicial, foram retidos administrativamente e utilizados para

pagamento direto aos funcionários disponibilizados para execução dos serviços contratados. Em razão do encerramento abrupto destes contratos, estes serviços foram contratados por dispensa de licitação para um período de 180 dias, estando os contratos de números 2013CT010 e 2013CT011 vigentes até 29/03/2014.

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Paranaguá													
UG/Gestão: 170163							CNPJ: 00.394.460/0144-44						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	2	O	10/2011	13.111.573/0001-34	02/01/2012	01/09/2013			2	2			E
2013	2	O	7/2013	05.912.569/0001-47	02/09/2013	01/05/2015			2	2			A
2011	4	O	4/2011	08.629.207/0001-31	19/09/2011	18/05/2013	1	1					A
2011	5	O	2/2011	07.200.004/0001-62	29/03/2011	31/05/2013			18	18			E
2013	5	O	5/2013	07.200.004/0001-62	01/06/2013	31/12/2015			17	17			A
2013	5	O	8/2013	05.912.569/0001-62	16/09/2013	15/05/2015			4	4			A
2011	7	O	1/2011	03.025.281/0001-25	01/03/2011	30/06/2014			2	2			P
2013	8	O	26/2013	09.438.067/0001-87	30/01/2013	29/09/2014			3	3			A
2012	12	O	1/2012	09.310.539/0001-11	01/07/2012	28/02/2014	4	4					A
2011	12	O	6/2011	10.405.110/0001-97	12/05/2013	11/01/2015			1	1			P
Observações: contrato 1/2012 (área 12 – carregadores) e contrato 6/2011 (área 12 – operador de empilhadeira).													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis;													
9. Manutenção de bens imóveis;													
10. Brigadistas;													
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;													
12. Outras.													

Fonte: processos de contratação.

Análise Crítica: Os serviços de prestação continuada, com locação de mão de obra, estão sendo prestados de forma satisfatória.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Florianópolis													
UG/Gestão: 170169							CNPJ: 00.394.460/0140-10						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	5	O	5/2012	07.544.068/0001-80	01/11/2012	30/08/2013			25	25			E
2012	7	O	5/2012	07.544.068/0001-80	01/11/2012	30/08/2013			2	2			E
2012	4	O	5/2012	07.544.068/0001-80	01/11/2012	30/08/2013			1	1			E
2012	6	O	5/2012	07.544.068/0001-80	01/11/2012	30/08/2013			5	5			E
2012	9	O	5/2012	07.544.068/0001-80	01/11/2012	30/08/2013			1	1			E
2012	12	O	5/2012	07.544.068/0001-80	01/11/2012	30/08/2013			7	7			E
2013	4	O	9/2013	78.533.212/0001-58	01/10/2013	31/05/2015			1	1			A
2013	5	O	9/2013	78.533.212/0001-58	01/10/2013	31/05/2015			25	25			A
2013	6	O	9/2013	78.533.212/0001-58	01/10/2013	31/05/2015			3	3			A
2013	7	O	9/2013	78.533.212/0001-58	01/10/2013	31/05/2015			2	2			A
2013	9	O	9/2013	78.533.212/0001-58	01/10/2013	31/05/2015			6	6			A
Observações: não há.													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes; 12. Outras. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: processos de contratação.

Análise Crítica: o contrato nº 05/2012 foi rescindido em 30/08/2013 com fundamento no parágrafo primeiro da cláusula décima segunda do mesmo e nos artigos 77, 78, II, e 79, I da Lei nº 8.666/93, em razão do descumprimento das obrigações trabalhistas, confessado pela própria Contratada, conforme Ofício ADMINAS/Nº 604/2013, contrariando o disposto no inciso XVIII da cláusula sétima do contrato, e da renúncia declarada pela Contratada ao cumprimento do referido contrato.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joaçaba													
UG/Gestão: 170170							CNPJ: 00.394.460/0142-82						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	12	O	10/2009	07.261.678/0001-77	04/01/2010	03/01/2015	2	2					P
2009	12	O	11/2009	07.261.678/0001-77	04/01/2010	05/01/2015	1	1					P
2009	12	O	9/2009	00.482.840/0001-38	20/01/2010	19/01/2015	1	1					P
2010	5	O	12/2010	09.369.335/0001-56	01/01/2011	30/04/2014			9	9			P
2008	12	O	17/2008	05.822.551/0001-54	02/01/2009	01/01/2014			1	1			E
2013	12	O	2/2013	79.283.058/0001-41	01/09/2013	31/08/2014	2	2					P
2013	7	O	7/2013	09.369.335/0001-56	18/06/2013	19/06/2014	3	3					P
2013	2	O	1/2013	11.057.118/0001-72	01/02/2013	31/01/2016			2	2			P
Observações: não há.													
LEGENDA													
Área:					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis;													
9. Manutenção de bens imóveis;													
10. Brigadistas;													
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;													
12. Outras.													

Fonte: processos de contratação.

Análise Crítica: Os serviços de locação de mão de obra contratados são executados dentro dos padrões contratados. As interrupções nos serviços inexistem e a fiscalização do contrato tem acompanhado o pagamento dos encargos trabalhistas, interferindo somente quando necessário e nos termos da lei.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joinville													
UG/Gestão: 170171							CNPJ: 00.394.460/0141-00						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	5	O	1/2010	79.283.065/0001-41	07/2013	02/2015	17						P
2009	9	O	1/2010	79.283.065/0001-41	07/2013	02/2015	1						P
2009	7	O	1/2010	79.283.065/0001-41	07/2013	02/2015	2						P
2009	2	O	1/2010	79.283.065/0001-41	07/2013	02/2015	2						P
2009	4	O	1/2010	79.283.065/0001-41	07/2013	02/2015	1						P
2009	6	O	1/2010	79.283.065/0001-41	07/2013	02/2015	1						P
2009	12	O	1/2010	79.283.065/0001-41	07/2013	02/2015	3						P
2011	9	O	1/2011	03.576.203/0001-19	12/2012	07/2014	8						P
Observações: não há.													
LEGENDA													
Área:					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis;													
9. Manutenção de bens imóveis;													
10. Brigadistas;													
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;													
12. Outras.													

Fonte: processos de contratação.

Análise Crítica: Contratos de terceirização de mão de obra administrativa, com fornecimento de postos de trabalho que atendem necessidades de serviços auxiliares da Delegacia e Unidades Locais, mantido inalterado já há alguns anos em sua configuração básica, sofrendo apenas adaptações pontuais de acordo com especificidades, como acréscimo de um posto de carregador, para atender novas necessidades em virtude do aumento de serviços junto ao Depósito de Mercadorias apreendidas e novo edifício sede. Ainda no quesito terceirização de mão de obra, porém com objeto específico em manutenção de móveis, imóveis e equipamentos, a Unidade mantém contrato que assegura integral cobertura de serviços de assistência sobre edifícios, instalações, condicionadores de ar e de fornecimento de energia ininterrupta (nobreaks), tendo havido algumas falhas de atendimento por parte da prestadora, especialmente no que se refere a prazos de execução de serviços, devidamente apuradas pela fiscalização do contrato e com penalidade adequada aplicada.

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Itajaí													
UG/Gestão: 170172							CNPJ: 00.394.460/0146-06						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	12	O	3/2013	03.360.551/0001-54	08/08/2013	07/04/2015	4	4					A
2013	2	O	3/2013	03.360.551/0001-54	08/08/2013	07/04/2015			3	2			A
2012	5	O	4/2012	78.533.312/0001-58	01/09/2012	30/04/2014			22	22			A
2012	4	O	4/2012	78.533.312/0001-58	01/09/2012	30/04/2014	1	1					A
2012	12	O	4/2012	78.533.312/0001-58	01/09/2012	30/04/2014			1	1			A
2009	9	O	5/2009	09.508.389/0001-55	01/01/2010	31/12/2014	8	8	1	1			P
2013	1	O	1/2013	03.130.750/0001-76	01/03/2013	31/10/2014			9	9			A
2012	12	O	5/2012	00.482.840/0001-38	01/09/2012	30/04/2014	1	1					A
2012	7	O	5/2012	00.482.840/0001-38	01/09/2012	30/04/2014			2	2			A
Observações: não há.													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis;													
9. Manutenção de bens imóveis;													
10. Brigadistas;													
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;													
12. Outras.													

Fonte: processos de contratação.

Análise Crítica: A maior dificuldade enfrentada encontra-se na execução do contrato de prestação de serviços de motorista portador da CNH “E” para conduzir nossa carreta, por se tratar de uma cidade portuária, o mercado neste campo é muito disputado e os salários são maiores do que o oferecido na Convenção Coletiva.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Blumenau													
UG/Gestão: 170314						CNPJ: 00.394.460/0473-77							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	2	O	9/2010	03.025.281/0001-25	01/01/2011	30/04/2014			1	1			P
2010	4	O	9/2010	03.025.281/0001-25	01/01/2011	30/04/2014	2	1					P
2010	5	O	9/2010	03.025.281/0001-25	01/01/2011	30/04/2014			13	13			P
2010	7	O	9/2010	03.025.281/0001-25	01/01/2011	30/04/2014			2	2			P
2010	12	O	9/2010	03.025.281/0001-25	01/01/2011	30/04/2014	3	3					P
Observações: não há.													
LEGENDA						Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							
Área:													
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis;													
9. Manutenção de bens imóveis;													
10. Brigadistas;													
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;													
12. Outras.													

Fonte: processos de contratação.

Análise Crítica: a execução dos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra transcorreu dentro dos parâmetros contratuais, não tendo havido interrupções na prestação dos serviços ou inadimplência de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias.

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Lages													
UG/Gestão: 170315							CNPJ: 00.394.460/0457-87						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	5	O	2/2012	07.366.643/0001-00	02/01/2013	01/09/2014			10	10			A
2012	12	O	2/2012	07.366.643/0001-00	02/01/2013	01/09/2014			10	10			A
2012	12	O	3/2012	07.682.995/0001-67	02/01/2013	01/09/2014	2	2					A
Observações: não há.													
LEGENDA							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						
Área:													
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis;													
9. Manutenção de bens imóveis;													
10. Brigadistas;													
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;													
12. Outras.													

Fonte: processos de contratação.

Análise Crítica: As empresas contratadas cumprem a contento as suas obrigações contratuais, não havendo registro de interrupções na prestação de serviços. Em meados de 2013, com a troca dos fiscais de contratos, foi melhorado o sistema de controle e registro do cumprimento das obrigações trabalhistas, com o objetivo de prevenir e evitar ações trabalhistas, além de fornecer subsídios para a defesa da União.

Unidade Contratante													
Nome: Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Florianópolis													
UG/Gestão: 170342							CNPJ: 00.394.460/0470-24						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	5	O	4/2011	00.482.840/0001-38	01/01/2012	30/04/2015			6	6			P
2011	9	O	4/2011	00.482.840/0001-38	01/01/2012	30/04/2015	2	2					P
2011	4	O	4/2011	00.482.840/0001-38	01/01/2012	30/04/2015	3	3					P
2011	2	O	4/2011	00.482.840/0001-38	01/01/2012	30/04/2015	1	1					P
2011	12	O	4/2011	00.482.840/0001-38	01/01/2012	30/04/2015	7	7					P
Observações: não há.													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes; 12. Outras.					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								

Fonte: processos de contratação.

Análise Crítica: Quanto à execução dos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra, não foram enfrentadas dificuldades em seu desenvolvimento.

Unidade Contratante													
Nome: Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Curitiba													
UG/Gestão: 170343							CNPJ: 00.394.460/0472-96						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	5	O	3/2012	03.025.281/0001-25	21/02/2013	20/02/2014			11	11			P
2013	12	O	6/2013	04.970.088/0001-25	03/03/2013	05/03/2014			5	5			P
2013	2	O	5/2013	03.025.281/0001-25	06/03/2013	05/03/2014			2	2			P
2013	12	O	4/2013	05.902.569/0001-47	25/02/2013	24/02/2014			1	1			A
2013	12	O	2/2013	04.970.088/0001-25	07/02/2013	06/02/2014			3	3			P
2013	9	O	24/2013	09.438.067/0001-87	05/07/2013	04/07/2014			3	3			A
Observações: não há.													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
Área:													
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis;													
9. Manutenção de bens imóveis;													
10. Brigadistas;													
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;													
12. Outras.													

Fonte: processos de contratação.

Análise Crítica: a execução dos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra transcorreu dentro dos parâmetros contratuais, não tendo havido interrupções na prestação dos serviços ou inadimplência de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias.

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de São Francisco do Sul													
UG/Gestão: 170389							CNPJ: 00.394.460/0455-95						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	7	O	4/2012	79.283.064/0001-41	23/08/2012	22/08/2014			2	2			P
2013	2	O	2/2013	05.912.569/0001-47	08/05/2013	07/05/2014			2	2			A
2012	4	O	2/2012	13.111.573/0001-34	03/01/2012	31/08/2013	1	1					E
2010	5	O	2/2010	09.310.539/0001-11	01/01/2011	31/12/2014			8	8			P
2013	4	O	9/2013	09.310.539/0001-11	16/12/2013	15/08/2015	1	1					A
Observações: não há.													
LEGENDA													
Área:					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
1. Segurança;					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
2. Transportes;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
3. Informática;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis;													
9. Manutenção de bens imóveis;													
10. Brigadistas;													
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;													
12. Outras.													

Fonte: processos de contratação.

Análise Crítica: A empresa Olívio & Pietrobeli Ltda., do contrato de motoristas, tem causado dificuldades em relação ao atraso de verbas trabalhistas e já houve intimações por parte do fiscal do contrato. A empresa Diversa Service Prestadora de Serviços Ltda., cujo contrato de copeiragem foi extinto em 31/08/2013, também causou muitas dificuldades em relação ao atraso de verbas trabalhistas e inclusive ainda não resolveu as pendências com a funcionária. Houve várias intimações por parte da fiscal do contrato e há um processo em andamento para aplicação de penalidade. Com o encerramento do contrato da empresa acima mencionada, a Alfândega ficou sem a prestação do serviço de copeiragem até 16/12/2013, quando finalmente foi firmado contrato com a empresa Guipeservice Serviços e Manutenção Ltda.

5.2.3 - Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 22 – Composição do quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	208	214	211	158	1.224.110,50
1.1. Área Fim	0	0	0	0	0
1.2. Área Meio	208	214	211	158	1.224.110,50
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
2.1. Área Fim	0	0	0	0	0
2.2. Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	208	214	211	158	1.224.110,50

Fonte: DW Siape – Fevereiro 2014

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Estagiários das DRJ estão contabilizados nos quadros das Regiões Fiscais;
2. Foram apuradas as rubricas de Bolsa de Estágio, Auxílio Transporte Estagiário e Recesso Remunerado Estágio. Não são considerados os descontos de falta, auxílio transporte do período de recesso e GRU emitidas em nome do estagiário;
3. O lançamento de dados históricos no Siape, após a data da extração DW, pode gerar diferença nos valores apresentados.

A contratação de estagiários na RFB é realizada mediante a celebração de contratos com empresas que prestam serviços como agentes de integração entre universidades, estudantes e a RFB. A seleção é realizada conforme a demanda de trabalho do órgão e o perfil do curso do estudante.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 6: Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário
(Item 6, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU Nº 127/2013)

6.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

- ✓ Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, que dispõe sobre o uso de carros oficiais.
- ✓ Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o artigo 37, XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
- ✓ Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a condução de veículo oficial.
- ✓ Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 37, XXI da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão para aquisição de bens e serviços comuns.
- ✓ Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas.
- ✓ Decreto nº 5.450, de 31 de março de 2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns.
- ✓ Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- ✓ Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.
- ✓ Portaria do Ministério da Fazenda nº 282, de 9 de junho de 2011, que estabelece critérios e condições para destinação de mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento.
- ✓ Portaria da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 3.010, de 29 de junho de 2011, que estabelece critérios e condições para destinação de mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento.
- ✓ Norma de execução da Coordenação Geral de Serviços Gerais da Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda nº 1.03.003, de 14 de fevereiro de 1997, que estabelece procedimentos administrativos ao credenciamento de servidor para condução de veículo oficial.

Alguns veículos terrestres usados pela SRRF e suas Unidades Jurisdicionadas no cumprimento de sua missão institucional são incorporados aos seus patrimônios, na forma da legislação acima citada.

A incorporação, nos termos do parágrafo único do artigo 24 da Portaria RFB nº 3.010, de 2011, define- como “a transferência do direito de propriedade dos bens que houverem sido destinados para o órgão público” e recai sobre aqueles bens – no presente caso, veículos - que foram abandonados, entregues à Fazenda Nacional ou foram objeto de pena de perdimento.

Segundo citada norma, somente poderão ser destinados a órgãos da Administração Pública veículos cujo uso esteja de acordo com a legislação a eles aplicável.

No âmbito desta 09ª região fiscal, que abrange Unidades da Receita Federal do Brasil nos estados do Paraná e Santa Catarina, compete ao Superintendente da Receita Federal da 09ª região fiscal, nos termos do artigo 43 da Portaria RFB nº 3.011, de 2011, destinar bens e mercadorias às Unidades sob sua jurisdição fiscal.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

As Unidades da Receita Federal do Brasil na 9ª região fiscal, conforme explanado no item referente às finalidades do órgão, compartilham missões institucionais comuns, seja na fiscalização e arrecadação de tributos internos, seja na fiscalização e arrecadação de tributos externos e demais ações que circundam tais funções precípuas.

Contudo, neste quadro, digno de destaque o perfil aduaneiro da região fiscal, que se sobressai dada a sua localização geográfica: compõem-na os Estados do Paraná e de Santa Catarina, com os quais mantêm fronteiras terrestres e lacustres Paraguai e Argentina, circunstância que reforça a acentuada atuação das Unidades da Receita Federal do Brasil nesta região fiscal na fiscalização de tributos externos e no combate aos delitos de contrabando e descaminho e demais que lhe são conexos.

E, neste panorama, a frota de veículos próprios - distribuída entre as 17 Unidades da RFB, sendo composta de veículos leves e pesados, embarcações e aeronaves - constitui instrumento de extrema importância para o cumprimento da missão institucional desta Casa Fazendária, conforme se nota dos principais relatos colhidos das Unidades da 9ª região fiscal.

Para a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ponta Grossa, os veículos oficiais são utilizados para atividades de fiscalização; repressão ao contrabando e descaminho; transporte de mercadorias apreendidas; transporte de materiais entre Delegacia e subunidades; transporte de servidores para realização de atividades externas necessárias ao funcionamento da Delegacia; tramitação de documentos a outros órgãos e instituições financeiras quando requerida celeridade e/ou urgência para os serviços. A falta de veículos impactaria diretamente na execução de atividades fim e meio do órgão, em especial a fiscalização. Outro aspecto a se considerar é que a circunscrição territorial da Delegacia abrange uma grande extensão territorial e números de municípios, o que torna imprescindível o uso de veículos próprios.

Para a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cascavel, a frota de veículos é de extrema relevância, pois além da demanda interna da Delegacia (atividades voltadas à fiscalização e

arrecadação de tributos internos), é intenso o trabalho na área aduaneira combatendo o contrabando e descaminho de mercadorias, tanto no Município onde se situa sua sede, quanto nas Agências e Inspetorias pertencentes à nossa jurisdição.

Para a Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Paranaguá, os veículos oficiais são fundamentais para a execução de suas atividades. Tratando-se de Unidade portuária, as atividades da Alfândega são exercidas em vários recintos, tais como: porto, terminais privados, recintos alfandegados e armazéns de retaguarda. Por isso, o uso das viaturas é constante, tanto pelos motoristas, fazendo o serviço de transporte de malote com documentos e processos, como de servidores das áreas de fiscalização, despacho e principalmente da Seção de Vigilância e Repressão – SAVIG que conta com três veículos (caminhonetes) que são exclusivos para suas atividades nas áreas portuária e de retaguarda do porto. Além disso, a SAVIG conta com um veículo que é acoplado com equipamento de raio X, operando dentro do porto.

Para a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu, uma frota estruturada e adequada ao cumprimento da missão da RFB nesta tríplice fronteira (BR-ARG-PY) é fundamental tendo em vista que as atividades administrativas — manutenção predial, suporte rede de informática e TI, etc — demandam pronto atendimento no transporte de técnicos. Ainda, as atividades de busca e repressão são realizadas com viaturas caracterizadas para abordagem ostensiva e descaracterizadas para investigações. De outra ponta, o transporte de mercadorias apreendidas entre os serviços de mercadorias apreendidas das Unidades jurisdicionadas é realizado com caminhões e carretas da frota oficial. E, por fim, a CODEM — Comissão de Destruição de Mercadorias Apreendidas — demanda transporte para destinação de produtos a empresas em outros estados.

Para a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Blumenau, a frota é empregada para transporte institucional, atividades de ação fiscal, de vigilância e repressão, e todas as demais atividades administrativas como: transporte de materiais da DRF para as agências e das agências para a DRF e deslocamentos para o Depósito de Mercadorias Apreendidas – DMA.

Por fim, para a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joaçaba, que jurisdiciona 128 municípios distribuídos em uma área de 31.439 Km² (trinta e um mil, quatrocentos e trinta e nove quilômetros quadrados) e população de 1.277.639 (conforme CENSO 2010), a frota de veículos é um instrumento de logística fundamental para o desenvolvimento dos processos internos que permitem a consecução da missão e atendimento das metas e alcance dos resultados esperados. Assim, o uso dos veículos permite o transporte de pessoas, materiais e mercadorias, entre a Delegacia, Agências e Inspetorias, bem como permite a efetivação ações que visam aumentar a percepção de risco, a presença fiscal e a vigilância e repressão aos crimes tributários e aduaneiros. A frota de veículos é instrumento imprescindível aos trabalhos de investigação, fiscalização, repressão, transporte de documentos, mercadorias apreendidas dentro da jurisdição acima apresentada e para viabilizar atuações conjuntas com outras Unidades. Outro ponto que deve ser ressaltado é a questão da localização geográfica da Delegacia e suas Unidades Jurisdicionadas, que além de fazer fronteira com a Argentina, possui várias rotas de passagens de pessoas e mercadorias provenientes do Paraguai, requerendo uma intensa movimentação para coibir os crimes transfronteiriços.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

UG	Quantidade	
	Veículo de transporte institucional (*)	Veículo de serviço especial (*)
170156	5	27
170157	12	17
170158	2	-
170159	4	19
170160	3	11
170161	23	
170162	48	50
170163	12	6
170169	2	7
170170	14	1
170171	12	-
170172	17	-
170314	-	8
170315	1	4
170342	17	6 (**)
170343	-	12
170389	-	10 (***)
Total por grupo de veículos	149	178
Total de veículos da frota	327	

Fonte: Documentos de controle administrativo das Unidades Gestoras.

(*) Classificação de veículos segundo a Instrução Normativa MPOG nº 3, de 15 de maio de 2008.

(**) Dois dos 6 veículos de serviço especial da UG 170342 são embarcações; lancha Spirit Ferretti, de 43 pés, fabricada em 2003 e lancha Skywake X22, de 22 pés, fabricada em 2009.

(***) Um dos 10 veículos de serviço especial da UG 170389 é uma embarcação, da Marca Schaefer Yachts, lancha mar aberto de 49 pés, ano de 2007.

(****) As informações referentes às aeronaves serão prestadas em tópico específico.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

UG	Média anual de quilômetros rodados	
	Veículo de transporte institucional (*)	Veículo de serviço especial (*)
170156	11.302	11.864
170157	6.389	8.302
170158	2.794	-
170159	16.946	4.578
170160	9.923	8.141
170161	7.413	
170162	886	631
170163	2.874	4.250
170169	1.502	2.541
170170	6.356	2.806
170171	11.763	-
170172	3.672	-
170314	-	6.904
170315	1.245	4.113
170342	8.547	3.327
170343	-	4.747
170389	-	4.179
Média anual Km por grupo de veículos	6.476	4.193
Média anual Km da frota	5.334	

Fonte: Documentos de controle administrativo das Unidades Gestoras.

(*) Classificação de veículos segundo a Instrução Normativa MPOG nº 3, de 15 de maio de 2008.

(**) As informações referentes às aeronaves serão prestadas em tópico específico.

A embarcação Schaefer Yachts, 2007, lancha mar aberto de 49 pés, sob a responsabilidade da UG 170389, registra 73,9 horas a bombordo e 74,1 a boreste de distância percorrida, segundo horímetro dos motores.

A embarcação Spirit Ferretti, fabricada em 2003, de 43 pés, sob a responsabilidade da UG 170342, registra 90 horas navegadas em 2013. Já a embarcação Skywake X22, fabricada em 2009, de 22 pés, foi transferida para UG 170342 recentemente e, enquanto sob sua responsabilidade, não registra horas navegadas, pois se encontra em manutenção.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

UG	Idade média (anos)	
	Veículo de transporte institucional (*)	Veículo de serviço especial (*)
170156	7,8	5,6
170157	2,5	4
170158	1	-
170159	8	1,7
170160	5	4
170161	3,4	
170162	5,6	6,3
170163	2,6	1,3
170169	5	6,5
170170	2,2	4
170171	4,9	-
170172	6,3	-
170314	-	5,7
170315	8	2,7
170342	-	2,1
170343	4,8	0
170389	-	2,6
Idade média grupo de veículos	3,9	2,9
Idade média da frota	3,4	

Fonte: Documentos de controle administrativo das Unidades Gestoras.

(*) Classificação de veículos segundo a Instrução Normativa MPOG nº 3, de 15 de maio de 2008.

(**) As informações referentes às aeronaves serão prestadas em tópico específico.

A embarcação Schaefer Yachts, lancha mar aberto de 49 pés, sob a responsabilidade da UG 170389, foi fabricada no ano de 2007 e possui 6 anos. Já as embarcações Spirit Ferretti e Skywake X22 possuem 10 e 4 anos, respectivamente.

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Em relação à manutenção da frota de veículos automotores, à exceção das aeronaves – que possuem contrato próprio - a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª região fiscal firmou com Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HOM Ltda (EMBRATEC), CNPJ nº 03.506.307/0001-57, o contrato SRRF/9RF nº 17/2013, originado do pregão eletrônico SRRF/9RF nº 11/2013, que tem por objeto a prestação de serviços de gestão da frota das Unidades da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal, nos Estados do Paraná e de Santa Catarina, com operação de sistema informatizado via Internet e tecnologia de pagamento de

estabelecimentos credenciados para manutenção preventiva e corretiva (incluindo o fornecimento de peças e acessórios, serviços de mecânica geral, funilaria, pintura, eletricidade, ar condicionado, trocas de óleo e filtros, alinhamento de direção, balanceamento, reparos dos pneus, lavagem e aspiração geral dos veículos, revisão geral, serviço de guincho) para a frota dos veículos oficiais - automóveis tipo passeio, pick-ups, vans, caminhões leves e pesados, ônibus e motor-home, empilhadeiras e embarcação, de vigência iniciada em 15/05/2013 e de valor anual estimado de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e 0,00% (zero por cento) de taxa de administração.

Precedeu-lhe o contrato SRRF/9RF nº 24/2011, firmado com Ticket Serviços S/A, CNPJ nº 47.866.934/0001-74, de vigência iniciada em 01/01/2012 e de valor anual estimado em R\$ 1.182.249,83 (um milhão e cento e oitenta e dois mil e duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e três centavos).

Segundo documentos de acompanhamento da fiscalização de contrato, o serviço contratado consumiu a totalidade de R\$ 503.369,36 (quinhentos e três mil e trezentos e sessenta e nove reais e trinta e seis centavos) no exercício de 2013, sendo R\$ 261.518,66 devidos a Ticket Serviços S/A e R\$ 241.850,70 devidos a EMBRATEC.

Já a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu é a única Unidade Jurisdicionada que possui contrato próprio de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para sua frota de veículos automotores, firmado com oficinas mecânicas localizadas no Município, cuja despesa no exercício de 2013, segundo informações do Gestor local, alcançou a importância de 300.000,00 (trezentos mil reais).

Quanto ao fornecimento de combustíveis para a frota de veículos automotores, à exceção, também, das aeronaves – que possuem contratos próprios, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª região fiscal firmou com Ticket Serviços S/A, CNPJ nº 47.866.934/0001-74, o contrato SRRF/9RF nº 7/2009, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis (Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum, Óleo Diesel Marítimo e Álcool) em rede de postos credenciados através de sistema (Software) integrado para a captura eletrônica de dados a fim de atender toda a frota de veículos oficiais da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª RF, bem como os veículos em trânsito nesta Região Fiscal, localizados na Superintendência Regional e nas Unidades Jurisdicionadas.

Segundo documentos de acompanhamento da fiscalização do contrato, o custo em 2013 com esta despesa, que abrange a frota de veículos automotores de todas as Unidades da Receita Federal do Brasil nesta região fiscal, incluídas as embarcações, alcançou a importância total de R\$ 359.487,33 (trezentos e cinquenta e nove mil e quatrocentos e oitenta e sete reais e trinta e três centavos).

g) Plano de substituição da frota;

O plano de substituição da frota é elaborado órgão central da Receita Federal do Brasil, após consultadas as regiões fiscais.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

O órgão central da RFB estabelece as determinações para a política de aquisição dos veículos e as razões de escolha da aquisição em detrimento da locação, baseadas nas estratégias da Receita Federal do Brasil.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O controle é feito através do preenchimento de formulários na entrada e saída dos veículos, e neste documento constam informações tais como: identificação do condutor, destinos, data de saída e retorno, km inicial e final, e ainda os problemas mecânicos apresentados. Há formulário específico para o controle de abastecimento e consumo de combustível por veículo.

Frota de Aeronaves de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

A partir deste momento, os quesitos acima comentados serão abordados para a SRRF09 apresentar suas aeronaves que são utilizadas por servidores da Receita Federal do Brasil em exercício na Divisão de Operações Aéreas (DIOAR) que, a despeito de ser vinculada hierarquicamente ao órgão central, tem suas demandas de programação e logística atendidas pela SRRF09, por força de norma regimental.

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

A Receita Federal do Brasil possui e opera dois helicópteros modelo Eurocopter EC-135, configurados e equipados para operações aéreas de fiscalização tributária e aduaneira, de vigilância e repressão aduaneira e de inteligência fiscal, registradas no Registro Aeronáutico Brasileiro – RAB com matrículas PR-RFA e PR-RFC.

A operação de aeronaves da Receita Federal do Brasil submete-se(*) à legislação aeronáutica vigente para aeronaves civis, bem como às normas regulamentares emanadas do antigo Departamento de Aviação Civil (DAC) e da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), instituída pela Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, principalmente:

- ✓ Código Brasileiro de Aeronáutica – CBAer – Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986;
- ✓ Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica (RBHA) nº 47 – Funcionamento e atividades do Registro Aeronáutico Brasileiro;
- ✓ Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica (RBHA) nº 91 – Regras gerais de operação para aeronaves civis;
- ✓ Regulamento Brasileiro de Aviação Civil (RBAC) nº 61 – Licenças, habilitações e certificados para pilotos.

Dentro da Receita Federal do Brasil, a operação dos helicópteros, conforme artigo 141 do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, está a cargo da Divisão de Operações Aéreas, sediada em Curitiba – PR, conforme Anexo I ao citado Regimento

Interno, com apoio logístico da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal, conforme Artigo 209 também do Regimento Interno.

As operações aéreas da RFB, por sua vez, foram regulamentadas através da Portaria RFB nº 129, de 05 de fevereiro de 2013.

(*) Cumpre observar que a legislação aeronáutica brasileira deriva dos termos estabelecidos na Convenção de Chicago, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 21.713 de 28 de agosto de 1946, com alterações posteriores pelos Decretos nº 27.649/1949; nº 51.424/1962; nº 51.425/1962; nº 64.990/1969; nº 80.487/1977; nº 73.002/1973; nº 80.486/1977 e nº 85.705/1981.

Em seu Artigo 3º, a Convenção estabelece o seguinte:

“Aeronaves Civis e do Estado

a) Esta Convenção será aplicável unicamente a aeronaves civis, e não a aeronaves de propriedade do Governo.

b) São consideradas aeronaves de propriedade do Governo aquelas usadas para serviços militares, alfandegários ou policiais. (..).”

Considerando-se a previsão contida neste Artigo da Convenção, as aeronaves da Receita Federal do Brasil não estariam sujeitas à legislação aeronáutica brasileira, posto que esta estrutura normativa procura tão somente regulamentar o conteúdo da referida Convenção, a qual aplica-se somente às aeronaves civis que não se enquadrem no conceito do Artigo 3º.

Contudo, com exceção dos serviços militares, os demais operadores de aeronaves de propriedade do Governo não possuem regulamentação para as suas atividades, sujeitando-se por tradição às normas vigentes para aeronaves civis. Tal submissão tem por objetivo garantir padrões de segurança operacional para proteção do patrimônio público e de terceiros, bem como da incolumidade das pessoas envolvidas com a operação ou de alguma forma afetadas por ela. Infelizmente, a lacuna de regulamentação específica traz prejuízos para o bom cumprimento de suas missões institucionais.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A operação de helicópteros segue um modelo diverso daqueles aplicados às frotas de veículos terrestres, em razão do elevado valor da aeronave, dos custos operacionais e das exigências legais para sua utilização, principalmente no que tange às habilitações, certificações e treinamentos exigidos para a sua operação.

À Divisão de Operações Aéreas cabe, em suma, a execução das operações aéreas e o gerenciamento das atividades necessárias para a manutenção das aeronaves, treinamento de tripulações, planejamento de operações aéreas, entre outros, de forma centralizada, em atendimento às necessidades de apoio aéreo de toda a RFB.

Estas aeronaves tem sido empregadas no apoio aéreo a diversas atividades do órgão, entre elas:

- ✓ Operações de combate ao contrabando e descaminho, principalmente nas regiões de fronteira seca com o Paraguai (com destaque para Foz do Iguaçu), as quais permitiram um aumento da eficiência das equipes terrestres e da segurança destas equipes nas abordagens. Em 2013, o apoio aéreo em operações de vigilância e repressão aduaneiras estendeu-se para a RF01 (Op. Cone Sul - vigilância aérea e apoio a equipes terrestres de repressão na fronteira Brasil - Paraguai, ao sul do MS), RF03 e RF04 (mapeamento de portos e

atracadouros clandestinos nos estados do CE, PI, MA e AL e busca de embarcações estrangeiras com entrada e/ou permanência irregulares no país);

- ✓ Operações voltadas para a arrecadação de contribuição previdenciária sobre obras de construção civil e omissão de patrimônio no Imposto de Renda de Pessoa Física, as quais possibilitaram um aumento da percepção de risco e da presença fiscal que resultaram no incremento da arrecadação da referida contribuição.
- ✓ Em 2013, cerca de 80 (oitenta) horas de voo foram em pregadas neste tipo de apoio aéreo nas RF06, RF10, RF09 e RF03, com retornos expressivos tais como na RF06: nos 5 meses seguintes à operação Grifo (abril a agosto), a região apresentou um crescimento de R\$ 14,7 milhões na arrecadação, em comparação ao mesmo período do ano anterior, equivalendo a um incremento de 20%;
- ✓ Operação de mapeamento de área, divulgação e presença fiscal na questão do ITR: operação aérea inovadora em conjunto com a DRE/Lages, com intensa divulgação prévia e constante trabalho de fiscalização posterior, resultou em acréscimo de cerca de R\$ 1,8 milhão na arrecadação deste tributo apenas na circunscrição daquela delegacia em relação ao ano anterior de 2012, o que representa um incremento de mais de 170%.

Para a Receita Federal do Brasil, além de todos os resultados mensuráveis, as aeronaves constituem um importante instrumento de presença fiscal, de divulgação da imagem institucional perante a sociedade, bem como de demonstração de força e de dissuasão perante as organizações criminosas atuantes no contrabando e descaminho, possibilitando ainda um aumento da percepção de risco com a conseqüente redução da atividade ilegal e da sonegação e, posterior aumento da arrecadação.

No ano de 2013, a RFB reforçou sua presença institucional atuando ao lado de demais órgãos da Administração Pública Federal em várias ações que contaram com apoio aéreo: Op. Copa das Confederações - 30 (trinta) horas de voo em 2 semanas de atividades e Op. Jornada Mundial da Juventude - 16 (dezesesseis) horas de voo em 10 dias apoiando o Ministério da Defesa (Estado-Maior Conjunto - Centro de Coordenação de Defesa de Área) no reconhecimento e mapeamento de áreas sensíveis.

Excepcionalmente, a RFB pôde empregar suas aeronaves em proveito de outros órgãos, tendo realizado, por exemplo, em 2013 duas missões de Transporte de Órgão Vital em ocasiões em que o Governo do Estado do Paraná não dispunha de aeronave e os órgãos seriam perdidos caso não fossem transportados a tempo para o transplante.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ;

A Divisão de Operações Aéreas opera 02 (dois) helicópteros Eurocopter EC-135 T2+, matrículas PR-RFA e PR-RFC.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos;

No ano de 2013 foram cumpridas 27 missões operacionais, durante as quais foram voadas um total de 608 horas. Somando-se as horas voadas a título de manutenção da aeronave e de treinamento e manutenção operacional dos tripulantes, temos um total de 654 horas.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Os helicópteros PR-RFA e PR-RFC foram fabricados em 2006 e recebidos em maio de 2007.

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

No item manutenção englobando as duas aeronaves, período de 01/2013 a 12/2013, com um total de horas voadas de 654 horas, foram gastos R\$ 3.352.094,34 (três milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, noventa e quatro Reais e trinta e quatro centavos) valor que engloba gastos com manutenções preventivas, manutenções corretivas, fornecimento de peças de troca sistemática e não sistemática, apoio operacional em sede e em operações, custo de reparo de peças e equipamentos e controle técnico de manutenção. No referido valor também estão inclusas as notas fiscais emitidas em dezembro/2013 com vencimento em 2014, inclusive o apoio operacional de dezembro/2013, cuja nota fiscal foi emitida em 2014. Esclarecemos, ainda, que os valores das revisões/serviços realizados em 2012, que estavam pendentes de faturamento, o que ocorreu somente no ano de 2013, também estão inseridos no valor acima informado.

Os custos associados ao seguro obrigatório (Responsabilidade Civil - RETA), bem como ao Seguro Aeronáutico de Casco (integral) para as duas aeronaves, período de 10/05/2013 a 10/05/2014, totalizaram a quantia de R\$ 964.626,80 (novecentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e vinte e seis Reais e oitenta centavos).

Os custos com combustível (QAV) totalizaram, em 2013, o valor de R\$ 621.532,09 (seiscentos e vinte e um mil, quinhentos e trinta e dois reais e nove centavos).

g) Plano de substituição da frota;

As aeronaves são “veículos” cujo ciclo de vida pode estender-se por mais de 20 (vinte) anos, com um programa de manutenção rígido e operação dentro dos limites estabelecidos pelo fabricante, razão pela qual não foi definido até o momento um plano de substituição da frota.

Em 16 de julho de 2013, o Sr. Secretário da RFB assinou a Proposição de Projeto para Estruturação e Ampliação da Atividade Aérea do órgão. Este marco indica a importância estratégica do referido Projeto, cujo propósito é consolidar o emprego de aeronaves na Receita Federal como meio para a consecução de seus objetivos estratégicos, mediante ampliação da capacidade operacional e do alcance das operações aéreas, por meio da adequação da estrutura administrativa, normativa, material e de recursos humanos da Divisão de Operações Aéreas. Entre as principais linhas de ação, destacam-se:

- Atualização tecnológica de equipamentos e incorporação de novas tecnologias – representada, entre outras iniciativas, pela instalação de um novo sistema imageador, já em andamento e pela aquisição de veículos especiais para o abastecimento de aeronaves;
- Investimentos em infraestrutura de hangaragem e manutenção de aeronaves;
- Criação e instalação de Núcleos de Operações Aéreas, subordinados à Dioar, para ampliar a cobertura geográfica;
- Aquisição de novas aeronaves, mediante estudos de viabilidade técnica e orçamentária;

- Seleção, formação e aperfeiçoamento de quantitativo adequado de servidores para composição das tripulações, com vistas à operação segura e eficiente da frota da Receita;
- Investimentos em infraestrutura operacional, mediante a instalação de helipontos em localidades desprovidas de aeródromos, de forma a possibilitar a realização de operações aéreas diurnas e noturnas de forma periódica. As localidades serão definidas em função da necessidade de apoio aéreo para operações de vigilância e repressão aduaneira, especialmente na faixa de fronteira internacional [fonte: Informe-se – periódico de divulgação de notícias internas da RFB em sua intranet, de 01/10/2013].

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A opção pela aquisição em detrimento da locação ocorreu em função da necessidade de aeronaves configuradas com equipamentos voltados para os objetivos da operação aérea, como por exemplo, câmera giro-estabilizada para obtenção de imagens tanto diurnas quanto noturnas, radar de busca, farol de alta potência luminosa, alguns dos quais de uso exclusivo das Forças Públicas.

As modificações necessárias, bem como os processos de homologação aeronáutica destes equipamentos tornam difícil, senão inviável a utilização de aeronaves comercialmente disponíveis para locação, as quais, em geral, são configuradas para transporte de passageiros e, eventualmente de carga.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Cumprе esclarecer que as aeronaves da RFB não são empregadas com finalidade primária de transporte de pessoal e/ou carga, mas de apoio operacional às atividades do órgão.

A Divisão de Operações Aéreas efetua, através de registro informatizado e arquivamento físico, o controle da manutenção, do seguro e dos combustíveis utilizados pelos helicópteros. Os dados relativos às horas de voo de tripulantes são controlados através de sistema informatizado específico.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;

Apenas a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 09ª região fiscal (SRRF09) mantém com pessoa jurídica de direito privado contrato de prestação de serviços de transporte e remoção de mercadorias apreendidas que funciona por chamada.

Ante a necessidade de serviços relacionados, principalmente, às demandas da área aduaneira da RFB na 09ª região fiscal, objetivou-se contratar empresa atuante na área de logística em transporte de carga em âmbito municipal, estadual e interestadual, de mercadorias apreendidas, veículos leves e pesados, embarcações, containeres, mobiliários, mudanças de servidores e cargas em geral, e que forneça recursos humanos, neste caso, carregadores e motoristas avulsos, conforme o caso, com a finalidade de atender a toda a demanda da RFB na 9a. Região Fiscal, principalmente em apoio às atividades de combate ao contrabando e descaminho.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte;

Transportadora de Bens Santa Catarina, CNPJ nº 07.357.980/0001-23.

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;

Contrato SRRF/9RF nº 10/2013, que atende a todas as Unidades da RFB na região fiscal, foi originado do pregão eletrônico SRRF/9RF nº 9/2013 e teve vigência anual iniciada em 28.03.2013, permitida prorrogações nos termos do artigo 57, II da Lei nº 8.666, de 1993.

Segundo cláusula contratual sétima, “(...) pela prestação dos serviços efetivamente realizados o valor de R\$ 899,00 (oitocentos e noventa e nove Reais) por diária de 100 Km para o caminhão do tipo baú com capacidade em torno de 50 m³, na cidade de Curitiba (frete base), com mão-de-obra composta de 01 (um) motorista e 02 (dois) ajudantes, com aplicação do fator de multiplicação correspondente ao serviço prestado, conforme planilha constante da proposta de preço do anexo V do instrumento convocatório. O valor global previsto deste contrato para o período de 12 (doze) meses será de R\$ 1.972.089,00 (um milhão, novecentos e setenta e dois mil, oitenta e nove Reais), com a quilometragem anual estimada de 300.000 km.”

No exercício de 2013, segundo consulta ao SIAFI, foram pagos à Contratada R\$ 2.578.260,14 (dois milhões e quinhentos e setenta e oito mil e duzentos e sessenta reais e catorze centavos).

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o artigo 37, XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 37, XXI da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão para aquisição de bens e serviços comuns.
- Decreto nº 5.450, de 31 de março de 2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A contratação deste tipo serviço, em ambos os casos, é de extrema relevância, pois, além de não contarmos com funcionários e estrutura física suficientes para atender esta demanda, sem prejudicar o cumprimento da missão finalística do órgão, é um instrumento que serve de apoio à movimentação de mercadorias removidas, possibilitando o esvaziamento de estoque em depósitos, o cumprimento das metas de destinação de mercadorias, a baixa de processos mais antigos, a realização de leilões e a destinação de mercadorias por outras Unidades da RFB.

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;

h) Idade média anual, por grupo de veículos;

i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;

Acerca dos quesitos “f”, “g”, “h” e “i”, informa-se que Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª região fiscal não possui acesso a tais informações, uma vez que se referem a bens de propriedade da empresa contratada, sobre os quais não há qualquer ingerência.

j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

A SRRF09 mantém o controle próprio decorrente da atividade de fiscalização da execução do contrato, como por exemplo: recebimento dos pedidos de realização de transportes de bens, verificação do cumprimento das obrigações pactuadas, atesto de que os serviços foram prestados, recebimento e pagamento de faturas, aplicação de sanções administrativas, etc.

6.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade

Quadro 23 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	PARANÁ	50	49
	Curitiba	3	3
	Capanema	2	2
	Cascavel	3	3
	Francisco Beltrão	1	1
	Iporã	1	1
	Laranjeiras do Sul	2	2
	Pato Branco	2	2
	Santo Antônio do Sudoeste	2	2
	Toledo	2	2
	Paranaguá	4	5
	Londrina	3	2
	Apucarana	1	1
	Jacarezinho	1	1
	Ponta Grossa	3	3
	União da Vitória	1	1
	Guarapuava	1	0
	Maringá	3	3
	Campo Mourão	1	1
	Cianorte	1	1
	Jandaia do Sul	1	1
	Loanda	1	1
	Paranavaí	1	1
	Foz do Iguaçu	5	5
	Guairá	1	1
	Marechal Cândido Rondon	1	1
	Medianeira	2	2
	Santa Helena	1	1
	SANTA CATARINA	19	19
	Florianópolis	1	1
	São José	2	2
	Tubarão	1	1
	Araranguá	1	1
	Joaçaba	1	1
	Dionísio Cerqueira	3	3
	Joinville	3	3
	Jaraguá do Sul	1	1
	Itajaí	2	2
	Blumenau	1	1
	Rio do Sul	1	1
	Imbituba	1	1
	São Francisco do Sul	1	1
Subtotal Brasil		69	68
EXTERIOR	PAÍSES 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		69	68

Fonte: Spiunet e Edifica.

Quadro 24 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170156	7535003645005	21	2	359.700,00	24/10/2011	359.700,00	204.534,18	-
Total							204.534,18	-
170157	7487000025002	13	3	1.199.745,98	29/09/2011	1.199.745,98	-	14.879,91
	7487000045003	13	5	189.000,00	27/10/2010	189.000,00	-	14.271,39
	7493000685007	13	8	412.939,80	20/12/2011	412.939,80	-	-
	7493000695002	13	4	5.177.248,37	29/09/2011	5.177.248,37	-	48.685,62
	7493000745000	13	5	6.054.738,75	29/09/2011	6.054.738,75	-	73.743,54
	7565000545001	13	3	565.297,03	29/09/2011	565.297,03	-	6.635,09
	7605000055007	13	8	120.000,00	19/03/2012	120.000,00	-	-
	7659000195002	13	8	42.400,00	16/07/2012	42.400,00	-	-
	7659000225009	13	4	295.255,73	29/09/2011	295.255,73	-	5.255,13
	7751000185008	13	4	440.335,64	29/09/2011	440.335,64	-	5.056,93
	7751000315009	13	8	176.000,00	23/04/2012	176.000,00	-	-
	7857000045007	13	4	569.544,94	29/09/2011	569.544,94	-	5.566,01
	7857000055002	13	8	42.608,22	29/09/2011	42.608,22	-	-
	7927000225000	13	4	424.269,13	29/09/2011	424.269,13	-	4.021,79
	7927000355000	13	8	285.859,62	28/08/2012	285.859,62	-	-
Total							-	178.115,41
170158	7535003665006	21	4	-	12/08/2013	9.638.697,93	-	-
Total							-	-
170159	7667000365006	13	4	2.658.957,39	25/08/2011	3.329.359,06	11.841,90	182.938,20
	7667000695006	13	6	766.991,61	14/02/2012	2.747.573,00	1.954,00	41.834,26
	7425000085005	13	5	240.160,68	10/10/2012	618.538,24	-	26.932,95
	7629000135008	13	5	317.608,01	29/09/2011	358.369,10	-	78.776,63
	7425000485003	13	3	105.679,02	30/09/2011	286.751,94	-	-
	7667001475000	11	3	2.460.000,00	05/2012	2.460.000,00	-	-
Total							13.795,90	330.482,04
170160	7777000395006	21	1	955.251,37	12/09/2011	1.092.929,16	-	30.077,88
	7777000105008	21	3	3.354.813,79	12/09/2011	7.093.263,37	-	434.348,57
	7777000405001	21	5	592.797,68	12/09/2011	938.412,06	19.750,00	102.718,71
	7937000285000	21	1	11.066,96	12/09/2011	11.066,96	-	-
	7583001325003	21	1	94.055,60	05/07/2013	94.055,60	-	-
Total							19.750,00	567.145,16
170161	7483000255005	13	3	357.415,21	03/02/2012	162.942,23	-	4.372,86
	7505000145000	13	3	575.547,85	02/02/2012	387.889,88	-	6.412,27
	7635000085005	13	3	527.06,97	03/02/2012	125.541,34	-	6.754,04
	7663000145003	13	3	551.946,66	23/12/2011	55.1946,66	-	6.936,63

	7691000475009	13	3	2.990.361,85	02/02/2012	948.154,72	55.831,38	40.723,13
	7691000495000	13	5	4.658.063,43	02/02/2012	3.697.556,45	-	189.040,14
	7691000525006	13	5	3.110.224,11	20/01/2012	3.110.224,11	-	20.845,28
	7749000185006	13	3	377.776,43	08/02/2012	593.749,69	-	6.295,02
Total							55.831,38	281.379,38
170162	7563005855002	13	6	565.967,36	30/12/2011	565.967,36	-	22.327,13
	7563005875003	13	5	19.378.836,21	27/12/2011	19.378.836,21	-	226.828,22
	7563005935006	13	4	9.450.903,81	27/12/2011	9.450.903,81	-	114.473,81
	7563008485001	13	5	186.732,92	27/12/2011	186.732,92	-	9.415,25
	7563008525003	21	4	1.865.571,50	27/12/2011	1.865.571,50	-	24.423,75
	7563008565005	13	8	5.669.420,56	30/12/2011	5.669.420,56	-	2.741,96
	7563008715007	13	8	7.641.966,08	30/12/2011	7.641.966,08	-	3.696,08
	7571000065004	13	6	495.021,02	15/12/2011	495.021,02	-	10.353,27
	7683000095000	13	4	337.773,31	12/12/2011	337.773,31	-	4.107,09
	7701000075001	13	5	196.474,45	12/12/2011	196.474,45	-	3.310,96
	7701000205002	7	4	130.541,74	07/12/2011	130.541,74	-	2.849,61
	7971000045009	13	3	720.448,00	30/12/2011	720.448,00	-	6.767,16
Total							-	431.294,29
170163	7745001255005	12	8	85.070,40	26/09/2011	1.971.504,00	-	-
	7745001355000	21	4	1.315.721,54	26/09/2011	4.635.406,42	3.433,00	41.354,47
	7745001415002	21	4	4.273.041,22	26/09/2011	5.281.183,51	3.433,00	55.443,68
	7745001365005	21	4	1.175.210,38	26/09/2011	2.062.803,96	3.434,00	33.657,58
Total							10.300,00	130.455,73
170169	8027000715005	13	3	148.000,00	30/09/2011	148.000,00	-	-
	8105002725003	13	5	10.852.241,23	30/09/2011	10.852.241,23	-	87.242,42
	8327000585003	13	3	339.796,30	30/09/2011	2.874.901,00	-	-
	8367000175009	13	3	301.000,00	30/09/2011	301.000,00	-	-
Total							-	87.242,42
170170	8177000235006	21	4	666.102,79	12/12/2011	3.500.000,00	-	3.900,00
	8097000445009	21	4	ND (*)	25/10/2011	2.501.013,44	-	600,00
	8097000545003	21	5	ND (*)	17/10/2011	82.460,00	-	-
	8097000505001	21	5	301.555,16	25/10/2011	6.322.546,86	-	-
Total							-	4.500,00
170171	8175000045006	14	Terreno	27.464,48	31/12/2013	1.286.000,00	-	-
	8179000745000	21	Terreno	131.837,29	31/12/2013	1.051.232,00	-	-
	8179000435001	21	Terreno	1.929.498,01	31/12/2013	3.388.036,58	-	-
	8179000555007	18	4	711.699,09	31/12/2013	2.800.000,00	-	62.679,90
Total							-	62.679,90
170172	8161000215002	13	3	1.139.148,28	27/09/2011	2.637.463,,97	-	8.802,21
	8161000895002	11	3	305.594,88	28/09/2011	5.794.868,71	-	120.000,00
Total							-	128.802,21
170314	8291000165000	13	3	481.91,32	17/05/2012	509.982,82	-	-

	8047000205001	13	3	1.249.987,57	14/10/2011	1.753.000,00	-	-
Total							-	-
170342	8327000325001	21	1	3.729.654,97	14/08/2012	3.607.370,03	-	-
	8327000725000	21	1	13.328.800,56	14/08/2012	3.729.664,97	-	-
	8149000055003	21	2	370.820,71	09/08/2012	237.013,41	140.475,03	-
	814300013500-7	21	2	86.100,00	09/08/2012	1.611.204,78	-	-
Total							140.475,03	-
170343	753500097500-4	21	4	614.568,34	13/09/2011	1.553.853,92	-	35.470,08
Total							-	35.470,08
170389	8319.000225006	21	5	351.609,33	19/09/2011	739.605,31	-	29.567,45
Total							-	29.567,45
Total							444.686,49	2.267.134,07

Fonte: Spiunet e contratos de reformas prediais ou de manutenção predial.

Legenda:

Regime:

1 – Aquicultura	12 – Em regularização – Outros
2 – Arrendamento	13 – Entrega – Adm. Federal Direta
3 – Cessão – Adm. Federal Indireta	14 – Esbulhado (Invadido)
4 – Cessão – Outros	15 – Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro)
5 – Cessão – Prefeitura e Estados	16 – Irregular – Cessão
6 – Cessão Onerosa	17 – Irregular – Entrega
7 – Comodato	18 – Irregular – Outros
8 – Disponível para Alienação	20 – Locação para Terceiros
9 – Em processo de Alienação	21 – Uso em Serviço Público
10 – Em regularização – Cessão	22 – Usufruto Indígena
11 – Em regularização – Entrega	23 – Vago para Uso

Estado de Conservação:

1 – Novo	5 – Reparos Importantes
2 – Muito Bom	6 – Ruim
3 – Bom	7 – Muito Ruim (valor residual)
4 – Regular	8 – Sem Valor

(*) ND: não disponível.

Análise Crítica

UG 170156: A SRRF09 possui atualmente apenas um imóvel sob sua responsabilidade, utilizado como almoxarifado e depósito de materiais permanentes. Este imóvel está abrangido pelo contrato de manutenção predial da SRRF/9RF celebrado em julho de 2013. Dada a recente reforma deste imóvel - encerrada em setembro de 2013 – não houve execução de despesa com sua manutenção, daí a razão do não preenchimento da coluna “despesas no exercício – com manutenção”. Já a maioria das Divisões da SRRF/9RF concentra-se em imóvel cuja responsabilidade é de outro órgão, qual seja, a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda (SAMF/PR), a quem cabe a realização de despesas com manutenção e reformas.

UG 170157: Os imóveis listados na relação acima estão em plena utilização por esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cascavel, com exceção dos RIPs 7605000055007, 7659000195002, 7751000315009, 7927000355000 onde serão construídas novas sedes da Receita Federal do Brasil, conforme Plano de Engenharia 2014/2015. As despesas mencionadas referem-se ao contrato de

manutenção predial mantido por essa DRF e despesas com os materiais utilizados nos serviços. Por fim, informamos que, não existe nesta Delegacia nenhum imóvel que esteja fora do Patrimônio da União.

UG 170158: a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba ocupa imóvel de uso compartilhado, cuja responsabilidade por reformas e manutenção cabem à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda (SAMF/PR), daí a razão do não preenchimento da coluna “despesas no exercício – com manutenção”.

UG 170159: a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Londrina possui 05 imóveis sob a sua responsabilidade, assim distribuídos: Prédio da Delegacia; Depósito de Mercadorias Apreendidas (DMA); Agência de Apucarana; Agência de Jacarezinho; e Terreno urbano com 3.937,50 metros quadrados sem edificação (RIP 7667001475000). Já no Sistema SPIUNET estão registrados em 06 RIP's (Registro Imobiliário Patrimonial): RIP 7667.00036.500-6 Delegacia; RIP 7667.00069.500-6 DMA; RIP 7425.00008.500-5 ARF/Apucarana; RIP 7425.00048.500-3 Apartamento da ARF/Apucarana; RIP 7629.00013.500-8 ARF/Jacarezinho; e Terreno RIP 7667.00147.500-0. Quanto ao estado de conservação dos imóveis, tem-se que o apartamento que situa-se no 1º andar da Agência de Apucarana está em bom estado, porém necessita de reparos no telhado, calhas, rufos e impermeabilizações em área descoberta. O prédio da Delegacia encontra-se em estado regular. Com respeito às Agências de Apucarana e de Jacarezinho, ambas necessitam de reparos importantes. Já o Depósito de Mercadorias Apreendidas encontra-se em estado ruim de conservação, necessitando de reformas emergenciais até que se construa um novo depósito. Em Maio de 2012, a Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional mudou-se para prédio próprio, e portanto, não mais compartilha o imóvel da Delegacia. O Banco do Brasil também retirou o seu PAB do nosso prédio, restando apenas o caixa eletrônico. Informamos que não temos nenhum Bem Imóvel que esteja fora do Patrimônio da União.

UG 170160: Há contrato de manutenção predial que engloba todos os imóveis, o que os tem mantido em bom estado, porém, há reparos importantes a serem feitos, especialmente no mais antigo, de RIP 7777.00040.500-1. Alguns desses reparos foram contratados em 2013, empenhados em dezembro e estão em liquidação. Trata-se de reparo de cúpula de vidro do imóvel 7777.00010.500-8 e substituição de forro de madeira do imóvel 7777.00040.500-1. Também foi contratada empresa para elaborar novo projeto de prevenção contra incêndio do imóvel 7777.00010.500-8. Foi contratada ainda a adaptação de acessibilidade no edifício-sede, exceto implantação de elevador para portadores de necessidades especiais, o que se pretende contratar em 2014. Tais reformas e adaptações foram autorizadas pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão por meio da Portaria nº 526, de 20/12/2013, publicada no DOU de 23/12/2013 e os valores já estão computados no quadro acima, no campo “despesa no exercício”. Em relação ao RIP 7937.00028.500-0, trata-se de terreno destinado à construção da Agência da Receita Federal em União da Vitória, cujo projeto foi licitado pela SRR09 e está em fase de entrega. Em relação ao RIP 7583 00132.500-3, trata-se de terreno destinado à construção da Agência da Receita Federal em Guarapuava.

UG 170161: A DRF Maringá possui oito imóveis sob sua responsabilidade, três em Maringá, sendo a sede da DRF e dois Depósitos de Mercadorias Apreendidas; e imóveis nas cidades de Paranavaí, Loanda, Cianorte, Campo Mourão e Jandaia do Sul, que abrigam as Agências da Receita Federal. Os imóveis que abrigam as Agências da Receita Federal e o prédio sede da DRF estão em bom estado de conservação, sendo necessários apenas pequenos reparos e pintura. O Depósito de Mercadorias Apreendidas – RIP 7691.00052.500-6 - e outro Depósito – de RIP nº 7691.00049.500-0 - necessitam de grandes reparos, inclusive para adequação às normas de combate a incêndio. No valor das despesas de manutenção incluímos o contrato de manutenção predial e aquisição de materiais elétricos, hidráulicos e de manutenção. As despesas foram estimadas para cada imóvel

levando em consideração sua área. Por fim, informamos que não há imóvel utilizado pela DRF sem registro no Spiunet.

UG 170162: No exercício de 2013 a DRF/FOZ contratou empresa especializada para o serviço de Levantamento Topográfico Cadastral objetivando a regularização dos imóveis. Com os dados gerados e com auxílio da Secretaria de Patrimônio da União (PR), continuaremos, em 2014, os procedimentos de unificação de matrículas da área da Ponte Tancredo Neves, Ponte Internacional da Amizade, sede da DRF e Pátio de Custódia de Veículos, para a posterior averbação das áreas construídas. Por fim, informamos que não há imóvel utilizado pela DRF sem registro no Spiunet.

UG 170163: O imóvel RIP 774500125500-5 refere-se a um terreno que está registrado como de uso da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Paranaguá. Contudo, o imóvel está sendo ocupado pelo Porto de Paranaguá e não pela Alfândega da Receita Federal. Essa situação de discrepância ainda não recebeu uma solução por parte da Secretaria de Patrimônio da União, conforme consta do Processo 10980.006707/86-59. Os imóveis RIP 774500135500-0 e 774500136500-5 suportam as áreas destinadas aos serviços administrativos, de fiscalização, análises de processos, dentre outros. Já o imóvel RIP 774500141500-2 refere-se ao local do depósito de mercadorias apreendidas – DMA. Observamos que os valores gastos com reforma foram rateados, uma vez que dizem respeito a um projeto de reforma que engloba diferentes espaços dos três imóveis. Além disso, informamos que as condições gerais dos prédios são boas e que estão previstos vários serviços de reparos e adaptações, tais como: acessibilidade, reforma do telhado do DMA, reparos no pátio, etc. Tais serviços visam melhorar as condições de trabalho de todos bem como melhor atendimento aos contribuintes. Por fim, ressaltamos que as novas reavaliações dos imóveis estão tramitando na Prefeitura de Paranaguá.

UG 170169: Três imóveis são terrenos sobre os quais se pretende construir as sedes das Agências de São José, Tubarão e Araranguá. Já a sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Florianópolis foi recebida provisoriamente em 14/01/2012, mas com diversos reparos e ajustes ainda em andamento. Por fim, informamos que não há imóvel utilizado pela DRF sem registro no Spiunet.

UG 170170: Durante vários exercícios, não houve recursos para que se pudesse promover algumas reformas necessárias aos imóveis de uso da Delegacia da Receita Federal do Brasil (DRF) em Joaçaba, os quais, a despeito das manutenções corretivas que foram feitas, já apresentavam desgaste e deterioração. Citamos, como exemplo, a cerca da ACI-Cargas em Dionísio Cerqueira que necessitava de nova estrutura, pois estava toda deformada pela movimentação do solo, bem como o asfalto do pátio de caminhões que apresentava muitos buracos, oferecendo até mesmo riscos à segurança. O prédio-sede da DRF em Joaçaba também apresenta deterioração do revestimento da fachada e vidros. Ocorre que, em parceria com a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª região fiscal, a ACI-Cargas foi reformada e ampliada, tornando-se uma unidade modelo na atividade de despacho aduaneiro de fronteira seca. Os recursos para reforma da fachada do prédio da DRF/Joaçaba já estão reservados e pretende-se realizar o processo licitatório para contratação de sua execução no exercício 2014. Informamos que não existem bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União em decorrência da existência de algum impedimento para regularização.

UG 170171: O edifício utilizado como sede pela Unidade até o ano 2013, foi alienado em leilão público pela Justiça do Trabalho em ação transitada em julgado, tendo como litigantes o antigo proprietário e seus funcionários ainda no exercício 2012, restando ainda apenas a tomada de posse pelo novo proprietário. Por este motivo, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joinville-SC buscou imóvel para ocupação (locação) até que se concluam os trabalhos de construção de sua nova sede própria. Os projetos da sede própria tiveram seus trabalhos retomados, impulsionados pela

premente necessidade de realocação do órgão, tendo sido assegurada verba no Orçamento Geral da União para atualização dos projetos e início da licitação da obra, que será edificada no imóvel 8179000435001. Desde o segundo semestre de 2013, trabalhos de análises, preparação de editais, contratos e especificações técnicas atualizadas foram desenvolvidas por equipe formada por servidores da Delegacia e da Superintendência, culminando com a aprovação da realização da licitação/obra pelo Sr. Ministro da Fazenda, garantindo o andamento do projeto já no primeiro semestre de 2014. É projeto prioritário também desta administração, dotar as Unidades Locais da RFB na região, de prédio próprio para abrigar adequadamente cada Agência, aprimorando o atendimento às atividades da instituição e eliminando-se despesas com locação de imóveis.

UG 170314: O imóvel de RIP 804700020500-1, localizado na Rua Sete de Setembro, 933 – Centro – Blumenau/SC, encontra-se fechado e aguarda a liberação de recursos para a reforma que visa habilitá-lo ao uso pela Delegacia. Contudo com os cortes orçamentários ocorridos em 2013 não foi possível dar andamento ao processo. Já o terreno localizado na Rua XV de Novembro, S/N – município de Rio do Sul/SC, RIP 829100016500-0, estava destinado para a construção da Agência da Receita Federal em Rio do Sul, o que não ocorreu por impossibilidade legal, face a promulgação da Lei Federal nº 12.651/2012 que delimita as áreas de preservação ambiental permanente.

UG 170342: RIP 8327 0032.500-1: Edifício (Galpão/Depósito) com 3.856,88 m2, sede do Depósito de Mercadorias Apreendidas – DMA da Inspetoria da RFB em Florianópolis, obra recentemente inaugurada, tendo recebido o habite-se da Prefeitura em Novembro de 2010, estando em ótimas condições. RIP 8327 0072.500-0: Terreno de 24.524,23 m2 localizado no município de São José/SC e que abriga as instalações do Depósito de Mercadorias Apreendidas – DMA da Inspetoria da RFB em Florianópolis. RIP 8143 00005.500-3: Edifício de 1.200 m2, sede da Inspetoria da RFB de Imbituba, órgão sob jurisdição da Inspetoria da RFB em Florianópolis. Imóvel teve sua reforma terminada no exercício de 2010 – valor total de R\$ 140.475,03 - e encontra-se em ótimas condições. RIP 8143 00013.500-7: Terreno de 1.230 m2 localizado no município de Imbituba/SC e que abriga as instalações da Inspetoria da RFB de Imbituba, órgão sob jurisdição da Inspetoria da RFB em Florianópolis. Os prédios não contam com despesas de manutenção por se tratarem de prédios novos (como é o caso do prédio do DMA) ou por serem recém-reformados (prédio da Inspetoria de Imbituba). Já a sede da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Florianópolis está instalada em imóvel de uso compartilhado com a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Florianópolis, inaugurado em 2013 e sob a responsabilidade da Delegacia.

UG 170343: a Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Curitiba não apresenta bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União em decorrência da existência de algum impedimento para regularização. Os sistemas utilizados para o controle de imobilizados é adequado para o controle das necessidades.

UG 170389: A Unidade não possui bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União em decorrência da existência de algum impedimento para regularização. O imóvel listado está em plena utilização por esta UG. O valor lançado na coluna “Manutenção” refere-se aos valores pagos relativos ao contrato de manutenção do imóvel sede desta Alfândega, mantido com a empresa Braserv Ltda, CNPJ 94.331.832/0001-34, vigência: 16/08/2011 a 15/04/2013.

6.3 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 25 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	PARANÁ	19	20
	Curitiba	8	9
	Iporã	1	1
	São José dos Pinhais	1	1
	Cornélio Procopio	1	1
	Arapongas	1	1
	Guarapuava	1	1
	Ibaiti	1	1
	Irati	1	1
	União da Vitória	1	1
	Umuarama	1	1
	Ivaiporã	1	1
	Foz do Iguaçu	1	1
	SANTA CATARINA	24	24
	São José	1	1
	Tubarão	1	1
	Criciúma	1	1
	Araranguá	1	1
	Videira	1	1
	Caçador	1	1
	Concórdia	1	1
	Chapecó	1	1
	Xanxerê	1	1
	São Miguel D'Oeste	1	1
	Joaçaba	2	2
	Blumenau	1	1
	Brusque	1	1
	Gaspar	1	1
	Rio do Sul	1	1
	Timbó	1	1
	Joinville	2	2
	Jaraguá do Sul	1	1
	Canoinhas	1	1
	Mafra	1	1
	São Bento do Sul	1	1
	Lages	1	1
Subtotal Brasil		43	44
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		43	44
Fonte: processos de locação de imóveis.			

Análise Crítica:

UG 170156: a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª região fiscal (SRRF) necessita locar imóveis, pois o espaço oferecido pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda (SAMF) no Edifício Sede do Ministério da Fazenda em Curitiba, onde se localiza parte das Divisões da SRRF, é insuficiente para alocar todos os servidores lotados na SRRF09. Os imóveis locados são próximos ao edifício do Ministério da Fazenda.

UG 170157: Em 2012 o município de Iporã doou um terreno para a União, onde será construída a nova sede da Agência da Receita Federal do Brasil naquele Município, conforme Plano de Engenharia 2014/2015. A partir da construção dessa Agência Modelo, todas as unidades da DRF Cascavel terão sede própria, o que levará a termo o contrato de locação de imóvel da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cascavel.

UG 170158: Atualmente, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba loca 4 imóveis assim distribuídos: imóvel da Rua Itupava em Curitiba que funciona como depósito; imóvel no Município de São José dos Pinhais, onde funciona Agência da Receita Federal do Brasil; imóvel no bairro Portão, onde funciona Agência da Receita Federal do Brasil de Curitiba; imóvel na Rua Marechal Deodoro, onde funciona o Serviço de Acompanhamento Tributário da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba; e imóvel localizado na rua João Negrão, onde funciona o Centro de Atendimento ao Contribuinte para parcelamento tributário da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba.

UG 170159: O imóvel locado onde está instalada a Agência da Receita Federal do Brasil em Cornélio Procopio, encontra-se em ótimo estado de conservação e localização, e oferece condições de atendimento pleno ao contribuinte. Ambos imóveis locados encontram-se em bom estado de conservação e localização.

UG 170160: Todos os imóveis locados pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ponta Grossa têm por finalidade abrigar sede das Agências da Receita Federal. Sem possuir ainda imóveis próprios em tais Municípios, a locação é imprescindível para que tais municípios sejam atendidos com unidade descentralizada. Caso os imóveis não fossem alugados, todo o atendimento seria concentrado no município de Ponta Grossa, cuja jurisdição alcança um raio de até 200km de distância, além de provocar a remoção de ofício dos servidores atualmente lotados nas Agências.

UG 170161: os imóveis objetos de locação pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Maringá são destinados à instalação e funcionamento de Agências da Receita Federal do Brasil.

UG 170162: Imóvel locado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu, com área de 12.273,94 m², destinado à custódia de veículos apreendidos e realização de leilões públicos, tendo em vista o estrangulamento da capacidade física das atuais áreas destinadas à guarda de veículos apreendidos (153.750,00 m²).

UG 170169: a locação de imóveis nos Municípios de São José, Tubarão, Criciúma e Araranguá é necessária para a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Florianópolis, pois, a despeito de nestas localidades existirem imóveis próprios, todos são terrenos não edificadas.

UG 170170: considerando que a jurisdição fiscal da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joaçaba conta imóvel próprio apenas para sua sede (Delegacia) e Inspetoria no Município de Dionísio Cerqueira, a locação de imóveis é imprescindível para a manutenção das Unidades da Receita Federal de atendimento ao contribuinte em outros Municípios, bem como o armazenamento de mercadorias e veículos apreendidos.

UG 170171: a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joinville, por falta de imóveis próprios precisa manter prédios alugados para atendimento de suas atividades essenciais. Assim, todas as Unidades Locais – Agências da RFB em Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Mafra e Canoinhas – e o Depósito de Mercadorias Apreendidas, sempre funcionaram em imóveis alugados, sendo que nessas unidades não houve modificações no ano de 2013. A sede da Delegacia, anteriormente ocupava várias salas alugadas e um edifício sede, próprio da União. Por conta de ação judicial trabalhista

relativa a empregados do antigo proprietário daquele edifício transitada em julgado, que culminou na realização de leilão público, com conseqüente arrematação do imóvel - faltando apenas a efetiva posse do arrematante - gerou se grave insegurança institucional, levando esta Delegacia a procurar imóvel compatível com suas atividades e resguardadas a economicidade e a atenção a aspectos legais instituídos. Definido o objeto, a contratação iniciou-se oficialmente (efeitos financeiros) a partir da efetiva disponibilização do edifício para instalação e ocupação, em junho de 2013. Pela racionalização administrativa e busca de excelência no atendimento à sociedade, a concentração de todas as atividades em um único edifício - ao contrário dos três endereços anteriormente utilizados - trouxe agilidade, economicidade e muito mais coerência administrativa, além de facilitar sobremaneira o atendimento ao público por parar-se de obrigar o contribuinte a deslocar-se pela cidade em busca dos diversos serviços prestados por este órgão de Estado. Por fim, importante destacar que se busca incessantemente a implementação da licitação relativa à obra de construção da sede própria desta Delegacia – com verba já aprovada, prevista para ter início ainda no primeiro semestre do exercício 2014. O Depósito de Mercadorias Apreendidas, por sua vez, já tem terreno disponibilizado para construção de sede própria e anteprojeto elaborado, carente ainda de dotação orçamentária, atualização do projeto e autorização para licitação, o que se pretende tenha início no decorrer do exercício 2014. As Unidades Locais recebem especial atenção da administração, com busca por terrenos disponíveis para construção, pretendendo-se que ainda no exercício 2014 se tenha ao menos dois imóveis que permitam realização de projetos de construção naquelas localidades, eliminando-se assim despesas com locação de imóveis.

UG 170314: Existe a necessidade ampliação da área onde hoje está estabelecida a sede da Delegacia da Receita Federal (DRF) em Blumenau para melhor distribuição espacial dos servidores e da área de atendimento. Houve a negociação exitosa para a ampliação da área interna pelo locador. O proprietário está aguardando autorização do Poder Executivo municipal para início das obras. Caso a autorização seja indeferida, daremos início ao processo para a locação de um novo imóvel com maior área interna e que venha ao encontro com as necessidades da DRF Blumenau/SC. Nos demais Municípios sob a jurisdição fiscal da Delegacia, não há imóveis próprios, razão pela qual a locação é medida indispensável para a prestação dos serviços públicos de atendimento ao contribuinte.

UG 170315: A locação do imóvel justifica-se pela inexistência, no município de Lages, de imóvel de propriedade da União, com as características de tamanho e localização necessárias para servir de sede administrativa e de depósito de mercadorias apreendidas para a Delegacia da Receita Federal do Brasil (DRF) em Lages. São iniciativas estratégicas da DRF a obtenção de terreno e a construção da sede própria, nos padrões estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.

UG 170343: a Inspeção da Receita Federal do Brasil em Curitiba possui 02 imóveis locados de terceiros: um onde está estabelecida a sua sede e outro onde funciona o PVA (Pátio de Veículos Apreendidos). A Unidade possui imóvel próprio no qual funciona o DMA (Depósito de Mercadorias apreendidas) e não suporta tais instalações.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 7: Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental
(Item 8, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

7.1 - Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

Quadro 26 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Avaliação Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					x
As Unidades da RFB na 9ª região responsáveis pelo resultado “5” na avaliação deste quesito, aplicam, segundo razões indicadas em “Considerações Gerais” do presente quadro, e nas licitações em que aplicáveis, as seguintes diretrizes previstas na IN/SLT/MPOG nº 01, de 2010, além de outras: que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado ou biodegradável; fornecimento de equipamentos de segurança aos empregados para execução dos serviços contratados; uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA; adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003; separação dos resíduos recicláveis descartados, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis; previsão de descarte ambiental de pilhas, baterias e bens semelhantes.					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			x		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	x				
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que				x	

colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	As Unidades da RFB na 9ª região responsáveis pelo resultado “4” na avaliação deste quesito, adquirem lâmpadas econômicas, o que reduz o consumo de energia elétrica. Ainda, equipamentos eletrônicos adquiridos devem obedecer à classificação de maior consumo PROCEL ou equivalente, como em geladeiras, fogões, microondas, condicionadores de ar.			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			x	
Embora o valor “3” tenha sido o valor apresentado com maior frequência entre as respostas das Unidades da RFB na 9ª região fiscal, importante registrar que a compra de papel é feita de forma centralizada pela Superintendência para todas as Unidades e se exige, no edital, seja reciclado, circunstância que justificaria uma possível nota “4” ao invés da acima registrada. Ainda, de se frisar que, dentre outros bens/produtos reciclados, adquire-se na 9ª região fiscal toner reciclado, lápis de madeira proveniente de reflorestamento e caixa de arquivo proveniente de papel reciclado.				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	x			
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	x			
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.				x
O Plano de Gestão de Logística Sustentável foi constituído no âmbito da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda (SPOA), da Secretaria da Receita Federal (RFB), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Escola de Administração Fazendária (ESAF), e está anexado ao presente Relatório de Gestão.				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.			x	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		x		
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			x	

Considerações Gerais:

(*) Esclarecimentos sobre a forma de obtenção das respostas: a UJ Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª região fiscal é formada por 17 Unidades Gestoras (UG), distribuídas nos Estados do Paraná e Santa Catarina. Para responder aos quesitos deste quadro, foram consultadas cada uma das 17 UG's, que os responderam individualmente através do setor competente, em regra, de licitações e contratos. Já para a consolidação das respostas, uma vez que se exige a obrigatoriedade de um único quadro representativo de toda a região fiscal, e não apenas da Superintendência, foi utilizado o método “moda”, que consiste na indicação do valor (ou nota) observado com mais frequência entre as respostas informadas pelas Unidades consultadas.

(*) Quesito 1: na contratação de serviços de limpeza e conservação predial, a DRF/Cascavel exige que a contratada proceda à coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 06/1995. Ainda, a contratada deverá desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como sobre pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores. Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica. A DRF/Maringá adquire toner reciclável. A DRF/Curitiba adquire produtos biodegradáveis e eletrodomésticos com selo de consumo “A” do PROCEL. Ainda, na aquisição de mobiliário, exige o “DOF” – documento de origem florestal para produtos ou subprodutos florestal - e cadastro no IBAMA. A SRRF/9RF, embora tenha assinalado “3” como resposta ao quesito, informou que adquire papel reciclado, papel de reflorestamento e exige o reuso de cartuchos de toner da empresa da qual local impressoras. Ainda, em seu contrato de manutenção aeronáutica, exige que todas as partes e peças de consumo, substituídas em manutenções, devem ter sua destinação providenciada pela Contratada, nos termos da Instrução Suplementar ANAC nº 43-001 REV. A. Por fim, é regra geral nos editais de limpeza e conservação predial e de vigilância ostensiva, assim como naqueles em que se exige tal condição (manutenção predial e aeronáutica), que a Contratada forneça aos seus empregados os equipamentos de segurança individual (EPI's) ou seguro (manutenção aeronáutica) para a execução dos serviços contratados.

LEGENDA**Níveis de Avaliação:**

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

7.2 - Medidas para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água

Inicialmente, de se esclarecer que, em algumas Unidades da Receita Federal do Brasil da 9ª região fiscal, a adoção de políticas de uso racional de energia elétrica e água compete à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda, em razão de que imóvel tem seu uso compartilhado por outros órgãos que não apenas Unidades da RFB, tais como: Controladoria-Geral da União, Procuradoria da Fazenda Nacional e Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda. É o caso do imóvel em que situada a SRRF no Município de Curitiba.

Nos demais casos, embora as Unidades da Receita Federal do Brasil na 9ª região fiscal – que abrange os Estados do Paraná e Santa Catarina – não adotem política formal de estimulação do uso racional de recursos; no entanto, ações de idêntico propósito têm sido praticadas regularmente e demonstram o alcance dos resultados de preservação ambiental e de economia esperados.

De se registrar importante medida adotada em toda a RFB a partir do exercício de 2008, momento em que se iniciou a implantação do sistema de processo eletrônico (e-processo) no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, fator que, paulatinamente até sua efetiva conclusão, auxiliou na redução do consumo de papel, muito embora a impressão de documentos ainda seja necessária em algumas hipóteses.

E, nestes relegados casos, as 17 Unidades Gestoras desta região fiscal, incluída esta Superintendência, adotam medidas que visam ao consumo racional do papel, tais como: a substituição de impressoras deskjet localizadas em estações de trabalho de servidores e colaboradores por uma impressora multifuncional a laser de uso compartilhado entre todos usuários, a impressão em frente e verso, a impressão em versão rascunho, a digitalização de documentos ao invés da impressão em cópia.

Quanto ao consumo de energia, as Unidades empregam medidas pedagógicas com o fim de incentivar o seu racional e ambientalmente correto, como a fixação de cartazes de “apague a luz ao sair” e assemelhados em suas dependências, a substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes, a instalação de luminárias com fundo reflexivo, o desligamento de condicionadores de ar quando desnecessário seu uso, o emprego de sensores de iluminação em corredores.

De forma semelhante, as Unidades conscientizam seus servidores e colaboradores acerca do consumo racional de água, afixando cartazes de caráter educativo nos locais apropriados e orientando-os a economizarem água e energia no dia a dia da Unidade, pedido que observem torneiras abertas, indiquem vazamentos, etc.

Quadro 27 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
---			---	---		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resmas)	33.200 (*)	(**)	20.350	287.180,00	(**)	153.642,50
Água (m³)	62.536	84.691	83.138	465.790,12	549.008,55	429.554,01
Energia Elétrica (Kw)	9.439.382	8.576.459	8.282.369	3.075.656,48	3.291.874,33	3.121.590,83
			Total	3.828.626,60	3.840.882,88	3.704.787,34

Fonte: faturas e SIAFI.

Em relação à adesão a programas de sustentabilidade, informa-se que esta UJ não preencheu a 1ª parte do presente quadro, pois não possui informação a ser prestada, tendo em vista que não realizou adesão a qualquer programa de gestão ligado à temática da sustentabilidade ambiental.

(*) Em 2013, aquisição de papel foi feita de forma centralizada pela Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª região fiscal para atender a necessidade de todas as suas 16 Unidades Jurisdicionadas, através do Pregão SRRF/9RF nº 18/2013.

(**) No exercício de 2012, não houve aquisição de papel, tendo sido utilizado o saldo remanescente de papéis adquiridos no exercício de 2011.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 8: Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas
(Item 9, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

8.1 - Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro 28 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal – SRRF09			003165
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201305850	1.2.1.1	Ofício CGU/PR 19.324/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal – SRRF09			003165
Descrição da Recomendação			
“Recomenda-se à SRRF/09RF que passe a adotar os critérios de sustentabilidade ambiental definidos na IN/SLTI nº 01/2010, de forma expressa em seus processos licitatórios, quando aplicáveis, especificando objetivamente tanto no corpo do edital quanto nos termos de referência dos pregões a adoção destes critérios, inclusive como forma de classificação das empresas, quando for o caso.”			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Programação e Logística			005254
Síntese da Providência Adotada			
Nos preâmbulos dos editais de pregões eletrônicos SRRF/9RF nº 24/2013, 30/2013, 40/2013 e 42/2013, foi inserida, de forma expressa, a IN/SLTI nº 01/2010, normativa que passa a compor o conjunto de normas jurídicas regente dos certames. E, nos Termos de Referência dos citados Atos Convocatórios, a indicação expressa dos critérios de sustentabilidade ambiental constantes da IN/SLTI nº 01/2010, consta do seu item nº 6, denominado de “Critérios Ambientais Adotados”. Os editais em tela têm por objeto a contratação de serviços técnicos de arquitetura e engenharia, visando à revisão e adaptação de anteprojetos e a elaboração de Projeto Básico, incluindo o Projeto Legal e complementares de Engenharia das Agências da Receita Federal do Brasil nos Municípios de União da Vitória, Pato Branco, Araranguá e Tubarão, respectivamente.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os instrumentos de contrato originados dos pregões citados encontram-se em fase de execução, não havendo resultados a serem descritos até o momento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências			
Gestor			
Não há fatores negativos que prejudicaram a adoção das providências, mas, tão-somente, fatores positivos que consistem no cumprimento das exigências legais, em especial, da IN/SLTI nº 01/2010.			

8.2 - Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

8.2.1 – Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Não utilizamos o quadro original previsto na Portaria TCU nº 175/2013 – “Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR” - pelas seguintes razões:

- As duas primeiras linhas (autoridades e cargos eletivos) não se aplicam à RFB, seria utilizada apenas a última linha;
- As 3 colunas relativas ao momento de entrega da DBR não constituem um bom modelo diante da preferência do servidor RFB em entregar as autorizações de acesso à DBR. Essa opção reduz a atividade de Gestão de Pessoas em controlar as entregas de DBR na posse ou final de exercício de função.

A informação detalhada no quadro construído pela RFB possui uma amplitude de controle maior que a proposição do relatório de prestação de contas. Objetiva um acompanhamento mais detalhado do esforço das unidades de Gestão de Pessoas para solução de pendências e manutenção dos dados relativos à guarda de DBR.

Quadro 29 – Demonstrativo, por Autoridades e Servidores, da Obrigação de Entregar DBR

PENDÊNCIAS DE ENTREGA DE DBR		
RF	UNIDADE PAGADORA	SERVIDORES SEM FUNÇÕES
9	DRF/FNS/SC	0
	SRRF/9RF	0

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS:

- As DRJ estão contidas na sua respectiva UPAG.

Atualmente 100% servidores estão com os registros atualizados, resultado que reflete trabalho contínuo de melhoria em relação aos anos anteriores.

8.2.2 – Situação do Cumprimento das Obrigações

- *Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR;*

Em razão da Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298 de 6 de setembro de 2007, DOU 11/09/2007, que obriga todo agente público a entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF, todo servidor em exercício na RFB tem obrigação de entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF.

Periodicamente, a COGEP promove campanhas de regularização da entrega de documentos funcionais pelos servidores e atualizações do sistema e pastas funcionais pelas áreas de Gestão de Pessoas das Regiões Fiscais.

Nos casos de as providências citadas acima não resolverem as pendências, é realizado contato pelo e-mail funcional, telefone ou, em última opção, carta registrada para o endereço residencial do servidor informando-o da situação, riscos e consequências e solicitando a regularização.

- *Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR;*

O arquivamento das DBR e as autorizações entregues são de responsabilidade da área de Gestão de Pessoas que deve preservar o sigilo das informações.

- *Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento;*

As autorizações de acesso a DIRPF são geradas e controladas via SA3.

- *Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, e como esse acesso se dá;*

A preferência dos servidores é assinar a autorização de acesso à DIRPF, o que minimiza o trabalho relativo à entrega de DBR ao final do exercício financeiro, da função ou cargo.

- *Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida;*

Não compete à área de Gestão de Pessoas analisar possíveis incompatibilidades entre patrimônio e remuneração dos servidores. Quando solicitada, a informação é transmitida à área competente para processamento da análise.

- *Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações;*

A autorização de acesso assinada pelo servidor é alocada na pasta funcional como qualquer documento. Para os casos em que ainda são entregues as declarações anuais, essas são recebidas em envelopes lacrados pelo servidor e alocados em sua pasta funcional.

8.3 - Alimentação SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, SIGRID HAGER STRAMBI, CPF nº 577.209.839-04, Chefe de Equipe de Logística (ELG), exercido na Divisão de Programação e Logística (DIPOL) da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região fiscal (SRRF/9RF), declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Curitiba, 3 de fevereiro de 2014.

Sigrid Hager Strambi
CPF nº 577.209.839-04
Chefe ELG
SRRF/9RF/DIPOL

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 9: Relacionamento com a Sociedade

(Item 10, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

9.1 - Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

A Ouvidoria-Geral da Receita Federal do Brasil faz parte da rede de ouvidores que compõe a Ouvidoria Geral do Ministério da Fazenda. A ouvidoria deve tratar com eficiência, eficácia e efetividade as manifestações que lhe chegam do cidadão usuário sobre os serviços prestados pela RFB.

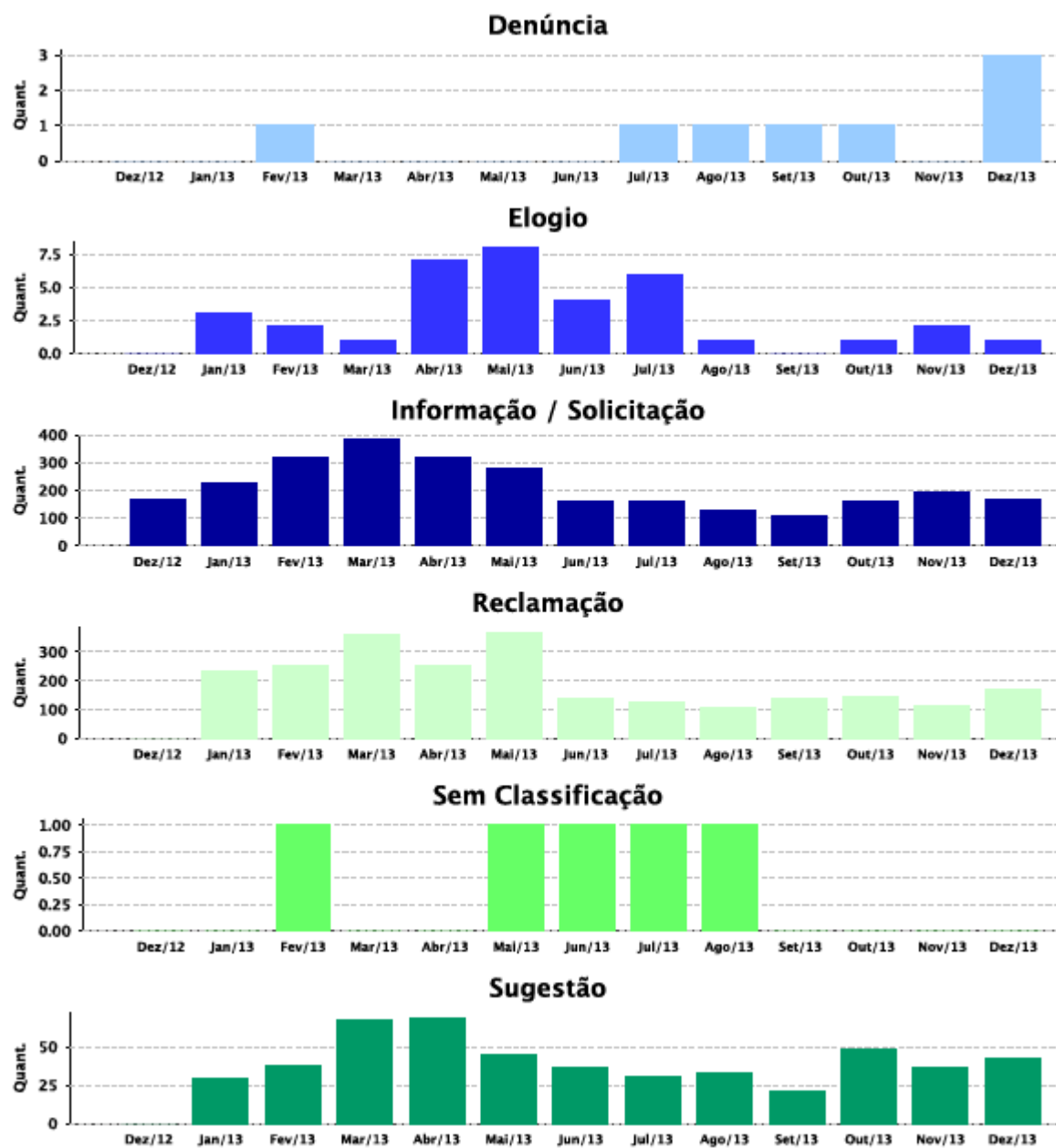
A Ouvidoria Geral do MF recebe as manifestações do tipo reclamações, denúncias, elogios ou sugestões sobre a qualidade dos serviços prestados pelos órgãos que integram a estrutura do Ministério da Fazenda e as repassa, via Sistema Ouvidor para as providências a serem adotadas nas respectivas unidades organizacionais (Receita Federal do Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central, dentre outros).

Na Receita Federal, as manifestações chegam eletronicamente para a Ouvidoria RFB (Unidade Central) e suas representações regionais (Superintendências). Os canais de acesso do cidadão para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões e outros são: via internet, na página do Ministério da Fazenda ou da RFB; por telefone, no número 08007021111; por correspondência endereçada à Ouvidoria do Ministério da Fazenda.

Na 9ª Região Fiscal foram recebidas, em 2013, 5.549 manifestações, cuja classificação e frequência mensal é detalhada nos quadros que seguem:

Quantitativo de Mensagens - Tipo de Manifestação

TIPO	Mês / Ano *												
	Dez/12	Jan/13	Fev/13	Mar/13	Abr/13	Mai/13	Jun/13	Jul/13	Ago/13	Set/13	Out/13	Nov/13	Dez/13
Denúncia	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0	3
Elogio	1	3	2	1	7	8	4	6	1	0	1	2	1
Informação/Solicitação	166	226	321	381	319	277	163	163	130	107	157	192	166
Reclamação	276	235	255	359	249	367	141	124	104	139	142	115	172
Sem Classificação	0	0	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0
Sugestão	36	29	38	68	69	45	36	31	33	21	48	36	42
Total	479	493	618	809	644	698	345	326	270	268	349	345	384



**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 9ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Item 10: Informações Contábeis

(Item 11, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 127/2013)

10.1 - Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Em atendimento ao Subitem 11.1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal atende ao conjunto de Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16, aplicáveis ao setor público, em especial à NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio das entidades do setor público.

1) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.136/2008 que aprova a NBC T 16.9, seguem informações em relação à metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão e as taxas utilizadas para os cálculos.

a) Depreciação

Representa a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

a.1) Bens Móveis

Os bens móveis de propriedade da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS (Sistema desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e administrado pelo Ministério da Fazenda) e são depreciados, mensalmente, no SIADS com reflexo contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Metodologia adotada para estimar a vida útil dos bens móveis

- A metodologia é a definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações; e,
- Nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e nº 130/1999.

Metodologia de cálculo da depreciação

A metodologia utilizada para o cálculo da depreciação dos bens móveis da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal é a das quotas constantes, definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Taxas utilizadas para o cálculo da depreciação

As taxas do quadro abaixo foram definidas nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e 130/1999 e na Macrfunção SIAFI nº 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
142120200	Aeronaves	10	10
142120400	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10
142120600	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	15	20
142121000	Aparelhos e Equipamentos para Esporte e Diversões	10	10
142121200	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10
142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e Filmotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de Manobra e Patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10
142122600	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10
142122800	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10
142123000	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10
142123200	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10
142123400	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10
142123500	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10
142123600	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10
142123800	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10
142123900	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10
142124000	Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas, Agropecuários e Rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em Geral	10	10
142124600	Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10
142124800	Veículos Diversos	15	10
142125100	Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10
142125200	Veículos de Tração Mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para Automóveis	5	10
142125800	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10
142126000	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10

a.2) Bens Imóveis

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, que estabelece no âmbito da União o cronograma para implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais e específicos, entre eles a depreciação de bens imóveis, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da depreciação de bens imóveis.

Os bens imóveis da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal são de propriedade da União e todos estão registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet.

A Secretaria do Tesouro Nacional - STN e a Secretaria de Patrimônio da União - SPU estão desenvolvendo trabalhos objetivando a criação de uma rotina de depreciação no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet com reflexo contábil no Sistema de Administração Financeira do Governo federal - SIAFI.

b) Amortização

Representa a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da amortização.

c) Exaustão

Representa a redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis ou de exaurimento determinado, bem como do valor de ativos corpóreos utilizados no processo de exploração.

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal, por não visar e nem possuir investimentos destinados à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais, não dispõe de informações a respeito da exaustão de tais investimentos.

10.2 - Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal	170156
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: 1) UG 170156 - SRRF 9ª RF a) Saldo na conta 112160400 - Limite de Saque e Vinculação de Pagamento - Fonte 0190000000 987 a1) Fundamento Legal: Artigo 5º da Instrução Normativa STN nº 06/2007; Item 4.1.1.2.6 da Macrofunção SIAFI nº 02.03.15 - Conformidade Contábil e Macrofunção SIAFI nº 02.10.06 - Manual de Regularizações contábeis. a2) Providências da Setorial de Contabilidade: Em 07/01/2014, quando recebemos a mensagem da UG, (após a análise da Setorial de Contabilidade da 9ª Região Fiscal) realizamos o encaminhamento à Setorial Contábil da RFB - Órgão Central, solicitando orientação para regularização. A UG informou que havia feito duas tentativas de regularização em 06/01/2014, mas o sistema não permitiu. Após o sistema estar fechado, a regularização (troca de fonte) foi encaminhada à SPOA/MF (situação atual). a3) O valor refere-se à GRU de devolução de diárias. O sistema gerou saldo às 16:29 do dia 06/01/2014 e não foi regularizada no mesmo dia como deveria. O sistema fechou no mesmo dia em que o lançamento foi efetuado. A situação foi encaminhada em 13.01.2014 à SPOA/MF para análise. b) Saldo Contábil de Bens Móveis não Confere com o Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB b1) Fundamento Legal: Artigo 5º da Instrução Normativa STN nº 06/2007; Item 4.1.1.2.6 da Macrofunção SIAFI nº 02.03.15 - Conformidade Contábil; Regulamento sobre Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda - MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI nº 02.11.01 - Relatório de Movimentação do Almoxarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis. b2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência. Após a análise da Setorial de Contabilidade da 9ª Região Fiscal, a situação foi encaminhada aos administradores do Sistema SIADS e ao Serpro, que ainda estão analisando. b3) A inconsistência surgiu no mês de novembro de 2012, quando houve a confirmação de vários termos de transferências da DRF Curitiba. Um dos termos foi confirmado somente pela metade, conforme informação do setor responsável. Na prática o que ocorreu é que não houve uma comunicação completa entre os sistemas SIADS e SIAFI. Os valores foram considerados no SIAFI, mas os mesmos não foram computados no SIADS. Portanto, os valores não foram computados no saldo do SIADS na superintendência, deixando de aumentar o saldo pela entrada dos bens e em contra partida, na DRF Curitiba não foram baixados os valores dos bens no SIADS e com isso não diminuindo o saldo pela saída dos bens. A Regularização depende de ajustes técnicos no SIADS, a serem realizados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro, empresa pública que desenvolveu o SIADS. A solicitação de ajustes técnicos foi repassada ao Serpro em 2012 e o seu atendimento vem sendo acompanhado. c) Saldo contábil na conta 212610000 - GRU - Valores em Trânsito para Estorno da Despesa c1) Fundamento Legal: Artigo 5º da Instrução Normativa STN nº 06/2007; Item 4.1.1.2.6 da Macrofunção SIAFI nº 02.03.15 - Conformidade Contábil e Macrofunção SIAFI nº 02.10.06 - Manual de Regularizações Contábeis. c2) Providências da Setorial de Contabilidade: Em 07/01/2014, quando recebemos a mensagem da UG, após análise da Setorial de Contabilidade da 9ª Região Fiscal, realizamos o encaminhamento à Setorial Contábil da RFB - Órgão Central, solicitando orientação para regularização. A UG informou que havia feito duas tentativas	

de regularização em 06/01/2014, mas o sistema não permitiu. Após o sistema estar fechado a regularização (troca de fonte) foi encaminhada à SPOA/MF (situação atual).

c3) O valor refere-se à GRU de devolução de diárias. O sistema gerou saldo às 16:29 hs do dia 06/01/2014 e não foi regularizada no mesmo dia como deveria. O sistema fechou no mesmo dia em que o lançamento foi efetuado. A situação foi encaminhada em 13.01.2014 à SPOA/MF para análise.

2) UG 170158 - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba

a) Saldo Contábil de Bens Móveis não Confere com o Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB.

a1) Fundamento Legal: Artigo 5º da Instrução Normativa STN nº 06/2007; Item 4.1.1.2.6 da Macrofunção SIAFI nº 02.03.15 - Conformidade Contábil; Regulamento sobre Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda - MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI nº 02.11.01 - Relatório de Movimentação do Almoxarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis.

a2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência. Após a análise da Setorial de Contabilidade da 9ª Região Fiscal, a situação foi encaminhada aos administradores do Sistema SIADS e ao Serpro, que ainda estão analisando.

a3) A inconsistência surgiu no mês de novembro de 2012, quando houve a confirmação de vários termos de transferências da DRF Curitiba. Um dos termos foi confirmado somente pela metade, conforme informação do setor responsável. Na prática o que ocorreu é que não houve uma comunicação completa entre os sistemas SIADS e SIAFI. Os valores foram considerados no SIAFI, mas os mesmos não foram computados no SIADS. Portanto, os valores não foram computados no saldo do SIADS na superintendência, deixando de aumentar o saldo pela entrada dos bens e em contra partida, na DRF Curitiba não foram baixados os valores dos bens no SIADS e com isso não diminuindo o saldo pela saída dos bens. A Regularização depende de ajustes técnicos no SIADS, a serem realizados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro, empresa pública que desenvolveu o SIADS. A solicitação de ajustes técnicos foi repassada ao Serpro em 2012 e o seu atendimento vem sendo acompanhado.

3) UG 170162 - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu

a) Saldo Contábil do Almoxarifado não Confere com o Relatório de Movimentação do Almoxarifado - RMA

a1) Fundamento Legal: Artigo 5º da Instrução Normativa STN nº 06/2007; Item 4.1.1.2.6 da Macrofunção SIAFI nº 02.03.15 - Conformidade Contábil; Regulamento sobre Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda - MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI nº 02.11.01 - Relatório de Movimentação do Almoxarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis.

a2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência. Após a análise da Setorial de Contabilidade da 9ª Região Fiscal, a situação foi encaminhada aos administradores do Sistema SIADS e ao Serpro, que ainda estão analisando.

a3) A inconsistência surgiu em maio/2010. E permanece, praticamente, desde a implantação do sistema que administra o almoxarifado e bens móveis das Unidades Gestoras do Ministério da Fazenda, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços). A regularização depende de ajustes técnicos no SIADS, a serem realizados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro, empresa pública que desenvolveu o SIADS. A solicitação de ajustes técnicos foi repassada ao Serpro e o seu atendimento vem sendo acompanhado pela Setorial de Contabilidade da 9ª Região Fiscal.

4) UG 170169 - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Florianópolis

a) Saldo na Conta 112160400 - Limite de Saque e Vinculação e Pagamento - Fonte 0190000000 987

a1) Fundamento Legal: Artigo 5º da Instrução Normativa STN nº 06/2007; Item 4.1.1.2.6 da Macrofunção SIAFI nº 02.03.15 - Conformidade Contábil e Macrofunção SIAFI nº 02.10.06 - Manual de Regularizações Contábeis.

a2) Providências da Setorial de Contabilidade: A UG informou que havia feito tentativas de regularização, mas o sistema não permitiu. Após o sistema estar fechado a regularização (troca de fonte) foi encaminhada à SPOA/MF (situação atual).

a3) O valor refere-se à GRU de devolução de diárias. O sistema gerou saldo às 16:29 hs do dia 06/01/2014 e não foi regularizada no mesmo dia como deveria. O sistema fechou no mesmo dia em que o lançamento foi efetuado. A situação foi encaminhada em 13.01.2014 à SPOA/MF para análise.

b) Saldo Contábil na Conta 212610000 - GRU - Valores em Trânsito para Estorno da Despesa

b1) Fundamento Legal: Artigo 5º da Instrução Normativa STN nº 06/2007; Item 4.1.1.2.6 da Macrofunção SIAFI nº 02.03.15 - Conformidade Contábil e Macrofunção SIAFI nº 02.10.06 - Manual de Regularizações Contábeis.

b2) Providências da Setorial de Contabilidade: Em 07/01/2014, quando recebemos a mensagem da UG e após análise da Setorial de Contabilidade da 9ª Região Fiscal, realizamos o encaminhamento à Setorial Contábil da RFB - Órgão Central, solicitando orientação para regularização. A UG informou que havia feito duas tentativas de regularização em 06/01/2014, mas o sistema não permitiu. Após o sistema estar fechado a regularização (troca de fonte) foi encaminhada à SPOA/MF (situação atual).

b3) O valor refere-se à GRU de devolução de diárias. O sistema gerou saldo às 16:29 hs do dia 06/01/2014 e não foi regularizada no mesmo dia como deveria. O sistema fechou no mesmo dia em que o lançamento foi efetuado. A situação foi encaminhada em 13.01.2014 à SPOA/MF para análise.

5) UG 170170 - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joaçaba

a) Saldo Contábil do Almoxarifado não Confere com o Relatório de Movimentação do Almoxarifado - RMA

a1) Fundamento Legal: Artigo 5º da Instrução Normativa STN nº 06/2007; Item 4.1.1.2.6 da Macrofunção SIAFI nº 02.03.15 - Conformidade Contábil; Regulamento sobre Gestão do Patrimônio do Ministério da Fazenda - MF (COGRL/SPOA/SE) e Macrofunção SIAFI nº 02.11.01 - Relatório de Movimentação do Almoxarifado e Relatório de Movimentação de Bens Móveis.

a2) Providências da Setorial de Contabilidade: **Providências da Setorial de Contabilidade:** Orientação e acompanhamento da regularização da divergência. Após a análise da Setorial de Contabilidade da 9ª Região Fiscal, a situação foi encaminhada aos administradores do Sistema SIADS e ao Serpro, que ainda estão analisando.

a3) A inconsistência surgiu em outubro/2010. E permanece. Ocorreu um tempinho após a implantação do sistema que administra o almoxarifado e bens móveis das Unidades Gestoras do Ministério da Fazenda, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços). A regularização depende de ajustes técnicos no SIADS, a serem realizados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro, empresa pública que desenvolveu o SIADS. A solicitação de ajustes técnicos foi repassada ao Serpro e o seu atendimento vem sendo acompanhado pela Setorial de Contabilidade da 9ª Região Fiscal.

6) UG 170343 - Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Curitiba

a) Divergência entre o Saldo Contábil e o Relatório de Movimentação de Selos de Controle

a1) Fundamento Legal: Artigo 5º da Instrução Normativa STN nº 06/2007; Item 4.1.1.2.6 da Macrofunção SIAFI nº 02.03.15 - Conformidade Contábil; Macrofunção SIAFI nº 02.10.06 - Manual de Regularizações Contábeis e Macrofunção nº 02.11.03 - Selos de Controle.

a2) Providências da Setorial de Contabilidade: Orientação e acompanhamento da regularização da divergência.

a3) A Setorial de Contabilidade da 9ª Região Fiscal está aguardando a solução do processo que se encontra na Coordenação de Fiscalização - Cofis, pois para a UG realizar a regularização no Sistema de Controle de Selos - Selecon é necessária uma apuração especial a ser realizada pelo Serpro e depende de autorização da citada Coordenação.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Curitiba/PR	Data	14/02/2014
Contador Responsável	Mario Sérgio de Araújo Kalil	CRC nº	028763/O-8

ANEXOS

Anexo I – Plano de Gestão de Logística Sustentável



Ministro da Fazenda

GUIDO MANTEGA

Secretário-Executivo Interino

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA

Subsecretário-Adjunto de Planejamento, Orçamento e Administração

ERASMO VERÍSSIMO DE CASTRO SAMPAIO

Coordenadora-Geral de Recursos Logísticos

ALEXANDRA MENDES LEAO RIBEIRO

Membros da Comissão do PLS (SPOA/RFB/STN) - Equipe Técnica

ALEXANDRA MENDES LEÃO RIBEIRO (COGRL/SPOA)

CÉLIA REGINA DE CASTRO ALVES (COGRL/SPOA)

MARCO ANTÔNIO AZEVEDO JACOB DE ARAÚJO (COPOL/RFB)

GISELLI LOIOLA SANTANA (CODIN/STN)

Representantes da ESAF

FABIANE LOPES BUENO NETTO BESSA (CENTRESAF-PR/ESAF)

FERUCCIO BRANCO BILICH (DIREDE/ESAF)

Revisora

ROSE LEUDA FREITAS DAMASCENO

Convidados

LÚCIA MIKIE FUJIKAWA (COPOL-RFB)

MÁRIO LUIZ ANDRADE (COPOL-RFB)

GUILHERME GONZAGA BERNARDES CABRAL (COPOL-RFB)

HUGO EDGAR PÓVOA PULLEN PARENTE (COPOL-RFB)

RAPHAELLA COSTA BASTIANELLO CEZAR (COGRL/SPOA)

REJANE DOS SANTOS LEVY (COGRL/SPOA)

Fotografia

DANIELE CRISTINA BASSO UNO

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria Executiva. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração. Coordenação-Geral de Recursos Logísticos. Plano de Gestão de Logística Sustentável. Brasília, 2013.

Impresso no Brasil/ Printed in Brazil

MF/SPOA/COGRL | Plano de Gestão de Logística Sustentável - Versão 1.0 - agosto de 2013



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PLS

Plano de Gestão de Logística Sustentável

**Brasília-DF
Agosto/2013**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SAS Quadra 6 - Bloco O - Ed. Órgãos Centrais - 7º andar
CEP 70070-917 – Brasília – DISTRITO FEDERAL – Brasil
Fones: 55-61- 3412-5701 – cogrl.df.spoa@fazenda.gov.br
<http://www.fazenda.gov.br/>

© 2013, COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS (COGRL)

Brasil, Ministério da Fazenda, Secretaria Executiva.
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.
Plano de Gestão de Logística Sustentável : versão 1.0.
Brasília, Ministério da Fazenda, 2013.
35 p. : il. ; 30 cm.

I. Título.

CDD - 025.17

SIMBOLOGIA



1. Comunicação,
Documentação e Sistemas



2. Engenharia, Infraestrutura e
Segurança



3. Gestão de Contratos e
Serviços Gerais



4. Telefonia



5. Transporte



6. Suprimentos



7. Sustentabilidade

Registre sua manifestação no Serviço de Ouvidoria do
Ministério da Fazenda.
<http://portal.ouvidoria.fazenda.gov.br/ouvidoria/>
Telefone: 0800 702 1111
E-mail: ouvidormf@fazenda.gov.br

A SPOA agradece!

Sumário

PRIMEIRA PARTE

1. OBJETIVO GERAL.....	6
2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	6
3. METODOLOGIA.....	6
4. DESENVOLVIMENTO DO PLS/MF.....	7
5. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MF.....	7
6. RECURSOS ENVOLVIDOS.....	9

SEGUNDA PARTE

7. AÇÕES, METAS E PRAZOS DE EXECUÇÃO.....	10
7.1. DETALHAMENTO DAS AÇÕES.....	10
ITEM I - ATUALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO DE MATERIAIS.....	10
ITEM II - PRÁTICA DE SUSTENTABILIDADE E DE RACIONALIZAÇÃO DO USO DE MATERIAIS E SERVIÇOS.....	10
ITEM III - RESPONSABILIDADES E AVALIAÇÃO DO PLANO.....	22
ITEM IV - DIVULGAÇÃO DO PLS.....	34
ANEXO.....	36



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

Primeira Parte

1

1. OBJETIVO GERAL

Constituir, no âmbito das competências institucionais da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda - SPOA, da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e da Escola de Administração Fazendária – ESAF, práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos, atendendo ao disposto no Art. 16 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12 de novembro de 2012.

2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Congregar as ações de sustentabilidade que já estão sendo desenvolvidas no Ministério da Fazenda, visando à sincronia de atividades com o mesmo fim.

Aprimorar os processos de compras e contratações, com vistas ao desenvolvimento de especificações pautadas por critérios de sustentabilidade socioambiental.

Valorizar o poder de compra do Estado como instrumento para implementação de políticas públicas, contribuindo com a gestão responsável, visando o desenvolvimento nacional com sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Promover a cultura da sustentabilidade e sua incorporação às atividades cotidianas desenvolvidas no serviço público.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

3. METODOLOGIA

Para elaboração deste Plano foram observadas as diretrizes norteadoras contidas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12 de novembro de 2012, atendendo a estrutura dos tópicos contidos na Seção II da referida Instrução.

4. DO DESENVOLVIMENTO DO PLS

Este Plano foi elaborado pela Comissão Gestora do PLS, constituída por meio da Portaria MF nº 140, de 4 de julho de 2013, composta por representantes da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – COGRL/SPOA, da Coordenação-Geral de Programação e Logística, da Secretaria da Receita Federal do Brasil – COPOL/RFB, da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional, da Secretaria do Tesouro Nacional – CODIN/STN.

Concluídos os trabalhos da Comissão Gestora do PLS ocorreu a adesão ao Plano pela Esaf, o que contribui para o reforço das iniciativas já propostas e ampliação do Plano com a inserção de ações de capacitação afetas ao tema da sustentabilidade, conforme determinam os art. 5º, IV e, em especial, o art. 10 da IN SLTI/MPOG nº 10, de 12/11/2012 – que prevê que tal tema passe a integrar o Plano Anual de Capacitação das unidades integrantes da administração pública federal (Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006).

Considerando os princípios da economia processual e da eficiência, bem como o esforço de integração de ações, conforme objetivo específico deste PLS: “congregar as ações de sustentabilidade que já estão sendo desenvolvidas no Ministério da Fazenda, visando à sincronia de atividades com o mesmo fim”, e a expressa disposição do art. 4º da IN SLTI nº 10, de 12/11/2012, fica facultada a adesão a este PLS pelos demais órgãos do Ministério da Fazenda, mediante comunicado a Comissão Gestora e ajustes necessários para fins de acompanhamento e avaliação do Plano.

Para o planejamento das ações consolidadas, verificou-se a possibilidade de implementação das iniciativas em cada órgão. Os prazos de implementação das ações pela Esaf serão registrados posteriormente, contudo, pretende-se seguir o cronograma apresentado pela SPOA/MF, no que couber.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

As ações delineadas para este Plano apresentam, em geral, caráter esclarecedor, sensibilizador, educacional e normatizador, visando à contribuição de todos os servidores para a promoção do desenvolvimento sustentável na esfera pública, eliminando desperdício e incluindo nos processos de aquisições e contratações critérios de sustentabilidade.

5. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MF

O Ministério da Fazenda já executa ações de sustentabilidade, as quais constituem parte integrante deste PLS e serão mencionadas no detalhamento dos tópicos.

Verifica-se que por meio do Termo de Adesão nº 27, de 15 de março de 2013, celebrado com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, este Ministério aderiu, oficialmente, ao Projeto Esplanada Sustentável – PES, considerando o disposto na Portaria Interministerial nº 244, de 6 de junho de 2012.

O Projeto Esplanada Sustentável é uma iniciativa conjunta de quatro Ministérios: Planejamento, Orçamento e Gestão; Meio Ambiente; Minas e Energia; e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que tem por finalidade a integração de ações que visam à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e à inserção da variável socioambiental no ambiente de trabalho.

As ações integradas para consolidação do PES foram as seguintes:

I – Programa de Eficiência do Gasto Público – PEG, desenvolvido no âmbito da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF/MPOG;

II – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel, mais especificamente o Subprograma Eficiência Energética em Prédios Públicos – Procel EPP, desenvolvido pela Eletrobrás e coordenado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – SPE/MME;

III – Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, coordenada pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente – SAIC/MMA; e



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

IV – Coleta Seletiva Solidária, no âmbito da Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – SE/MDS

O PES tem como principais objetivos:

I – Promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social na Administração Pública Federal;

II – melhorar a qualidade do gasto público pela eliminação do desperdício e pela melhoria contínua da gestão dos processos;

III – incentivar a implementação de ações de eficiência energética nas edificações públicas;

IV – estimular ações para o consumo racional dos recursos naturais e bens públicos;

V – garantir a gestão integrada de resíduos pós-consumo, inclusive a destinação ambientalmente correta;

VI – melhorar a qualidade de vida no ambiente do trabalho; e

VII – reconhecer e premiar as melhores práticas de eficiência na utilização dos recursos públicos, nas dimensões de economicidade e socioambientais.

Assim, verifica-se que, por meio do Projeto Esplanada Sustentável, o Ministério da Fazenda integra esforços de órgãos governamentais para implementação do PEG, da A3P, do Procel EPP e da Coleta Seletiva Solidária, visando à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e à inserção da variável socioambiental no seu ambiente de trabalho.

Entre as ações de ensino, pesquisa e cooperação realizadas pelo MF destacam-se:

CAPACITAÇÕES:

- Cursos de Contratações Sustentáveis – ofertados tanto nas 6 semanas orçamentárias promovidas pela Esaf (cada uma das quais contando com uma média de 600 servidores dos diferentes Ministérios e Poderes) como por algumas unidades descentralizadas da ESAF.

- Curso Direitos Humanos e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), na modalidade EAD – desenvolvidos em parceria com a CGU e PNUD são disponibilizados



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL**

gratuitamente na plataforma Moodle da Esaf desde 2011, e ofertado tanto para servidores das três esferas da federação como para a sociedade em geral.

- Curso Introdução à Temática da Mudança do Clima para Gestão Pública de Planejamento e Fazenda no Brasil, na modalidade EAD – desenvolvido em parceria com o BID – projeto piloto no qual foi ofertado o primeiro módulo.
- Oficinas de Elaboração de Inventário de Gases de Efeito Estufa.
- Ciclos de debates sobre qualidade do gasto público.

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E COOPERAÇÃO EM FASE DE DESENVOLVIMENTO:

- Evento internacional que ocorrerá nos dias 30 e 31/10/2013 “Diálogo entre Finanças e Meio ambiente: gasto sustentável” em cooperação com o MMA, PNUD e GIZ (agência de cooperação alemã), que contará com a participação de palestrantes de diversos Ministérios e da Alemanha, França, Itália e Estados Unidos.
- Cooperação formalizada entre o MMA e a ESAF em maio/2013 que envolve a elaboração de projeto de eficiência energética do edifício sede da ESAF e elaboração de cursos em temáticas socioambientais pelo MMA e tem com contrapartida a oferta de capacitações dos referidos cursos pela ESAF, cujo principal público-alvo são servidores públicos federais.

PESQUISAS E PUBLICAÇÕES TRATANDO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM SEUS DIFERENTES ASPECTOS:

Cadernos de Finanças Públicas nº 12 – Dezembro/2012

- Transparência na aplicação de recursos em obras públicas.
- O aproveitamento das economias de escala pelo Sistema de Registro de Preços

Cadernos de Finanças Públicas nº 11 – Dezembro/2011

- A articulação entre políticas públicas e o sistema tributário na direção do desenvolvimento sustentável.
- Gestão pública orientada ao desenvolvimento sustentável e indicadores de desempenho socioambiental.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

Cadernos de Finanças Públicas nº 10 – Dezembro/2010

- Influência do Sistema de Custos na qualidade do gasto público.
- Mudança climática e tributação no Brasil – a consistência do tratamento tributário
- Os limites do orçamento para a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil.

Elaboração da Coletânea de Práticas de Responsabilidade Socioambiental adotadas por órgãos da Administração Pública Federal, composta de 2 tópicos:

- 1) Cuidar: por que e de que? e
- 2) Cuidar: como? Dicas de responsabilidade socioambiental – no trabalho e na vida pessoal – que trata dos temas: água, alimentos, construção, consumo, energia, papel, qualidade de vida, reciclagem, resíduos, transporte e compras públicas sustentáveis.

Também, registra-se que o MF é órgão integrante da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP, criada pelo Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, a qual tem natureza consultiva e caráter permanente. A CISAP está vinculada à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e tem por finalidade propor a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes.

6. RECURSOS ENVOLVIDOS

Inicialmente não há previsão de recurso orçamentário para o desenvolvimento das ações propostas, contudo, considerando que o PLS apresenta sugestão de ações de curto, médio e longo prazo, será feito estudo para verificar a disponibilidade de orçamento para ações propostas. Assim, consideram-se os seguintes recursos:

- Humanos: para o desenvolvimento, acompanhamento, monitoramento, avaliação e revisão das ações do PLS e para ações de sensibilização e capacitação.
- Materiais: cartazes, cópias, impressões, entre outros.
- Financeiros: conforme disponibilidade orçamentária.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

Considerando que os Projetos em andamento neste Ministério agregam este Plano de Gestão de Logística Sustentável, compete registrar que para essa primeira etapa do Plano considerar-se-á o recurso financeiro resultante da economicidade gerada em razão do acompanhamento e monitoramento das ações do PES, no período de julho a dezembro de 2012, referentes aos itens: água e esgoto, energia elétrica, telefonia fixa e móvel, limpeza e vigilância. O recurso no valor de R\$ 391.706,83 (trezentos e noventa e um mil setecentos e seis reais e oitenta e três centavos) será revertido em um Plano de Aplicação para a realização de ações a serem definidas (recursos de custeio ou investimento), objetivando o sucesso da II Fase do Projeto Esplanada Sustentável. A prestação de contas desse recurso dar-se-á em conformidade com o estabelecido no PES.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Segunda Parte

2

7. DAS AÇÕES, METAS E PRAZOS DE EXECUÇÃO

7.1 DETALHAMENTO DAS AÇÕES

ITEM I - REALIZAR LEVANTAMENTO DO INVENTÁRIO DE MATERIAIS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA E IDENTIFICAR SIMILARES DE MENOR IMPACTO AMBIENTAL PARA SUBSTITUIÇÃO.

Objetivo Atualizar o inventário de materiais em conformidade com a Instrução Normativa SEDAP nº 205, de 8 de abril de 1988, conforme Anexo I, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12 de novembro de 2012.

Desenvolvimento Realizar levantamento dos materiais de consumo adquiridos no ano de 2012.

Meta Elaborar catálogo de materiais com especificações técnicas e sustentáveis (quando cabível).

Avaliação Planilha de apresentação.

Valor estimado Recursos humanos.

SPOA/STN		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL/Almoxarifado	Setembro de 2013	Dezembro de 2013
RFB		
COPOL	Setembro de 2013	Dezembro de 2013



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

ITEM II - PRÁTICA DE SUSTENTABILIDADE E DE RACIONALIZAÇÃO DO USO DE MATERIAIS E SERVIÇOS.

Meta Implementar normativos e práticas sustentáveis.

Desenvolvimento Este item será subdividido em três ações, sendo que as duas primeiras têm caráter normatizador e visam estabelecer procedimentos e criar ferramenta de consulta para inclusão, no âmbito do Ministério da Fazenda, de critérios de sustentabilidade nas aquisições e contratações, e a terceira ação compreende a parte de implementação, composta por oito temas: material de consumo, energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva, qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras e contratos sustentáveis, deslocamento de pessoal, educação e cultura para a sustentabilidade.

Ação 1 – Implementação de Portaria para estabelecer práticas de sustentabilidade ambiental.

Objetivo Implementar Portaria para normatizar práticas de sustentabilidade ambiental a serem observadas pelo Ministério da Fazenda e suas entidades vinculadas quando das compras públicas sustentáveis e dá outras providências. Essa ação está em consonância com a gestão socioambiental sustentável, objetivando o desenvolvimento de ações para o consumo racional dos recursos naturais e bens públicos, contribuindo, assim, com desenvolvimento nacional sustentável.

Valor estimado Recursos humanos.

MF	
Unidade Responsável pela elaboração	Previsão de Implementação
COGRL/RFB/STN	Dezembro/2013

Ação 2 – Orientações.

Objetivo Apresentar orientações técnicas para a inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações realizadas no âmbito das competências institucionais da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda – SPOA, da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e da Secretaria do Tesouro Nacional – STN face à responsabilidade objetiva do Estado no que diz respeito à promoção do bem estar dos administrados e à preservação do meio ambiente de forma sistemática e contínua.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Desenvolvimento Elaborar documento com orientações técnicas em conformidade com a legislação vigente.

Valor estimado Recursos humanos.

SPOA/RFB/STN	
Unidade Responsável pela elaboração	Previsão de implementação
COGRL	Dezembro de 2013

Ação 3 – Implementação de ações referentes a oito temas:

TEMA I – Material de consumo (papel para impressão, copos descartáveis)

TEMA II – Energia elétrica.

TEMA III – Água e esgoto.

TEMA IV – Coleta Seletiva.

TEMA V – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.

TEMA VI – Compras e contratos sustentáveis.

TEMA VII – Deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

TEMA VIII – Educação e cultura para a sustentabilidade

Objetivos Promover à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos; promover a conscientização de hábitos de consumo sustentáveis e a economia de recursos; promover a cultura para a sustentabilidade entre os servidores do Ministério da Fazenda e a compreensão do papel da Administração Pública como catalizadora do desenvolvimento nacional sustentável.

Metas gerais Adquirir materiais de consumo com atributos sustentáveis; reduzir o consumo de material e criar mecanismos para coletar e reaproveitar os papéis que são descartados, capacitar servidores para a compreensão da ideia de desenvolvimento



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

sustentável e para a incorporação da cultura da sustentabilidade no planejamento e exercício de sua atividade profissional.

TEMA I – Material de consumo

(papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão)

a) PAPEL PARA IMPRESSÃO

Objetivo Reduzir a quantidade de papel nas impressões do Ministério da Fazenda.

Iniciativas

1) Configurar/reconfigurar as impressoras para o modo de impressão padrão em preto e branco, rascunho e frente e verso.

Desenvolvimento Encaminhar informativo com instruções sobre a configuração da impressora para modo duplex.

Abrir demanda para solicitar configuração.

A RFB solicitará à Coordenação-Geral de Tecnologia que faça a configuração proposta em todas as estações de trabalho e oriente as suas projeções regionais.

Valor estimado Recursos humanos.

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL/COGTI	Setembro de 2013	Dezembro de 2013
RFB		
Copol/COTEC	Outubro de 2013	Dezembro de 2013
STN		
CODIN	Setembro de 2013	Novembro de 2013



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

2) Destinar papel usado para reciclagem e/ou confecção de blocos de notas.

Desenvolvimento Disponibilizar caixas específicas para coleta de papel usado. Após a coleta será feita a separação das folhas para possível confecção de blocos de notas ou reciclagem.

A RFB orientará suas unidades locais a disponibilizar caixas específicas para coleta de papel usado.

Valor estimado

Recursos humanos.

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL/COGTI	Outubro de 2013	Ação contínua
RFB		
Copol	Outubro de 2013	Ação contínua
STN		
CODIN	Outubro de 2013	Ação contínua

3) Substituir papel comum por reciclado ou por papel branco produzido sem uso de substâncias cloradas nocivas ao meio ambiente.

Desenvolvimento Nas novas licitações para compra de papel destinar-se-á, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade total para aquisição de papel não clorado ou reciclado, no formato A4, (210mm x 297mm), 75g/m² ou papel branco produzido sem uso de substâncias cloradas nocivas ao meio ambiente, substituindo o papel branco comum.

Valor estimado

Recursos humanos.

Cronograma

Após publicação deste Plano de Gestão de Logística Sustentável.

SPOA/STN		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL/SAMF	Outubro de 2013	Ação contínua
RFB		
Copol	Outubro de 2013	Ação contínua



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

- 4) Realizar diagnóstico das impressoras que precisam de manutenção/substituição, em razão da eficiência.

Desenvolvimento Realizar levantamento das impressoras que precisam de manutenção/substituição, em razão da eficiência para possibilitar a aquisição e a utilização de impressoras duplex, respeitando-se o tempo de vida útil para aquelas que compõem o estoque de equipamentos deste Ministério e entidades vinculadas.

Valor estimado Recursos humanos.

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL/CGTI	Setembro de 2013	Abril de 2014
STN		
CODIN	Setembro de 2013	Novembro de 2013

- 5) Desenvolver e ampliar projetos de ilhas de impressão.

Desenvolvimento Realizar diagnóstico para possibilitar o desenvolvimento e ampliação de projetos de ilhas de impressão em pelo menos 50% (cinquenta por cento) das estações.

Valor estimado Recursos humanos.

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL/COGTI	Outubro de 2013	Dezembro de 2013
RFB		
Copol/Cotec	Outubro de 2013	Dezembro de 2013
STN		
CODIN	Outubro de 2013	Dezembro de 2013

- 6) Adotar envelopes vai e vem.

Desenvolvimento A RFB orientará suas unidades locais a adotar envelopes vai e vem para as correspondências internas e as enviadas via malote.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Valor estimado

Recursos humanos.

RFB		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
Copol	Outubro de 2013	Dezembro de 2013

7) Substituir os papéis dos banheiros para secagem das mãos por secadores de ar elétricos.

Desenvolvimento

A RFB orientará suas unidades locais a substituição dos papéis dos banheiros para secagem das mãos por secadores de ar elétricos, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Valor estimado

Recursos humanos.

RFB		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
Copol	Outubro de 2013	Dezembro de 2013

8) Conscientizar servidores.

Desenvolvimento

Conscientizar os servidores sobre ações sustentáveis no ambiente de trabalho. Ressalta-se que os conteúdos listados a seguir constarão, também, na minuta de Portaria para estabelecer práticas de sustentabilidade ambiental, proposta citada do item II, ação 1, deste PLS, os quais serão difundidos por meio de informativos a serem encaminhados por mensagens eletrônicas ou disponibilizados via intranet.

Iniciativas

- Dar preferência ao uso de mensagens eletrônicas (*e-mail*);
- Substituir o uso de documento impresso por documento digital;
- Imprimir apenas se necessário;
- Revisar os documentos antes de imprimir;
- Reduzir o consumo de papel;



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

- Imprimir modo frente e verso, incluindo as correspondências oficiais; e
- Impressão dupla por folha, no que couber.

Valor estimado Recursos humanos.

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL	Setembro de 2013	Ação contínua
RFB		
Copol	Setembro de 2013	Ação contínua
STN		
CODIN	Setembro de 2013	Ação contínua

b) COPOS DESCARTÁVEIS

Objetivo Reduzir o consumo de copos plásticos no MF.

Iniciativas

- 1) Adquirir copos biodegradáveis em substituição, gradativa, aos copos de plástico.**

Desenvolvimento Realizar estudo para viabilizar a aquisição, gradativa, de copos biodegradáveis, confeccionados à base de amido de milho ou de mandioca, em substituição aos copos de plástico.

Valor estimado Após pesquisa do produto e do preço, verificar disponibilidade orçamentária para implementação desta ação até 2015.

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início de pesquisa de material	Previsão de implementação.
COGRL/SAMF	Novembro de 2013	Dezembro de 2015
STN		
CODIN	Novembro de 2013	Dezembro de 2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

2) Reduzir o consumo de copos descartáveis.

Desenvolvimento Realizar campanhas de sensibilização para conscientizar os servidores sobre a necessidade de reduzir o consumo de copos descartáveis com adoção de copos individuais não-descartáveis.

A RFB pretende reduzir em 25% (vinte e cinco por cento) o consumo de copos descartáveis de plástico.

Reduzir a disponibilidade de copos descartáveis.

Valor estimado

Recursos humanos.

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL	Setembro de 2013	Ação contínua
RFB		
Copol	Setembro de 2013	Ação contínua
STN		
CODIN	Setembro de 2013	Ação contínua

3) Substituir garrações de água por filtro de parede.

Desenvolvimento A RFB orientará suas unidades locais a substituição dos garrações de água por filtro de parede, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Valor estimado

Recursos humanos.

RFB		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
Copol	Outubro de 2013	Dezembro de 2013

c) CARTUCHOS/TONER PARA IMPRESSÃO

Objetivo

Reduzir a quantidade de cartuchos/toner para impressão.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

Iniciativas

1) Promover campanhas de conscientização.

Desenvolvimento Realizar campanhas de sensibilização para uso consciente de impressão, e, sempre que possível, utilizar impressão com estilo de fonte de texto capaz de economizar tinta ou toner.

Valor estimado Recurso humanos.

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL/COGTI	Setembro de 2013	Ação contínua
RFB		
Copol	Setembro de 2013	Ação contínua
STN		
CODIN	Setembro de 2013	Ação contínua

2) Destinação de toner e cartuchos usados.

Desenvolvimento A RFB orientará suas unidades locais a atentarem para o correto descarte de toner e cartuchos de impressoras recolhidos pelas empresas fornecedoras.

Valor estimado Recurso humanos.

RFB		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
Copol	Outubro de 2013	Dezembro de 2013

TEMA II – Energia elétrica

Objetivo Diminuir o consumo e o desperdício de energia elétrica.

Iniciativas

1) Promover campanhas de conscientização.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Desenvolvimento Promover campanhas para conscientizar/sensibilizar os servidores para adoção de atitudes positivas que contribuem para diminuir o consumo e o desperdício de energia elétrica.

Valor estimado Recursos humanos.

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL	Setembro de 2013	Ação contínua
RFB		
Copol	Setembro de 2013	Ação contínua
STN		
CODIN	Setembro de 2013	Ação contínua

2) Viabilizar a instalação de sensores de presença.

Desenvolvimento Viabilizar a instalação de sensores de presença nos banheiros, escadas e em locais de pouco acesso como: arquivos e almoxarifado.

A RFB orientará suas unidades locais a instalarem os sensores de presença nos banheiros, escadas e em outros locais de pouco acesso como: arquivos e almoxarifado, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Valor estimado Realizar levantamento para previsão orçamentária.

SPOA/STN		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL/SAMF	Conforme disponibilidade orçamentária	Novembro de 2015
RFB		
Copol	Outubro de 2013	Dezembro de 2013

3) Substituir lâmpadas.

Desenvolvimento A RFB orientará suas unidades locais a efetuar a substituição gradual das lâmpadas atuais que consomem muita energia por lâmpadas de baixo consumo (Leds e Fluorescentes), de acordo com a disponibilidade orçamentária.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

Valor estimado

Recursos humanos.

RFB		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
Copol	Outubro de 2013	Dezembro de 2013

4) Configurar os computadores para ativar automaticamente o modo de suspensão.

Desenvolvimento

A RFB solicitará à Coordenação-Geral de Tecnologia que faça a configuração proposta em todas as estações de trabalho e oriente as suas projeções regionais a fazer o mesmo.

Valor estimado

Recursos humanos.

RFB		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
Copol/Cotec	Outubro de 2013	Dezembro de 2013

5) Manutenção periódica do sistema de ar-condicionado.

Desenvolvimento

A RFB orientará suas unidades locais a programar ações de manutenção preventiva de ar-condicionado periodicamente, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Valor estimado

Recursos humanos.

RFB		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
Copol	Outubro de 2013	Dezembro de 2013

6) Desligar as luzes das salas depois de encerrado o expediente.

Desenvolvimento

Após o fim do expediente, realizar ronda para verificar se as luzes dos locais de trabalho estão desligadas.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

A RFB orientará suas unidades locais a verificar se as luzes dos locais de trabalho estão desligadas após o fim do expediente.

Valor estimado

Recursos humanos.

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL	Outubro de 2013	Dezembro de 2013
RFB		
Copol	Outubro de 2013	Dezembro de 2013

7) Outras ações para economizar energia.

Desenvolvimento

Demais ações desenvolvidas e acompanhadas pela equipe do Projeto Esplanada Sustentável. (Vide ações planejadas pelo PES para 2013/2014 – Anexo).

Cronograma

Conforme viabilidade.

Valor estimado

Recursos humanos.

Envolvidos

Todos os servidores + Equipe do PES.

TEMA III – Água e esgoto

Objetivo

Diminuir o consumo e o desperdício de água.

Iniciativas

1) Promover campanhas de conscientização.

Desenvolvimento

Conscientizar os servidores sobre o uso adequado da água para evitar o desperdício, utilizando cartazes, placas, informativos a serem encaminhados por mensagens eletrônicas ou disponibilizados via intranet.

Valor estimado

Recursos do PES/ Recursos humanos.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL	Setembro de 2013	Ação contínua
RFB		
Copol	Setembro de 2013	Ação contínua
STN		
CODIN	Setembro de 2013	Ação contínua

2) Adotar torneiras com temporizador e privadas com dupla descarga.

Desenvolvimento A RFB orientará as suas unidades locais a substituir as torneiras por outras com temporizador, e privadas comuns por outras com dupla descarga, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Valor estimado Recursos humanos.

RFB		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
Copol	Outubro de 2013	Dezembro de 2013

2) Substituir sistema de esgoto sanitário.

Desenvolvimento Realizar estudo para viabilizar a substituição, gradativa, do sistema de esgoto sanitário tradicional por sistema a vácuo.

Valor estimado Realizar levantamento para previsão orçamentária.

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL	Outubro de 2013	Junho de 2015

3) Adotar arejadores nas saídas das torneiras.

Desenvolvimento A RFB orientará as suas unidades locais a instalar, de acordo com a disponibilidade orçamentária, arejadores nas saídas das torneiras, que inserem ar no fluxo de água, de maneira a reduzir de 30 a 50% a quantidade de água utilizada.

Valor estimado Recursos humanos.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

RFB		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
Copol	Outubro de 2013	Dezembro de 2013

4) Promover a correção dos vazamentos de água.

Desenvolvimento A RFB orientará as suas unidades locais a estabelecer como prioritária a manutenção dos vazamentos de água.

Valor estimado Recursos humanos.

RFB		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
Copol	Outubro de 2013	Dezembro de 2013

5) Outras ações para economizar água.

Desenvolvimento Ações desenvolvidas e acompanhadas pela equipe do Projeto Esplanada Sustentável. (Vide ações planejadas pelo PES para 2013/2014 – Anexo).

Cronograma Conforme viabilidade.

Valor estimado Recursos humanos.

Envolvidos Todos os servidores + Equipe do PES.

TEMA IV – Coleta seletiva

Objetivo Aumentar a coleta e a reciclagem de resíduos.

Iniciativas

1) Incentivar a coleta seletiva.

Desenvolvimento Realizar ações de conscientização dos servidores.

Valor estimado Recursos humanos, recursos didáticos, cartazes, informativos.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL/SAMF	Setembro de 2013	Ação contínua
RFB		
Copol	Setembro de 2013	Ação contínua
STN		
CODIN	Setembro de 2013	Ação contínua

2) Informar sobre destinação correta dos resíduos perigosos.

Desenvolvimento A RFB orientará suas unidades locais sobre destinação correta dos resíduos perigosos, mercadorias destruídas, lâmpadas e equipamentos eletrônicos obsoletos.

Valor estimado Recursos humanos.

RFB		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
Copol	Outubro de 2013	Dezembro de 2013

3) Adquirir caixas e cestas para coleta seletiva.

Desenvolvimento Elaborar Termo de Referência para aquisição de lixeiras, contêiner, caixas e cestas para coleta seletiva.

A RFB orientará suas unidades locais sobre aquisição de caixas e cestas da coleta seletiva pelas unidades, para possibilitar a correta separação e destinação do lixo.

Valor estimado SPOA: Recursos do PES.
RFB: Recursos humanos.

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL	Outubro de 2013	Setembro de 2014
RFB		
Copol	Outubro de 2013	Dezembro de 2013



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

4) Reduzir a quantidade de lixeiras individuais.

Desenvolvimento A RFB orientará suas unidades locais para diminuir a quantidade de lixeiras individuais que desestimula a separação do lixo. Além disso, promoverá a orientação das equipes de limpeza sobre a seleção dos diferentes tipos de lixo reciclável (como por exemplo o que é lixo reciclável, se o isopor pode ser misturado com plástico, etc).

Valor estimado Recursos humanos.

RFB		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
Copol	Outubro de 2013	Março de 2014
STN		
CODIN	Dezembro de 2013	Março de 2014

5) Outras ações sobre coleta seletiva.

Desenvolvimento Ações desenvolvidas e acompanhadas pela equipe do Projeto Esplanada Sustentável. (Vide ações planejadas pelo PES para 2013/2014 – Anexo).

Cronograma Imediato.

Valor estimado Recursos humanos.

Envolvidos Todos os servidores + Equipe do PES.

TEMA V – Qualidade de vida no ambiente de trabalho

Objetivo Melhorar a qualidade de vida e a integração dos servidores e colaboradores.

Meta Geral Aumentar o bem-estar dos servidores e colaboradores proporcionando melhores condições de trabalho.

Iniciativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

1) Promover a integração e a qualidade de vida no local de trabalho.

Desenvolvimento Ampliar e incentivar a participação dos servidores na ginástica laboral, visando reduzir a tensão dos servidores e colaboradores enquanto cumprem sua jornada de trabalho.

A RFB orientará as unidades locais a contratar equipes de instrutores para ministrar exercícios de ginástica laboral para seus servidores, na medida do possível.

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL/COGEP	Setembro de 2013	Ação contínua
RFB		
Copol	Outubro de 2013	Dezembro de 2013

2) Viabilizar espaços culturais.

Desenvolvimento Realizar estudo para viabilizar a disponibilização de espaços para exposição de filmes e amostras de artes desenvolvidas pelos servidores fazendários ou pelo público externo.

Valor estimado Recursos humanos/pesquisa de materiais necessários/ espaço físico.

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL	Setembro de 2013	Novembro de 2014

TEMA VI – Compras e contratos sustentáveis

a) AQUISIÇÃO E SERVIÇO

Objetivo Aprimorar os processos de compras e contratações, pautados por critérios de sustentabilidade, em conformidade com o exposto na Lei nº 8.666/1993 e no Decreto nº 7.746/2012.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

Iniciativas

1) Viabilizar editais com critérios de sustentabilidade.

Desenvolvimento
sustentabilidade.

Disponibilizar *links* com editais que possuam critérios de

Valor estimado

Recursos humanos.

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL/SAMF	Setembro de 2013	Ação contínua
RFB		
Copol	Setembro de 2013	Ação contínua

2) Elaborar catálogo de materiais com especificações técnicas e sustentáveis.

Desenvolvimento
sustentáveis para aquisição de materiais.

Elaborar catálogo de materiais com especificações técnicas e

Valor estimado

Recursos humanos.

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL	Setembro de 2013	Abril de 2014

3) Conscientizar os servidores quanto à necessidade de incluir critérios de sustentabilidade nas contratações.

Desenvolvimento
as Iniciativas que devem ser observadas nos processos de aquisições e contratações pautadas por critérios de sustentabilidade.

Disponibilizar documentos e informativos com conteúdos sobre

Valor estimado

Recursos humanos.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL/SAMF	Setembro de 2013	Ação contínua

4) Fomentar compras compartilhadas.

Valor estimado

Recursos humanos.

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL/SAMF	Setembro de 2013	Ação contínua

5) Manual de contratações de obras e serviços de engenharia (edifícios).

Desenvolvimento

Elaborar manual de contratações de obras e serviços de engenharia (edifícios) com objetivo de orientar e padronizar os procedimentos técnicos e administrativos, com orientação para quando do desenvolvimento de projetos seguir parâmetros de sustentabilidade.

A RFB divulgará para suas unidades locais o material elaborado pela COGRL.

Valor estimado

Recursos humanos.

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL	Setembro de 2013	Abril de 2014

6) Regulamento de Limpeza de Dutos e Higienização da Qualidade do Ar.

Desenvolvimento

Elaborar Regulamento que visa reunir informações, critérios e procedimentos a serem adotados para os Serviços de Higienização da Qualidade do ar em ambientes climatizados artificialmente, de uso público e coletivo, no âmbito das competências institucionais da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda.

A RFB divulgará para suas unidades locais o material elaborado pela COGRL.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Valor estimado

Recursos humanos.

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL	Setembro de 2013	Abril de 2014

b) SERVIÇO DE VIGILÂNCIA

Objetivo

Garantir a segurança do patrimônio, colaboradores e transeuntes.

1) Ações a serem implementadas pela equipe do PES.

Desenvolvimento

Ações desenvolvidas e acompanhadas pela equipe do Projeto Esplanada Sustentável. (vide ações planejadas pelo PES para 2013/2014 – Anexo).

Cronograma

Imediato.

Valor estimado

Recursos humanos.

Envolvidos

Equipe do PES.

c) SERVIÇOS DE LIMPEZA

Meta Geral

Ter um serviço de limpeza sustentável até 2015, com inclusão nos contratos de cláusulas específicas sobre sustentabilidade ambiental.

Iniciativas

1) Implementar práticas de consumo sustentável de materiais e de racionalização de recursos no desenvolvimento dos serviços de limpeza e conservação.

Desenvolvimento

Revisar o conteúdo contratual específico sobre segurança do trabalho e sustentabilidade ambiental em conformidade com a IN SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

Verificar as diretrizes do PLS para avaliar a inclusão nos contratos e a adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos e a utilização de produtos reciclados e biodegradáveis.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Revisar o contrato de limpeza e conservação, em razão do real dimensionamento da área objeto do serviço contratado.

Valor estimado

Recursos humanos.

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL/SAMF	Setembro de 2013	Novembro de 2014

2) Ações a serem implementadas pela equipe do PES.

Desenvolvimento Ações desenvolvidas e acompanhadas pela equipe do Projeto Esplanada Sustentável. (vide ações planejadas pelo PES para 2013/2014 – Anexo).

Cronograma

Conforme cronograma do PES.

Valor estimado

Recursos humanos.

Envolvidos

Equipe do PES.

d) SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

1) Ações a serem implementadas pela equipe do PES.

Desenvolvimento Ações desenvolvidas e acompanhadas pela equipe do Projeto Esplanada Sustentável. (Vide ações planejadas pelo PES para 2013/2014 – Anexo).

Cronograma

Conforme cronograma do PES.

Valor estimado

Recursos humanos.

Envolvidos

Equipe do PES + COGRL.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

e) SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS

1) Ações a serem implementadas pela equipe do PES.

Desenvolvimento Ações desenvolvidas e acompanhadas pela equipe do Projeto Esplanada Sustentável. (Vide ações planejadas pelo PES para 2013/2014 – Anexo).

Cronograma Imediato – conforme cronograma do PES.

Valor estimado Recursos humanos.

Envolvidos Equipe do PES + COGRL.

TEMA VII – Deslocamento de pessoal considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

Objetivo Reduzir os gastos e a emissão de substâncias poluentes.

Iniciativas

1) Incentivar a carona, o uso de bicicleta e do transporte público.

Desenvolvimento Elaborar planilha de cadastro de caronas solidárias em Brasília – DF e no entorno e disponibilizá-la na intranet.

Divulgar informativos com incentivo ao uso de bicicleta e do transporte público.

A RFB orientará suas unidades locais a elaborar planilha de cadastro de caronas solidárias e disponibilizá-la na intranet; divulgar informativos com incentivo ao uso de bicicleta e do transporte público.

Valor estimado Recursos humanos.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL	Setembro de 2013	Ação contínua
RFB		
Copol	Outubro de 2013	Dezembro de 2013

2) Criação de bicicletários e vestiários para os servidores.

Desenvolvimento Realizar avaliação de espaço e disponibilidade orçamentária para criação de bicicletários.

A RFB orientará suas unidades locais a instalar bicicletários e vestiários para seus servidores, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Valor estimado Recursos humanos.

SPOA		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
COGRL	Setembro de 2013	Julho de 2014
RFB		
Copol	Outubro de 2013	Dezembro de 2014

3) Otimizar o uso de veículos oficiais.

Desenvolvimento A RFB orientará suas unidades locais a planejar os deslocamentos dos veículos oficiais para que, na medida do possível, circulem com passageiros ou documentos.

Valor estimado Recursos humanos.

RFB		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
Copol	Outubro de 2013	Dezembro de 2013



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

4) Utilização de motoboys ou bikeboys para entrega de documentos.

Desenvolvimento A RFB orientará suas unidades locais a utilizar motoboys ou bikeboys para entrega de documentos, em substituição aos veículos oficiais.

Valor estimado Recursos humanos.

RFB		
Unidade Responsável	Previsão de Início	Previsão de Fim
Copol	Outubro de 2013	Dezembro de 2013

TEMA VIII – Educação e cultura para a sustentabilidade.

Objetivo Sensibilizar e capacitar os servidores para a importância da promoção do desenvolvimento sustentável e a compreensão do PLS como instrumento de efetivação do desenvolvimento sustentável. Estimular a cultura da sustentabilidade e o comprometimento do servidor através de sua ação cotidiana e da incorporação da diretrizes relacionadas à sustentabilidade ao planejamento na sua área de atuação.

Iniciativas

- 1) Levantar o quantitativo de servidores que atuam em **gestão** e em **logística** na SPOA, na RFB, na STN e na ESAF e os cursos de capacitação dos quais eles participaram relacionados à logística sustentável;
- 2) Levantar o quantitativo dos demais servidores da SPOA, RFB, STN e ESAF que participaram de capacitações em temas relacionados à sustentabilidade em seus diferentes aspectos (ex: educação fiscal, controle social e cidadania, gestão ambiental, contratações sustentáveis, etc.);
- 3) Identificar os cursos já ofertados e materiais já produzidos (pela Esaf, outras escolas de governo e outros órgãos ligados aos Ministérios) que possam ser replicados/ ampliados;
- 4) Discutir, em conjunto com as coordenações de gestão de pessoas dos 4 órgãos, as necessidades relacionadas à capacitação em temas relacionados à sustentabilidade e



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

desenvolver uma proposta (preferencialmente conjunta) de inclusão de cursos relacionados a tais temas;

- 5) Priorizar reserva de vagas a servidores da SPOA, RFB, STN e ESAF em cursos com temas atinentes à logística sustentável realizados nas semanas orçamentárias e realizados fora da divisão de capacitação, e fazer o acompanhamento regular da participação em tais cursos;
- 6) Incentivar a participação de servidores da SPOA, RFB, STN e ESAF em cursos, seminários e congressos relacionados à temática da logística sustentável;
- 7) Promover a cooperação com instituições nacionais e internacionais e o intercâmbio de conhecimentos e experiências bem sucedidas relacionadas à temática do desenvolvimento sustentável entre servidores;
- 8) Criar uma palestra magna a ser proferida na abertura das semanas orçamentárias de 2014 e 2015;
- 9) Sempre que possível, inserir conteúdos de logística sustentável nos cursos promovidos pela ESAF.

Valor estimado Recursos humanos, pesquisa relacionada às capacitações realizadas, salas de aula e ambiente virtual do Moodle, recursos para realização de cursos.

Envolvidos Integrantes da Comissão do PLS, RFB, STN e ESAF, representantes da coordenação de gestão de pessoas destes órgãos, representantes das áreas de educação e ensino a distância da ESAD (DIREC, DIREC e CEEAD).

SPOA	
Unidade Responsável	Previsão de Início
COGRL/SAMF	Novembro de 2013
RFB	
Copol	Novembro de 2013
STN	
CODIN	Novembro de 2013
ESAF	
Comitê de Responsabilidade Socioambiental -CRS	Novembro de 2013



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

ITEM III – RESPONSABILIDADES E AVALIAÇÃO DO PLANO

a) Responsabilidades

A comissão gestora do PLS/MF ficará responsável pela elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do PLS.

b) Avaliação e reavaliação do PLS

Em conformidade com a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12 de novembro de 2012, os resultados alcançados serão avaliados semestralmente pela comissão gestora, conforme indicadores constantes do Anexo III daquela Instrução Normativa e com base nos relatórios produzidos pelos coordenadores de cada ação.

A reavaliação deste Plano ocorrerá anualmente pela sua Comissão Gestora.

ITEM IV – DIVULGAÇÃO DO PLS

Este PLS deve ser publicado no sítio do Ministério da Fazenda.

Os resultados alcançados a partir da implementação das ações deverão ser publicados semestralmente no sítio do MF, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores.

Ao final de cada ano deverá ser elaborado relatório de acompanhamento de forma a evidenciar o desempenho do PLS, contendo:

I – Consolidação dos resultados alcançados; e

II – Identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

Os relatórios deverão ser publicados no sítio do Ministério da Fazenda e encaminhados eletronicamente à Secretaria Executiva da CISAP.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Elaborado por:


Alexandra Mendes Leão Ribeiro
(COGRL/SPOA)


Célia Regina de Castro Alves
(COGRL/SPOA)


Marco Antônio Azevedo Jacob de Araújo
(Copol/RFB)


Giselli Loliola Sadtana
(CODIN/STN)


Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa
(Centresaf-PR/ESAF)


Feruccio Branco Bilich
(DIREC/ESAF)

Aprovado por:


Dyogo Henrique de Oliveira
Secretário-Executivo Interino



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

ANEXO A

Ações planejadas pelo Projeto Esplanada Sustentável Ano 2013/2014





AÇÕES – PROJETO ESPLANADA SUSTENTÁVEL

Água e Esgoto

- Aquisição de placas conscientização sobre o uso da água (curto prazo);
- Levantamento da rotina de lavagem de carros (curto prazo);
- Monitoramento diário do consumo de água para identificar vazamentos (curto prazo);
- Levantamento da periodicidade de irrigação de jardins e área externa (curto prazo);
- Averiguação de vazamentos de torneiras/descargas (curto prazo);
- Incentivar o uso de plantas de baixo consumo de água (curto prazo);
- Adoção de medida de economia de água na garagem (médio prazo);
- Averiguação da possibilidade de projeto de captação de água da chuva (médio prazo);
- Troca de torneiras e descargas (médio prazo);
- Substituição de mangueiras para lavar as áreas externas por equipamentos de alta pressão (médio prazo);

Energia Elétrica

- Utilização do ar-condicionado central de acordo com o clima (curto prazo);
- Ronda noturna de 1 em 1 hora para monitorar luzes acesas que possam ser desligadas (curto prazo);
- Ronda para identificar equipamentos ligados após o horário de expediente (curto prazo);
- Levantamento da necessidade de substituição de aparelhos de ar-condicionado antigos por outros mais modernos (curto prazo);
- Aquisição de placas de conscientização sobre o uso de energia (curto prazo);
- Levantamento dos casos recorrentes de servidores trabalhando fora do horário normal de expediente (curto prazo);
- Conscientização junto as copeiras para melhor utilização das cafeteiras (curto prazo);
- Avaliação, por escrito, da empresa de ar-condicionado sobre as condições do mesmo (médio prazo);
- Colocação de medidores de energia em locais estratégicos (médio prazo);
- Realização de estudo de luminosidade em todos os prédios fazendários (médio prazo);
- Avaliar necessidade de renegociação junto à concessionária conforme demanda de energia efetivamente utilizada (médio prazo);
- Instalação de refletores nas lâmpadas para aumentar a luminosidade (médio prazo);

Telecomunicações

- Ranking de ramais que mais fazem ligações – fixo e celular (curto prazo);
- Controle mensal dos valores das contas de telefonia (curto prazo);



- Verificação da necessidade de modernização da central telefônica (curto prazo);
- Levantamento de ramais e categorias que estão sendo utilizados e adequação conforme a necessidade do usuário (médio prazo);
- Verificação dos melhores contratos da esplanada (médio prazo);
- Proposição de regras para controle de chamadas interurbanas e para celulares (médio prazo);

Locação de Imóveis

- Revisão do contrato de locação (médio prazo);

Copos e Papéis

- Reutilização de papel para confecção de blocos (curto prazo);
- Levantamento e controle de distribuição de resmas de papel (curto prazo);
- Solicitação à empresa responsável do quantitativo mensal de folhas impressas de cada setor (curto prazo);
- Controle de distribuição de copos por andar (curto prazo);
- Aquisição de placas de conscientização sobre o uso de copos e papéis (curto prazo);
- Conscientização para diminuir a quantidade de documentos impressos (curto prazo);
- Monitoramento do que e de quem imprimiu os documentos (médio prazo);
- Distribuições de caixas coletoras de papéis (médio prazo);
- Substituição de copos descartáveis por copos biodegradáveis (médio prazo);
- Aquisição de canecas biodegradáveis (médio prazo);
- Substituição de uma parcela de papéis brancos por papéis recicláveis (médio prazo);

Vigilância

- Levantamento do quantitativo de vigilantes armados e desarmados (curto prazo);
- Elaboração do projeto de melhoria do sistema de monitoramento dos edifícios com o uso de câmeras de segurança e catracas de acesso nas entradas e em outros locais pertinentes (médio prazo);
- Estudo do redimensionamento dos postos de trabalho de acordo com a necessidade do local (médio prazo);
- Negociar novos valores dos postos de trabalho (médio prazo);
- Verificar necessidade de troca de vigilantes por recepcionistas (médio prazo);

Serviço de Processamento de Dados/COGTI

- Impressão frente e verso como padrão (curto prazo);
- Configurar computadores para o modo "economia de energia" (curto prazo);
- Eliminação de contas de *email* não utilizadas por motivo de exoneração, aposentadorias, transferências de servidores e extinção de programas e projetos (médio prazo);



- Adequação dos tamanhos das caixas postais dos servidores de acordo com os trabalhos desenvolvidos (médio prazo);
- Revisar contrato (médio prazo);
- Substituição dos servidores de rack por servidores em Lâminas, uma vez que cada servidor em lâmina é capaz de substituir cerca de 8 servidores (médio prazo);

Manutenção Predial

- Revisão do contrato (médio prazo);

Coleta Seletiva

- Conscientização e divulgação de trabalhos com materiais reciclados - feiras; fotos e cartazes nos elevadores/corredores (curto prazo);
- Levantamento da destinação dos cartuchos de impressoras (curto prazo);
- Recolhimento de óleo para destinação adequada (curto prazo);
- Destinação adequada de pneus, baterias, pilhas, lâmpadas, óleo e restos de materiais de divisórias/obras por cooperativa que já tenha celebrado termo de compromisso com o MF (curto prazo);
- Aquisição de container e lixeiras (médio prazo);
- Celebrar termo de compromisso para aqueles materiais que ainda não há coleta (médio prazo);

Limpeza e Conservação

- Verificação da regularidade de lavagem dos pavimentos dos prédios (curto prazo);
- Verificação da utilização de materiais biodegradáveis no contrato (curto prazo);
- Preparar logística para lavagem das caixas d' água, testes das mangueiras de incêndio e lavagem das garagens acontecerem simultaneamente (curto prazo);
- Verificação junto a empresa a substituição de sacolas plásticas de acordo com a cor definida para a coleta seletiva (médio prazo);
- Negociar a manutenção do valor do contrato atual (médio prazo);
- Verificação e comparação com os contratos de limpeza de outros ministérios (médio prazo);
- Reestudo da área (m²) abrangida pelo contrato de limpeza (médio prazo);

Conscientização e Divulgação

- Campanha para desligamento dos monitores dos computadores (curto prazo);
- Campanha para impressão de determinados documentos no modo "Rascunho" (curto prazo);
- Conscientização dos servidores para manutenção de portas e janelas fechadas devido ao funcionamento do ar condicionado (curto prazo);
- Treinamento para uso racional da água - envolvendo copeiras, lavadores de carro, funcionários da limpeza e jardineiros (curto prazo);
- Envio, por email, de dicas semanais sobre sustentabilidade (curto prazo);



- Criação de canal para críticas e sugestões ao projeto de sustentabilidade (curto prazo);
- Criação de manual educativo (médio prazo);

Outros

- Coletar sementes e enviar a bancos de sementes para redistribuição – ESAF (curto prazo);
- Levantamento da possibilidade de redução do número de copas por andar (médio prazo);
- Manter plantas que limpam o ar, aumentam o percentual de umidade e minimizam poeira – ESAF (médio prazo);
- Revisão do contrato de copeiragem (médio prazo);

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

